

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

MATHEUS MORAES ALVES MARREIRO

**AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E A GEOPOLÍTICA POPULAR NO BRASIL:**  
O Atlântico Sul como uma geografia imaginativa

Rio de Janeiro

2021

MATHEUS MORAES ALVES MARREIRO

**AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E A GEOPOLÍTICA POPULAR NO BRASIL:**

O Atlântico Sul como uma geografia imaginativa

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto

Rio de Janeiro

2021

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

---

MATHEUS MORAES ALVES MARREIRO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

*M358r Marreiro, Matheus Moraes Alves*

As representações espaciais e a geopolítica popular no Brasil: o Atlântico Sul como uma geografia imaginativa / Matheus Moraes Alves Marreiro.- Rio de Janeiro: ESG, 2021.

203 f.

Orientador: Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto

Dissertação de Conclusão de Curso - Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Mestrado Acadêmico da Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (2019).

1. Geopolítica – Brasil. 2. Geopolítica – Atlântico Sul, Oceano, Região. 3. Geopolítica popular. I. Título.

CDD – 327.1011

MATHEUS MORAES ALVES MARREIRO

**AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E A GEOPOLÍTICA POPULAR NO BRASIL:  
O Atlântico Sul como uma Geografia Imaginativa**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra, com requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

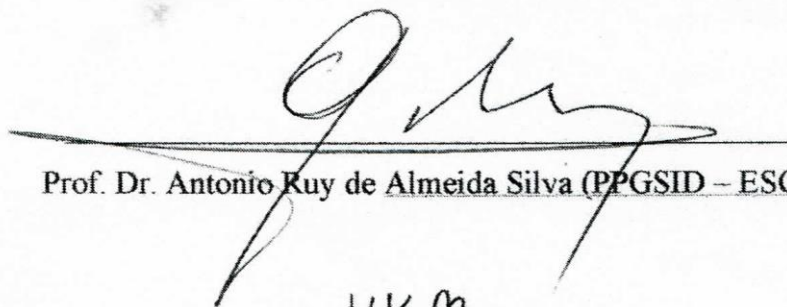
Orientador: Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2021

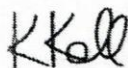
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto (Orientador)



Prof. Dr. Antonio Ruy de Almeida Silva (PPGSID – ESG)



Prof. Dr. Kai Michael Kenkel (IRI – PUCRio)

*Dedico este trabalho aos meus pais, Vanor e Angela*

## AGRADECIMENTOS

Apesar da elaboração e apresentação desse texto caber a mim, se trata de uma dissertação fruto de um esforço coletivo, havendo a participação de diversas pessoas nesse processo. Nesse sentido, gostaria de agradecer a todos que me apoiaram e acreditaram que a execução desse trabalho seria possível, mesmo nesses tempos conturbados em que vivemos para a saúde pública e para as ciências.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, Dr. Danilo Marcondes, por quem nutro grande admiração, sendo sempre uma pessoa solícita e educada, tendo a capacidade de me acalmar em todo esse processo de escrita nesse contexto atípico. A você eu sou muito grato pelos ensinamentos, pelo suporte, e por ter sempre me instigado a expandir as fronteiras do meu pensamento de forma livre e criativa, sabendo, ao mesmo tempo, me guiar.

Ao Professor Dr. Kai Michael Kenkel e ao Contra-Almirante Antônio Ruy Silva pelas contribuições e críticas feitas, sendo pontuações de grande relevância para o desenvolvimento desta dissertação. Gostaria de agradecer a vocês por terem aceitado o convite de participar da banca e pela leitura cuidadosa desse trabalho.

À Dra. Érica Resende, por ter sido uma professora que sempre me ajudou desde o primeiro dia de aula. Além das sugestões dadas para essa pesquisa e das suas aulas incríveis nas quais eu saía muito animado e com vários questionamentos.

Aos professores que tem feito parte da minha formação desde a pré-escola até o mestrado. Porém, gostaria de nomear alguns que nos últimos anos tem compartilhado a sua sabedoria e me incentivado a seguir na busca pelo conhecimento: Dra. Ariela Leske; Dr. Guilherme Sandoval; Dra. Lara Góes; Dra. Larissa Rosevics; Dr. Luís Manuel Fernandes; Dra. Mariana Kalil; Msc. Melissa Rossi; Dr. Paulo Visentini e Dr. Ricardo Cabral.

Aos meus amigos da turma do PPGSID que tornaram os momentos mais prazerosos através das cervejas na mureta da Urca, dos cafezinhos nos intervalos das aulas, ou de longas conversas no Whatsapp. A vocês um muito obrigado por me ter fornecido tantos momentos de debates e de descontração! Carregarei esses momentos sempre comigo.

Aos funcionários da ESG, desde os da biblioteca, da copa, da limpeza, principalmente as da secretaria, a Tenente Ramaiana e Sargento Karine, que nos auxiliaram no que foi necessário dentro da ESG.

Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado nessa jornada, seja através de encontros ou conversas via-internet nesses tempos de pandemia: Lucas Pinto; Marina Lima; Rafael Schettino; Gabriel Mencarelli; Guilherme Lopes; Tiago Sales; Sara Patriota; Luiza

Bizzo; Gustavo Pereira; Leandro Gavião; Gabriella Bento; Henrique Paiva; Ulisses Puertas; Ana Beatriz Macedo; Duda Rocha; Marcus Pazos; Flávio Oliveira; Bruno Pedrosa; Amanda Zuniga; Lorena Herédias; Márcio Machado; Vitor Lengruber; Mateus Padilha e Augusto Thebald.

À Natasha, minha companheira de vida, meu amor; a quem eu devo meus sinceros agradecimentos. Obrigado por ter tido presença diária e de grande importância nesse meu processo de crescimento acadêmico e pessoal. Gostaria de te agradecer por ser essa pessoa que está sempre me colocando para cima e me confortando em todos os momentos.

Aos meus filhos de quatro patas, Maximiliano I, Thor e Spike Lee, por terem estado ao meu lado (as vezes sobre o mouse ou do teclado do laptop) nessas tantas horas de estudo e escrita.

Aos meus sogros, Luís Cláudio, Andrea e suas respectivas famílias, por vocês terem me acolhido em Petrópolis e me tratado como parte da família. Vocês têm sido pessoas fundamentais durante todos esses anos.

À Sophia, minha cunhada, a quem eu tenho tido o privilégio de ver crescer. Muito obrigado pelas conversas, brincadeiras, filmes e sorrisos que tiveram a capacidade de me alegrar e me transportar novamente para um tempo de infância.

Aos meus avós Vicente (*In Memoriam*) e Aparecida; José Cândido (*In Memoriam*) e Tereza; e meus tios e primos, que desde o princípio tem me incentivado a seguir os meus sonhos. Contudo, gostaria de agradecer, de modo especial, aos meus tios-padrinhos, Haroldo, Lúcia, e meu primo-afilhado, João Victor. Obrigado por terem me recebido de braços abertos no lar de vocês no Rio de Janeiro e por terem me auxiliado em tudo que eu precisei.

Ao meu cunhado, Davidson, por ter me ajudado a resgatar algo que sempre foi muito importante em minha vida e que se encontrava adormecida, a música.

Aos meus pais, Vanor e Angela, e à minha irmã, Vanessa, por serem fonte de inspiração, amizade e amor. Acredito que não existem palavras suficientes para expressar os meus agradecimentos a vocês, contudo, gostaria de ressaltar que sem vocês, nada disso seria possível.

E por fim, gostaria de agradecer à CAPES e ao Ministério da Defesa, pela bolsa concedida no âmbito do Pró-Defesa, tornando viável a elaboração dessa dissertação. Essa bolsa foi de extrema relevância para conseguir me deslocar para o Rio de Janeiro para as disciplinas e, principalmente, para a aquisição de livros nesse período em que as bibliotecas não estavam acessíveis.

“[...] a terra é, de fato, um único e mesmo mundo, onde praticamente não existem espaços vazios e inabitados. Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está totalmente ausente da luta pela geografia. Essa luta é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações.”

Edward Said



## RESUMO

A geopolítica crítica é uma abordagem teórica que surge no final da Guerra Fria no mundo anglófono, com influência principalmente das teorias do discurso e pós-estruturalistas. O mundo passa a ser compreendido, por esse campo teórico, como uma construção discursiva. Portanto, os espaços não são dados, mas são representados e assim, demarcados por atores sociais. A partir de uma revisão bibliográfica, notamos uma lacuna no que se refere a pesquisas sobre a geopolítica crítica, de modo específico, a geopolítica popular – discursos do cotidiano, incluídos os das mídias e da cultura popular – no Brasil sobre o espaço sul-atlântico. Assim, essa dissertação contribui para incluir um olhar brasileiro na agenda de pesquisa da geopolítica crítica. Buscamos aqui questionar como as forças armadas têm buscado representar o espaço sul-atlântico a partir do lançamento do conceito de Amazônia Azul em 2004? Nesse sentido, o objetivo geral dessa dissertação é analisar as representações dos discursos geopolítico popular que constituem o espaço denominado Atlântico Sul entre 2004 e 2018. Para responder essa pergunta, buscamos adotar uma metodologia pautada na Análise do Discurso de Fairclough. Essa abordagem possibilita analisar desde textos, práticas discursivas e até práticas sociais. Optamos por analisar textos de três revistas em quadrinhos, focando na identificação de três tópicos analíticos dos textos: pressuposição, predicação e metáfora. Utilizaremos de forma complementar, pronunciamentos de Ministros da Defesa, Documentos de Defesa do Brasil e da Marinha do Brasil (MB), e outras fontes relacionadas as mídias e a cultura popular. Por fim, concluímos que as forças armadas buscam emitir representações espaciais através de discursos geopolíticos populares para produzir na sociedade uma concepção de espaço oceânico militarizado e estratégico. Essa iniciativa busca chamar atenção da sociedade brasileira a respeito da necessidade de preservar e proteger a propriedade e a soberania do Brasil sobre o espaço marítimo e seus recursos. A análise desenvolvida permite entender como a MB tem se empenhado cada vez mais no projeto de construção de uma mentalidade marítima nacional, por meio do incentivo da produção de discursos populares.

**Palavras-chave:** Geopolítica. Brasil. Atlântico Sul. Oceano. Geopolítica Popular

## **ABSTRACT**

Critical geopolitics is a theoretical approach that emerged at the end of the Cold War in the English-speaking world, mainly influenced by discourse and poststructuralist theories. According to this theoretical field, the world begins to be understood as a discursive construction. Therefore, spaces are not taken for granted, but are represented and thus demarcated by social actors. Drawing from a bibliographical review, we noticed a gap regarding research on critical geopolitics, specifically, popular geopolitics – everyday discourses, which includes those of the media and popular culture – in Brazil about the South Atlantic space. Thus, this dissertation contributes to include a Brazilian perspective within the critical geopolitics research agenda. We seek to ask how the armed forces have sought to represent the South Atlantic space since the launching of the Blue Amazon concept in 2004? In this sense, the main aim of this dissertation is to analyze the representations of popular geopolitical discourse that constitute the South Atlantic between 2004 and 2018. To answer this question, we adopt a methodology based on Fairclough's Discourse Analysis. This approach makes it possible to analyze texts, discursive practices and even social practices. However, we decided to analyze texts from three comic books, focusing on the identification of three analytical topics in the texts: presupposition, predication and metaphor. We also use, in a complementary way, statements from Ministers of Defense, Brazilian defense documents, Brazilian Navy documents, and other sources related to the media and popular culture. Finally, we conclude that the armed forces seek to produce spatial representations through popular geopolitical discourses to promote a conception of militarized and strategic oceanic spaces within society. These discourses draw the attention of Brazilian society to the need to preserve and protect Brazil's rights and sovereignty over maritime space and its resources. The analysis presented contributes to the understanding of how the Brazilian Navy has been increasingly committed to the project of building a national maritime mentality, by encouraging the production of popular discourses.

**Keywords:** Geopolitics. Brazil. South Atlantic. Ocean. Popular Geopolitics

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

### FIGURAS

Figura 1 - Tipos de Discursos Geopolíticos .....	61
Figura 2 - Concepção Tridimensional do Discurso .....	77
Figura 3 - As divisões do espaço oceânico.....	89
Figura 4 - Signatários da CNUDM entre 1982 e 2016 .....	97
Figura 5 - Mapa da Proposta Limites Marítimos Brasileiro (2004) .....	100
Figura 6 - Mapa Proposta dos Limites Marítimos Brasileiro LEPLAC Fase 2.....	103
Figura 7 - O Entorno Geopolítico Brasileiro .....	113
Figura 8 - Nomarzinho Especial Edição 37: Amazônia Azul .....	140
Figura 9 - Mapa Geopolítico do Brasil .....	142
Figura 10 - Quadrinho (O Mar e suas Riquezas).....	154
Figura 11 - Quadrinho (Mapa dos Limites Brasileiros) .....	155
Figura 12 - Quadrinho (Marinha garantidora da soberania no mar).....	155
Figura 13 - Quadrinho (O Mar e possibilidade de cobiça internacional) .....	156
Figura 14 - Quadrinho (A Patrulha as águas) .....	157
Figura 15 - Quadrinho (Amazônia Azul) .....	159
Figura 16 - Quadrinho (Área de importância econômica para o Brasil) .....	160
Figura 17 - Quadrinho (Riquezas do mar).....	161
Figura 18 -- Quadrinho (Presença das Forças Armadas no Território Nacional).....	162
Figura 19 - Senhor Nestor e o Território Marítimo Brasileiro .....	167
Figura 20 - Ameaças (Pesca Ilegal e Pirataria).....	168
Figura 21 - Monitoramento das Fronteiras .....	169
Figura 22 - A Proteção das Riquezas .....	170

### TABELAS

Tabela 1 - Situações em que se encontram o setor marítimo (em melhor situação) .....	135
--	-----

### QUADROS

Quadro 1 - Predicações do Espaço Oceânico nas Revistas em Quadrinhos.....	172
---	-----

## LISTA DE SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AMAS	Área Marítima do Atlântico Sul
AZ	Amazônia Azul
CAMAS	Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul
CAPEs	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CCOMSEx	Centro de Comunicação Social do Exército
CCSM	Centro de Comunicação Social da Marinha
CEDA	Centro para Defesa do Atlântico
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DIRMA	Diretoria de Marcas
ESG	Escola Superior de Guerra
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FEMAR	Fundação de Estudos do Mar
GT LEPLAC	Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Proposta do Limite Exterior da Plataforma Continental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
JID	Junta Interamericana de Defesa
LEPLAC	Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira
MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MRE	Ministério das Relações Exteriores
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS	Organização do Tratado do Atlântico Sul
PEM	Plano Estratégico da Marinha

PND	Política Nacional de Defesa
PNRM	Política Nacional para os Recursos do Mar
PSRM	Plano Setorial para os Recursos do Mar
Pró-Defesa	Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica
Promar	Programa de Promoção da Mentalidade Marítima
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
REMAC	Projeto de Reconhecimento Global da Margem Continental
RI	Relações Internacionais
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SisGAAZ	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 A GEOPOLÍTICA CRÍTICA E AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS .....</b>	<b>21</b>
2.1. As Teorias Geopolíticas Brasileiras .....	27
2.2. Por uma Geopolítica Crítica .....	40
2.2.1. <i>A concepção de espaço nas teorias de Relações Internacionais.....</i>	<i>47</i>
2.2.2. <i>A concepção de espaço na Geografia .....</i>	<i>51</i>
2.2.3. <i>As representações espaciais e os discursos geopolíticos .....</i>	<i>56</i>
2.2.4. <i>A abordagem da geopolítica popular .....</i>	<i>62</i>
2.2.5. <i>A geopolítica crítica e a construção dos espaços oceânicos.....</i>	<i>68</i>
2.3. A Análise de Discurso como Perspectiva Metodológica.....	72
2.3.1. <i>A concepção tridimensional do discurso.....</i>	<i>76</i>
<b>3 A GEOPOLÍTICA PRÁTICA BRASILEIRA NO ESPAÇO SUL-ATLÂNTICO .....</b>	<b>82</b>
3.1. A Divisão dos Espaços Oceânicos: Uma Perspectiva Histórica.....	82
3.2. A Construção dos Limites Marítimos Brasileiros .....	92
3.3. A Política Externa e de Defesa Brasileira no Atlântico Sul .....	103
<b>4 A GEOPOLÍTICA POPULAR NO BRASIL: AS REPRESENTAÇÕES DO ATLÂNTICO SUL .....</b>	<b>123</b>
4.1. Construindo uma Mentalidade Marítima: O projeto da Amazônia Azul .....	123
4.2. O Espaço Sul-Atlântico Representado em Revistas em Quadrinhos .....	150
4.2.1. <i>A Cartilha Amazônia Azul .....</i>	<i>150</i>
4.2.2. <i>Operação Atlântico: protegendo nossas riquezas na Amazônia Azul.....</i>	<i>158</i>
4.2.3. <i>Almanaque Turma da Mônica: A indústria de defesa brasileira .....</i>	<i>163</i>
4.3. Considerações Finais .....	171
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>175</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>183</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A geopolítica é um discurso que se desenvolveu a partir do início do século XX na Europa, em um contexto de consolidação do capitalismo industrial e de expansão dos impérios coloniais. Essa perspectiva enfatizava a importância dos espaços, para então desenvolver lições históricas, generalizações e “leis” sobre o crescimento dos Estados. Esse tipo de discurso, na maioria das vezes, apresentava um tom nacionalista e expansionista, e tinha como objetivo assessorar e apoiar os tomadores de decisões políticas<sup>1</sup> (HEPPLE, 2006).

Contudo, foi apenas após o término da Guerra Fria que surgiu no mundo anglo-americano, a abordagem teórica chamada de “geopolítica crítica”. Essa abordagem questiona essas correntes geopolíticas clássicas do século XX e as neoclássicas, que partem da ideia de que os Estados tinham identidades fixas e que interagem uns com os outros em um mundo dado, imutável e anárquico. A geopolítica crítica, por sua vez, surge com influência das teorias do discurso e pós-estruturalistas. Assim, autores que se identificam com essa abordagem argumentam que a relação entre a escrita e a realidade é mais problemática e complexa do que os geopolíticos clássicos e realistas acreditam (DODDS, 1993a).

Essa abordagem crítica redefine a geopolítica como uma prática discursiva, conferindo, sobretudo, maior atenção para como os discursos se envolvem na construção de “mundos”. Portanto, são enfatizados os discursos que tem capacidade de distribuir afirmações e representações sobre o espaço e, assim, administrá-los. A geopolítica crítica afirma que não existem espaços dados. Os espaços são demarcados por atores sociais que buscam construir limites a partir da definição de campos culturais como o Eu *versus* o Outro ou civilizado *versus* bárbaro (DODDS, 1993a).

De acordo com Kacowicz (2000), a geopolítica crítica concentra-se no processo de construção de identidades e como as diversas representações e interpretações do mundo afetam julgamentos e ações. É um tipo de análise da espacialização de fronteiras e perigos e das representações geopolíticas do Eu e do Outro (NOLTE; WEHNER, 2015).

Apesar de ter ocorrido uma renovação recente nas abordagens geopolíticas no Brasil após a redemocratização do país em 1988, o encontro entre a geopolítica sul-americana, de modo específico a brasileira, e o projeto da geopolítica crítica anglo-americana, tem se desenvolvido de maneira tímida (NOVAES, 2015), havendo algumas poucas exceções que

---

<sup>1</sup> Nesse contexto, diversos foram os autores que se dedicaram a formulação de teorias geopolíticas. Contudo, alguns autores são considerados como cânones: Ratzel, Kjellén, Mackinder e Mahan. O pensamento desses autores será apresentado no capítulo teórico deste trabalho.

propuseram um maior diálogo (LIMA, 2013; NOVAES, 2010; MONTEIRO, 2014; PFRIMER; PIMENTEL, 2018; 2011; STEINBERGER, 2005).

A partir de uma revisão bibliográfica, notamos que alguns poucos trabalhos foram desenvolvidos no âmbito nacional e internacional sobre o tema do Atlântico Sul a partir de um olhar da geopolítica crítica. Os trabalhos de Benwell (2017), Benwell e Dodds (2011), e Dodds e Manóvil (2001) partem de uma percepção do mundo anglófono e adotam um foco central nas geopolíticas práticas, formais e populares<sup>2</sup> da disputa entre o Reino Unido e Argentina pelas Ilhas Malvinas/Falklands. Já Pimentel (2018), enfatiza a geopolítica prática do governo brasileiro para o Atlântico Sul. Portanto, observamos uma lacuna no que diz respeito a análises sobre a geopolítica popular na sociedade brasileira acerca do espaço sul-atlântico.

Kacowicz (2000) afirma que o diálogo entre a geopolítica crítica e a sul-americana como um todo apresenta potencialidades e um caminho profícuo para ser explorado. Para ele, a geopolítica crítica pode complementar e enriquecer as análises geopolíticas locais. Dodds (1993a) defende um alargamento da geopolítica crítica para além de sua matriz anglocêntrica, podendo englobar outras formas não anglo-americanas de geopolítica, desde pontos de vista não-ocidentais a literaturas e fontes em outros idiomas, principalmente relacionados às geopolíticas sul-americanas<sup>3</sup>. De acordo com o autor, o alargamento dessa literatura para incluir outros olhares e percepções de mundo é de grande necessidade para qualquer projeto que pretende ser crítico.

Sendo assim, esta pesquisa busca dar um passo inicial para lidar com esse campo amplo de ideias, adicionando um olhar brasileiro na agenda de pesquisa da geopolítica crítica, de modo específico, no campo da geopolítica popular sobre o espaço do Atlântico Sul. A geopolítica crítica, diferente das teorias geopolíticas brasileiras com inspiração na geografia crítica francesa e das neoclássicas, nos permite levar em consideração a construção discursiva da realidade. Essa abordagem possibilita compreender o espaço como algo construído socialmente a partir de representações e discursos e não o toma como algo dado ou natural. Essas representações espaciais envolvem dinâmicas sociais de relações de poder, não sendo processos neutros.

---

<sup>2</sup> De forma sintética, a geopolítica prática diz respeito a discursos de políticos e de agentes do Estado. A geopolítica formal está relacionada a discursos de acadêmicos e especialistas no campo da geopolítica. E a geopolítica popular são discursos das mídias e da cultura popular. Para mais informações, ver capítulo 1.

<sup>3</sup> Para Dodds (1993a), estudo das geopolíticas sul-americanas é necessária pois elas estão associadas às evoluções desses Estados, de seus desenvolvimentos na educação e de suas políticas públicas.



Nesse sentido, essa dissertação busca questionar como as forças armadas brasileiras têm buscado representar o espaço sul-atlântico a partir do lançamento do conceito de Amazônia Azul em 2004<sup>4</sup>? Então, partiremos da hipótese de que as forças armadas buscam emitir representações espaciais através de discursos geopolíticos populares para produzir na sociedade uma concepção de espaços oceânicos militarizados/estratégicos.

Desse modo, o objetivo geral é analisar as representações dos diferentes discursos de geopolítica popular que constituem o espaço denominado Atlântico Sul entre 2004 e 2018. Os objetivos específicos são:

- (a) analisar discursos da geopolítica popular sobre o Atlântico Sul produzidos por revistas em quadrinho.
- (b) identificar se há intertextualidade<sup>5</sup> entre os textos produzidos pela geopolítica prática e essa geopolítica popular sobre o espaço sul-atlântico.
- (c) analisar o papel da Marinha do Brasil no processo de construção de representações sobre esse espaço.

Para tanto, iremos adotar uma metodologia pautada na Análise do Discurso de Fairclough (2016). Essa abordagem possibilita analisar desde textos, práticas discursivas e até práticas sociais. Nesse sentido, optaremos por analisar textos de três revistas em quadrinhos: “Cartilha Amazônia Azul”, o gibi da Turma do Recrutinha chamado “Protegendo Nossas Riquezas na Amazônia Azul” e o Almanaque da Turma da Mônica cujo título é “A Indústria de Defesa Brasileira”. Esses quadrinhos foram selecionados devido ao seu componente geopolítico e por apresentar algum tipo de relação com o Ministério da Defesa (MD).

Para analisar esse material, decidimos focar na identificação de três tópicos analíticos dos textos discutidos por Fairclough (2016) em seu livro, quais sejam: pressuposição, predicação e metáfora. A escolha desse tipo de análise nos permite verificar como esse espaço é representado, privilegiando uma determinada construção de “mundo”. Além dessas fontes, utilizaremos de forma complementar, pronunciamentos de Ministros da Defesa, Documentos

---

<sup>4</sup> Na visão de Doty (1993) existem perguntas do tipo “Porque” e do tipo “Como”. Para ela, as explicações dadas a partir de uma pergunta com o “porque” são incompletas, pois elas pressupõem uma subjetividade particular, um pano de fundo de práticas sociais, discursivas e significados que tornam possíveis as práticas e os atores sociais. Ou seja, tomam os sujeitos e espaços como dados, impedindo uma investigação do poder como constitutivo do mundo. Já as perguntas com o “como” estão preocupadas em explicar como os significados, sujeitos e espaços são construídos. Dessa forma, o que pretendemos explicar aqui não é porque um determinado resultado foi obtido, mas como espaços estão sendo construídos socialmente, criando certas possibilidades de ações e impedindo outras. Além do mais, as perguntas com “como” estão relacionadas a como o poder funciona para constituir “realidades”. Esse é um poder que produz significados, identidades de sujeitos e espaços, suas interações, entre outras condutas.

<sup>5</sup> A intertextualidade está relacionada a elementos de um texto que constituem um outro texto. Ver capítulo 1.

de Defesa do Brasil e da Marinha do Brasil (MB). Esses documentos contribuíram para a identificação a intertextualidade entre os discursos populares (revistas em quadrinho e fontes populares) e discursos práticos (documentos de defesa).

Essa pesquisa se justifica a partir de dois pontos de vista: o pessoal e o acadêmico. A partir de um prisma pessoal, gostaríamos de ressaltar que a escolha desse objeto de pesquisa apresenta uma relação, mesmo que indiretamente, com as experiências que constituem o meu Eu. Experiências essas fruto de uma hibridização de ensinamentos populares e de uma educação formal.

Assim, devemos ressaltar que se trata de um objeto que tem sido representado de diversas formas no decorrer da minha vida. Desde as aulas de história no Colégio Imaculada Conceição que abordavam temas como a colonização portuguesa no Brasil pelo mar e o período das grandes navegações, o tráfico de escravos africanos para as Américas; e a disciplina de geografia, no qual se atentava basicamente a descrições físicas desse espaço.

O Oceano Atlântico ficou marcado no meu imaginário por muitos anos como um espaço de conexões e desconexões. Isso foi motivado, em grande medida, as histórias contadas por meu avô, José Candido, neto de colonos italianos que cruzaram o Atlântico e foram trabalhar na Fazenda Paraíso na Zona da Mata de Minas Gerais. Dentre esses diversos “causos” (como diz o meu avô) sobre a conexão do homem (colono) com a terra e o trabalho no campo, escutei também histórias que perpassavam gerações sobre a senzala da fazenda onde o meu avô nasceu – que hoje ainda se encontra de pé – e como os escravos foram maltratados pelos fazendeiros da região<sup>6</sup>. A imagem desse período – um dos mais tristes da história do Brasil – para mim, tinha associação direta com desconexão forçada dos africanos com a sua terra, sendo obrigados a cruzar o Atlântico para se tornarem o “outro” em um território distante.

Essa concepção foi reforçada ainda na minha juventude a partir da poesia de Castro Alves em *Navio Negreiro*, onde era relatado a travessia do Atlântico por navios negreiros (tumbeiros) que transportavam escravos dos portos africanos até o Brasil.

[...] Ontem a Serra Leoa, A guerra, a caça ao leão, O sono dormido à toa, Sob as tendas d'amplidão! Hoje... o porão negro, fundo, infecto, apertado, imundo, tendo a peste por jaguar... E o sono sempre cortado pelo arranco de um finado, E o baque de um corpo ao mar... (ALVES, parte V, 1880)

---

<sup>6</sup> Essa tradição oral contada por meu avô pode ser observada também no artigo “Escravos e libertos da Zona da Mata mineira: da luta pela liberdade aos primeiros anos do pós-emancipação (1870-1900). Segundo Guimarães (2005, p. 71) o jornal *O Pharol* de 06 de julho de 1887 continha uma notícia que apontava a fama do município, sendo o mais escravocrata da província de Minas Gerais.

Além dessas representações, diversas outras tem sido parte da constituição de minha identidade, seja através de romances que ocorreram nos espaços oceânicos como *Moby Dick* de Melville, o *Cem Dias entre o Céu e o Mar* de Amyr Klink e *O Velho e o Mar* de Ernest Hemingway, entre outros livros e filmes; e de visitas ao Espaço Cultural da Marinha e o Museu Naval, ambos na zona portuária do Rio de Janeiro. Essas experiências eram feitas em período de férias escolares e durante as minhas visitas aos meus tios no Rio de Janeiro. Algumas dessas visitas contavam com a presença de um militar da marinha, amigo da família, que contava histórias sobre a vida embarcado.

Essas considerações apresentadas acima reforçam o que Iver Neumann (2008) destaca como a influência dos conhecimentos existentes do pesquisador como um fator que fornece um grau de competência cultural. Um nível básico de competência cultural, na visão de Neumann (2008, p. 64) é necessário para que o pesquisador consiga “reconhecer o entendimento compartilhado que cria um quadro de referência comum, que possibilita que as pessoas ajam em relação umas às outras”. Porém, para se fazer uma pesquisa em uma cultura onde o pesquisador é nativo, é preciso que haja alguma distância desse objetivo, evitando se tornar, o que os antropólogos chamam de *home blind*. O pesquisador, portanto, “não pode ficar muito em casa” (NEUMANN, 2008, p. 65). Por fim, o principal desafio aqui é ter um olhar de estranhamento sobre o objeto, buscando a desnaturalização deste.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo dos espaços oceânicos, segundo Steinberg (2009), é de grande importância, pois são espaços que cobrem 71% da superfície do planeta Terra, 20% do petróleo mundial são extraídas de fontes *offshore*, aproximadamente 95% do comércio em peso e 65% em valor são transportados por navios e 80% da pesca de peixes do mundo vem dos oceanos (STEINBERG, 2009).

Na contemporaneidade, aproximadamente 80% dos Estados têm seus limites internacionais de sua soberania determinados em espaços marítimos. Com isso, algumas questões relacionadas aos espaços oceânicos têm gerado preocupação desses Estados costeiros, como disputas por limites e fronteiras marítimas, abertura de novas fronteiras e mudança no nível do mar (PIRES DO RIO, 2019).

O espaço oceânico sul-atlântico também tem despertado interesse do Brasil. O desenvolvimento de conceitos como Amazônia Azul pela Marinha e o de Entorno Estratégico nos documentos de defesa tem impulsionado trabalhos acadêmicos nacionalmente nas áreas da geopolítica e da segurança internacional (COSTA, 2012; HOFFMANN; MARCONDES,

2017<sup>7</sup>; PENHA, 2011; NASSER; MORAES, 2014; SILVA; LEÃO; ALMEIDA, 2013; VIDIGAL et. al., 2006; VISENTINI, 2016). Além disso, projetos de pesquisa relacionados a essa temática tem recebido financiamento governamental, o que demonstra a relevância do tema para determinados setores da sociedade<sup>8</sup>.

Dado esse crescente interesse sobre o Atlântico Sul, a utilização da geopolítica crítica, de modo específico a abordagem da geopolítica popular, se torna relevante devido à ênfase dada nos discursos geopolíticos, que por sua vez, permitem compreender que a geopolítica é feita não apenas no nível das relações entre Estados, mas são discursos que circulam nas sociedades nacionais, criando concepções e identidades de espaços e de povos. Esse tipo de pensamento crítico, diferente das correntes tradicionais, nos permite ampliar a análise para além de apenas relações entre Estados em uma escala global, englobando fontes das mídias e da cultura popular. Ainda que essa dissertação não se proponha a ser um trabalho que visa auxiliar diretamente os tomadores de decisão, se encaixando dentro de uma perspectiva crítica que problematiza as estruturas existentes de poder e saber sobre a construção de “mundos”, é importante reconhecer que o desenvolvimento de uma pesquisa como a proposta aqui fornece uma contribuição que se soma a diversas outras voltadas para a construção de uma reflexão sobre temas de segurança internacional e defesa a partir do Brasil.

Feito essas considerações iniciais, consideraremos a divisão dessa dissertação nos seguintes moldes: além dessa introdução, haverá três capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo pretendemos apresentar as bases teóricas-metodológicas dessa dissertação. Em um primeiro instante, buscaremos expor algumas reflexões sobre a geopolítica clássica e a geopolítica brasileira, para em seguida, discutirmos o arcabouço teórico da geopolítica crítica e a geopolítica popular, no qual nos guiará no desenvolvimento desse trabalho. Nessa mesma seção serão apresentados os conceitos chave para essa dissertação: representação, poder e espaço. Ainda foram discutidas as contribuições da geopolítica crítica para pensarmos os espaços oceânicos. Na última seção iremos esclarecer as nossas premissas metodológicas

---

<sup>7</sup> A Edição da Revista Contexto Internacional (volume 39, número 2) do ano de 2017 dedicou-se a estudos sobre o espaço sul-atlântico.

<sup>8</sup> Um exemplo disso foi a aprovação do projeto “Entorno Estratégico Brasileiro: o nexa entre formação de região, diplomacia e cooperação em defesa” pelo edital número 27/2018 do Pró-Defesa, incentivando também a elaboração de trabalhos sobre o espaço sul-atlântico. O Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa) foi criado em 2005. Trata-se de uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Defesa e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de criar redes de cooperação acadêmica entre as Instituições de Ensino Superior públicas e particulares, institutos militares e centros de estudos estratégicos, por meio de financiamento (BRASIL, 2019e).

pautadas na análise de discurso. Além de debatermos sobre o conceito de discurso, iremos introduzir o método de análise tridimensional do discurso de Fairclough (2016).

O segundo capítulo busca identificar as representações do Oceano Atlântico contidas nos discursos geopolíticos práticos do Brasil, expressos por meio de sua política externa e de defesa. Porém, antes de adentrarmos nesse tópico, na primeira seção, buscamos compreender as construções do espaço oceânico a partir de uma perspectiva histórica, enfatizando as mais recentes iniciativas pautadas na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Já na segunda seção, iremos investigar sobre os discursos do governo brasileiro para a construção de suas fronteiras marítimas, desde algumas primeiras iniciativas até os debates contemporâneos sobre a expansão da Plataforma Continental no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU). Na última seção, buscaremos focar nas políticas externas e de defesa voltadas para o Atlântico, na tentativa de compreender as iniciativas do Brasil para esse espaço.

No terceiro e último capítulo, iremos analisar os discursos geopolíticos populares que representam o Atlântico Sul. Esse capítulo será dividido em duas seções. Na primeira delas buscaremos tentar compreender a relação do brasileiro com o espaço oceânico e o papel da Marinha do Brasil na construção de uma mentalidade marítima na sociedade, principalmente através do conceito de Amazônia Azul e outras iniciativas. A segunda seção será destinada às análises das revistinhas em quadrinhas propostas. A análise será feita de forma separada e por fim, apresentaremos algumas considerações finais sobre os tópicos analíticos e algumas limitações desse tipo de análise proposto. Por fim, apresentaremos a conclusão da dissertação.

## 2 A GEOPOLÍTICA CRÍTICA E AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

O objetivo desse capítulo é apresentar as contribuições teóricas que orientam essa pesquisa, o qual se concentra dentro do projeto da Geopolítica Crítica – literatura essa que conecta aspectos críticos da Geografia Política e das Relações Internacionais (AALTO; DALBY; HARLE, 2003). Dessa forma, esse capítulo teórico será dividido em duas seções principais. Em um primeiro momento, buscaremos argumentar sobre a necessidade dessa agenda de pesquisa e apresentaremos a ideia sobre os conceitos chave dessa pesquisa, espaço, poder e representação. Essa mesma seção haverá uma subseção, no qual discutiremos, de modo especial, a abordagem da geopolítica popular, para em seguida, refletirmos sobre as contribuições da geopolítica crítica para os espaços oceânicos. Na última seção, iremos apresentar a metodologia adotada, qual seja, a Análise de Discurso desenvolvida por Fairclough (2016).

Contudo, antes de adentrarmos nos aspectos da geopolítica crítica, gostaríamos de apresentar algumas breves reflexões sobre a geopolítica. Como bem apresentado por Klaus Dodds (2014, p. 1), a geopolítica é um “termo escorregadio”. Tem sido um termo que é utilizado por acadêmicos, jornalistas, estrategistas militares e especialistas em gestão de vários modos e para diversos propósitos. Para Moisis (2015, p. 220), se trata de um “termo contestado”, que tem recebido “diferentes significados em diferentes contextos espaciais e temporais e dentro de diferentes tipos de redes de atores”. Nesse mesmo sentido, Ó’Tuathail (1994, p. 259) afirma que “a geopolítica não é um termo imanentemente significativo, mas um conceito historicamente ambíguo e instável”

Bertha Becker (2005, p. 71) define geopolítica como “um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico”. Na visão de Vesentini (2016, p. 10) a geopolítica “tem como preocupação fundamental a questão da correlação de forças – antes vista como militar, mas hoje como econômica-tecnológica, cultural e social – no âmbito territorial, com ênfase no espaço mundial. Dodds (2014, p. 1), amplia a concepção de geopolítica, compreendendo-a também como “um olhar e um comportamento que se concentrava na inter-relação do território, recursos e acessos estratégicos” (DODDS, 2014, p. 1). Esse conceito de Dodds (2014), portanto, não limita a geopolítica a uma escala global, abrangendo também diversas outras escalas.

Como um campo de conhecimento, a geopolítica é frequentemente considerada como uma subárea da Geografia Política, da Ciência Política e das Relações Internacionais<sup>9</sup> (MOISIO, 2015). Esse discurso acadêmico data do final do século XIX com os trabalhos desenvolvidos pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel, que desenvolveu uma ligação entre o solo e o Estado, ilustrando aquilo se convencionou chamar de determinismo<sup>10</sup>. Na obra de Ratzel, o Estado foi teorizado como sendo a única fonte de poder, tornando-o a única categoria de análise. Sendo assim, esse autor colaborou, mesmo que indiretamente, para a construção da geopolítica como uma ciência do Estado, uma geografia dos Estados totalitários (RAFFESTIN, 1993).

Em seu livro de 1897, *Politische Geographie*, Ratzel defendia a ideia de que os Estados necessitavam adquirir *Lebensraum* (espaço vital) para prosperar. Ou seja, os Estados poderosos deveriam expandir as suas fronteiras buscando ampliar seu território, a fim de sustentar o vigor de sua população. A teoria de Ratzel se concentra em um ponto de convergência entre uma corrente naturalista e uma sociológica, o que posteriormente foi chamada de darwinismo social. A título de exemplo, nessa obra supracitada, aparecem analogias como a “sobrevivência do mais apto” de Charles Darwin (DITTMER; BOS, 2019; RAFFESTIN, 1993).

Para Dittmer e Bos (2019, p. 3), a teoria do Estado de Ratzel:

Legitima a guerra contínua de todos contra todos, pois cada país deve buscar o caminho de menor resistência à expansão territorial e deve simultaneamente defender seu território a todo custo, ou então começar uma espiral descendente na qual menos território significa menos vigor nacional, o que significa maior perda de território, e assim por diante.

O pioneiro a cunhar o termo geopolítica não foi Ratzel, mas o sueco germanófilo, membro conservador do parlamento sueco e professor de direito político nas Universidades de Göteborg e Uppsala, Rudolf Kjéllen, em 1899. Na visão de Costa (2016), a concepção de Estado para Kjéllen é reducionista e expansionista e os objetivos de sua geopolítica era

---

<sup>9</sup> O campo intelectual em que a geopolítica se situa nem sempre é um consenso entre os autores. Kjéllen acreditava que a geopolítica era um ramo autônomo da Ciência Política, se diferenciando da geografia política, pois esta última é um sub-ramo da geografia (COSTA, 2016). Portanto, a geopolítica era vista como uma “ciência”. Para Yves Lacoste (2012, p. 121), “a geopolítica é o espectro que ronda a geografia humana há cerca de um século”. Autores como Haushofer caracterizada a geopolítica como uma “ciência do contato” entre a geografia política e a ciência política, a ciência jurídica etc. (COSTA, 2016). Costa (2016), por sua vez, discorda com a ideia da geopolítica como uma “ciência de contato. Para ele (2016, p. 55), a geopolítica “é antes de tudo um subproduto e um reducionismo técnico e pragmático da geografia política, na medida em que se apropria de parte de seus postulados gerais para aplicá-los na análise de situações concretas interessando ao jogo de forças estatais projetado no espaço”. Na percepção de Vesentini (2016), a problemática da geopolítica não pode ser observada através de apenas uma única disciplina (seja a ciência política, geografia ou estratégia militar), mas sim como um campo de estudos.

<sup>10</sup> Nas correntes deterministas, o Estado não está ligado apenas à terra, mas sim determinado por ela (MOISIO, 2015). Ou seja, é a geografia que determina o destino da nação.

intencionalmente direcionada para os “Estados-Maiores” dos grandes impérios europeus, principalmente o Alemão, o qual nutria grande admiração.

A geopolítica desenvolvida por Kjéllen também estava submersa no darwinismo social, se preocupando, sobretudo, com a sobrevivência do Estado. Não somente Kjéllen, mas também Ratzel influenciaram no desenvolvimento da geopolítica como uma teoria organicista do Estado<sup>11</sup>. Dessa forma, podemos afirmar que a geopolítica, em sua origem, foi inspirada pelas teorias evolucionistas, contendo também aspectos raciais (DODDS; KUUS; SHARP, 2016; MOISIO, 2015). Esse discurso da geopolítica que surge na Europa no final do século XIX e início do XX, buscava enfatizar a importância do espaço, para então, desenvolver lições históricas, generalizações e leis sobre o crescimento dos Estados, com o intuito de auxiliar a formulação de políticas, que geralmente eram expansionistas e nacionalistas (HEPPLE, 2006).

Outros autores importantes da geopolítica em sua fase inicial foram o político conservador britânico e geógrafo, Halford Mackinder, e o Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan – mas nota-se que ambos não chegaram a utilizar o termo geopolítica. O primeiro desses deu maior atenção à Grande Estratégia dos Estados por meio de sua teoria sobre a competição entre os Estados centrais, também conhecida como a teoria do *Heartland* – teoria essa que seria a chave para a hegemonia mundial. Mackinder desenvolveu uma série de conceitos<sup>12</sup> que foram reproduzidos por diversos outros autores clássicos. Além disso, ele advogou pela preponderância do “poder terrestre” em oposição ao “poder marítimo” de Mahan (VESENTINI, 2016).

Moisio (2015) argumenta que o mapa político da teoria mackinderiana sobre os assuntos mundiais é constituída de oposições binárias espaciais, como poder terrestre/poder marítimo, *heartland/Rimland*, e cultura individualista ocidental/tradição comunitária oriental. Essa abordagem geopolítica clássica, também comumente chamada de geoestratégia, adota elementos da geografia física e do desenvolvimento tecnológico como fatores facilitadores ou limitadores da estratégia estatal (DODDS; KUUS, SHARP, 2016; MOISIO, 2015).

Mackinder alertava que potências marítimas tradicionais, como a Grã-Bretanha, estavam sendo ameaçadas por novas potências terrestres (uma aliança entre Rússia e Alemanha) que poderiam mobilizar sua população e recursos de maneira decisiva. Isso seria

---

<sup>11</sup> Essa abordagem recebeu grande influência das ciências naturais. O Estado, portanto, era conceituado como um superorganismo, que existe em um mundo caracterizado pela luta e a incerteza (DODDS, 2014).

<sup>12</sup> Os principais conceitos formulados por Mackinder foram: *pivot area*, *world island*, anel insular, anel interior ou marginal e *heartland* (VESENTINI, 2016).



possível com o surgimento de novas tecnologias de comunicação, como as ferrovias (DODDS; KUUS, SHARP, 2016; MOISIO, 2015).

O segundo autor, Alfred Mahan, escreveu a sua principal obra em 1890, intitulada *The Influence of Seapower upon History, 1660-1783*, ofertando alguns conselhos para a administração de Theodore Roosevelt. Nesse período, os Estados Unidos não apenas se tornaram a grande potência marítima do século XX, mas também utilizaram as ideias mahanianas para construir o Canal de Panamá, unindo os oceanos Atlântico e Pacífico<sup>13</sup>. O pensamento de Mahan forneceu outras diversas hipóteses para as práticas políticas dos Estados Unidos, desde a forma de organização de sua esquadra, à tomada de posições estratégicas-chave, como bases, colônias e rotas do comércio (BECKER, 2018; DITTMER; BOS, 2019; DODDS, 2014; VESENTINI, 2016).

Ao investigar a história da ascensão do Império Britânico, Mahan identifica as desvantagens do poder terrestre e ressalta os benefícios estratégicos dos mares, identificados como sendo grandes planícies abertas a serem exploradas. Em sua abordagem, o poder naval<sup>14</sup> era o fator mais relevante do poder geopolítico de uma nação, era esse poder que permitiria o controle dos mares e com isso, o domínio do mundo<sup>15</sup> (BECKER, 2018; DODDS, 2014). Contudo, a teoria mahaniana não se limita a capacidades militares para o domínio dos mares. Mahan aprofundou o conceito de poder marítimo, sendo algo mais abrangente do que o poder naval. Esse poder se concretiza na capacidade política, econômica e militar de uma potência em usar o mar (MELLO, 1999).

Na concepção de Mahan, existem alguns fatores geográficos que influenciam o poder marítimo. Entre eles estão fatores da geografia física (por exemplo, a forma, natureza e comprimento das costas; posição geográfica; fácil acesso às principais linhas de comunicação marítima), da geopolítica (por exemplo, segurança e estabilidade nas fronteiras terrestres, acesso/controlado de bases navais e *Choke Points*) e fatores ideacionais informados pela geografia. Esses fatores ideacionais estão relacionados ao caráter nacional e dos governos. Ou seja, envolve uma oposição entre uma identidade continental *versus* marítima (GERMOND, 2015).

---

<sup>13</sup> Mahan afirmava que era necessário um canal no Panamá para fornecer interligação rápida entre a costa do Pacífico e a atlântica dos Estados Unidos (COSTA, 2016).

<sup>14</sup> O poder naval está relacionado a capacidade militar naval de um Estado. É um entre os diversos componentes do Poder Marítimo.

<sup>15</sup> O desenvolvimento do poder naval de cada Estado estava intrinsecamente relacionado à geografia física (massa territorial e características físicas em relação ao mar). Além disso, na percepção de Mahan, o caminho para a grandeza nacional era por meio do expansionismo naval (Ó'TUATHAIL; DALBY; ROUTLEDGE, 1998).

Na visão de Germond (2015), esses fatores ideacionais que influenciam o poder marítimo são difíceis de definir precisamente nos níveis da sociedade e do Estado, pois consistem em ideias, valores e preferências imateriais, muitas vezes endossados subconscientemente. Nessa perspectiva mahaniana, essas identidades influenciam a formação dos interesses nacionais e os processos de tomada de decisão. Assim, países que tradicionalmente se voltaram para a terra podem ter desenvolvido uma identidade continental, o que pode impedir ou limitar a construção de uma identidade marítima. Para Mahan, isso ocorre devido às estruturas políticas e organizacionais do Estado não estarem em posição intelectual para desenvolver uma identidade marítima adequada, que, por sua vez, é a chave para o sucesso das políticas marítimas (GERMOND, 2015).

O pensamento de Mahan estava voltado para o fortalecimento dos Estados Unidos e assim como diversos autores clássicos, Mahan era favorável ao “fardo do homem branco”, isto é, a ideia de que o Ocidente deveria “civilizar” o globo, atribuindo, assim, uma conotação positiva para o colonialismo (VESENTINI, 2016).

Essas teorias geopolíticas clássicas são produtos do seu próprio tempo, assim, refletem as relações competitivas dos Estados europeus e o imperialismo do início do século XX, as ansiedades sobre o equilíbrio de poder e o objetivo desses Estados em aumentar a sua própria segurança contra ameaças externas. Em outras palavras, elas expressam as rivalidades imperiais e a projeção de grandes potências (DODDS; KUUS, SHARP, 2016; MOISIO, 2015). Essa geopolítica está diretamente relacionada pela disputa dos espaços ou a questões de quem controla zonas “centrais”. Essa abordagem clássica recorrentemente enfatizam a importância de controlar o espaço geográfico e áreas específicas (GERMOND, 2015).

Esse raciocínio da geopolítica clássica compartilha características com o paradigma do realismo, principalmente o “estadocentrismo” (LIMA, 2013). Becker (2018, p. 273) corrobora com essa ideia:

Se necessário for definir um paradigma para a Geopolítica desde que se constituiu como disciplina, certamente este seria o de realismo, no campo das relações internacionais. Realismo que pressupõe o Estado como unidade política básica do sistema internacional, cujo atributo principal é o poder, em suas dimensões predominantes de natureza militar ideológica e econômica.

Na visão de Ó’Tuathail (1999), a principal diferença entre essa geopolítica e o realismo é que a primeira se utiliza da geografia como elemento singularmente importante na conceituação e prática da política externa. Não obstante, esses autores da geopolítica clássica acreditavam serem realistas e que não estavam sendo seduzidos por entendimentos

idealizados do que deveria acontecer (DODDS, 2014), ou seja, eles acreditavam estar demonstrando o mundo como ele realmente é e não como deveria ser<sup>16</sup>.

Esse discurso geopolítico clássico permaneceu como uma abordagem significativa nos países europeus e nos Estados Unidos da América (EUA) até o término da Segunda Guerra Mundial, havendo um declínio de sua respeitabilidade decorrentes à sua associação com as teorias nazistas de dominação global (CHILD, 1979).

Após a Segunda Guerra Mundial, o raciocínio geopolítico alemão (*Geopolitik*), cujo principal expoente foi o militar e professor de geografia da Universidade de Munique, Karl Haushofer, passou a ser associado à política e ao pensamento nazista de Adolf Hitler. Durante os anos de 1924 até 1944, a *Zeitschrift für Geopolitik*<sup>17</sup> publicou diversos artigos que dissertavam sobre a ideologia da “raça superior” e a “necessidade de espaço vital” para a Alemanha, legitimando e promovendo o expansionismo alemão (DODDS, 2014; VESENTINI, 2016).

No período pós-Segunda Guerra, “a reputação da geopolítica estava em farrapos”<sup>18</sup> (DODDS, 2014, p. 31) devido à associação com essa Escola Alemã, passando a ser um termo amplamente negligenciado e com uso não recomendado por aproximadamente quarenta anos na América do Norte e na Europa<sup>19</sup>. Entre as décadas de 1950 e 1960, o termo passou a ser evitado e relegado às seções históricas tanto na geografia política quanto na ciência política, sendo também pouco utilizado em debates acadêmicos ou políticos. Entretanto, apesar desse declínio do termo, as análises geopolíticas se mantiveram, porém, sob rótulos diferentes, como estudos estratégicos ou até mesmo geografia política<sup>20</sup> (HEPPLE, 1986). Além do mais, Hepple (1986) afirma que a redução, tanto em linguagem quanto em substância, da análise geopolítica, não significou que a política externa não fosse guiada por ideais geopolíticos. Um

---

<sup>16</sup> Ver Carr (1995).

<sup>17</sup> A Revista de Geografia, fundada e editada por Haushofer, foi publicada na Alemanha entre os anos de 1924 e 1944. Ela obteve grande sucesso, passando de uma tiragem inicial de mil exemplares por mês em 1924 para mais de cinco mil nos anos de 1930, um quarto dos seus leitores eram de assinantes do exterior. (VESENTINI, 2016).

<sup>18</sup> Todas as citações diretas retiradas de textos em inglês são traduções livres realizadas pelo autor.

<sup>19</sup> As exceções sobre os escritos da geopolítica no mundo ocidental no pós-Segunda Guerra se resumiram em críticas ao pensamento geopolítico desenvolvido nos países derrotados da guerra – Alemanha, Itália e Japão (VESENTINI, 2016). Hepple (1986) afirma que parece não haver nenhum título de livro em inglês utilizando a terminologia “geopolítica” entre as décadas de 40 e o livro de Gray, *Geopolitics of Nuclear Era*, de 1977. Houve, ainda, muitos poucos artigos em revistas de geografia e ciência política nesse período (HEPPLE, 1986).

<sup>20</sup> Alguns autores desse período continuaram desenvolvendo análises através de uma perspectiva geopolítica, utilizando visões sobre o *Heartland*, *Rimland* e contenção.

exemplo disso seria a política de “contenção” formulada e aplicada pelos EUA durante a Guerra Fria<sup>21</sup>.

As circunstâncias do contexto da Guerra Fria – descolonização, surgimento do nacionalismo no Terceiro Mundo, a revolução cubana e o crescimento do movimento revolucionário, a revolução chinesa e, principalmente, o crescimento do poder militar da União Soviética – contribuíram para a revitalização das reflexões geopolíticas. O principal motivo para esse renascimento do termo no Ocidente foi o uso constante do mesmo por Henry Kissinger<sup>22</sup>. A partir de então, o termo se torna novamente respeitado nos ambientes acadêmicos e de formulação de políticas dos Estados Unidos<sup>23</sup> (HEPPLE, 1986).

Mesmo com o “ressurgimento” do termo geopolítica, observa-se dois legados centrais deixados pelos autores clássicos aos neoclássicos do período da Guerra Fria e no pós-Guerra Fria. O primeiro seria um excepcionalismo nacional e o estadocentrismo, onde o Estado é a única unidade política relevante no sistema internacional. O segundo é o determinismo geográfico, onde o poder do Estado é atribuído de acordo com o contexto do território (BECKER, 2018).

É de se notar também que esses autores clássicos e neoclássicos escreveram sobre a geopolítica a partir de sua própria perspectiva nacional e pessoal, pois, segundo Dittmer e Bos (2019), é muito difícil que os indivíduos consigam abstrair de suas identidades subjetivas a fim de conduzir seus objetivos de pesquisa. Além disso, essas teorias universais de como o mundo funciona visavam principalmente os formuladores de políticas nacionais, sendo desenvolvida como uma espécie de conhecimento acadêmico voltado para os objetivos dos Estados (DITTMER; BOS, 2019).

## 2.1. As Teorias Geopolíticas Brasileiras

Antagonicamente aos países do norte global, a geopolítica nos países da América do Sul, de modo específico a Argentina, o Brasil e o Chile, permaneceu viva após a Segunda

<sup>21</sup> A política de “contenção” foi uma estratégia estadunidense que tinha como objetivo principal impedir a expansão soviética ao longo do globo. Seu principal idealizador foi George Frost Kennan (GÓES, 2018). Góes (2018) argumenta que essa geoestratégia teve influência da teoria do *heartland* de Mackinder e da teoria das fímbrias de Spykman, onde os EUA buscava o controle do *rimland* para manter a União Soviética isolada no *heartland* da Ilha Mundial (Europa, África e Ásia).

<sup>22</sup> Essa questão será melhor explicada na próxima subseção.

<sup>23</sup> Mesmo que esse conceito de Kissinger fosse, por vezes, confuso e vago, Kissinger e Nixon passaram a adotá-lo em discursos e escritos, trazendo-o para a imprensa e revistas populares e, posteriormente, para a linguagem popular. Desde então, a palavra “geopolítica” passou a ser parte de título de livros, sendo utilizado na mídia, em discussões políticas e em artigos acadêmicos (HEPPLE, 1986). Para ver com maior profundidade sobre a disciplina da geografia política no mundo no entre guerras e durante a Guerra Fria, ver Costa (2016).

Guerra Mundial, havendo uma considerável publicação de abordagens que cunhavam o termo geopolítica. Esses países construíram uma tradição geopolítica influente e uma vasta literatura que foi desenvolvida durante o século XX. Estas teorias, pelo menos até os anos 1980, implicavam uma certa agressividade, atitudes nacionalistas e muitas vezes chauvinistas em relação aos espaços, sendo utilizadas como instrumento político para que esses Estados alcançassem seus objetivos, aprimorando a projeção de seu poder nacional (KACOWICZ, 2000).

Esse discurso geopolítico na América do Sul apresenta um foco no Estado como provedor da segurança territorial em uma escala internacional e doméstica. Assim, o Estado acaba por priorizar a necessidade de exercer controle sobre o território através da ocupação populacional e do crescimento econômico (NOLTE; WEHNER, 2015). Essa geopolítica sul-americana recebeu influência das teorias sobre o Estado orgânico de Ratzel e Kjellén. Nesse sentido, o Estado é geralmente considerado um “organismo vivo” que busca sobreviver em um ambiente darwinista e competitivo por meio da consolidação da segurança nacional – essas ameaças ao Estado eram decorrentes de atores internos (grupos subversivos) e externos (Estados inimigos) (KACOWICZ, 2000).

No contexto sul-americano, merece destaque a experiência brasileira. A escola de pensamento geopolítico latino-americana mais notável, de acordo com Child (1979, p. 90), “é a brasileira, tanto por sua prolífica e imaginativa produção quanto pelo fato de que os conceitos geopolíticos brasileiros foram incorporados ao seu desenvolvimento nacional”<sup>24</sup>.

Contudo, entre os anos de 1930 e 1980, essa geopolítica foi uma atividade realizada quase que exclusivamente no seio militar – por oficiais e pelas instituições militares –, não havendo um pensamento geopolítico fruto de um ambiente reflexivo acadêmico e universitário, seja no campo da geografia ou da ciência política<sup>25</sup>. Costa (2016) argumenta que apesar de haver uma extensa produção geopolítica no Brasil, essas abordagens importavam os modelos da Europa, desde os seus primeiros movimentos (COSTA, 2016). Segundo ele (2016, p. 180), as teorias geopolíticas brasileiras eram “adaptações, frequentemente diretas e por vezes grosseiras, do que já fora produzido e exaustivamente discutido em outros centros”.

---

<sup>24</sup> Todas as citações diretas de textos publicados em língua estrangeira foram traduzidas para o português de forma livre pelo autor.

<sup>25</sup> Havia exceções, como por exemplo o engenheiro Backheuser (1879-1951) e os geógrafos Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) e a professora Therezinha de Castro (1930-2000). Ambos foram professores do Colégio Pedro II, do IBGE e conferencistas em instituições, como a Escola Superior de Guerra (Penha, 2008). Carvalho também foi professor do Instituto Rio Branco.

A partir do início da década de 1930 começou a ser produzido um tipo de pensamento que visava o fortalecimento do papel do Estado Nacional nos projetos de desenvolvimento. Essas ideias geopolíticas que se desenvolveram nesse contexto inspiraram diversas políticas do Estado, tanto internamente quanto na projeção externa do país nos campos da política, estratégia, economia e cultura, muitas vezes intensificando a rivalidade com atores regionais, sobretudo a Argentina (COSTA, 2017).

Essas teorias geopolíticas, que para Costa e Théry (2016, p. 4), refletiam “a hegemonia do pensamento autoritário e político do Estado”, vão continuar sendo produzidas, havendo ressonância no planejamento estratégico nacional e nas políticas territoriais – ocupação e a proteção das fronteiras, políticas de integração nacional, construção de Brasília, políticas de ocupação para a Amazônia, desenvolvimento de infraestrutura de transportes e de energia e programas de colonização – por aproximadamente sessenta anos (COSTA; THÉRY, 2016).

Dentre os primeiros geopolíticos brasileiros durante a década de 1920 e 1930 destacaremos Everardo Backheuser<sup>26</sup> e Mário Travassos. Backheuser foi um dos pioneiros a sistematizar o conhecimento, sendo um dos autores mais produtivos do período. Este autor conseguiu impulsionar o campo, discutindo tópicos como a mudança da Capital Federal, abordando assuntos sobre a organização nacional, a divisão territorial e de fronteiras (MIYAMOTO, 1981). Backheuser defendia a ocupação e o desenvolvimento das regiões fronteiriças a fim de consolidar os ganhos territoriais realizados pela diplomacia brasileira<sup>27</sup> (CHILD, 1979).

Mário Travassos, oficial do Exército Brasileiro, publicou uma das principais referências do pensamento geopolítico clássico brasileiro, o livro “Projeção Continental do Brasil” (1938)<sup>28</sup>. Travassos argumentava que o Brasil deveria se projetar em direção a um Eixo-Oeste, não se restringindo apenas ao longo da costa atlântica. Esse projeto deveria ser desenvolvido, a partir de dois eixos: um em direção a Bacia Amazônia e outra ao “triângulo mágico” formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de La Sierra. Dessa forma, o Brasil conseguiria contrariar o domínio da Argentina na bacia do Rio do Prata.

---

<sup>26</sup> Backheuser foi um engenheiro, conservador, no qual foi influenciado por autores da escola alemã como Ratzel, Obst, Haushofer, Maull. Backheuser também chegou a publicar na *Zeitschrift für Geopolitik* em meados da década de 1920 (COSTA, 2016; HEPPLÉ, 2004). Além dessa simpatia pela corrente alemã, ele também admirava as virtudes da “cultura alemã” que se desenvolvia no sul do país. Em contrapartida, o autor criticava “a ‘excessiva’ e ‘nociva’ influência francesa em círculos intelectuais da época” (Costa, 2016, p. 35).

<sup>27</sup> Como apontado por Hepplé (2006), Backheuser se baseou nas ideias de Kjellén para desenvolver o seu conceito de “fronteiras vivas”, no qual envolvia ideias de desenvolvimento e de ocupação de fronteiras antes que outros Estados as ocupem.

<sup>28</sup> Livro publicado originalmente em 1931.

Assim, para o Brasil cumprir o seu “destino continental”, era necessário se projetar nessas duas direções (CHILD, 1979). Nota-se, portanto, que esses pioneiros da geopolítica brasileira tinham como característica central em seu pensamento a projeção continental do poder nacional através de uma abordagem do poder terrestre, em direção ao interior do Brasil.

Devemos lembrar que esses autores estavam escrevendo durante a Era Vargas (1930-1945), onde houve diversas reformas administrativas do aparelho burocrático-estatal e foram colocadas em prática políticas territoriais que tinham como objetivo a ocupação do território nacional. Um dos exemplos foi a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1938, para o mapeamento e a criação de censos sobre a população, possibilitando um novo tipo de gestão territorial do país.

O IBGE foi um importante empreendimento do Estado não apenas pela produção de informações padronizadas, mas também pela capacidade de produzir discursos oficiais sobre o Brasil e sua construção geográfica (MAIA, 2012). De acordo com Maia (2012), durante o Estado Novo (1937-1945), houve um significativo aumento do investimento estatal no território, sob a bandeira do discurso da “Marcha para o Oeste”, criando não apenas agências, mas também políticas públicas de colonização da região amazônica e do centro-oeste brasileiro<sup>29</sup>. Dodds (1993a) aponta que esse projeto de integração nacional significou a destruição de diversas populações indígenas e seus habitats. Além disso, foram iniciativas que buscavam construir uma identidade nacional que integrasse esses espaços terrestres. Isto é, faz parte do discurso que tenta consolidar a identidade de Brasil continental.

De acordo com Costa (2016, p. 187), esse pensamento da unidade nacional como integração territorial foi o:

discurso geográfico e político que predominou em boa parte da história republicana do país, e que, em certa medida, reiterava concepções que remontam ao período colonial. A partir dos anos de 1920 ele passou a integrar os círculos de pensamento oficiais e paraoficiais de modo cada vez mais sistemática. O desenvolvimento dos estudos geográficos, combinado com esse tipo de “ideologia nacional”, é que resultaria no que foi rotulado de pensamento “geopolítico brasileiro”.

Esse tipo de pensamento geopolítico foi incluído nos cursos do Exército Brasileiro através da disciplina geografia militar, se instaurando como cadeira obrigatória já no início dos anos de 1930. Ademais, a disciplina conquistou notável prestígio no país, principalmente

---

<sup>29</sup> Não foram apenas os discursos sobre os aspectos territoriais que se fizeram presente nesse contexto. Os afundamentos de navios brasileiros no Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial pela Alemanha, gerou um discurso geopolítico que apontava que a principal ameaça vinha desse espaço, influenciando o ingresso do Brasil na guerra. Contudo, esse discurso parece se limitar a esse período, não sendo utilizado em um período posterior para incorporar esse espaço na identidade nacional. Após a Segunda Guerra, esse espaço se tornou parte de um grande Atlântico sob responsabilidade dos EUA e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

na fase mais autoritária do governo varguista, o Estado Novo (1937-1945), sendo utilizado pela elite militar e conservadora como um instrumento prático e teórico “científico” a respeito das questões nacionais (COSTA, 2016).

O período que se seguiu ao término da Segunda Guerra Mundial, e que incluiu a criação da Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949, marcou uma nova etapa nos estudos da geopolítica, surgindo uma nova geração de autores como Golbery do Couto e Silva, Carlos Meira Mattos e Therezinha de Castro. A ESG, por sua vez, assumiu o papel de “laboratório de ideias do seio militar” (MIYAMOTO, 1981, p. 79), desempenhando um papel de educação não apenas para a elite militar, mas também para a elite política-burocrática do Estado.

Com a ascensão do estamento militar ao poder no Brasil (1964-1985), autores geopolíticos que eram oficiais militares assumiram cargos do alto escalão político nesses governos, tendo como principal exemplo o General Golbery, que se tornou o chefe do Serviço Nacional de Informação<sup>30</sup>. Além do mais, o pensamento geopolítico teve um papel importante na formação ideológica no período, na criação da Doutrina de Segurança Nacional<sup>31</sup> e na aplicação de políticas públicas, como os programas de planejamento e infraestruturas regionais, os programas de colonização de regiões consideradas remotas como a Amazônia, assim como, na política externa e no programa nuclear brasileiro (COSTA; THÉRY, 2016; HEPPLÉ, 2006).

Os estudos geopolíticos no Brasil, durante a Guerra Fria, foram influenciados pelo confronto bipolar. A geopolítica brasileira desse período abordou temas como a aliança Brasil-Estados Unidos e a percepção do comunismo como uma ameaça, tanto na esfera doméstica<sup>32</sup> quanto na internacional (HEPPLÉ, 2004). Essas teorias geopolíticas foram discursos importantes na articulação do que foi considerado como perigo “interno” e “externo” ao Estado.

---

<sup>30</sup> Além desse cargo, Golbery também atuou na Comissão Militar Brasileira no Paraguai (1947-1950); assumiu funções de chefe de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional do presidente Jânio Quadros em 1961; foi Ministro do Tribunal de Contas da União a partir de 1967 e em 1974, no governo Geisel, tornou-se chefe da Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2021d).

<sup>31</sup> A Doutrina de Segurança Nacional nasceu nos Estados Unidos, sendo “exportada” para o Brasil através da ESG. Trata-se de um conjunto de construções teóricas que visava orientar a política brasileira em um contexto de Guerra Fria. Ela foi formulada a partir de uma ideologia anticomunista, buscando inserir o Brasil na estratégia de contenção da União Soviética. Em síntese, essa doutrina caracterizava a União Soviética e as guerrilhas comunistas como as principais ameaças ao Estado brasileiro (FERREIRA, 2012; GARCIA, 1997).

<sup>32</sup> A aplicação da Doutrina de Segurança Nacional pelos governos militares na América do Sul resultou em milhares de mortes e “desaparecidos”, sendo um período dramático no que concerne a articulação de perigos e alteridades (DODDS, 1993a).



É nesse contexto de Guerra Fria que as temáticas relacionadas ao espaço oceânico<sup>33</sup> começaram a ser elaboradas. Um artigo de Backheuser chamado “Aspectos Geopolíticos do Mar” é publicado em 1959. Esse artigo apresenta um caráter doutrinário e busca refletir sobre as consequências que a aviação trará para os espaços oceânicos. Uma das ideias defendidas pelo autor era de que os oceanos encurtaram com o advento dos aviões. Segundo ele (1959), a característica dos mares de serem separadores de povos se tornou muito menor, tornando-os mais próximos devido à facilidade de transporte de cargas e passageiros. Portanto, ocorre um aumento do valor geopolítico dos oceanos tanto na paz quanto na guerra. Nas palavras do autor “a diminuição das distâncias faz crescer o valor político das áreas ocupadas pelos oceanos” (BACKHEUSER, 1959, p. 85).

A partir de meados da década de 1960 e início de 1970, o espaço oceânico passou a despertar maior interesse do Estado brasileiro (HURRELL, 1983; SARAIVA, 2012). Foi nesse mesmo período, mais precisamente em 1966, que o General Golbery do Couto e Silva publicou o seu livro “Geopolítica do Brasil”, abrangendo contribuições para o pensamento geopolítico do Atlântico.

Nesse livro, Golbery tinha a ideia de transformar o Brasil em uma grande potência mundial. De acordo com Gonçalves e Miyamoto (1993) o pensamento de Golbery se rompe com alguns aspectos das teses geopolíticas defendidas por Backheuser e Travassos durante a década de 1930 e 1940. Segundo esses autores (1993), a geopolítica de Golbery se diferencia em três aspectos dessas teorias anteriores. O primeiro deles é que Golbery criticava a geopolítica de matriz alemã, se aproximando das abordagens geopolíticas desenvolvida nos EUA. O segundo ponto é que as teorias de Golbery foram influenciadas pela disputa ideológica da Guerra Fria, revelando um caráter anticomunista. E a terceira é que as suas teses geopolíticas projetavam o Brasil no cenário mundial e não apenas continental.

Esse projeto geopolítico de Golbery buscava inserir o Brasil na estratégia de defesa do Ocidente. Ele tentou demonstrar que o Brasil não era uma área imune à propaganda do eixo Moscou-Pequim, ressaltando, assim, a importância do Brasil para a estratégia ocidental de embate ao mundo comunista. Na visão desse autor, os EUA deveriam cooperar economicamente e militarmente com o Brasil para reforçar as potencialidades geopolíticas brasileiras, possibilitando o auxílio brasileiro na proteção da América do Sul e do Atlântico Sul contra os inimigos externos e internos (GONÇALVES; MIYAMOTO, 1993).

---

<sup>33</sup> As palavras “espaço oceânico” e “espaço marítimo” serão utilizadas de forma intercambiável nessa dissertação.

Em uma das projeções cartográficas de Golbery (1981), o Atlântico é representado como um “novo Mediterrâneo, igualmente cinturado, mais aberto entretanto a influências e ameaças externas” (COUTO E SILVA, 1981, p. 76). O Atlântico Sul, de modo específico, exerce função relevante dentro da ideia geopolítica de hemiciclos interior e exterior de Golbery<sup>34</sup>.

O hemiciclo interior se situa em um círculo concêntrico de um raio de aproximadamente 10.000 quilômetros em relação ao Brasil. O hemiciclo interno se estenderia da América do Norte até a Antártida, atingindo até a África Ocidental, ou seja, acabaria englobando toda a região atlântica das Américas, África e Antártica. Essa área é caracterizada por ser estável, havendo a ausência de um potencial agressor imediato. Ou seja, o Atlântico Sul é um “lago interior ainda seguro que se afirma como a chave estratégica de todas as ligações menos vulneráveis a serviço do Ocidente”<sup>35</sup> (COUTO E SILVA, 1981, p. 80).

Porém, de acordo com o pensamento de Golbery, a América do Sul pode vir a sofrer ameaças decorrentes do hemiciclo exterior, também chamado de hemiciclo perigoso, que abrange um raio de aproximadamente 15.000 quilômetros de raio, se estendendo do Ártico até a Antártida, tendo a Ásia como o ponto mais distante. Estão presentes nesse hemiciclo a Europa, a África Oriental, a Ásia e a Oceania. Nesse sentido, Golbery alerta para a necessidade de cooperação na defesa da África Ocidental e do Sul, pois essa região é entendida como sendo de “fronteira” e por onde um inimigo poderia atacar o Brasil, dominando as comunicações vitais do Atlântico (COUTO E SILVA, 1981).

Outros dois autores relevantes da geopolítica brasileira no período coadunavam com o pensamento de Golbery: o General Meira Mattos e Therezinha de Castro. O primeiro corroborava com a ideia de que a costa da África era uma peça fundamental na defesa do território nacional e era onde deveria se iniciar as preocupações de defesa nacional. O Atlântico Sul deveria ser, portanto, um “espaço de responsabilidade” do Brasil, onde seriam necessárias uma maior presença e liderança brasileira (PIMENTEL, 2016). Assim, Meira Mattos advogava pela necessidade dos países sul-atlânticos, aliados dos EUA, de constituírem uma unidade na defesa do Atlântico Sul contra o inimigo soviético. Meira Mattos defendia a estruturação de aliança defensiva entre Argentina, Brasil e África do Sul que auxiliasse as forças ocidentais (PENHA, 2008).

---

<sup>34</sup> Apesar da primeira edição do livro ser de 1966, apenas conseguimos ter acesso a edição de 1981.

<sup>35</sup> O pensamento geopolítico de Golbery partia de uma dicotomia ideológica e política entre civilização ocidental-cristã-democrática-liberal versus civilização oriental-comunista-materialista. Nesse sentido, a ideia do anticomunismo e uma aliança com os Estados Unidos eram eixos centrais de seu pensamento (COSTA, 2016).

Já Therezinha de Castro, representava a posição geográfica do Brasil como área *pivot* para a defesa do Ocidente, pois diversas matérias primas estratégicas, como o petróleo do Oriente Médio, passavam na área entre a costa brasileira e a africana ocidental. Desse modo, um aumento de presença soviética na região ameaçaria a segurança dessa rota para o Ocidente. Contudo, diferente dos dois autores supracitados, Castro não enxergava as relações com os EUA como fundamentais, haja vista a mudança de comportamento do governo estadunidense a partir da década de 70, como por exemplo, as críticas do presidente Jimmy Carter ao programa nuclear brasileiro e o apoio do presidente Ronald Reagan ao Reino Unido em detrimento da Argentina na Guerra das Malvinas (PENHA, 2008).

Castro também desenvolveu o conceito de “Oceanopolítica”, que seria a política aplicada aos espaços oceânicos do ponto de vista do “poder mundial”, assim como, desenvolveu trabalhos que articulava três massas terrestres que fazem parte do Atlântico Sul: Antártica, África e América do Sul (PENHA, 2008).

Portanto, a breve discussão exposta acima apresenta como a tradição geopolítica brasileira, principalmente a partir de meados dos anos 60, tem desenvolvido estudos, a partir de uma visão geopolítica clássica, sobre o espaço marítimo. Flores (1972) é mais um exemplo dessa tradição. Diferente da abordagem dos autores anteriores, Flores se debruça sobre os escritos do Almirante estadunidense, Alfred Mahan, para desenvolver uma teoria do Poder Marítimo brasileiro, abrangendo diversos temas como: o mar territorial e a soberania marítima; o poder marítimo; o poder naval; a infraestrutura naval; a exploração dos recursos do mar e, principalmente, a mentalidade marítima da população<sup>36</sup>.

Apesar da geopolítica no Brasil ter desenvolvido uma tradição no pós-Segunda Guerra, houve um processo de descrédito da geopolítica nos países do Ocidente. Foi a partir da década de 1970 e 1980 que o termo “geopolítica” voltou a ser utilizado nesses países, surgindo várias análises geopolíticas sobre problemáticas globais e regionais. Um dos principais responsáveis para o ressurgimento do termo foi Henry Kissinger<sup>37</sup>. O termo passou a ser utilizado nos discursos e escritos tanto de Kissinger quanto do presidente Nixon, transferindo a “geopolítica” para a linguagem popular através da imprensa e revistas populares<sup>38</sup>. A partir de então, diversos livros passaram a adotar títulos com o termo

---

<sup>36</sup> O tema da mentalidade marítima será aprofundado no capítulo 3.

<sup>37</sup> Foi Conselheiro de Segurança Nacional (1969-1975) durante a administração do presidente Nixon, assumindo, posteriormente, o cargo de Secretário de Estado dos EUA (1973-1977).

<sup>38</sup> Hepple (1986) argumenta que a definição de geopolítica de Kissinger nem sempre é clara. Sua ideia de geopolítica está associada à sua tentativa de transformar a política externa estadunidense em direção a uma *realpolitik*, que visava o equilíbrio de poder global.

“geopolítica”. Além do mais, este termo passou a ser amplamente utilizado na mídia e em discussões políticas, se tornando também um assunto debatido em artigos acadêmicos (HEPPLE, 1986).

Esse reavivamento da geopolítica mundialmente envolveu geógrafos e cientistas políticos, sendo feita por distintas abordagens, como conservadores, liberais, comportamentais e críticos. Uma dessas correntes foram as derivadas de geopolíticos “tradicionais” ou clássicos. Essa renovação da geopolítica clássica, também chamada de “neoclássica”, é uma abordagem que desenvolve diretrizes e análises para a tomada de decisão política. Essas análises conceitualizam os desafios da política internacional e da política externa dos Estados de acordo com suas características geográficas, ou de suas posições no mapa global. Portanto, essa concepção geopolítica enfatiza os fatores geográficos físicos e humanos, se utilizando de um determinismo geográfico<sup>39</sup> (HEPPLE, 1986; NOLTE; WEHNER, 2015).

Também foram desenvolvidas vertentes que seguiam uma “geopolítica comportamental”, pautada na construção de modelos comportamentais e matemáticos da difusão internacional de conflitos entre Estados. Não obstante, teorias com uma perspectiva crítica – com influências marxistas ou não – surgiram principalmente na França. Um dos principais trabalhos desse período foram desenvolvidos por Yves Lacoste e seus colegas no jornal *Heródoto*<sup>40</sup>. Lacoste em seu principal livro, “Geografia: Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra”, publicado primeiramente em 1976, compreende a geografia como um tipo de conhecimento fortemente ideológico e que apresenta importantes aplicações militares e geopolíticas. A ideologia dessa disciplina ficava escondida pelo aspecto “acadêmico” e “objetivo”. A tarefa da geografia, então, era arrancar essa cortina de fumaça ideológica alcançando o objetivo de libertar e não dominar os indivíduos (LACOSTE, 2012).

Esse processo de renascimento da geopolítica, de modo geral, também teve impacto na produção de conhecimento na área no Brasil. Nos anos 80, o país já tinha passado por profundas mudanças na estrutura social decorrentes da industrialização e da urbanização. Essa década também foi marcada pelo processo gradativo de democratização, tendo como exemplo, as eleições diretas para governadores em 1982, a Assembleia Constituinte em 1988 e a primeira eleição direta para presidente em 1989 (COSTA, 2017).

---

<sup>39</sup> Essas teorias geralmente adotam ideias, como por exemplo, se um país não tem litoral ou tem um grande litoral; é um país rico ou pobre em matéria-prima, para apontar quais são os caminhos “naturais” que o Estado deve seguir.

<sup>40</sup> A revista *Heródoto* foi fundada em 1976 por Yves Lacoste e trata de temas relacionados a geografia e a geopolítica.

É nesse contexto que surgem os primeiros intelectuais da academia – do campo da ciência política e da geografia – dedicados a produzir conhecimento sobre a geopolítica, sendo um pensamento “explicitamente civil, não-autoritário e relativamente autônomo do Estado” (COSTA; THÉRY, 2016, p. 7). Tendo como exemplo dessa nova abordagem, podemos citar as contribuições desenvolvidas por Miyamoto (1981); Becker (1982); Vesentini (1986) e Costa (1988)<sup>41</sup>.

O artigo de Becker intitulado “A geografia e o resgate da geopolítica”, publicado em 1988, teve um papel relevante para a renovação da disciplina no Brasil. Esse trabalho explicita esse novo pensamento sobre a geopolítica brasileira e aponta caminhos que implique um alargamento dos estudos e temas (COSTA, 2017). Becker (2012) critica a herança ideológica da geopolítica que tem no determinismo geográfico e no Estado-Nação como unidade exclusiva do poder mundial a sua base. Segundo a autora (2012) esse tipo de análise é simplificador da realidade, na medida que não abre espaço para novas fontes de poder.

O determinismo geográfico atribui o poder à configuração das terras e mares e ao contexto dos territórios, acaba por omitir a responsabilidade dos indivíduos na tomada de decisão política. Assim, a naturalização do Estado e do espaço pelo determinismo geográfico criam um impasse para a análise do espaço como uma dimensão política e social (BECKER, 2012). Para ela (2012), o Estado é apenas uma dentre várias unidades de poder; e o poder não é determinado pela configuração da geografia, mas sim por decisões dos indivíduos e pelas relações sociais.

A geopolítica é compreendida por Becker (2012) como construída no tempo-espaço e pelo trabalho humano, tanto material quanto intelectual, sendo um movimento político. Dessa forma, Becker afirma que:

A Geopolítica que queremos resgatar é a do reconhecimento sem fetichização da potencialidade política e social do espaço, ou seja, a do saber sobre as relações entre espaço e poder. Poder multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores, relação social presente em todos os níveis espaciais. Espaço, dimensão material, constituinte das relações sociais e, por isso mesmo, sendo, em si, um poder (BECKER, 2012, p. 119).

A democratização das instituições brasileiras pós-constituição de 1988 favoreceu a criação de centros de pesquisa e de debates (*Think Tanks*<sup>42</sup>) que abordassem a temática da

---

<sup>41</sup> Esses acadêmicos brasileiros responsáveis por essa renovação foram influenciados pelos intelectuais franceses, principalmente pelas obras de Yves Lacoste (2012), Claude Raffestin (1993) e as edições da revista *Heródoto*.

<sup>42</sup> Segundo Costa (2017, s/p), *Think Tanks* “são basicamente núcleos híbridos ou semiautônomos de pensamento estratégico que, em geral, congregam tanto os policy makers de origem estatal (militares e civis), quanto intelectuais acadêmicos e representantes da sociedade civil em geral”.

geopolítica e da estratégia, seja de modo direto ou não. Somado a isto, aumentaram os cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, Ciência Política e Relações Internacionais<sup>43</sup>. Em período mais recente, houve também um maior ingresso de militares nesses cursos, assim como, a abertura de programas de mestrado e doutorado em instituições militares e aberto para o ingresso de civis, demonstrando uma tendência de maior interação entre o pensamento universitário e os núcleos de pensamento militar. A criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)<sup>44</sup> em 2005 ilustra essa tendência de maior interesse nos assuntos de segurança e defesa na sociedade civil (COSTA; THÉRY, 2016).

Durante a década de 90, surgiram correntes geopolíticas menos nacionalistas e mais integrativas. Essas correntes não seguiam uma visão extremamente realista, mas adotavam uma perspectiva mais moderada. Essas perspectivas geopolíticas apoiavam a integração no nível regional e conferiam ênfase geoeconômica ao invés de apenas ao território e à política. Algumas das ideias que esse pensamento defendia incluíam a resolução de rivalidades duradouras, uma maior aproximação entre Brasil e Argentina e o incremento da integração regional (KACOWICZ, 2000)<sup>45</sup>.

Porém, é importante destacar que, contemporaneamente, a geopolítica neoclássica continuou tendo na América do Sul um terreno fértil para o seu desenvolvimento, sendo o pensamento dominante. Ainda que essa abordagem não tenha o mesmo destaque do tempo das ditaduras militares, mantém-se como um discurso influente nas políticas externas e de defesa dos países da região (NOLTE; WEHNER, 2015). Nolte e Wehner (2015) afirmam que a geopolítica neoclássica continua sendo importante no século XXI nos países da América do Sul, havendo um número expressivo de livros e artigos publicados. Além do mais, é uma disciplina que continua compondo os currículos das academias militares desses países, principalmente a do Brasil (XAVIER, 2017).

Nessa abordagem da geopolítica, além da adoção de uma dimensão de luta pelo controle territorial e marítimo, destacam-se questões relacionadas aos recursos naturais<sup>46</sup>, levando a sua crescente securitização e novas disputas, principalmente no que concerne às

---

<sup>43</sup> O primeiro curso de graduação em Relações Internacionais no Brasil foi criado na Universidade de Brasília em 1974. O primeiro curso de doutorado em Relações Internacionais no Brasil foi criado no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio em 2001.

<sup>44</sup> Para informações a respeito do histórico de criação dessa instituição, ver ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA (2021).

<sup>45</sup> Nota-se a coincidência do processo de formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991.

<sup>46</sup> Os governos dos países sul-americanos utilizaram os recursos naturais para projeção de poder regional ou como instrumento de política externa. Acreditava-se que esses recursos poderiam alterar o peso político e econômico do país, como é o caso do petróleo descoberto pelo Brasil (NOLTE; WEHNER, 2015).

fronteiras marítimas. Esses conflitos nas áreas marítimas envolvem o controle, a posse, a exploração e integração das áreas *offshore* do mar, ricas em recursos naturais (KACOWICZ, 2000).

Desse modo, pode ser identificado que existe uma continuidade das preocupações geopolíticas nos países sul-americanos no que tange às ameaças ao território e aos interesses nacionais, ao espaço sul-atlântico e reivindicações conflitantes no continente antártico. Além disso, ameaças não-tradicionais foram incorporadas e/ou reincorporadas na agenda política desses Estados, como por exemplo, o contrabando, a imigração ilegal, tráfico de drogas, pirataria, terrorismo, degradação e poluição ambiental – essas ameaças passaram a ser associadas à fronteira, ao espaço, aos recursos e a localização estratégica (KACOWICZ, 2000).

Podemos observar também a presença de discursos geopolíticos clássicos nos Livros Brancos de Defesa e Políticas e Estratégia de Defesa dos países do Cone Sul (Argentina, Brasil e Chile). Esses textos apresentam marcadores geopolíticos, como mapas de fronteiras marítimas, de territórios perdidos e de projeções de poder. Esses discursos geopolíticos fazem parte da tentativa desses governos de construir identidades baseadas em espaços territoriais ou marítimos (NOLTE; WEHNER, 2015). Portanto, essa busca por apropriação de territórios e construção de identidades sobre o espaço é um importante tema nas discussões geopolíticas na América do Sul, principalmente no Brasil (DODDS, 1993a). Um exemplo disso, é a narrativa da “Amazônia Azul” promovida pela Marinha do Brasil a partir de 2004, que visa justamente essa construção de uma identidade pautada no espaço marítimo<sup>47</sup> e que será analisada na presente dissertação (NOLTE; WEHNER, 2015).

O Atlântico Sul e a consolidação das fronteiras marítimas têm sido palco do interesse geopolítico dos países do Cone Sul. Isso se deu devido a expansão da jurisdição ambiental e econômica no espaço marítimo para 200 milhas náuticas<sup>48</sup>, a descoberta de recursos marinhos e o desenvolvimento de novas tecnologias de exploração nas águas e no fundo do mar. Esses fatores, muitas vezes intensificaram a relevância das disputas territoriais no espaço oceânico (NOLTE; WEHNER, 2015).

Os Documentos de Defesa do Brasil apresentam diversas representações espaciais. Nos documentos brasileiros, o Atlântico Sul é visto como uma área de grande importância

---

<sup>47</sup> É uma iniciativa que busca incluir uma perspectiva marítima na identidade nacional, e não apenas continental.

<sup>48</sup> Para mais informações sobre o papel de países latino-americanos no desenvolvimento da Lei do Mar, ver Garcia-Amador (1974).

geopolítica, sendo parte do seu Entorno Estratégico Brasileiro<sup>49</sup> – essa área é compreendida pelas forças armadas brasileiras como um espaço de projeção de poder. Além do mais, o Brasil possui a maior costa do Atlântico Sul, mas há uma percepção por parte dos seus tomadores de decisão de que essa fronteira marítima se encontra vulnerável, especialmente após as descobertas de grandes jazidas de petróleo e gás na camada do pré-sal de sua plataforma continental. Assim, o governo brasileiro tem buscado a expansão do seu espaço marítimo através da reivindicação de ampliação de sua plataforma continental junto à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar<sup>50</sup> (CNUDM) (NOLTE; WEHNER, 2015).

Por fim, a geopolítica era, e continua sendo para muitos autores nacionalmente e internacionalmente, o estudo da política do Estado e a adivinhação dos padrões da política mundial, buscando o assessoramento dos tomadores de decisão. Ainda hoje, variantes dessa geopolítica clássica persistem no modo em que os políticos, especialistas em política externa e segurança, estrategistas militares, acadêmicos e a população compreendem os assuntos internacionais. Assim, a literatura da geopolítica clássica continua possuindo expressividade, tanto em termos de popularidade e exibição na mídia, quanto nos ambientes de formulação de políticas (DODDS; KUUS, SHARP, 2016; MOISIO, 2016).

Ao mesmo tempo que alguns intelectuais estavam reutilizando o termo geopolítica no contexto da Guerra Fria<sup>51</sup>, outros autores começaram a explorar um conceito diferente de geopolítica, sendo críticos a essa tradição clássica (DODDS, 2014).

Enquanto essas abordagens clássicas tinham como centro de sua preocupação a expansão imperialista e lutas entre Estados territoriais concorrentes, esses intelectuais críticos (DALBY, 1988, DODDS, 1993; 'TUATHAIL, 1996; Ó'TUATHAIL; AGNEW, 1992; SHARP, 1993) buscaram resistir e questionar essa geopolítica com raízes militaristas, imperiais, nacionalista e racista, monopolizada, em grande parte, pelas elites estatistas,

---

<sup>49</sup> A Política de Defesa Nacional (1996, p. 5) já afirmava que “a concepção do espaço regional extrapola a massa continental sul-americana e inclui, também, o Atlântico Sul”. Contudo, foi apenas no decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, que aprovava a Política de Defesa Nacional, que o Atlântico Sul foi definido dentro de um conceito de Entorno Estratégico. Esse documento afirma que “o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África” (BRASIL, 2005). Dessa forma, a ideia do Atlântico Sul como parte do entorno estratégico vai ser reforçado nos demais documentos de defesa do Brasil que foram publicados em 2012, como o Livro Branco de Defesa Nacional.

<sup>50</sup> Devemos ainda ressaltar que diferente do caso argentino, onde existe uma disputa clara entre Argentina e Reino Unido pelos territórios das Ilhas Malvinas/Falklands, o Brasil não possui disputas, pelo menos até o presente momento, acerca de seu projeto de ampliação de suas fronteiras marítimas.

<sup>51</sup> Além do Kissinger, autores como Saul Cohen e Colin Gray desenvolveram trabalhos utilizando esse termo durante a Guerra Fria. Para mais informações sobre a geopolítica da Guerra Fria, ver Warner (2013).



políticos conservadores e “especialistas” (DODDS; KUUS; SHARP; 2016; Ó’TUATHAIL; DALBY; ROUTLEDGE, 1998).

O projeto da geopolítica crítica, que será discutido na próxima seção, é uma dessas reações contra as vertentes da geopolítica clássica. A partir da tentativa de ampliar o debate e considerar outras vozes além das dominantes, a geopolítica crítica, ao invés de definir a geopolítica como uma descrição não problemática do mapa político global, ela considera a “geopolítica como um discurso, como uma forma cultural e politicamente variada de descrever, representar e escrever sobre a geografia e a política internacional” (Ó’TUATHAIL; DALBY; ROUTLEDGE, 1998, p. 3).

Dessa forma, o discurso geopolítico não é mais tratado como a linguagem da verdade, como uma descrição neutra e imparcial de uma realidade objetiva, mas como parte da própria política, onde os discursos de intelectuais, instituições e estadistas buscam construir as suas próprias verdades (Ó’TUATHAIL; DALBY; ROUTLEDGE, 1998). Assim, essa perspectiva crítica, mesmo sendo pouco desenvolvida no Brasil, nos fornece reflexões importantes para analisarmos os diferentes discursos geopolíticos brasileiros.

## 2.2. Por uma Geopolítica Crítica

A reaparição da geopolítica nos anos 70 e o surgimento de uma nova era de geopolítica global nos anos 90, não significou somente a produção de teorias a partir dessa vertente clássica. A disciplina começou a passar por um processo de revisão epistemológica crítica já desde meados da década de 1970 (LIMA, 2013), possibilitando repensar a imaginação geopolítica moderna<sup>52</sup> – que tem raízes na geopolítica clássica – e a substituí-la por uma nova “imaginação geográfica que leve a sério os lugares como cenário para a vida humana e tenta entender a política mundial em termos de seus impactos no bem-estar material e na identidade das pessoas em diferentes lugares” (AGNEW, 2003, p.128-129).

Um dos precursores de uma geopolítica crítica, mesmo não se utilizado dessa nomenclatura, foi Yves Lacoste, que buscou desmascarar as expressões militaristas e do poder do Estado contidas no discurso da geografia escolar e universitária, tidos como

---

<sup>52</sup> Para Agnew (2003, p. 6) “O imaginário geopolítico moderno é um sistema de visualização do mundo com profundas raízes históricas no encontro europeu com o mundo como um todo. É uma visão construída do mundo, não uma simples visão espontânea que surge simplesmente de olhar para o mundo com “bom senso”. Como um sistema de pensamento e prática, a imaginação geopolítica moderna não existiu e não existe em um vácuo material. [...] A insistência em assumir o controle do mundo é uma característica fundamental da modernidade europeia”. Essa imaginação molda a política mundial, onde os Estados competem por poder, buscando assumir o controle sobre regiões menos modernas, superar outros Estados e garantir a primazia global (AGNEW, 2003).

ideologicamente “neutros” e “inocentes”<sup>53</sup>. Sua abordagem, segundo Costa (2016, p. 249) visava uma geopolítica “comprometida eticamente com a paz, a democracia e a justiça social”. Outros dois importantes autores que colaboraram com esse ressurgimento crítico da geopolítica foram: Paul Claval, em seu livro “Espaço e Poder” de 1978 e Claude Raffestin, “Por uma geografia do poder” de 1980 (COSTA, 2016; LIMA, 2013). Com isso, diversas outras abordagens críticas às geopolíticas clássicas começaram a emergir.

A abordagem que nos concentraremos aqui será a geopolítica crítica que surgiu no final da década de 1980 no mundo anglo-americano. As origens dessa abordagem estão em diversos trabalhos de John Agnew, Gearóid Ó’Tuathail, Simon Dalby e Joanne Sharp (DITTMER; BOS, 2019; MOISIO, 2016). Dalby (2008) aponta que o ponto pé inicial desse projeto acadêmico vai ser dado no artigo de Ó’Tuathail chamado *Language and Nature of the New Geopolitics* de 1986. Porém, foi apenas na tese de doutorado de Ó’Tuathail, *Critical Geopolitics: the social construction of space and place in the practice of statecraft* (1989), sob orientação de John Agnew, que a expressão “geopolítica crítica” foi empregada pela primeira vez.

A geopolítica crítica surge como parte da virada linguística/construtivista nas ciências sociais e na geografia humana (MOISIO, 2016). Todavia, nunca houve um programa de pesquisa claramente delimitado ou internamente coerente. Suas principais inspirações foram as vertentes pós-estruturalistas, englobando também outras correntes críticas, como o neomarxismo, o feminismo e o pós-colonialismo (DALBY, 1996; DODDS; KUUS, SHARP, 2016).

Como apontado por Ó’Tuathail (2021, p. 7), a “geopolítica crítica é uma abordagem aberta”. Sendo assim, a geopolítica crítica não diz respeito a apenas um único conjunto de métodos e uma única teoria, mas significa “um local de encontro geral para as várias críticas dos múltiplos discursos e práticas geopolíticas que caracterizam a modernidade” (JONES; SAGE, 2010, p. 316). Trata-se ainda hoje de uma ferramenta importante para questionar criticamente as imaginações geopolíticas contemporâneas (JEFFREY, 2021).

Assim, a geopolítica crítica se diferencia das teorias clássicas (ou neoclássicas) pois, as neoclássicas estão relacionadas a uma abordagem teórica de solução de problemas<sup>54</sup>, voltadas para a conceituação e prática da política. Essas acreditam ser uma forma instrumental de saber e racionalidade, consideram as estruturas de poder como dadas e fornecem conselhos

<sup>53</sup> Ver Lacoste (2012). Esse livro, “A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” foi publicado pela primeira vez em francês em 1976.

<sup>54</sup> Ver Cox (1981) sobre a diferença entre Teorias de Resolução de Problemas e Teorias Críticas.

aos tomadores de decisão. Sua forma de narrativa começa afirmando “o mundo é assim”, para então, dizer “isso é o que devemos fazer” (Ó’TUATHAIL, 1999).

Por outro lado, a geopolítica crítica é um “empreendimento teórico problematizador que coloca em questão as estruturas existentes de poder e saber” (Ó’TUTHAIL, 1999, p. 107), cujo foco central está na escrita de mundos e na construção de “geografias”. Esse projeto passa a ser, então, um ponto de partida para uma forma diferente de geopolítica, menos sobrecarregada pelo nacionalismo e chauvinismo, e mais comprometida com a justiça cosmopolita e com a análise autocrítica (JONES; SAGE, 2010). Ó’Tuathail (1994) defende uma geopolítica crítica que interrogue os posicionamentos oficiais de instituições e redes de poder sobre a política mundial. Todavia, a geopolítica crítica não é um discurso que ocorre fora e em separado da geopolítica, mas é igualmente uma “geopolítica que desconstrói e constrói” (Ó’TUATHAIL, 1994, p. 542). Para Ó’Tuathail (2021), a geopolítica crítica tem como causa primária amenizar os riscos que os indivíduos enfrentam atualmente no globo.

Ambas as abordagens geopolíticas, seja ela crítica ou clássica, compartilham um interesse comum no que tange as relações entre geografia e política, onde toda geografia é política e a política é sempre espacial. Entretanto, elas se diferenciam no modo em que especificam a relação entre os aspectos materiais e ideacionais do mundo social e entre a representação da realidade social (GUZZINI, 2012). Para Guzzini (2012), a perspectiva da geopolítica clássica é sobre a *geografia da política*. Nesse caso, são os fatores materiais que fornecem o pano de fundo estrutural dentro do qual os atores tomam as suas decisões. Em contraponto, a abordagem crítica inverte esse interesse problematizando a geografia em si, passando a ser a sobre a *política da geografia*. Sendo assim, não se trata de forças naturais ou fatores geográficos na política, mas de compreender a geografia através de relações de poder e, portanto, socialmente construída (MOISIO, 2015).

A palavra “geografia” tem suas origens no grego e significa “escrita da terra”. Este termo estava relacionado a definição inicial da geografia como uma ciência de mapear e dividir o mundo em regiões naturais. Atualmente, tem se dado novo significado na medida em que a geografia tem se empenhado cada vez mais a estudar como inscrevemos significados aos lugares, dividindo, assim, o mundo em espaços aos quais associamos valores (DITTMER; BOS, 2019).

Desse modo, a geografia do mundo não deve ser compreendida como um produto da natureza, como um fenômeno descolado do discurso, ao contrário, ela deve ser pensada como um discurso social e histórico e uma forma de poder/saber em si mesma, que envolve questões políticas e ideológicas (Ó’TUATHAIL; AGNEW, 1992). Nessa abordagem crítica, a

geografia deixa de ser apenas um cenário em que os eventos ocorrem e passa a ser vista como um elemento crucial para a escrita cultural e política de significados sobre o mundo (DODDS, 1993b). Para Ó'Tuathail (1996), geografia é sobre poder. Ela é um produto das histórias de lutas sobre o poder de organizar, ocupar e administrar os espaços.

A geopolítica crítica como sendo um “movimento intelectual dedicado a questionar as premissas geográficas da política global” (DITTMER; BOS, 2019, p.10), teve como uma de suas principais iniciativas tentar expor as relações de poder que caracterizam o saber sobre a geopolítica, que é ocultada por sua vertente clássica. A crítica feita a essas correntes ortodoxas está relacionada às formas superficiais em que essas leem o mapa político mundial. Ao mesmo tempo que esses autores clássicos projetam suas próprias suposições políticas e culturais sobre esse mapa, eles tentam ocultá-las. Então, a geopolítica é uma prática discursiva que “não se refere à política de poder, é uma política de poder” (Ó'TUTHAIL, 1999, p. 108).

Partiremos da suposição de que o saber geográfico não é objetivo e nem inocente. A geografia é uma tecnologia do poder que não somente descreve o espaço político, mas também o produz (KUUS, 2007). Para Kuus (2007), reivindicações geográficas são necessariamente geopolíticas, pois inscrevem lugares como um determinado tipo e como eles devem ser tratados. Sendo assim, a geopolítica não deve ser vista como uma consideração neutra de fatos “geográficos” dados, mas como um tipo de análise politizada e ideológica (DODDS; KUUS, SHARP, 2016).

Segundo Ó'Tuathail e Agnew (1992, p. 192) a geopolítica é “uma prática discursiva pela qual os intelectuais de Estado ‘especializam’ a política internacional de modo a representá-la como um mundo caracterizado por tipos específicos de lugares, povos e dramas”. Logo, essa abordagem crítica se concentra em estudar “como o espaço é representado e significado por agentes políticos como parte de um projeto maior de acumular, administrar e engrandecer o poder” (MURPHY, 2004, p. 620). Isto significa, questionar como as imaginações geográficas do “aqui” e “lá”, “dentro” e “fora”, “nós” e “eles”, dos Estados, zonas, regiões, entre outras, servem para facilitar algumas ações políticas e silenciar e até mesmo excluir outras (DALBY, 2010).

As lutas pela propriedade, administração e domínio do espaço são uma parte da política global se estende desde início da modernidade até a contemporaneidade. Desde o início da era moderna, as formas cartográficas e outras formas de descrição, que vieram a ter o nome de “geografia”, foram utilizadas como uma escrita ativa da terra em prol dos Estados imperiais europeus que se encontravam em processo de expansão. Essa luta entre Estado centralizadores, que buscavam ocupar e organizar o espaço de acordo com suas próprias

visões culturais e interesses materiais, e culturas dissidentes, não se cessou, permanecendo, ainda, até os tempos atuais (Ó'TUATHAIL, 1996).

Esse processo de descrição da terra foi chamado por Edward Said (1996) de geografias imaginativas ou imaginárias. Para Said (1996, p. 64) “essa prática universal de designar na própria mente um espaço familiar que é ‘nosso’ e um espaço desconhecido além do ‘nosso’ como ‘deles’ é um modo de fazer distinções geográficas que podem ser inteiramente arbitrários”. A palavra arbitrária, nesse caso, é utilizada pois a geografia imaginária da espécie “nossa terra – terra bárbara” não necessita o reconhecimento dos “bárbaros” dessa distinção. É necessário apenas que “nós” construamos essas fronteiras em nossas próprias mentes. Conseqüentemente, o “eles” ficam sendo “eles”, e os seus territórios e sua mentalidade são declarados diferentes dos “nossos” (SAID, 1996).

Edward Said, em sua principal obra, *Orientalismo* (1996), busca mapear essas “geografias imaginárias” do Oriente, representadas em diversos textos acadêmicos, populares e administrativos. Nesse sentido, ele nota que discurso de construção do Oriente se pauta em uma divisão binária entre o Ocidente europeu e o Oriente. O primeiro é um espaço de racionalidade, um local de maturidade e aprendizado, enquanto o outro é um local de irracionalidade, depravação e atraso (DODDS, 1993; SAID, 1996)

Essas representações do mundo criam hierarquias para justificar políticas, que são difundidas por meio de doutrinas políticas, textos acadêmicos, obras literárias e musicais (CAIRO, 2008). Em síntese, as geografias imaginárias são um conjunto de fatos e estereótipos sobre lugares do mundo e que são tidos como dados. Estas também compõem a visão de mundo de indivíduos e grupos e estão relacionadas à como o poder deve ser utilizado nesse mundo (DITTMER; BOS, 2019).

Desse modo, um conceito chave para essa dissertação é o de “espaço”. Como bem observado por Corrêa (2018), a palavra espaço é de uso corrente no cotidiano e em diversas ciências. Geógrafos, matemáticos, filósofos, psicólogos, astrônomos, artistas e místicos abordam o conceito de espaço de diversas perspectivas. Existem um grande leque de conceitos de espaço. Autores como Euclides, Newton e Kant adotavam a ideia de um espaço absoluto, enquanto Leibniz, Einstein e Lao Tsu se pautavam em teorias das relatividades para pensar o espaço. Há também os relacionados a territorialidade que são derivadas da noção de espaço pessoal e os que englobam um sistema de crenças “científicas” abstratas da física contemporânea (WALKER, 2013).

Walker (2013) afirma que as ideias do espaço, assim como as do tempo, expressam alguns dos maiores mistérios da existência humana, abrangendo questões especialmente

complexas, como por exemplo, se o espaço existe ou é apenas ilusão, se é finito ou infinito, e se tem apenas duas dimensões ou três. A filosofia moderna, seja nas categorias de Galileu, Descartes ou Kant, foi definida como “uma sequência de tentativas de convivência ou superação da metafísica da distância, uma dialética do aqui e do lá” (WALKER, 2013, p. 193).

As ideias de Newton faziam uma diferenciação entre dois tipos de perspectiva sobre o espaço: a) o espaço aparente, da experiência ordinária e relativo; b) o espaço verdadeiro, absoluto e homogêneo. Na perspectiva de Newton, o verdadeiro espaço era o absoluto, sendo sempre similar e imóvel (WALKER, 2013). A teoria newtoniana pressupõe uma ideia de estabilidade do mundo, onde o passado se repete no futuro (SANTOS, 1995). De acordo com Boaventura Santos (1995, p. 17),

Na mecânica newtoniana, o mundo da matéria é uma máquina cujas operações se podem determinar exactamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático e eterno a flutuar num espaço vazio, um mundo que o racionalismo cartesiano torna cognoscível por via da sua decomposição nos elementos que o constituem. Esta ideia do mundo-máquina é de tal modo poderosa que se vai transformar na grande hipótese universal da época moderna, o mecanicismo.

Antes do período moderno, no medievo, o espaço era organizado e conceituado a partir de uma perspectiva religiosa. Os mapas desse período representavam a ordem divina do mundo, colocando, por exemplo, Jerusalém no centro e o Mediterrâneo no meio da Terra, e organizavam os locais em conjuntos hierárquicos verticais através de lugares celestiais e locais terrestres. Porém, com o início da modernidade no século XVI na Europa, essa noção de espaço foi gradualmente substituída pelas ideias de que a subjugação e gestão do espaço necessitaria da ocupação de um organismo estatal central, surgindo, assim, as concepções de soberania estatal e do sistema de Estados emergentes – reconhecida e codificada no Tratado de Vestefália de 1648 (Ó'TUATHAIL, 1996). Ó'Tuathail (1996) afirma que a compreensão territorial moderna do espaço, sendo uma ordem horizontal de lugares coexistentes e que podiam ser delimitados, foi facilitada pelas representações de Newton e de outros pensadores como Galileu e Euclides.

Foucault (2019) aponta que a desqualificação do espaço tem imperado no pensamento moderno há várias gerações, principalmente durante o século XIX, onde houve grande obsessão em relação ao tempo em detrimento do espaço. O espaço era compreendido como “o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético” (FOUCAULT, 2019, p. 253). Dessa forma, a utilização de termos espaciais seguia uma abordagem anti-histórica, sendo contrária ao tempo (FOUCAULT, 2019).

Já no final do século XIX a geopolítica estava emergindo como uma disciplina “científica” e concomitantemente, os últimos espaços territoriais não possuídos eram cercados, sendo subordinados ao projeto colonizador de impérios europeus expansionistas. Esses espaços em branco passaram a ser imaginados a partir de uma visão eurocêntrica, sendo submetidos à autoridade soberana das instituições estatais e da ciência “imperial”. Pela primeira vez, a superfície terrestre do globo se tornou um sistema de “espaço fechado”, onde os espaços eram quase todo ocupados e totalmente mapeados (Ó’TUATHAIL, 1996; SAID, 1996).

O Estado passa a ser, em um contexto internacional, uma forma espacial, subordinada ao determinismo geopolítico. Por sua vez, em um contexto da sociedade civil, o Estado se tornou um “espaço territorial indiferenciado como uma realidade admitida e inquestionável” (WALKER, 2013, p. 190).

Devemos também destacar a cartografia como uma ferramenta importante da infraestrutura técnica necessária para a governança do espaço ocupado pelas potências coloniais. Na ausência dos mapas, o espaço era considerado desorientador, por ainda não ser território, era apenas uma superfície ilegível para os administradores imperiais. Assim, a cartografia servia para transformar o espaço ocupado em território imperial legível e ordenado (Ó’TUATHAIL, 1996).

Assim sendo, a revolução cartográfica acompanhou os interesses expansionistas das potências coloniais europeias no que tange a redescoberta esférica da Terra. É de se notar que a projeção do século XVI de Gerhard Mercator permanece oferecendo uma representação do mundo em termos do espaço matemático e geométrico (WALKER, 2013). Segundo Ó’Tuathail (1994, p. 529), esses mapas modernos são uma construção geométrica e matemática, sendo um desenho bidimensional de linhas. É, portanto, um plano “fixo e acabado, uma figura estável, uma composição linear do mundo”.

Na perspectiva de Claude Raffestin (1993, p. 145):

A cartografia moderna apareceu na Renascença. Seguiu, portanto, de perto o nascimento do Estado moderno. Muito rápido, se tornou um instrumento de poder e do "Poder". Essa cartografia privilegiou uma "sintaxe" euclidiana que certamente não deixou de contribuir para modelar os comportamentos do poder. Essa sintaxe é muito eficaz, pois só mobiliza três elementos fundamentais: a superfície ou o plano, a linha ou a reta e o ponto ou momento do plano. É da combinação desses elementos que resultam as imagens ou as representações do espaço.

Nessa abordagem crítica adotada, os mapas são compreendidos como produtores e reprodutores da iconografia das fronteiras. Ou seja, é um símbolo que constrói a história e os significados do território, sendo, sobretudo, o resultado de “práticas institucionalizadas de

poder e representação” (PAASI, 1998, p. 76). Na visão de Dodds (1993a), os mapas são narrativas sobre o espaço. Eles são textos que tem a capacidade de compor e distribuir lugares, e de determinar fronteiras que delimitam campos culturais como o familiar *versus* o estranho.

A cartografia é um elemento importante de representação das realidades geopolíticas, apresentando relação com o poder e a autoridade. Os mapas são, portanto, contribuições da geografia e da geopolítica para a reivindicação de território e recursos e para a legitimação da soberania territorial (DODDS, 1994). Para Ó’Tuathail (1994, p. 534), o levantamento cartográfico e outros modos de objetivação do conhecimento geográfico como livros didáticos de geografia e atlas geográfico, são formas de geo-poder, ou “técnicas de poder que pesquisam, medem, traçam e especulam sobre a superfície da vida política”. Essas diversas práticas do geo-poder podem ser interpretadas como esforços institucionalizados para produzir cartas bidimensionais e cálculos da superfície da política mundial (Ó’TUATHAIL, 1994).

Feitas essas considerações iniciais sobre a geopolítica crítica, as próximas duas subseções iremos debater sobre a concepção de espaço em áreas do conhecimento que apresentaram contribuições teóricas relevantes, tendo a capacidade de influenciar os debates da geopolítica crítica: as Relações Internacionais e a Geografia.

### 2.2.1. A concepção de espaço nas teorias de Relações Internacionais

As teorias de Relações Internacionais (RI) racionalistas<sup>55</sup>, sejam elas realistas ou liberais, compreendem a política moderna delimitada por um espaço soberano, ou seja, se encontram presas nas contradições do Estado moderno. Elas “podem ser interpretadas como um discurso característico do Estado moderno e como uma prática constitutiva cujos efeitos remontam aos interstícios da vida diária” (WALKER, 2013, p. 22).

Além disso, elas demarcam e disciplinam os horizontes onde o lado de fora ou o “lá” é perigoso, onde impera a *realpolitik*<sup>56</sup> e o uso da força; e o “aqui” ou o lado de dentro seria os limites seguros do Estado territorial moderno, é onde predomina uma política autêntica, sendo possível a busca da justiça. É apenas dentro dos limites territoriais do Estado moderno que o sujeito autoconsciente da história moderna pode emergir (WALKER, 2013).

<sup>55</sup> Sobre a diferenciação entre teorias Racionalista e Reflexivistas, ver Keohane (1988).

<sup>56</sup> *Realpolitik* é a política baseada em objetivos práticos e não em ideais. Essa perspectiva sugere uma visão pragmática e objetiva e um desprezo por considerações éticas (REALPOLITIK, 2021).



No que concerne a teoria realista de Relações Internacionais (RI)<sup>57</sup>, sua tradição pode ser traçada a partir de Nicolau Maquiavel e seguindo por outros autores mais contemporâneos como Edward Carr, Hans Morgenthau, John Herz, Raymond Aron, Kenneth Waltz e John Measheimer. Sua preposição central é que a política internacional é caracterizada pela anarquia e não pela comunidade (ASHLEY, 1987).

Essas teorias com base no realismo político fazem uma dicotomia entre política no espaço interno e no externo. A esfera interna é o espaço onde impera a comunidade. É onde o Estado detém a autoridade e o monopólio dos meios coercitivos, é o árbitro principal dos conflitos sociais e o agente central da ação racional em nome da sociedade. Esse é o espaço da narrativa modernista e iluminista, predominante nas sociedades ocidentais, que são centradas nas ideias de progresso da razão universal e na harmonia social por meio da ciência, tecnologia, direito e Estado. Então, é dentro das fronteiras do Estado em que as ações sociais e políticas podem ser fundadas em bases confiáveis e eficazes (ASHLEY, 1987).

Por outro lado, o domínio além das fronteiras do Estado é caracterizado pela anarquia. Na perspectiva de Ashley (1987), os realistas descrevem o internacional como uma esfera de múltiplos pontos de vista independentes, onde cada voz busca estar pronto para resistir às tentativas dos outros de impor um modelo racionalista abrangente do todo. O que é fundamental no campo internacional não é o direito internacional, a diplomacia, os regimes de comércio internacional ou as normas morais – tidos como transitórios e contingentes – mas sim o poder. Dessa forma, a narrativa moderna e a concepção ocidental de um progresso social não se sustentam, dando lugar à uma perspectiva que envolve uma competição constante e repetitiva entre os Estados (ASHLEY, 1987).

O discurso realista, que é enraizado nas tensões da experiência europeia, fornece a linguagem, os precedentes práticos, as estratégias e técnicas da sociedade política internacional moderna. É um discurso constitutivo da política internacional moderna como um espaço relativamente autônomo e distinto da sociedade doméstica. Nesse sentido, trata-se de um discurso de “poder e dominação na vida global moderna. Esse discurso é gerado historicamente, por meio da fusão prática de elementos de naturezas distintas” (ASHLEY, 1987, p. 422).

---

<sup>57</sup> O discurso realista, como já discutido anteriormente, apresenta algumas similaridades com os discursos da geopolítica clássica, como por exemplo o Estado como unidade central e a anarquia internacional. Assim, é um discurso em que enfatizam a necessidade de maximização de capacidades materiais do Estado visando a sua sobrevivência.

A partir disso, Agnew (1994) demonstra que o espaço é comumente representado tanto nas teorias realistas, quanto liberais e globalistas (Teoria da dependência e do Sistema Mundo) como uma série de blocos definidos por limites territoriais estatais, sendo que, na maioria das vezes, são tidos como dados e fixos. Para ele, a essência geográfica do campo das RI é a fusão do Estado com um território claramente delimitado. A adoção da ideia de política centrada em um Estado racional que exerce livre escolha, mas uma escolha que é restringida pela anarquia internacional, tornou-se uma espécie de ortodoxia das teorias de RI, principalmente as norte-americanas<sup>58</sup> (AGNEW, 1994).

Grande parte dessas teorias compartilham a ideia de que o espaço é fixo, sendo apenas um ambiente de ação dos Estados territoriais. Além do mais, existe uma ausência de consciência histórica sobre determinadas espacialidades. A maioria delas adotam representações fixas do espaço, independente do contexto histórico. Isto é, o Estado territorial é compreendido como se existisse anteriormente ao seu próprio surgimento e como um recipiente da sociedade. Nesse sentido, são teorias onde o tempo é conquistado pelo espaço territorial (AGNEW, 1994).

Para Agnew, apenas as teorias críticas evitam a chamada “armadilha territorial”. São essas abordagens críticas que consideram e problematizam o espaço. Desse modo, Agnew se posiciona como um teórico crítico, advogando por uma maior consciência histórico-geográfica nas teorias. De acordo com ele (1994, p. 65), “Estado territorial não é uma unidade sagrada além do tempo histórico”, sendo assim, a “vida social, política e econômica não podem ser ontologicamente contidas dentro das fronteiras territoriais dos Estados por meio do pressuposto metodológico de ‘espaço atemporal’” (AGNEW, 1994, p. 77).

Contemporaneamente, novas questões que desafiam a base geográfica dessas teorias convencionais de RI têm surgido, como por exemplo, os movimentos populacionais complexos, um aumento na mobilidade do capital, a expansão da economia da informação e a “cronopolítica” dessas novas tecnologias militares (AGNEW, 1994). Além disso, teóricos dissidentes das Relações Internacionais, principalmente os pós-estruturalistas, como Michael Shapiro, Robert Walker, Richard Ashley, David Campbell, James der Derian, entre outros, têm contribuído para questionar essa dimensão espacial tradicional da política internacional.

Esses autores, como apontado por Milliken (1999), incentivaram os estudos das políticas de representação e dos discursos nas RI. Essas abordagens ligadas ao pós-

---

<sup>58</sup> Agnew (1994) afirma que essa tendência é central no campo das RI como um todo, porém, o autor também ressalta que existem diferenças de ênfase entre essas teorias.

estruturalismo, pós-modernismo e algumas feministas e construtivistas sociais, buscavam desafiar um “cientificismo” do *mainstream* teórico, se negando a utilizarem modos desse *mainstream* de produzir ciências sociais.

Esses acadêmicos dissidentes que se empenhavam em estudar o mundo como uma construção social discursiva, se opuseram à ideia de um “realismo epistémico”, onde a existência de um mundo material é imutável e independente de ideias e crenças. Além disso, essas contribuições desenvolveram diversas abordagens de análise de discurso nas ciências sociais, a fim de apoiarem análises empíricas (MILLIKEN, 1999).

Dentre as diversas contribuições dessa abordagem discursiva, destaca-se o trabalho desenvolvido por Campbell sobre a política externa dos EUA (CAMPBELL, 1990; CAMPBELL, 1992). Segundo o autor (1990), a política externa estadunidense se baseia na transformação de certos eventos e objetos em “estrangeiros”. A constituição do “estrangeiro” baseia-se no disciplinamento da política global, dividindo-a a partir da inscrição das fronteiras do Estado em categorias como “dentro” e “fora”, “eu e “outro”. Assim, o discurso da política externa dos EUA é governado por uma prática representacional desenvolvida historicamente e que é principalmente geopolítica. Esse discurso, portanto, é uma forma de constituir o “outro”, colocando esse “outro” em um espaço moral inferior (CAMPBELL, 1990).

Para Campbell (1990), a política externa dos EUA é uma prática geopolítica, em que a segurança é formulada por meio de termos espaciais de identidade e diferença. Além disso, é uma prática que “privilegia o fechamento territorial do espaço político em detrimento das relações temporais, históricas ou sociais” (CAMPBELL, 1990, p. 271). Em consequência disso, passamos a tratar padrões e relações como se elas fossem permanentes e universalmente válidas (CAMPBELL, 1990).

Campbell observa que o “eu” dos EUA foi formulado a partir da escrita de perigos que se encontram do lado de fora do Estado. Esses perigos são construídos como ameaças à “individualidade”, “liberdade”, “democracia”, “empresas privadas”, “família”. Assim, essas ameaças podem ser localizadas em diversos espaços e territórios, sendo muitas vezes relacionados à Estados-nação (União Soviética, Cuba, Nicarágua) ou às forças transnacionais (terrorismo, traficantes de drogas) (CAMPBELL, 1990).

Conceitos desenvolvidos por diversos autores pós-estruturalistas no campo das RI, como discurso e representação, foram relevantes para pensar o espaço e questionar as concepções de espaço nas teorias de RI tradicionais, que se pautam em espaços políticos do “dentro” e do “fora”, do “eu” e do “outro”, e em espaços tidos como dados, imutáveis, atemporais.

Por fim, esses autores críticos das RI contribuíram como diversas reflexões e conceitos que influenciaram a geopolítica crítica diretamente, sendo recorrentemente citados, principalmente nos artigos que deram início a essa abordagem (DALBY, 1991; DALBY, 1996; Ó'TUATHAIL, 1996). Como bem apontado por Power e Campbell (2010), as teorias pós-estruturalistas das RI e a geopolítica crítica começaram a surgir contemporaneamente, no final da década de 1980. E mesmo que essas teorias tenham se desenvolvido em campos teóricos separados, elas apresentam diversas relações intelectuais, principalmente no que concerne o papel dos discursos na construção da realidade.

### 2.2.2. *A concepção de espaço na Geografia*

Quando olhamos a partir de uma perspectiva da disciplina da Geografia, a ideia de espaço é vaga, aparecendo de distintas formas na literatura, seja ela associada a uma porção específica do planeta Terra identificada pela natureza ou pelo modo como a humanidade ali imprimiu as suas marcas, seja por meio de referências ou de simples localização (CORRÊA, 2018). Para Foucault (2019, p. 258), a geografia é um exemplo de saber que inter cruzou os conceitos, métodos e resultados das ciências humanas e da natureza. É uma disciplina que se utiliza de “inquérito, medição e exame”.

Como observado por Corrêa (2018), o conceito de espaço não foi aprofundado na geografia tradicional. Todavia, o mesmo se faz presente de modo implícito nas obras de Ratzel e Hartshorne. Ratzel, por sua vez, enxerga o espaço como um elemento imprescindível para a vida do homem. Em suas obras destacam-se dois conceitos centrais, o de território e o de espaço vital. O primeiro está relacionado à apropriação de uma determinada porção do espaço por um grupo, enquanto o segundo é sobre as necessidades territoriais de uma sociedade específica. Já em Hartshorne, é apresentada uma concepção newtoniana e kantiana, tratando de um espaço absoluto, ou seja, “um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa” (CORRÊA, 2018, p. 18).

Durante a década de 1950, a Geografia teve influências marcantes da revolução teórico-quantitativa, expresso através de um positivismo lógico. Essa abordagem adotou uma epistemologia das ciências da natureza, principalmente da física, em que eram produzidos diversos modelos, entre eles, os matemáticos. Essas abordagens tendiam a adotar como um ponto de partida a ideia de espaço como uma superfície uniforme, homogêneo, tanto em relação a sua geomorfologia, quanto ao seu clima, vegetação e a sua ocupação humana (homogeneidade de densidade demográfica, de renda e de padrão cultural). Nessas superfícies

uniformes são desenvolvidas ações e mecanismos econômicos, levando, assim, a uma diferenciação do espaço (CORRÊA, 2018).

A Geografia, dessa forma, se constituiu como uma ciência que estudava os fenômenos que se organizavam espacialmente, enquanto a história estudaria os fenômenos a partir de uma dimensão temporal (CORRÊA, 2018). A história nesse período assumiu o papel interpretativo privilegiado na teoria social, debatendo de forma integradora e transdisciplinar sobre o estudo do desenvolvimento, da mudança da modernidade e do sistema social. Em contrapartida, a Geografia se absteve de grandes debates teóricos, sendo reduzida à acumulação, à classificação e à representação inocente do material factual, descrevendo e distinguindo diversas superfícies do planeta por áreas. Desse modo, o espaço foi tratado como um campo morto, fixo, não dialético e imóvel. Era um campo de passividade e mensuração e não de ação e sentido<sup>59</sup> (SOJA, 1993).

Com a geografia humana crítica da década de 1970, diversos teóricos buscaram questionar as geografias tradicionais e as teorias-quantitativas. A partir de então, intensos debates entre teóricos marxistas e não marxistas passaram a ocorrer, e em meio a isto, o espaço passa a se destacar como um conceito-chave. Dentre as diversas contribuições sobre esse conceito, ressaltaremos aqui dois filósofos que contribuíram para a reafirmação do espaço a partir de uma perspectiva social, Michel Foucault e Henri Lefebvre. Segundo Cairo (2013), é a partir da obra desses dois autores que as considerações sobre espaço, seja como um cenário independente do ser humano, ou um recipiente de atividade política, começou a ser questionado.

O primeiro deles, ao ser entrevistado pela revista *Hérodote*, afirmou que os problemas em respeito da geografia são essenciais para ele e que a geografia estava no centro de suas ocupações acadêmicas (FOUCAULT, 2019, p. 261). Foucault questionou a desvalorização do espaço em relação ao tempo e buscou uma interseção entre o tempo e o espaço. Para ele (2013, p. 113), o espaço tem uma história, não sendo “possível ignorar o entrecruzamento fatal do tempo com o espaço”.

Como bem demonstrado por Foucault (2013, p. 113), na Idade Média, o espaço era chamado por ele de “espaço de localização”, sendo um “conjunto hierarquizado de lugares”, entre os quais, existiam lugares celestes e lugares profanos; lugares protegidos em

---

<sup>59</sup> Esse tipo de conhecimento geográfico também foi chamado de “geografia aplicada”, pois produzia informações consideradas úteis para o Estado, de modo específico, para as Forças Armadas, para o planejamento econômico e para a administração imperialista (SOJA, 1993).

contraposição aos abertos e sem defesa. Essa configuração do espaço se alterou com as obras de Galileu, constituindo um espaço infinitamente aberto.

Atualmente, seguindo o pensamento de Foucault, é possível notar que houve uma mudança nessa concepção de espaço. Vivemos em uma “época do espaço”, onde o espaço se apresenta como uma forma de relações entre alocações, que envolvem problemas da alocação do homem, mas não somente os relacionados a dúvida se haverá espaço suficiente para a espécie humana no globo, mas também sobre as relações de vizinhança e sobre quais os “tipos de armazenamento, de circulação, identificação, de classificação dos elementos humanos devem ser adotados preferencialmente, nesta ou naquela situação, para atingir este ou aquele fim” (FOUCAULT, 2013, p. 114).

Foucault (2013) faz uma distinção entre espaços interno e externos. O interno seria o espaço da poesia de Bachelard e das descrições regionais intencionais dos fenomenologistas. Em contrapartida, o espaço de fora ou externo, no qual Foucault (2013) se debruça em seu artigo, é um espaço efetivamente vivido e socialmente construído (SOJA, 1993). Na visão de Foucault (2013, p. 115):

O espaço em que vivemos, pelo qual somos lançados para fora de nós mesmo, no qual se desenrola precisamente a erosão de nossa vida, de nosso tempo, e de nossa história, esse espaço que nos corrói e nos erode é também, em si mesmo, um espaço heterogêneo. Em outras palavras, nós não vivemos em uma espécie de vazio, no interior do qual seria possível situar indivíduos e coisas. Nós não vivemos no interior de um vazio que se revestiria de diferentes espelhamentos; nós não vivemos no interior de um conjunto de relações que definem alocações irreduzíveis umas às outras, e absolutamente não passíveis de sobreposição.

Dessa forma, os espaços heterogêneos e relacionais foucaultiano são construídos em todas as sociedades, porém eles são construídos de formas variadas, podendo também se modificar ao longo do tempo. Além do mais, não se trata de espaços vazios ou de um repositório de formas físicas a serem descritas fenomenologicamente. Mas trata-se, como bem demonstrado, de um espaço outro, efetivamente vivido e socialmente construído (SOJA, 1993).

Além dessas contribuições, Foucault também trabalhou questões que envolvessem as relações entre poder, saber e espaço. Para Foucault (2019), a própria desvalorização do espaço pelos filósofos e teóricos e as suas próprias delimitações e recortes dos objetos, suas classificações e suas organizações dos domínios fazem aflorar processos – certamente históricos – de poder. A “descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados” (FOUCAULT, 2019, p. 253). Assim, as relações de poder são relações espaciais, isto é, o espaço não é independente dessas relações, mas é exatamente essa relação (CAIRO, 2013).

A teorização sobre o espaço do segundo filósofo, Lefebvre, é colocada por Soja (1993) como complexa de ser sintetizada devido à vasta obra do autor, que abrange diversos aspectos da filosofia e da teoria social. Lefebvre se concentrou nas características do capitalismo modernizado, que, para ele, constrói uma espacialidade diferente dos outros modos de produção, pois este apresenta um desenvolvimento geográfico desigual por meio de movimentos simultâneos para homogeneizar, fragmentar e hierarquizar (SOJA, 1993). Dessa forma, sua intenção era expor a atual produção do espaço capitalista juntando várias formas e modalidades de espaço dentro de uma única teoria (LEFEBVRE, 1991).

A partir disso, Lefebvre desenvolve sua concepção de espaço não relacionada às visões cartesianas de espaço absoluto e vazio, cujo significados eram matemático-geométrico, mas sim como uma concepção de espaço social. Sua preocupação era com “o espaço das práticas sociais, o espaço ocupado pelos fenômenos sensoriais, incluindo produtos de imaginação com os projetos e projeções, símbolos e utopias” (LEFEBVRE, 1991, p. 12).

Em sua teoria da produção do espaço, “o espaço (social) é um produto (social)” (LEFEBVRE, 1991, p. 26). Nesse sentido, o espaço não existe em “si mesmo”, ele é produzido socialmente. Esse espaço produzido que além de ser um meio de produção, é também uma ferramenta de pensamento e ação, um meio de controle, de dominação e de poder. De acordo com Lefebvre (1991), as forças sociais e políticas, principalmente do Estado, buscam, mas não conseguem, dominar esse espaço completamente. Ou seja, a produção do espaço não é apenas social, mas também política.

No cerne dessa teoria está a ideia de que a produção do espaço pode ser dividida em uma tríade conceitual dialeticamente interconectadas<sup>60</sup>. A primeira categoria é a prática espacial. Esse conceito está relacionado ao uso do espaço, que envolve “a produção e a reprodução, e as localizações particulares e características de conjuntos espaciais de cada formação social. A prática espacial garante continuidade e algum grau de coesão” (LEFEBVRE, 1991, p. 33).

As representações espaciais são a segunda categoria. Elas podem ser definidas como “relações de produção e à ‘ordem’ que essas relações impõem e, portanto, ao conhecimento, aos signos, aos códigos e às relações ‘frontais”” (LEFEBVRE, 1991, p. 33). Essas representações do espaço têm um impacto prático, pois intervêm e modificam os textos espaciais.

---

<sup>60</sup> Em complemento a esse argumento, Lefebvre (1991, p. 42) afirma que para ser feita uma análise da construção social do espaço deve-se “estudar não apenas a história do espaço, mas também a história das representações, juntamente com a de suas relações – uma com as outras, com a prática e com a ideologia.

Para Lefebvre (1991), essa categoria desempenha um papel relevante na produção do espaço e essa construção, segundo ele, ocorre por meio da arquitetura – não por meio de construção de uma determinada estrutura, palácio ou monumento, mas como um projeto imerso em um contexto espacial e textual que produz “representações”<sup>61</sup> que se fixarão nos reinos simbólicos ou imaginários. Assim, esse é o espaço conceituado, o espaço dos cientistas, urbanistas, engenheiros sociais e alguns artistas com vocação científica, sendo, portanto, o espaço dominante em qualquer sociedade ou modo de produção. É essa categoria, que segundo Cairo (2013), que torna as práticas espaciais inteligíveis para os seres humanos.

A terceira e última categoria diz respeito aos espaços de representação. Esses incorporam “simbolismos complexos, algumas vezes codificados e outras não, ligados ao lado clandestino da vida social, como também à arte” (LEFEBVRE, 1991, p. 33). Esse é o espaço dos “habitantes” e “usuários” e de artistas, escritores e filósofos que se propõem a fazer nada mais do que descrever. É, portanto, o espaço dominado, passivelmente experimentado e que a imaginação procura mudar e se apropriar. Ele se sobrepõe ao espaço físico se utilizando simbolicamente de seus objetos (LEFEBVRE, 1991). Na visão de Cairo (2013), esse também é o espaço que permite o surgimento das geografias imaginadas de grupos subalternos e que possibilitam uma mudança do sistema de representações.

As obras de Lefebvre possibilitaram reflexões em vários campos do conhecimento e em diversas áreas da Geografia, principalmente na geografia política. No campo da geografia política, esses debates teóricos foram relevantes para introduzir uma concepção do espaço como algo que é representado, ou seja, envolve também relações de poder.

A contribuição de Raffestin (1993) é um exemplo disso. O autor desenvolve uma perspectiva que leva em consideração a relação entre a produção do espaço com o campo do poder. Na sua concepção, produzir uma representação do espaço se trata de uma apropriação, de um controle, mesmo que esteja nos limites de um saber. Qualquer representação expressa uma imagem desejada de um lugar de relações, de um território<sup>62</sup>. A representação, para Raffestin (1993, p. 147), está envolta nos objetivos do ator que a emite, isto é, tem relação

<sup>61</sup> O conceito de representações será aprofundado na subseção 1.3 sobre análise de discurso.

<sup>62</sup> O conceito de território é “definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2018, p. 78). Alguns autores fazem distinções entre os conceitos de “espaço” e “território”. Para Raffestin (1993), o território se constitui a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um determinado ator em qualquer escala. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”. Portanto, o território para ele é um espaço que envolve relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Todavia, existem uma ampla gama de conceitos de território, sendo utilizado por diversos autores e nos mais variados campos do conhecimento (geografia, ciência política, economia, antropologia, sociologia, psicologia) de formas e focos distintos (HAESBAERT, 2019). Para um debate mais aprofundado sobre território, ver Claval (1999) e Haesbaert (2019).



com os próprios interesses dos atores. Esse espaço se torna um “espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico” ou semiótico. Esse espaço representado passa a ser a imagem do espaço, ou o território vivido (esse espaço se torna o território desse ator).

Outro autor relevante para essa discussão é David Harvey (1990), que sustenta que ao se definir unidades espaciais como entidades jurídicas e administrativas, define-se, sobretudo, campos de ação social, afetando a organização da vida social. Por esse ângulo, “o próprio ato de nomear entidades geográficas implica um poder sobre elas, particularmente sobre a forma como os lugares, seus habitantes e suas funções sociais são representados” (HARVEY, 1990, p. 419). Como podemos observar, assim como as teorias críticas das RI, a Geografia, em particular os estudos da geografia política crítica, também contribuíram para o aprofundamento das discussões no campo da geopolítica crítica sobre as representações espaciais.

### *2.2.3. As representações espaciais e os discursos geopolíticos*

As contribuições apresentadas pelas disciplinas das RI e da Geografia Política permitiram compreender o espaço como um construto social, que envolve diversas relações de poder. Esses debates apresentados também são debatidos dentro do projeto da geopolítica crítica, que afirma que a espacialidade da política mundial é construída por meio de representações, observadas em diversos exercícios de mapeamento, em planos estratégicos e em imaginações correlatas (KUUS, 2010).

Alguns temas centrais para a geopolítica crítica envolvem questões de como o espaço geográfico é representado e como essa representação constrói a realidade percebida dos lugares – “A geografia, em vez de ser tratada como um mero estágio ou cenário em que os eventos ocorrem, é vista como um elemento crucial na construção de ‘mundos’” (DODDS, 1993b, p. 71). Dessa forma, a noção de representações é fundamental para a geopolítica crítica.

O conceito de representação é complexo e envolve o uso da linguagem, signos e imagens. Para Stuart Hall (1997, p. 17):

Representação é a produção do significado dos conceitos em nossas mentes através da linguagem. É o elo entre o conceito e a linguagem que nos permite referir ao mundo “real” de objetos, pessoas ou eventos, ou mesmo a mundos imaginários de objetos, pessoas e eventos.

Ainda na perspectiva de Hall (1997), representação é uma espécie de “trabalho” que se utiliza de objetos e efeitos materiais, mas o significado não depende dessa materialidade, mas de suas funções simbólicas.

A representação é o processo pelo qual os significados sociais são atribuídos aos objetos e ao espaço. São os indivíduos que conferem significado (ou representam) aos objetos e o espaço por meio de como ele é usado, falado, pensado, sentido e integrado as práticas cotidianas (HALL, 1997). Nas palavras de Hall (1997, p. 3) “o significado também é produzido sempre que nos expressamos, fazemos uso, consumimos ou nos apropriamos de ‘elementos’ culturais”.

Esses significados são produzidos em vários locais e circulam por diversas práticas distintas. Segundo Hall (1997, p. 3) “é o significado que nos dá senso de nossa própria identidade, de quem somos e com quem ‘pertencemos’, estando relacionada à questão de como a cultura é usada para marcar e manter a identidade dentro de grupos e a diferença entre os grupos” – estas identidades são frequentemente organizadas em oposições binárias.

Os significados controlam os indivíduos, imputando nos mesmos uma obediência à disciplina. Esse processo não se resume ao educacional<sup>63</sup>, mas abrange diversos outros processos sociais. Não obstante, esses significados são constantemente produzidos e alterados nas interações pessoais e sociais em que vivenciamos (BELSEY, 2002; HALL, 1997).

A questão do significado está presente na construção da identidade e na marcação da diferença, na produção, no consumo e regulação da conduta social. Assim, a representação é baseada no “Eu” e no “Outro” e nas práticas reflexivas que constituem essa divisão (SHIRLOW, 2009). A representação é um conceito que opera dentro de discursos específicos e que faz afirmações sobre como o mundo é. Se trata, portanto, de uma tecnologia de revelação e mudança do mundo (DITTMER; BOS, 2019).

As representações espaciais circulam de diversas formas por meio de textos ou imagens, como por exemplo: livros literários, pinturas, fotografias, murais de graffiti, jornais, revistas, músicas, publicidades, políticas públicas e até mesmo através de programas de televisão e redes sociais na internet. Esses textos e imagens constituem o que os indivíduos consideram ser a realidade, ou a imaginação da realidade, tendo a capacidade, desta forma, de orientar os pensamentos e os comportamentos cotidianos dos indivíduos. Além do mais, esses

---

<sup>63</sup> Segundo Foucault (2014, p. 41), a educação é o instrumento em que os indivíduos podem ter acesso a diversos tipos de discursos. O “sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”.

meios não são neutros, mas comunicam, intencionalmente ou não, ideias e/ou relações de poder (SHIRLOW, 2009; STEINBERG, 2001).

Não obstante, a representação é um meio poderoso em que os agentes sociais produzem e aprimoram a imagem anunciada, que se coloca como precisa e “verdadeira”. Devemos salientar também que determinadas representações baseadas nos discursos oficiais do Estado sobre o espaço são contestadas por outros discursos que rejeitam a dominação e o controle destes (SHIRLOW, 2009). Contudo, devido a uma limitação de tempo, esses discursos de resistência não serão analisados nessa dissertação.

O espaço é definido por Agnew (1994) como uma área onde os processos político-econômicos ocorrem. Esses espaços nunca são naturais ou vazios, mas são imersos de “significados, simbolismos, contradições, várias camadas de história, práticas sociais e culturais, e relações de poder complexas” (SHIRLOW, 2009, p. 310). Nesse sentido, as representações do espaço podem ser compreendidas como aquelas usadas no “cotidiano para significar nossas perspectivas políticas, sociais, religiosas e morais – esquerda/direita, centro/periferia, fora/dentro – que passam despercebidas”. Essas representações são profundamente simbólicas e envolve como definimos o que é certo ou errado e com quem nos identificamos contra ou a favor (AGNEW, 1994, p. 55).

Essas práticas representacionais que são utilizadas pelos políticos, elites e especialistas sobre política, para afirmar certas “verdades” sobre como e porque o espaço político é ocupado e administrado, constituem, de acordo com Ó’Tuathail (1996), o geo-poder<sup>64</sup>. Essa modalidade de poder deriva da escrita ou da representação do espaço, de modo que possibilita a construção de uma justificativa para que certos grupos exercem a autoridade sobre uma população sujeita – nesses espaços também são construídas identidades políticas e modos de condutas apropriadas para essas identidades nesses espaços. Isto é, a reivindicação das entidades políticas para administrar e disciplinar determinado espaço é realizada através do discurso geopolítico (ALLEN, 2003; DALBY, 2010).

Dessa forma, a geografia e a política são co-constituídas, assim como o espaço e o poder. A geografia deve ser compreendida, como já afirmado anteriormente, como a escrita da terra, como a produção do “espaço político global” (MOISIO, 2010; Ó’TUATHAIL, 1996). Em síntese, esse empreendimento crítico busca reconceitualizar a geopolítica como um

---

<sup>64</sup> O conceito de geo-poder se utiliza da ideia foucaultina de poder discursivo como uma força normalizadora e não repressiva (ALLEN, 2003).

discurso capaz de produzir e circular representações espaciais da política mundial (DODDS, 2014).

De forma a entender como essas representações são articuladas, é preciso contemplar o papel do discurso. O conceito de discurso pode ser compreendido como:

Conjuntos de recursos socioculturais usados por pessoas na construção de significado sobre seu mundo e suas atividades. Não é simplesmente discurso ou declarações escritas, mas as regras pelas quais a fala verbal e as declarações escritas são significativas. Os discursos permitem escrever, falar, ouvir e agir de forma significativa. Eles são um conjunto de capacidades, um conjunto de regras pelas quais os leitores / ouvintes e o orador / público são capazes de pegar o que ouvem e ler e construí-lo em um todo significativo organizado (Ó'TUATHAIL; AGNEW, 1992, pp. 192-193).

Discursos vão além da linguagem, incorporando também práticas e posições sociais que envolvem poder. Portanto, constroem regras, códigos e procedimentos para afirmar um entendimento particular sobre a realidade do mundo em um contexto específico. Essas construções discursivas fornecem legitimidade e condições intelectuais que possibilitam determinados arranjos institucionais e políticos. Além do mais, costumam envolver uma estruturação da identidade do Eu contra um Outro externo (DALBY, 1988).

Os discursos são mais do que modos sistemáticos de falar ou conhecer o mundo, sendo relacionados também a certas reivindicações sobre o que seria a fala legítima e correta do mundo. Dessa forma, são constituídos como recursos políticos que podem ser utilizados para justificar determinados arranjos políticos (DALBY, 1990). Em outras palavras, os discursos geopolíticos não são contribuições inocentes e muito menos conhecimentos “objetivos”. Eles estão enraizados na relação poder/saber, servindo aos interesses de determinados grupos na sociedade. Logo, esses discursos ajudam a legitimar certas perspectivas e interpretações (HEPPLE, 2006).

Portanto, a escrita geográfica não é uma descrição neutra de fatos “geográficos”, mas um processo profundamente ideológico de construção de fronteiras espaciais, políticas e culturais. Geralmente, esses discursos geopolíticos buscam construir “geografias” tidas como dadas e que apresentam divisões binárias simplistas entre o fora e o dentro, o nós e o eles, para então, normalizar e naturalizar determinadas práticas e reivindicações políticas nesse espaço – a naturalização dessas práticas políticas acarreta uma remoção destas do debate político (KUUS, 2007). Para Dalby (1988), o movimento político essencial desses discursos é privilegiar uma realidade geopolítica cujo eixo fundamental é a militarização.

Os discursos geopolíticos se utilizam de uma concepção de segurança que envolve uma exclusão espacial da alteridade. Na visão de Dalby (1988), o momento essencial da geopolítica é a exclusão do Outro e a incorporação e administração deste mesmo. Dessa

forma, o Outro é construído como o exótico, o diferente, o perigoso ou até mesmo como uma ameaça, enquanto Nós somos “os mesmos”, no sentido de sermos parte de um mesmo grupo social, cujo saber é tido como superior e verdadeiro. É a partir dessas especificações discursivas que dividem o espaço em “nosso” e em “seu” que as ações políticas são iniciadas e realizadas. Podemos dizer, então, que a construção dessas alteridades e do espaço para o Outro é um ato linguístico, epistemológico e essencialmente político (DALBY, 1988).

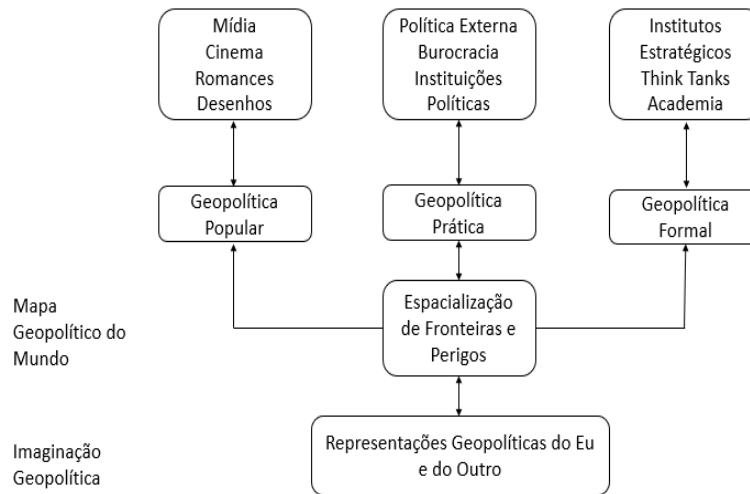
Esses discursos adotam uma ideia de espaço newtoniano absoluto e uma concepção de política relacionada a uma questão de controle territorial, por meio da soberania, sobre geografias específicas desse espaço absoluto e dado. Dalby (1993) argumenta que parte importante da construção do espaço do Estado é a mobilização de discursos que constroem ameaças internas ou externas ao Estado. É com base nessa mobilização que os Estados se utilizam de discursos geopolíticos para aumentar a sua própria segurança através da limitação do domínio espacial em que o seu adversário pode projetar poder – a resposta a ameaças geopolíticas ocorre em termos territoriais, por meio de uma exclusão espacial (DALBY, 1988). Dessa forma, a política no seu cerne é sempre geopolítica pois envolve um discurso de divisão espacial entre “nós” e “eles” (MURPHY, 2004).

De forma a desenvolver a proposta de análise apresentada aqui, é importante recorrer à contribuição de Dodds (2014), que identifica três tipos de geopolítica: uma geopolítica formal, uma prática e outra popular – como observado no esquema abaixo (figura 1). A geopolítica formal está relacionada a como acadêmicos invocam conscientemente tradições intelectuais ligadas à geopolítica clássica. Essa está relacionada não somente aos intelectuais, mas também a instituições que moldam o pensamento geopolítico em lugares e contextos específicos<sup>65</sup> (DODDS, 2014; Ó’TUATHAIL, 1999).

---

<sup>65</sup> A geopolítica formal é um tipo de discurso geopolítico produzidos por intelectuais, seja no ambiente universitário ou em organizações dedicadas a análises políticas (*think tanks*) (DITTMER; BOS, 2019).

Figura 1 - Tipos de Discursos Geopolíticos



**Fonte: DODDS, Geopolitics: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 43. Tradução livre feita pelo autor.**

A geopolítica prática se refere à política geográfica que consiste na prática da política externa. Essa geopolítica inclui discursos usados por políticos e formuladores de políticas (principalmente diplomatas e militares), que frequentemente utilizam a teorização da geopolítica formal (DODDS, 2014; Ó'TUATHAIL, 1999).

A geopolítica popular é constituída por discursos do cotidiano nos quais os cidadãos estão imersos. Inclui o papel das mídias e da cultura popular, abordando a construção social e a perpetuação de alguns entendimentos coletivos, sejam eles nacionais ou transnacionais, de lugares e povos. Essa geopolítica permite tornar a geopolítica prática e a formal “inteligível” para os indivíduos (DODDS, 2014; Ó'TUATHAIL, 1999). Dodds (2014) ressalta que essas três formas são interconectadas, pois acadêmicos e jornalistas frequentemente compartilham ideias e discursos, além disso, ambos os grupos apresentam contato regular com funcionários governamentais e suas organizações.

Além dessas três dimensões, O'Tuathail (1999) aponta para uma quarta, chamada por ele de geopolítica estrutural. Essa geopolítica envolve o estudo dos processos e tendências estruturais que condicionam como os Estados praticam suas políticas externas. Na visão de O'Tuathail (1999, p. 110), esses processos incluem a “globalização, informatização e o risco de proliferação desencadeado pelos sucessos de nossa civilização tecno-científica em todo o mundo”.

Esse empreendimento da geopolítica crítica não só amplia a sua análise para atores estatais localizados sem instituições formais (ministérios, universidades, *think tanks*) mas também para atores não estatais e da vida cotidiana, ampliando o debate para além do

raciocínio estadocentrico vigente – na geopolítica crítica, o Estado deixa de ser a unidade primária ou pré-dada de análise e ao mesmo tempo, não nega o poder das instituições do Estado (DODDS; KUUS; SHARP, 2014; Ó'TUATHAIL, 1994).

Não obstante, a geopolítica crítica estabelece novos campos de debate e ação política, pois considera que as reflexões sobre o espaço e as relações de poder não devem se restringir (como é feito pelas geopolíticas clássicas) às que ocorrem entre Estados (CAIRO, 2008). Elas englobam não somente atores relacionados às mídias e à cultura popular, mas também movimentos de resistência dentro da sociedade que desafiam a hegemonia cultural, econômica, política e militar do Estado e de suas elites (ROUTLEDGE, 2003).

Assim, o projeto da geopolítica crítica demonstra que não existe apenas um pensamento ou prática da geopolítica, mas existem diversas culturas geopolíticas diferentes decorrentes de contextos geográficos específicos e tradições intelectuais em todo o globo (DODDS; KUUS; SHARP, 2014). Além de tudo, a abordagem discursiva não apenas desconstrói as narrativas geopolíticas tradicionais, mas também possibilita uma maior ênfase em como essas se desenvolveram na história (MURPHY, 2004). Devemos ressaltar que a geopolítica crítica não fornece “a resposta” para os “problemas” geopolíticos, contudo, ela se torna uma ferramenta relevante para explicar o poder do discurso geográfico e demonstrar como são construídas as imaginações geopolíticas<sup>66</sup>.

Dito isto, na próxima subseção enfatizaremos o papel dos discursos da geopolítica popular como sendo essenciais para a construção de uma geografia do Atlântico Sul.

#### 2.2.4. *A abordagem da geopolítica popular*

A geopolítica popular é uma abordagem dentro do empreendimento da geopolítica crítica que examina as representações e discursos sobre o espaço que circulam no cotidiano dos indivíduos, contribuindo para a construção de um campo no qual decisões de política externa são realizadas e legitimadas<sup>67</sup> (DITTMER, 2014). Nesse sentido, as representações espaciais não se limitam ao circuito de tomada de decisão de política externa, abrangendo também discursos produzidos pelas mídias.

<sup>66</sup> As imaginações geopolíticas são visões construídas do mundo. Trata-se de um conceito amplo e que é o reflexo geopolítico de um determinado Estado, servindo aos seus próprios interesses. Além disso, engloba as representações das fronteiras espaciais desse Estado, de seu povo, bem como os seus códigos geopolíticos e sua missão nacional. Essa imaginação fornece uma base para a legitimação de atitudes de política externa (GUNEY; GOKCAN, 2010).

<sup>67</sup> Segundo Dittmer e Bos (2019), a construção desse campo é visível em sociedades democráticas, onde é necessário um consentimento popular para a conduta da política externa. No entanto, essa afirmação não deve ser generalizada.

A geopolítica popular abarca o estudo das mídias<sup>68</sup> em todas as suas formas (DITTMER; BOS, 2019). Desse modo, grande parte da literatura da geopolítica popular está preocupada com as representações geográficas contidas em revistas, jornais, noticiários, quadrinhos, desenhos animados, filmes, livros didáticos, rádios, música e até mesmo as novas mídias sociais, como Twitter (DITTMER; BOS, 2019; PAASI, 1998; PICKERING, 2017; SHARP, 1993).

Logo após o surgimento do projeto da geopolítica crítica, os trabalhos sobre análise textual das elites, ou dos intelectuais do Estado<sup>69</sup>, se tornaram preponderantes. Por outro lado, apesar de haver um reconhecimento do campo da geopolítica popular, o estudo dos eventos geopolíticos e da cultura popular<sup>70</sup> não receberam a devida atenção. Essas primeiras abordagens dentro da geopolítica crítica tendiam a acreditar que os textos das elites eram fontes de sabedoria e as mídias populares naturalmente reproduziriam esses discursos. Portanto, os pesquisadores deveriam apenas analisar os textos dessas elites em vez desse material “secundário” (PICKERING, 2017).

Todavia, o cenário tem mudado, pois a abordagem da geopolítica popular tem se tornado um campo ativo e que desperta o interesse intelectual de diversos pesquisadores nos últimos anos no que tange ao estudo de artefatos da mídia e da cultura popular (DITTMER; GRAY, 2010). O campo da geopolítica popular começa a se desenvolver de fato a partir das reflexões e do método de análise empírica trazidas por Joanne Sharp (1993). Sharp (1993) critica esse excesso de concentração nos textos das elites, pois isso, segundo ela (1993, p. 493) “tende a colapsar a sociologia da produção de conhecimento na dinâmica interna do texto geopolítico. A geopolítica não ‘flui’ simplesmente dos textos da elite para os populares. Portanto, não é suficiente apenas interpretar textos da elite” – contudo, haverá momentos que isso ocorrerá.

Nesse sentido, Sharp (1993, p. 493) advoga por “uma relação mais igualitária entre uma análise de textos de elite e fontes mais populares de informação geopolítica, principalmente a educação e a mídia”<sup>71</sup>. Sharp (1993) deu ênfase à revista *Reader’s Digest*

---

<sup>68</sup> Mídia é compreendida aqui como “vias pelas quais as informações são mediadas para nós” (DITTMER; BOS, 2019, p. 16).

<sup>69</sup> Para mais informações sobre o conceito de intelectuais do Estado, ver Ó’Tuathail e Agnew (1992).

<sup>70</sup> A cultura popular está relacionada ao consumo em massa, isto é, que se encontra disponível para a grande maioria da população com relativa facilidade (DITTMER; BOS, 2019). A cultura popular é uma maneira pela qual os indivíduos passam a compreender sua posição dentro de uma identidade coletiva quanto dentro de uma narrativa ou script geopolítico (DITTMER, 2005).

<sup>71</sup> Sharp (1993) afirma que os discursos geopolíticos são reproduzidos dentro de determinada cultura. Para ela, esses discursos se utilizam dos saberes aprendidos através do sistema de educação para então, serem



como sendo um modelador significativo da identidade americana, contribuindo para a criação de representações da União Soviética como o Outro durante a Guerra Fria – sendo esse Outro entendido como um espaço negativo onde reinava a repressão e o totalitarismo.

Dessa forma, a geopolítica popular não deve ser simplesmente vista “como um reflexo passivo dos processos geopolíticos. À medida que nossas interações diárias com a mídia aumentam, a relação entre geopolítica popular e outras formas de geopolítica se tornará cada vez mais complexa” (PICKERING, 2017, p. 88). A partir desse entendimento, as pesquisas no ramo da geopolítica popular devem atentar para as relações complexas entre os entendimentos sobre os fundamentos do mundo na geopolítica dos intelectuais do Estado e na geopolítica popular (PICKERING, 2017).

Qualquer discurso geopolítico formal ou prático necessita ser divulgado para que se torne um discurso geopolítico popular (DITTMER; BOS, 2019). Dessa forma, os geopolíticos não podem ignorar os discursos geopolíticos populares, visto que ela geralmente é percebida como fornecedora de conhecimento do mundo. É através desses discursos transmitidos pela mídia que a população tem acesso as representações de determinados espaços, é através destas que esses imaginários são difundidos (SHARP, 1993).

As mídias são locais de representações sobre o mundo que contribuem para moldar o modo pelos quais eventos e/ou processos específicos são interpretados, desempenhando também um papel relevante na definição da agenda política (DODDS, 2005). Sendo assim, “as mídias desempenham um papel importante não apenas em como vemos o mundo, mas também em como damos sentido a ele” (DITTMER; BOS, 2019, p. 16). Isto é, as mídias têm a capacidade de moldar as experiências dos indivíduos, pois é quase impossível ir a determinado lugar sem ideias preestabelecidas sobre o que olhar e como se sentir a respeito (DITTMER; BOS, 2019).

Contudo, as mídias não retratam apenas as visões das elites. Elas também não clamam por um entendimento de massa de “baixo para cima”. As mídias devem ser compreendidas como algo que explica, legitima e, às vezes desafia o entendimento dominante. Isto é, as mídias podem reforçar ou contestar as imaginações geopolíticas (SHARP, 1993).

Esses discursos populares emitidos pelas mídias nem sempre se apresentam como declarações políticas, tornando a sua interpretação menos suspeita do que o texto de um

---

reproduzidos através das mídias. Os discursos emitidos pela mídia e pelas escolas, principalmente através do ensino da história e da geografia, normalmente produzem e reproduzem a iconografia de fronteiras, ou seja, símbolos que constroem a história e os significados de um território (PAASI, 1998).

político. Nessa lógica, as codificações políticas dos textos populares são mais sutis e por isso, mais facilmente reproduzidos (SHARP, 1993). Entretanto, a transmissão, circulação e recepção de imagens<sup>72</sup> e textos nunca é um processo neutro. Além disso, uma vez que as mídias emitem os seus discursos, o seu consumo nem sempre é óbvio ou do modo como os produtores e/ou patrocinadores desejam. Esse discurso emitido pode ser interpretado de diversas formas diferentes, cabendo ao público subverter ou reforçar visões geopolíticas específicas<sup>73</sup> (DODDS, 2005).

Com isso, essa abordagem da geopolítica popular reconhece que as mídias podem utilizar estereótipos do Outro – seja interno ou externo ao Estado – para articular e reproduzir identidades. Em outras palavras, elas podem contribuir para a projeção e o reforço de identidades e ideologias nacionais e/ou transnacionais. Por outro lado, elas também podem ajudar a contestar tais posições hegemônicas (DODDS, 2005).

A geopolítica popular é crucial para o entendimento das identidades nacionais e da ordem global (DITTMER, 2005). É a partir desse interesse da geopolítica popular com o estudo do cotidiano e do nacionalismo, que o conceito de nacionalismo banal de Billing (1995) desperta o interesse acadêmico (BENWELL; DODDS, 2011). Esse conceito está relacionado à reprodução do nacional por meio de discursos e práticas que se encontram na vida cotidiana. Isto é, “diariamente, a nação é indicada, ou ‘sinalizada’, na vida de seus cidadãos” (BILLING, 1995, p. 6). Para Benwell e Dodds (2011) o cotidiano além de ser um lugar de processos mundanos e banais, também apresenta diversas diferenças e conflitos que afetam a vida dos indivíduos<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> As imagens visuais são relevantes para a geopolítica, pois é uma das principais maneiras pelas quais as notícias de lugares são levadas para um determinado público. Desde os primeiros exploradores, foram utilizadas fotografias e cartografias para desenvolver uma imaginação geográfica em que se enfatizava as dicotomias entre civilizado/bárbaro, desenvolvido/subdesenvolvido, norte/sul, leste/oeste. No entanto, o surgimento de imagens em movimento (cinema, televisão, vídeo e outras tecnologias digitais) possibilitaram novas formas de se transmitir essa informação (CAMPBELL, 2007). Para mais informações sobre geopolítica e cultura visual, ver Hughes (2007).

<sup>73</sup> A concepção da interpretação dos textos e imagens estarem no receptor e não no emissor remete a ideia de Roland Barthes (1967) sobre “A morte do autor”. Este artigo critica a concepção do autor moderno. Para ele, dar o texto ao autor é o mesmo que dar um último e único significado ao conjunto de palavras, fechando a escrita. Não será o autor, o homem físico, que decifrará os signos nos textos; é a linguagem que pronuncia e não este. Assim, para Barthes, “a escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco onde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve”, o “nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor”. Portanto, o autor cede lugar principal à escritura, ao texto e ao “scriptor” ou “sujeito”.

<sup>74</sup> Os discursos cotidianos também envolvem o estabelecimento de fronteiras. Porém, estas não devem ser resumidas apenas “a significados históricos coletivos e que expressam em representações coletivas da identidade

O nacionalismo é reproduzido por meio de formas banais e mundanas que passam despercebidas por seus cidadãos, como por exemplo, a simples construção linguística de “nação”, abrangendo também bandeiras penduradas despercebidas em prédios públicos, selos postais, adesivos de carros, camisetas, broches nas lapelas de políticos e a transmissão televisiva do boletim metodológico diário que mostra mapas do território nacional. A identidade nacional abrange todos esses lembretes esquecidos. É através dessas pequenas formas que os cidadãos são lembrados diariamente de sua nacionalidade (BILLING, 1995). Essas reflexões trouxeram importantes contribuições teóricas, permitindo a ampliação do campo da geopolítica popular para novos temas e reflexões acerca do cotidiano.

Todavia, a pesquisa desenvolvida nesta dissertação se debruçará, principalmente, nas representações geográficas produzidas por revistas em quadrinho. O estudo de quadrinhos na geopolítica é um tópico relativamente recente, porém, tem-se desenvolvido rapidamente uma produção acadêmica sobre o tema, focada principalmente no contexto dos países do Norte, em especial os Estados Unidos da América.

Os quadrinhos são frequentemente associados ao entretenimento, principalmente de crianças e jovens. Porém, mesmo que esses quadrinhos sejam parte da relação entre as elites que defendem narrativas geopolíticas específicas e a mídia que distribui discursos geopolíticos para serem consumidos por um público, é impossível mensurar o impacto dos quadrinhos e mídias semelhantes nas atitudes políticas do seu principal público-alvo, crianças e jovens. O que se pode afirmar é que os quadrinhos são textos e imagens<sup>75</sup> importantes e que tem um impacto na construção de uma imaginação geopolítica, pois atingem um público jovem exatamente quando estes estão começando o processo de formação de seu arcabouço socioespacial (DITTMER, 2005).

Dittmer (2014) afirma que as histórias em quadrinho não são apenas contos simplistas e moralizantes para um público jovem. Existem gêneros, como o de super-heróis nacionalistas, que possibilitam compreender o campo das relações internacionais e da geopolítica, não apenas reproduzindo o Estado-nação, mas também projetando as condições de conflito entre os Estados no sistema internacional.

Ao analisar os quadrinhos do *Capitão América*, Dittmer (2005) observa que este participa da construção de uma “realidade” geopolítica. O personagem do Capitão América é

---

nacional. No nível da experiência local, os símbolos nacionais tornam-se expressões de nacionalismo banal que são ‘sinalizados’ na vida cotidiana” (PAASI, 1998, p. 85).

<sup>75</sup> As revistas em quadrinhos, como bem notado por Dittmer (2014), não são apenas uma representação textual, possuindo também uma dimensão visual.

capaz de conectar os projetos políticos do nacionalismo estadunidense, seja de ordem doméstica ou externa. Os textos e as imagens dos quadrinhos do *Capitão América* fornecem uma visão sobre a construção da identidade americana. Portanto, essa mídia popular acaba reforçando os discursos da elite, produzindo e disseminando os valores nacionalistas (DITTMER; GRAY, 2010).

Ao mesmo tempo que os quadrinhos se constituem como uma forma de representar o espaço que compartilha algumas características com os mapas, eles também possuem a capacidade de representar esses espaços de forma única. Os mapas muitas vezes são utilizados nos quadrinhos, em certa medida para impulsionar uma narrativa e porque os quadrinhos são discursos de construção de mundo. Somado a isso, os quadrinhos possibilitam produzir relatos de fácil leitura sobre o espaço, tornando-se instrumentos de educação (DITTMER, 2014).

Os próprios produtores de revistas em quadrinhos, principalmente o do *Capitão América*, não enxergam os seus produtos como mero entretenimento, mas também como uma oportunidade para educar e socializar. Assim, é através dos quadrinhos que esses produtores conseguem criar expectativas, consequentemente, influenciando no modo em que os leitores enxergam o mundo e localizam o seu próprio lugar como nacional dentro de sua nação. (DITTMER, 2005).

Essa abordagem da geopolítica popular nos permite pensar a nação como algo que está constantemente sendo re-narrada e reinterpretada. A “vida nacional” é produzida por intermédio das narrativas televisivas, da internet, dos gibis e outras mídias. Todas essas mídias fazem parte dessa “vida nacional”. Além disso, a cultura popular oferece diversos recursos para os indivíduos discutirem e debaterem a sua identidade coletiva (DITTMER; BOS, 2019).

De acordo com Dittmer e Bos (2019), o governo dos Estados Unidos certamente acredita na conexão entre geopolítica e cultura popular. O próprio Departamento de Defesa dos EUA alocou equipamentos militares para filmagens que são consideradas pró-Estados Unidos, como os filmes da série *Transformers*. Além desse tipo de iniciativa, em 2005, o Comando de Operações Especiais dos Estados Unidos solicitou a empreiteiros a criação de gibis cujo público-alvo eram adolescentes árabes. Nesse mesmo caso, o próprio governo dos Estados Unidos (2005 *apud* DITTMER; BOS, 2019, p. 2) afirmou que:

Para alcançar a paz e estabilidade de longo prazo no Oriente Médio, a juventude precisa ser alcançada. Um meio eficaz de influenciar os jovens é por meio do uso de histórias em quadrinhos. Uma série de histórias em quadrinhos oferece aos jovens a oportunidade de aprender lições, desenvolver modelos de comportamento e melhorar sua educação.

Contudo, é importante considerar que os quadrinhos possuem diferentes significados em diferentes contextos. Cada lugar específico tem a sua própria história de produção, seus próprios autores e quadrinhos. Existem diversas produtoras de quadrinhos, sejam elas independente ou vinculadas a grandes conglomerados editoriais, que emitem seus enunciados dentro de países ou em diversos países. Ou seja, a dinâmica de produção e recepção ocorre de forma distinta em diferentes países ou regiões (DITTMER, 2014).

Por fim, devemos novamente destacar que o foco central da geopolítica popular tem sido na análise de representações e discursos encontrados em diversas mídias. Como bem notado por Dittmer e Bos (2019, p. 53), os geopolíticos críticos tem feito análises cuidadosas de imagens e textos populares “chamando a atenção para o conteúdo composicional, simbólico e ideológico, a fim de compreender como as lógicas geopolíticas são comunicadas”. Assim, a maioria das contribuições que discutem a geopolítica popular são identificadas como empregando o método da análise de discurso. É a partir dessa lógica que essa pesquisa se utilizará do método de análise de discurso (ver seção 1.2).

#### *2.2.5. A geopolítica crítica e a construção dos espaços oceânicos*

Essas reflexões da geopolítica crítica trazidas aqui também fornecem ferramentas relevantes para o estudo dos espaços oceânicos (STEINBERG, 2009). Essa abordagem crítica possibilitou pensar o oceano como um espaço no qual a política e os territórios políticos são criados, em vez de apenas meros espaços onde atores políticos lutam entre si, os oceanos são ao mesmo tempo um espaço onde ocorrem os conflitos sociais e que são moldados por estes litígios. Além do espaço oceânico ser construído socialmente, ele também molda as relações sociais. Em síntese, o oceano não é apenas um espaço usado pela sociedade; é um componente do espaço da sociedade (STEINBERG, 2001, p. 20).

Em sua análise, Steinberg (2001) busca compreender como os oceanos têm sido representados por diversos tipos de discursos desde o início da modernidade. Segundo ele, a construção dos espaços oceânicos na era moderna tem sua espacialidade relacionada ao capitalismo mercantil. Essa espacialidade girava em torno do controle sobre as rotas de circulação. Contudo, esse espaço não surgiu simplesmente porque a estrutura do mercantilismo a “impôs”, mas se desenvolveu a partir de diversos conflitos e rivalidades entre políticos, Estados e juristas desse contexto histórico (STEINBERG, 2001). Além do mais, foi através do transporte marítimo que a dominação europeia da economia mundial se tornou possível. Era, portanto, um espaço em que os Estados exerciam poder e buscavam certo controle, mesmo que a territorialização do espaço oceânico despertasse pouco interesse.

Segundo a concepção de Steinberg (2001), podemos dizer que o oceano foi disputado para ser controlado e não possuído, justamente por ser um espaço fora dos Estados territoriais.

Nessa primeira fase da modernidade, o mar era representado como selvagem e aterrorizante e em seguida como um espaço vazio a ser cruzado por navios, marcando, assim, o início da construção desse espaço e de sua perspectiva científica que se tornou predominante nos séculos do capitalismo industrial. Com o surgimento do capitalismo industrial no século XVIII, o espaço oceânico passou a ser representado como a antítese do terrestre, sendo um espaço de “fora” da sociedade, um “outro”, “não-território” e um espaço indomável que resiste ao “desenvolvimento”. No imaginário popular, os espaços que importavam eram os que tinham capacidade de serem desenvolvidos, porém, a maioria dos oceanos não apresentava um ambiente para investimento de capital fixo (STEINBERG, 2001).

Os oceanos eram vistos como uma superfície de transporte e um imenso vazio fora da sociedade, isolado das forças sociais. A construção do oceano como o espaço incivilizável reside nos discursos modernos da racionalidade científica – antes os oceanos eram representados nos mapas por peixes coloridos e monstros amedrontadores, passando a ser desenhado como uma grande extensão azul e uniforme. Com isso, essa área se tornou ideal para a sociedade iluminista testar e afirmar os seus próprios níveis de civilização, seja aniquilando esse “outro” ou analisando-o cientificamente (STEINBERG, 2001).

Além do discurso do desenvolvimento que desenha esse espaço como indomável e que resiste ao “desenvolvimento”, outros discursos também constroem esse espaço. O discurso geopolítico moderno adota como ator central o Estado territorial, que interage com os demais Estados. Então, o oceano é uma área vazia onde os Estados exercem seu poder sobre os seus rivais (STEINBERG, 2001).

Outro discurso moderno relevante a respeito do mar é o jurídico, que além de operacionalizar e legitimar as relações sociais, também serve para “naturalizar” a realidade material. Esse discurso caracteriza o mar como o “outro”, “sem lei”, fora da organização racional do mundo, um espaço externo a ser temido, usado, conquistado ou cruzado, porém não como um espaço da sociedade. Mesmo que esses discursos modernos tenham construído esse espaço como fora do território dos Estados, os mares estavam sujeitos a um certo grau de governança dentro do sistema de Estados – questões sobre a propriedade e mobilidade de bens dentro do campo de um soberano e entre os demais campos de soberanos estão no centro do

pensamento jurídico (STEINBERG, 2001). A partir da Segunda Guerra Mundial, tem se observado novos discursos sobre esses espaços oceânicos que enfatizam a territorialização<sup>76</sup>.

Steinberg (2001) afirma que o espaço oceânico é tradicionalmente estudado de três formas. A primeira delas é chamada de perspectiva de regimes internacionais e gestão de recursos. Ela compreende o oceano como um espaço de recursos, ou fornecedor de recursos. O oceano se torna, portanto, semelhante a outros espaços que são ricos em recursos naturais.

A segunda perspectiva é da história comercial. Nessa abordagem, o espaço oceânico é visto como uma superfície de transporte. Este era concebido apenas como um vazio entre as sociedades, uma superfície nos quais as mercadorias seriam transportadas, possibilitando o comércio internacional. Assim, não era necessária a regulamentação dos oceanos, apenas o comportamento dos navios que em suas águas navegavam (STEINBERG, 2001).

A terceira delas é a perspectiva da história militar. Nesse caso, o oceano é percebido como um espaço de aventuras militares. Esses espaços podem ser militarizados por meio de dois modos distintos. O primeiro é como uma superfície para a movimentação de tropas e o segundo como um campo de batalha. Dessa forma, a ideia de projeção de poder militar através e no espaço oceânico desempenhou um papel importante no discurso do imperialismo, seja ele produzido pela França, Grã-Bretanha ou Estados Unidos (STEINBERG, 2001).

A construção dos oceanos como um campo de batalha e projeção de poder depende da representação deste como uma superfície não gerenciada e não gerenciável, indo de encontro com as suposições espaciais das teorias realistas de política internacional. Nesse sentido, o espaço oceânico é:

Construído como o espaço de competição anárquica, onde Estados-nação ontologicamente preexistentes e essencialmente equivalentes lutam em competição desenfreada pelos espólios globais. Na geopolítica realista, o controle de locais específicos na superfície da Terra é considerado crucial na competição pelo poder global (STEINBERG, 2001, p. 18).

Na concepção de Steinberg (2001) essas três abordagens falham ao fornecer uma abordagem que enxergue o espaço oceânico como parte do processo social. Elas não consideram o oceano como um espaço onde conflitos sociais ocorrem, mas como uma superfície neutra onde os Estados competem por poder e transportam mercadorias e tropas. Assim como o Estado-nação, o oceano também foi socialmente construído ao longo da história (STEINBERG, 2001). Desse modo, a geopolítica crítica nos possibilita a pensar esse espaço oceânico de forma mais ampla e como algo que varia no tempo-espaço. Nesse sentido, os discursos assumem um papel relevante nesse processo de construção.

---

<sup>76</sup> Esse tema será aprofundado no próximo capítulo.

De acordo com Germond (2015), existem discursos geopolíticos que representam o espaço oceânico. Para ele, esses discursos propõem que a segurança dos Estados deve ser projetada para além de seus limites. Essa ideia defende que os Estados devem enfrentar as ameaças o mais longe possível e o mais rápido possível. Essa projeção para garantir a segurança do Estado não é apenas para questões de ameaças tradicionais, mas também não-tradicionais, como imigração ilegal, contrabando de drogas e pirataria. Inclusive, são essas ameaças não-tradicionais que legitimam o uso da violência além das fronteiras do Estado, principalmente nos oceanos (GERMOND, 2015).

Os discursos geopolíticos são importantes fatores na construção de identidades e na formulação de políticas. Esses discursos se pautam em oposições binárias onde existe um “eu/nós/estável/seguro” *versus* “outro/eles/instável/perigoso”. Esse tipo de discurso normaliza a ideia de que a segurança do “eu” será obtida através de intervenções (projeções de poder e normas) no espaço “outro”, ou seja, para além das próprias fronteiras/águas territoriais (GERMOND, 2015).

Além desses discursos, existem diversos outros tipos de representações desse espaço, sendo muitas vezes paradoxais. Os oceanos podem carregar um significado positivo, sendo representado como sendo uma imensidão fascinante, liberdade irrestrita, rico em recursos. Por outro lado, existem representações de conotações negativas, o identificando como um espaço perigoso, imprevisto, desconhecido, infinito, inóspito e desregulado. Ambos os tipos de representação (positiva e negativa) contribuem para um enquadramento “nós contra eles” da geopolítica clássica marítima (GERMOND, 2015).

Os oceanos podem ser ao mesmo tempo um espaço “vazio”, de liberdade e um espaço desregulado, propício para a proliferação de ameaças não estatais. Ele pode ser uma fonte de recursos, assim como um meio inóspito. Os oceanos são a “outro selvagem” da terra, sendo a terra estável e os oceanos imprevisíveis, inabitáveis, e em grande parte desgovernado. Para Germond (2015), o espaço oceânico é construído como um meio através do qual a projeção de poder é facilitada.

Além disso, diversos discursos buscam normalizar o “controle” desse espaço. Esse controle vai assumir diferentes formas dependendo dos atores que o representam (militares, políticos, juristas, atores econômicos, ambientalistas). Essas formas de controle podem ser, por exemplo, a territorialização do oceano (pressão por maior controle dos Estados sobre as Zonas Econômicas Exclusivas), a militarização (projeção de poder naval para o combate de ameaças não-tradicionais), ou aumento do papel regulatório de órgãos internacionais, visando a administração do espaço, de seus recursos e do gerenciamento das interações sociais (por



exemplo, o policiamento dos oceanos requer atuação interagência e cooperação internacional) (GERMOND, 2015).

Desse modo, esses discursos geopolíticos se pautam em ideias como o uso legítimo da violência nos oceanos contra ameaças não-tradicionais, a liberdade dos mares e a administração do espaço, traduzindo, na prática, projeções legítimas dos Estados, envolvendo a clássica projeção de poder e força, assim como a promoção de normas e valores. Essa política de geopoder marítimo vem se normalizando através de diversas representações geopolíticas que recorrentemente enfatizam a necessidade de controlar os mares, para, eventualmente, controlar a terra (GERMOND, 2015). Como bem argumentado anteriormente, essas representações nem sempre são emitidas apenas por agentes do Estado ou intelectuais. Esses discursos muitas vezes tomam forma de discursos geopolíticos populares, circulando no cotidiano dos indivíduos e criando concepções de espaços oceânicos e de modos de agir neste.

Por fim, argumentamos que o arcabouço teórico da geopolítica crítica, principalmente o da geopolítica popular, nos permite a compreender o Atlântico Sul como um espaço construído por diversos discursos geopolíticos que circulam no cotidiano dos indivíduos. Discursos esses que envolvem representações espaciais, criando espaços, zonas, regiões e que se pautam em uma dinâmica binária entre o que é nosso e o que é o deles.

### 2.3.A Análise de Discurso como Perspectiva Metodológica

O conceito de discurso tem estado no centro do empreendimento da geopolítica crítica desde o seu início, dando ênfase para os contextos de construção geopolítica de significados. Contudo, trata-se de um conceito que no campo da geopolítica crítica tem sido relativamente pouco teorizado e explorado em sua amplitude e profundidade (MÜLLER, 2008). Somado a isso, Müller (2010) também identifica que são raras as especificações sobre o modo de se fazer uma análise de discurso dentro dessa abordagem – mesmo que tenham sido utilizadas diversas abordagens de análise de discurso, a maioria dos estudos permanecem sem referência explícita destas.

Existem diversas formas de se desenvolver uma análise de discurso e estas precisam ser adaptadas aos objetivos e ao conceito de discurso para que se aproveite plenamente o seu poder analítico. Ainda assim, um modelo universal sobre como fazer a análise de discurso não existe e não deve ser desenvolvido, pois, mesmo que haja a necessidade de se criar reflexões críticas de como aplicar a teoria do discurso em estudos empíricos, não se deve objetivar

impor um único olhar metodológico, com o risco de evitar o desenvolvimento de uma técnica multifacetada para a análise de discurso (MÜLLER, 2010).

Müller (2010) afirma que a análise de discurso é muitas vezes erroneamente considerada apenas como um método de análise de dados, uma análise de conteúdo ou análise fatorial. Todavia, na concepção de Müller, a análise de discurso é mais do que apenas um método, sendo, sobretudo, uma metodologia. Isto é, não abarca apenas métodos de coleta e análise de dados, mas os integra a um conjunto de pressupostos relacionados ao efeito construtivo da linguagem e prática social.

A “virada linguística” nas ciências sociais na década de 1980 resultou em uma maior relevância da linguagem nos fenômenos sociais, possibilitando uma maior diversidade de teorias sociais (FAIRCLOUGH, 2016). As abordagens de análise de discurso, por sua vez, são influenciadas por esse movimento e, principalmente, pela crítica pós-estruturalista desenvolvida nos trabalhos de Michael Foucault, Roland Barthes, Jacques Derrida, Julia Kristeva entre outros. Assim, uma abordagem discursiva enfatiza a construção linguística da realidade (DOTY, 1993; RESENDE, 2011).

Portanto, abordagens discursivas seguem uma perspectiva construtivista do significado da linguagem. Ou seja, as coisas não apresentam significados fixos, mas são os indivíduos que as significam através de sistemas representacionais. Não é no mundo material – onde as coisas e as pessoas existem – que o significado é transmitido, mas através de processos simbólicos, no qual o sistema de linguagem é utilizado para representar um determinado conceito. É através dos sistemas linguísticos e representacionais pelos quais os atores sociais constroem os significados do mundo (HALL, 1997). Assim, a “realidade” é uma construção social, um produto de uma rede de complexas representações e não algo natural e pré-estabelecido.

No cotidiano, a concepção de discurso equivale a uma conversa sobre um determinado tópico. Contudo, no sentido acadêmico, discurso é um conceito complexo, principalmente porque existem diversas definições conflitantes e sobrepostas, desenvolvidas por distintas perspectivas teóricas. Uma das principais referências para o conceito de discurso foi Foucault, já discutido aqui, que apresentou importantes contribuições sobre a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do saber, entre outras (DITTMER, 2010; FAIRCLOUGH, 2016).

O discurso tem a capacidade de construir saberes sobre o mundo, moldando como o mundo é compreendido e como as coisas são feitas nele. Os discursos estabelecem regimes de verdade, definindo o que pode ser considerado verdade ou não. Isto é, ele define o que pode

ser visto ou o que permanece escondido, quem pode falar e conseqüentemente, quem possuiu autoridade e quem permanece as margens; o que é e o que não é apropriado em nossa organização e atividade social; e qual saber é considerado útil, relevante e “verdadeiro” (HALL, 1997; MÜLLER, 2016; ROSE, 2016). Dessa forma, os discursos são formas de referir ou construir conhecimento sobre um agrupamento de ideias, imagens e práticas, que fornecem modos de falar, formas de conhecimento e condutas relacionados a atividade social (HALL, 1997).

Cabe destacar que os discursos estão longe de serem elementos neutros, pois estão relacionados a lugares onde os poderes são exercidos. Eles não apenas descrevem, mas também produzem os sujeitos, os espaços, as relações e estabelece as regras de pensamento. Em suma, os discursos produzem o mundo tal como o compreendemos. Assim, os discursos estão ligados ao desejo e ao poder. Nas palavras de Foucault (2014, p. 10) “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Esse poder, para Foucault, não é imposto do topo da sociedade às camadas oprimidas de baixo. O poder se encontra em toda parte, assim como o discurso. Além disso, a abordagem foucaultiana permite que o poder seja contestado, pois onde há poder, há resistência. Com isso, um certo grau de mudança social se torna possível (ROSE, 2016).

Ainda assim, certos discursos são dominantes, sendo capazes de estruturar instituições sociais poderosas, seja dotada de poder coercitivo (por exemplo, polícia, prisão, hospício) ou instituições que reivindicam uma verdade absoluta. Essa construção de verdades está no cerne da relação entre poder e saber (ROSE, 2016). Dentre os diversos discursos, o geopolítico apresenta um efeito disciplinador pois demarca o que é considerado conhecimento correto e válido sobre os aspectos espaciais da política global. Esses discursos tornam o espaço reconhecido e dotado de significado (MÜLLER, 2016).

Em uma perspectiva foucaultiana, o discurso não se pode equiparar à linguagem. Para Foucault (2008, p. 55), os discursos não são um conjunto de signos<sup>77</sup>, mas devem ser considerados “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”. De certo, os discursos são constituídos por signos, porém, não são redutíveis à linguagem e aos atos de fala.

O discurso é um conceito mais amplo, não sendo utilizado apenas como um conceito linguístico que significa algo escrito ou falado, mas enfatiza as regras e práticas pelos quais as

---

<sup>77</sup> Para saber sobre o conceito de signos, ver Saussure (2006) e Barthes (2019).

“verdades” são incorporadas e promulgadas em diferentes contextos históricos. Foucault, portanto, não estuda a linguagem como um sistema de representação, mas sim os discursos (DITTMER, 2010; HALL, 1997). Segundo Foucault:

Os “discursos”, tais como podemos ouvi-los, tais como podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como se poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e de palavras [...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias de práticas discursivas. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime de objetos (FOUCAULT, 2008, pp.54-55)

A constituição de um discurso é uma fusão de aspectos materiais da linguagem (o texto e imagens visuais), e outras formas de comunicação como a linguagem corporal, interações, atos simbólicos e tecnologias (DITTMER, 2010; FAIRCLOUGH, 2016). Em síntese, os discursos se articulam através de textos e imagens, especializados ou não, e pelas práticas que essas linguagens permitem. Assim, os discursos conectam o texto à política e englobam também os efeitos sociais dos textos. A ênfase discursiva está, portanto, na produção social e nos seus efeitos.

Uma abordagem discursiva foca na particularidade histórica de uma forma específica ou “regime” de representação. Ela não examina apenas como os significados são produzidos pela linguagem, mas com o saber que determinado discurso produz e se conecta ao poder, regula as atividades, constrói identidades e define o modo em que as coisas são representadas, pensadas e praticadas (HALL, 1997).

Portanto, os discursos definem e constroem os objetos do nosso conhecimento. Eles regem como um assunto pode ser debatido e influenciam como as ideias são colocadas em prática e usadas para regular a conduta dos outros. Ao mesmo tempo em que os discursos regem as formas de falar sobre assuntos, define formas aceitáveis de falar, escrever ou de agir, eles também excluem e criam limites e restrições em outras formas de falar, de agir ou de construir conhecimento sobre algo (HALL, 1997).

Para Hall (1992, p. 291) “O discurso é sobre a produção de conhecimento por meio da linguagem. Mas, uma vez que todas as práticas sociais implicam um significado, e os significados moldam e influenciam o que fazemos - nossa conduta - todas as práticas têm um aspecto discursivo”.

### 2.3.1. *A concepção tridimensional do discurso*

Após termos apresentado essa breve apresentação sobre o conceito de discurso, iremos adentrar na concepção tridimensional do discurso desenvolvida por Norman Fairclough (2016)<sup>78</sup>, ao qual recebe influência direta da obra de Foucault e, assim, servirá de método de análise para essa pesquisa.

Fairclough (2016), em sua concepção de discurso, considera o uso da linguagem como forma de prática social. O discurso é um modo de ação, onde os indivíduos podem agir sobre o mundo e sobre os outros, assim como um modo de representação. Seguindo uma lógica foucaultiana, Fairclough (2016) afirma que o discurso é socialmente constitutivo, porém ele também é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo, existindo uma relação dialética entre os dois.

O discurso contribui para a construção de todas as dimensões da estrutural social, que ao mesmo tempo o moldam e o restringem. O discurso contribui também para a construção de identidades sociais, de posições de sujeito, de relações sociais entre os indivíduos e de sistemas de saberes e crenças. Assim, o discurso contribui tanto para a reprodução da sociedade quanto para transformá-la (FAIRCLOUGH, 2016).

O discurso não é analisado somente como um objeto textual autônomo, “mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2008, p.12). O discurso é compreendido, portanto, como uma prática social e que possui diversas orientações: econômica, cultural, política e ideológica. Fairclough (2016, p. 98) destaca as duas últimas como seu foco central. O discurso como prática política “estabelece, mantém e transforma as relações de poder” na sociedade. Já o discurso como prática ideológica “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”.

Essas práticas discursivas se manifestam na sociedade através da linguagem, ou de textos e imagens. As práticas discursivas políticas e ideológicas são uma dimensão do evento discursivo, assim como os textos e imagens. Além dessas duas dimensões (texto e prática discursiva), existe também uma terceira, a prática social. A prática discursiva não se opõe à prática social, sendo a prática discursiva uma forma particular da social. A prática social

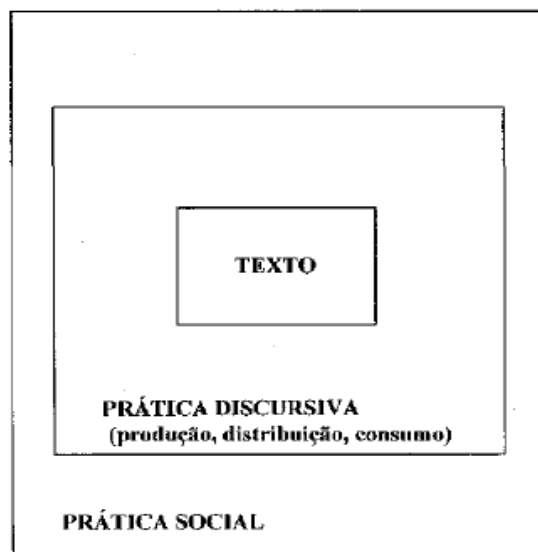
---

<sup>78</sup> A abordagem de Fairclough se encontra dentro de um movimento científico chamado Análise Crítica do Discurso (ACD). A ACD é um movimento acadêmico que surgiu no início da década de 1990 para discutir teorias e métodos de análise de discurso, tendo como interesse central a relação entre linguagem e poder. As pesquisas desenvolvidas nesse projeto foram dedicadas aos discursos institucionais, político, das mídias entre outros (WODAK, 2004).

muitas vezes pode ser inteiramente constituída por práticas discursivas, porém, pode envolver também uma mescla de práticas discursivas e não discursivas (FAIRCLOUGH, 2016).

É nesse sentido que Fairclough (2016) cria uma concepção tridimensional do discurso, baseada em três dimensões analíticas indispensáveis para a análise de discurso (Figura 2). Essa abordagem busca estabelecer conexões explanatórias entre os modos de interpretação e organização textual (texto), como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos (prática discursiva), e a natureza da prática social em termos de sua relação com as estruturas e lutas sociais.

Figura 2 - Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora UNB, 2016, p. 105

Assim, o primeiro método é a análise textual, que inclui itens linguísticos. O segundo é relacionado à análise das práticas discursivas, que inclui o contexto imediato em que a linguagem e discurso são empregados. E o terceiro é o da prática social, que envolve as ideologias dentro dos quais o contexto social se encontra (DITTMER, 2010). A presente dissertação enfatizará na primeira abordagem: o texto.

Contudo, a divisão analítica entre a análise textual e a de práticas discursivas não são nítidas, sendo uma complementar à outra. Isto ocorre porque os textos são construídos de forma às quais a prática discursiva dota de significado potencial. Esses significados potenciais dos textos são, geralmente, heterogêneos, um complexo de significados diversos, e algumas vezes contraditórios, tornando os textos altamente ambivalentes e abertos a múltiplas interpretações (FAIRCLOUGH, 2016).

Fairclough (2016) afirma que a análise textual pode ser organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Somado a isso, existem mais três outros

itens que são utilizados na análise da prática discursiva e que envolvem aspectos formais dos textos, que são: a força dos enunciados, ou seja, os tipos de atos de fala (promessas, pedidos, ameaças etc.) por eles constituídos; a coerência dos textos; e a intertextualidade dos textos. Dessa forma, esses sete itens formam um quadro para a análise textual que abarca aspectos de sua produção e interpretação como também as propriedades formais do texto (FAIRCLOUGH, 2016).

O vocabulário, por sua vez, não é apenas documentado “no” dicionário<sup>79</sup>, mas tendem a possuir vários significados e podem ser significados de diversas maneiras. Para Fairclough (2016, p. 240), “a relação palavra-significado pode mudar rapidamente, e assim muitos significados potenciais são instáveis, e isso pode envolver disputas entre atribuições conflitantes de significados e significados potenciais das palavras”. Em síntese, podemos afirmar que existem vocabulários sobrepostos e em competição que estão relacionados aos diferentes domínios, instituições, práticas e valores.

A significação das palavras implica no processo de significação do mundo que ocorre em diferentes tempos e espaços. Para tanto, iremos tentar compreender a construção de significado do espaço sul-atlântico por meio da predicação. A predicação está relacionada à qualidade de sujeitos, espaços, objetos por meio de predicados, advérbios e adjetivos que os transformam (FAIRCLOUGH, 2016). Esse tipo de abordagem analisa as predicções dos verbos, advérbios e adjetivos que se ligam aos substantivos. Essas predicções constroem esses sujeitos, espaços e objetos com características e capacidades particulares (MILLIKEN, 1999).

Em complemento a esse raciocínio, Doty (1993) afirma que a predicação afirma uma qualidade, atributo ou propriedade de uma pessoa ou coisa. Para Milliken (1999), a análise de predicções é adequada para diversos tipos de textos, podendo auxiliar na análise da construção social dos espaços e de raciocínios geopolíticos.

Outra abordagem em que focaremos será a análise de metáforas. As metáforas não são apenas um ornamento estilísticos do discurso<sup>80</sup>, pois:

Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nosso sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental (FAIRCLOUGH, 2016, p. 250).

---

<sup>79</sup> Os dicionários são parte de um processo de padronização e codificação das línguas e estão relacionados à uma visão unitária da língua. Ou seja, os dicionários tendem a demonstrar as palavras dominantes e os significados das palavras como únicos (FAIRCLOUGH, 2016).

<sup>80</sup> De acordo com Fairclough (2016), as metáforas se encontram em todos os tipos de discurso.

Essas metáforas, que são “formas convencionais de conceituar um domínio em termos de outros” (MILLIKEN, 1999, p. 235), constroem possibilidades estruturantes para a ação e o raciocínio humano.

A militarização do discurso, através de frases como “eu demoli o seu argumento” e “ele atacou cada ponto fraco do meu argumento”, acarreta também em uma militarização do pensamento e das práticas sociais. Algumas dessas metáforas são profundamente naturalizadas em determinadas sociedades de forma que os indivíduos, em grande parte do tempo, não as percebem. Assim, essas metáforas se tornam cada vez mais difíceis de serem removidas de suas falas, pensamento e ação (FAIRCLOUGH, 2016). Para Milliken (1999), em um estudo empírico, o pesquisador deve identificar metáforas utilizadas regularmente por grupos ou sociedades para dar sentido ao mundo. A utilização de metáfora por esses atores cria possibilidades estruturantes para a ação e o raciocínio humano.

A prática discursiva está relacionada aos processos de produção, distribuição e consumo dos textos, variando entre diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais. Nesse sentido, a produção dos textos ocorre em contextos sociais específicos, por exemplo, os quadrinhos são produzidos mediante rotinas complexas entre indivíduos que se encontram em diferentes estágios de produção, como o editor, o escritor, o desenhista e os profissionais que editam as letras e as cores (DITTMER, 2014; FAIRCLOUGH, 2016).

A produção dos textos, assim como o consumo, pode ser individual ou coletiva e varia em contextos sociais distintos. Alguns textos, como discursos políticos e livros didáticos, são transformados em outros textos<sup>81</sup>. Além disso, enquanto alguns textos podem levar a guerras, outros podem modificar as atitudes, crenças ou as práticas dos indivíduos (FAIRCLOUGH, 2016).

Existem dois tipos de distribuição dos textos: simples (uma conversa casual realizada em um contexto imediato) e complexa. Um exemplo de distribuição complexa são os textos produzidos por políticos. Eles são distribuídos em diversos domínios institucionais e cada um destes possuem uma vasta gama de padrões próprios de consumo e rotinas para a reprodução e transformação de textos. Por exemplo, os telespectadores recebem uma versão transformada dos discursos pronunciados por tomadores de decisão política; essa versão é consumida de acordo com hábitos e rotinas específicas de recepção (FAIRCLOUGH, 2016).

---

<sup>81</sup> Essa questão será desenvolvida com maior profundidade mais abaixo, quando discutiremos o conceito de intertextualidade.



Produtores em certas organizações, como instituições governamentais, conseguem produzir “textos de forma a antecipar sua distribuição, transformação e consumo, e neles constroem leitores múltiplos”. Isto é, os textos podem ser planejados para serem interpretados de formas distintas, por diferentes leitores ou ouvintes (FAIRCLOUGH, 2016, p. 113).

No nível da análise das práticas discursivas, iremos focar na intertextualidade. O conceito de intertextualidade foi primeiramente cunhado por Kristeva<sup>82</sup> no final dos anos 60. A intertextualidade é “a propriedade que têm os textos de serem cheios de fragmentos de outros textos, que podem ser delimitados explicitamente ou mesclados e que o texto pode assimilar, contradizer, ecoar ironicamente, e assim por diante” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 119). Portanto, os textos são intertextuais, pois são constituídos de elementos de outros textos. Isto é, os textos sempre se referem a outros textos e que também se referem a outros textos (DOTY, 1993).

O conceito de intertextualidade pode abranger os três níveis da prática discursiva, produção, distribuição e consumo. No campo da produtividade dos textos, de modo especial, a intertextualidade aponta para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes para produzir novos textos. Uma perspectiva intertextual acentua o modo como os textos sempre acrescentam as cadeias textuais (FAIRCLOUGH, 2016).

Utilizaremos também da categoria de pressuposição nessa análise. “As pressuposições são proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou ‘dadas, [...] e há várias pistas formas na organização de superfície do texto para mostrar isso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 161). As pressuposições são mecanismos textuais relevantes que criam saberes e, ao fazerem isso, constroem um tipo de mundo onde as certas coisas são reconhecidas como verdadeiras (DOTY, 1993). Um exemplo é a expressão “a ameaça soviética”, pois isso pressupõe a existência de uma ameaça soviética.

A partir de uma visão intertextual da pressuposição, o outro texto não é especificado ou identificável, ele é um texto opaco correspondendo à opinião geral. Portanto, “a ameaça soviética” é uma expressão “pré-construída” que circula em uma forma já estabelecida. A pressuposição constitui algo tomado como dado pelo produtor do texto. Isto é, o produtor do texto pode se basear em uma proposição tida como dada por outro ou por ele mesmo. Essas proposições podem ser sinceras ou com a intenção de manipular (FAIRCLOUGH, 2016).

---

<sup>82</sup> O conceito clássico de intertextualidade de Kristeva: “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto.” (KRISTEVA, 1974, p. 64).

Essa análise de discurso reconhece que o discurso é articulado em um leque amplo de textos, imagens e práticas. Dessa forma, a pesquisa desenvolvida na presente dissertação se restringirá principalmente à análise de texto das revistas em quadrinhos selecionadas. Os tópicos analíticos que analisaremos serão: pressuposição, predicação e metáforas. Devemos ressaltar, por fim, que os textos funcionam para criar “realidades”, conectando assuntos e objetos uns aos outros. Nessa pesquisa considera-se o papel do discurso em constituir, reproduzir, desafiar e reestruturar os sistemas de conhecimento e crença. Dessa forma, a análise de texto aqui adotada está relacionada a construção da realidade social, sobretudo, a construção social dos espaços.

A partir dessas reflexões, optamos por coletar fontes primárias qualitativas com um marco temporal desde o início do lançamento do termo “Amazônia Azul” em 2004 até o ano de 2018, para então, em sequência, serem utilizadas as técnicas desenvolvidas por Fairclough. Nesse sentido, no capítulo 3, escolhemos analisar textos de três revistas em quadrinhos a partir desses três tópicos analíticos expressos acima. A escolha pelo uso de gibis ocorreu porque esta modalidade tem a capacidade de representar espaços e atingir leitores jovens em processo de formação cognitiva. O processo de escolha desses três gibis específicos ocorreu devido a estas publicações serem produções do Ministério da Defesa e das Forças Armadas ou encomendada por estes. Além disso, esse material foi selecionado pois é uma forma de discurso geopolítico popular que circula na sociedade brasileira e que representa o Atlântico Sul de alguma maneira.

Utilizaremos ainda, de forma complementar, textos relacionados a pronunciamentos de Ministros da Defesa e Comandantes da Marinha e documentos do Ministério da Defesa e da MB. Com base nessas considerações apresentadas, nota-se que priorizamos, devido a uma limitação de tempo, as representações produzidas por atores do setor de defesa do Brasil.

Devemos ainda frisar que estes não são os únicos atores capazes de emitir discursos geopolíticos. Outros atores como o próprio Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil também têm representado o espaço oceânico do Atlântico Sul por meio de textos relacionados a iniciativas como a ZOPACAS. Contudo, esses textos do MRE parecem estar mais relacionados aos discursos geopolíticos práticos e formais, havendo poucas iniciativas vinculadas a uma geopolítica popular sobre esse espaço. Dito isto, preferimos por privilegiar, nessa dissertação, os textos do MD e das Forças Armadas.

### 3 A GEOPOLÍTICA PRÁTICA BRASILEIRA NO ESPAÇO SUL-ATLÂNTICO

Este capítulo busca identificar as representações do Oceano Atlântico Sul contidas nos discursos da política externa e de defesa brasileira. Discursos estes que estabelecem fronteiras, constroem espaços e definem ameaças. É nesse sentido, portanto, que dividiremos esse capítulo em três seções.

Na primeira delas busca-se, a partir de uma perspectiva histórica, compreender a construção dos espaços oceânicos em um contexto global. Na segunda seção será investigado a construção dos limites marítimos brasileiro. Por fim, na terceira e última seção será exposto as representações do Atlântico Sul produzidos pela política externa e de defesa brasileira a partir de 2003.

#### 3.1. A Divisão dos Espaços Oceânicos: Uma Perspectiva Histórica

Os oceanos cobrem 71% da superfície do planeta Terra (STEINBERG, 2009), contudo, nos tempos atuais, cerca de 39% dos espaços oceânicos estão sob jurisdição dos Estados, equivalente a uma área que cobre 140.6 milhões de quilômetros quadrados, sendo um pouco maior do que as áreas terrestres do globo. Todavia, os direitos legais sobre os espaços oceânicos são diferentes dos terrestres, pois, em grande parte dessas áreas marítimas, o Estado não tem soberania total, tendo apenas direitos exclusivos sobre recursos econômicos (MORAES, 2019).

Não obstante, esses espaços oceânicos não são algo natural ou dado. Tratam-se de geografias construídas pelos discursos de atores sociais (incluindo Estados) e que estão associados a um contexto histórico. Não se trata apenas de um espaço fornecedor de recurso, de uma superfície para transporte e de um campo de batalha, mas sim de uma arena onde os conflitos sociais ocorrem, sendo moldado por esses conflitos. Sendo assim, “o oceano não é apenas um espaço utilizado pela sociedade, é um componente do espaço da sociedade” (STEINBERG, 2001, p. 20).

No período pré-moderno, as classes dominantes utilizaram a territorialidade<sup>83</sup> para definir quais recursos e indivíduos iriam ser parte do seu controle. Com isso, foram construídas relações sociais hierarquizadas, limitando o acesso de certos indivíduos a

---

<sup>83</sup> A tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, delimitando e afirmando o controle sobre uma área geográfica (SACK, 1986, p. 19).

determinados espaços. Já na era moderna, essas construções sociais se tornaram mais refinadas sob a lógica capitalista, obscurecendo as fontes de poder (SACK, 1986).

Na modernidade, os espaços oceânicos têm sido representados por meio de desenhos de linhas, de divisão ou conexão, com o objetivo de administrá-los. As escritas desses espaços podem ser lidas através de abordagens que se alternam no tempo, sendo uma com tendências à divisão, ao fechamento, à posse e à gestão do espaço; e outra que busca construir uma superfície livre de atritos caracterizada por linhas de conexão. Essas “linhas podem ser desenhadas ou apagadas a fim de promover uma gama de alternativas sociais no espaço oceânico global” (STEINBERG, 1999, p. 255).

No final do século XV, a competição entre Espanha e Portugal pelo acesso e colonização de territórios distantes gerou preocupação por parte do Papa Alexandre VI acerca de uma possível divisão do mundo cristão. Com o intuito de evitar essa cisão, foi emitida a Bula Papal *Inter Coetera* de 1493, na qual foi traçada uma linha à 100 léguas a oeste dos Açores. A partir dessa delimitação foi concedido à Espanha todas as terras não-cristãs a oeste e a Portugal todas que estavam a leste. No ano seguinte, houve uma renegociação nos termos da Bula, acarretando na assinatura do Tratado de Tordesilhas, que riscou um novo meridiano a 370 léguas a oeste da ilha de Cabo Verde, distribuindo as terras não-cristãs a oeste para Espanha e a leste para Portugal (STEINBERG, 1999).

A Bula e o Tratado são frequentemente caracterizados por dividir os oceanos entre Espanha e Portugal. No entanto, em nenhum dos documentos foram feitas referências às concessões de qualquer parte do mar para a Espanha ou Portugal. O fato de o Tratado ressaltar que um navio português não deve navegar a oeste da linha, a menos que esteja indo em direção a uma posse portuguesa, ou vice-versa, atribui aos Estados certas funções de policiamento, mas não implicava na posse dos mares por estes. Nesse caso, essas reivindicações resultaram na divisão do mar em “esferas de influência”, sendo atribuídos direitos de administração por essas duas potências, porém não as davam a posse desses espaços (STEINBERG, 1999).

Segundo Steinberg (1999, p. 257), após a assinatura do Tratado, esses dois países começaram a “construir o mar como um espaço de apoio às suas estratégias específicas para dominar espaços terrestres distantes”. Sendo assim, os exercícios unilaterais de poder eram exercidos dentro das zonas de influência marítima dos respectivos países, contudo, a incorporação do espaço oceânico ao território dos Estados não era uma norma legal desse contexto histórico (STEINBERG, 1999).

No início do século XVII, os oceanos foram representados pela chamada “Batalha dos Livros”, que foi encabeçada pelos juristas Hugo Grotius, nascido na Holanda e o inglês John Selden. O primeiro deles, em seu livro *Mare liberum* ou Mar Livre publicado em 1609, advogava por um espaço oceânico aberto, com liberdade de navegação, onde os mares não pertenceriam a nenhum Estado e seu uso não poderia ser negado (GROTIUS, 2004).

Na perspectiva de Moraes (2014), a obra de Grotius seria a base para os conceitos modernos de mar territorial e alto-mar, devido à compreensão da existência de dois espaços no mar: um próximo às costas dos Estados em que poderia ser exercido alguma forma de controle sobre as embarcações estrangeiras e outro em áreas distantes, onde não poderia ser estendida a soberania estatal.

Para Grotius (2004) os Estado não deveriam interferir no direito natural da navegação. Sendo assim, Portugal não poderiam afirmar suas soberanias sobre os oceanos, principalmente no Índico. Dessa forma, “o motivo de Grotius era político. Ele estava escrevendo a fim de defender os direitos dos holandeses à navegação e ao comércio com as Índias Orientais, apesar das reivindicações portuguesas de monopólio” (BOOTH, 2014, p. 12).

John Selden, por sua vez, defendia uma tese contrária à de Grotius. Em sua obra *Mare clausum* ou Mar Fechado de 1635, Selden argumentava que os Estados costeiros poderiam exercer sua soberania sob possessões oceânicas, permitindo, assim, a incorporação dos mares ao território dos Estados (SELDEN, 1635). Assim como Grotius defendia os interesses dos holandeses, a abordagem de Selden é uma expressão de poder favorável a Inglaterra, pois defendia a expansão da soberania da coroa inglesa para o Mar do Norte e o Atlântico Norte, no sentido de restringir a pesca por estrangeiros (ARMITAGE, 1992; BOOTH, 2014).

Dentro desses debates, devemos destacar a geração seguinte de juristas, como o holandês Cornelius van Bynkershoek, que em sua obra *De Dominio Maris Dissertatio* de 1702 afirmava que a soberania dos Estados se estenderia à distância alcançada por uma bala de canhão; e Ferdinando Galiali, que em 1782 introduziu a proposta de que o limite marítimo dos Estados deveria ser de 3 milhas<sup>84</sup>. Embora houvesse certo consenso sobre a existência de uma área adjacente ao Estado, havia também divergências por parte dos Estados e dos juristas sobre a extensão dessa área e o que era permitido fazer ou não fazer nesse espaço (BOOTH, 2014; MORAES, 2014).

Com isso, pode-se afirmar que a “Batalha dos Livros”, principalmente as obras de Grotius e Selden, exerceram influência na construção dos espaços oceânicos nos períodos

---

<sup>84</sup> Essa dissertação trabalhará com as medidas de milhas náuticas.

posteriores (STEINBERG, 1999). O século XIX foi caracterizado pela superioridade do poder naval britânico sob os outros países. Durante esse período, também chamado de *Pax Britannica* (1815-1914), a liberdade dos mares manteve-se como regra, tendo a Grã-Bretanha como garantidora desse princípio (MORAES, 2014).

A *Pax Britannica* também foi marcada pela estabilidade no mar, que parcialmente contribuiu para um tempo de ordem internacional e desenvolvimento econômico. De acordo com Booth (2014), esse regime marítimo estável também forneceu condições para que a supremacia política e econômica britânica pudesse ser exercida e reconhecida em grande parte do globo. A Grã-Bretanha, como a principal potência marítima, buscou promover seus próprios interesses nacionais por meio da concepção grotiana da liberdade dos mares (BOOTH, 2014).

Além disso, esse discurso grotiano servia como base fundamental para a manutenção da hegemônica britânica. Mesmo possuindo a supremacia militar, a Grã-Bretanha não incorporou os oceanos como parte do território imperial. Em vez disso, ela reivindicou a autoridade para empreender seu poder como administradora dos oceanos, buscando resguardar os oceanos como um espaço de livre uso (STEINBERG, 1999).

Desse modo, ao final dessa era de predomínio britânico, o oceano era um espaço ao qual a soberania estatal não se abrangia. O alto-mar não estava sob posse de nenhum Estado e a área de 3 milhas náuticas, mesmo que defendida por alguns importantes Estados, refletia apenas uma pequena parcela da dimensão global dos oceanos (MORAES, 2014).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, houve grandes transformações na esfera geopolítica e econômica, inclusive no domínio do mar, com a reconfiguração do mapa político mundial (PEREIRA; SOUZA, 2007). Os Estados passaram a reivindicar o controle exclusivo sobre grandes áreas marítimas, acarretando uma importante mudança nas questões dos limites marítimos. Os mares passaram a ser representados “como uma continuação da terra, sob a qual a soberania podia ser estendida” (MORAES, 2019, p. 4).

As pesquisas científicas durante esse contexto permitiram expandir o conhecimento sobre o valor e a extensão dos recursos marinhos. Assim, os avanços tecnológicos decorrentes desse processo possibilitaram uma melhora na exploração de petróleo e minérios no fundo do mar e em regiões mais distantes da costa dos Estados. Além do mais, questões relacionadas a gestão da pesca tornaram-se cada vez mais populares devido a redução dos estoques pesqueiros em razão da exploração exacerbada (COSTA, 2017; FRIEDHEIM, 1993). Com o objeto de explorar esses recursos e garantir a sua própria segurança nacional, vários Estados passaram a reivindicar águas jurisdicionais para além das 3 milhas náuticas (BUCK, 1998).

Segundo Booth (2014), houve uma tendência crescente para a adoção de medidas “unilaterais” em relação as reivindicações marítimas. Ironicamente, o primeiro a desencadear essas reivindicações foi o próprio governo dos EUA, que posteriormente, se tornaria o principal opositor a esse tipo de ato (BOOTH, 2014).

Impulsionado pela descoberta de reservas de petróleo e gás natural em sua costa (BUCK, 1998), os EUA, através da proclamação 2667 de 28 de setembro de 1945, também conhecida como Proclamação Truman, estendeu a sua jurisdição “sobre as terras submersas e o subsolo da Plataforma Continental Externa”. Dessa forma, esse documento tinha como objetivo declarar “a jurisdição exclusiva dos EUA sobre os recursos na Plataforma Continental” (PROCLAMATION, 1945). Para Friedheim (1993), esse ato unilateral proclamava jurisdição e não soberania sobre os recursos naturais no leito e a aproximadamente 200 metros de profundidade do subsolo oceânico.

Essa decisão unilateral abriu precedentes para que outros países também adotassem posições semelhantes (FRIEDHEIM, 1993). Um mês depois, o México reivindicou a sua Plataforma Continental (BOOTH, 2014), sendo seguido por diversos países da América Latina, como a Argentina em 1946. Em 1947, Chile e Peru afirmaram que suas soberanias sobre os recursos do mar se estenderiam até 200 milhas náuticas, seguido pelo Equador em 1950. Essa iniciativa buscava limitar o acesso de frotas pesqueiras em águas distantes e controlar os estoques de peixes em seus mares adjacentes (UNITED NATIONS, 1998). Ou seja, esses países passaram a defender direitos exclusivos de exploração nas águas, abrangendo, dessa forma, a pesca (MORAES, 2014).

É nesse mesmo contexto que Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Líbia, Venezuela e alguns outros países do Leste Europeu reivindicaram um mar territorial com extensão de 12 milhas, diferenciando-se do limite tradicional de 3 milhas (UNITED NATIONS, 1998). Nos vinte anos seguintes, vários outros países afirmaram algum tipo de controle sobre os espaços oceânicos, resultando, sobretudo, em uma série de disputas e conflitos sobre uma ampla gama de interesses nesses espaços (BOOTH, 2014).

Essas discussões sobre o espaço oceânico que tiveram o seu início com a declaração do presidente Harry Truman, levaram os países a buscarem um novo consenso sobre a delimitação desses espaços (COSTA, 2017). Portanto, foi acordado, durante a primeira sessão da Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas em 1949, que as questões relacionadas ao alto-mar e às águas territoriais deveriam ter prioridade (UNITED NATIONS, 1949).

As negociações no âmbito da Comissão de Direito Internacional persistiram até 1958, quando ocorreu a Primeira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM). Nessa ocasião, foram firmadas quatro convenções que formaram a base para o direito marítimo contemporâneo: a Convenção sobre o Alto-Mar (entrou em vigor em 1962; a Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua (entrou em vigor em 1964); a Convenção sobre a Plataforma Continental (entrou em vigor em 1964); e a Convenção sobre a Pesca e a Conservação dos Recursos Biológicos do Alto-Mar (entrou em vigor em 1966) (MORAES, 2014).

Desse modo, durante essa primeira conferência foi firmado que os Estados poderiam exercer sua soberania sobre o mar territorial. Para Moraes (2019, p. 5), a CNUDM I “estendeu uma norma pré-existente – a soberania – às áreas marítimas. Embora legalmente distinto, sua essência foi mantida: o controle era apenas para os Estados, as fronteiras eram espaciais, o controle era exclusivo e poderia ser imposto”. Em relação a plataforma continental, houve consenso sobre os direitos exclusivos dos Estados costeiros de explorar os recursos (MORAES, 2019).

O desacordo entre os países sobre as delimitações do mar territorial e as divergências sobre os direitos de pesca, levou a convocação da CNUDM II, em 1960 (MORAES, 2014). Porém, a CNUDM II não avançou muito sobre as discussões sobre a extensão do mar territorial e das zonas de pesca, não obtendo, assim, qualquer outro instrumento concreto e significativo (COSTA, 2017; PEREIRA; SOUZA, 2007).

No final dos anos 1960, a extração de recursos nos oceanos se intensificou. As explorações de petróleo estavam sendo realizadas cada vez mais longe das costas. Os avanços tecnológicos nos equipamentos permitiram retirar petróleo a profundidades de 4.000 metros abaixo da superfície oceânica. A construção de grandes embarcações de pesca capazes de navegar longe da costa e de se manter meses ao mar, passaram a afetar ainda mais os estoques de pesca (UNITED NATIONS, 1998). Além disso, persistiam as indefinições sobre os aspectos do mar territorial (BOOTH, 2014).

À medida em que esses avanços tecnológicos se concretizavam, permitindo o aproveitamento econômico das riquezas minerais dos fundos oceânicos, maior era a necessidade de regras internacionais para o uso destes recursos. O marco inicial sobre as discussões sobre a exploração dos recursos minerais marinhos do fundo dos oceanos foi em uma sessão da Assembleia Geral da ONU em setembro de 1967, quando o Embaixador de Malta, Arvid Pardo, “chamou atenção para o risco das riquezas minerais dos fundos marinhos serem



apropriadas pelas poucas potências detentoras de recursos econômicos e tecnologia adequada para exploração em águas profundas” (PEREIRA; SOUZA, 2007, p. 11).

Pardo propôs que as riquezas do fundo do mar deveriam se tornar “patrimônio comum da humanidade” e argumentava também pela criação de uma agência para controlar a exploração dos recursos do fundo do mar (FRIEDHEIM, 1993). Na perspectiva de Friedheim (1993, p. 30), “Pardo pedia o fechamento do fundo do mar em nome dos povos do mundo, especialmente para benefício dos países em desenvolvimento”. Logo em seguida, em 1970, foi aprovada pela Assembleia Geral da ONU a Declaração de Princípios que governam os Fundos Marinhos, o leito do Oceano, e seu subsolo, além dos limites da Jurisdição Nacional (PEREIRA; SOUZA, 2007).

Durante a década de 1970, alguns Estados passaram a defender direitos econômicos exclusivos não apenas sobre o fundo do mar e o subsolo da plataforma continental, mas também sobre as águas (MORAES, 2019). Foi nesse contexto de reivindicações, contra reivindicações e disputas de soberania em que se teve início a CNUDM III em 1973 na cidade de Nova York, se estendendo por um período de 9 anos através de 12 sessões (BUCK, 1998). Como resultado, em dezembro de 1982, foi aberta para assinatura a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar em Montego Bay (Jamaica) (COSTA, 2017). Naquela ocasião houve 117 assinaturas, somente entrando em vigor no dia 16 de novembro de 1994, um ano após o 60º país ratificá-la.<sup>85</sup> (UNITED NATIONS, 2020).

A CNUDM III estabeleceu a delimitação de alguns conceitos centrais para a compreensão dessa nova representação dos limites dos espaços oceânicos: o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva, plataforma continental e o alto-mar (Figura 3) (UNITED NATIONS, 1982).

Foi acordado que o mar territorial abrangeria 12 milhas náuticas a contar a partir das linhas de base, sendo uma extensão do território nacional sobre a qual o Estado exerceria sua soberania. As embarcações estrangeiras gozam de direito de passagem inocente pelo mar territorial. Essa passagem é possível quando não prejudica a paz, a boa ordem ou a segurança do Estado costeiro (UNITED NATIONS, 1982).

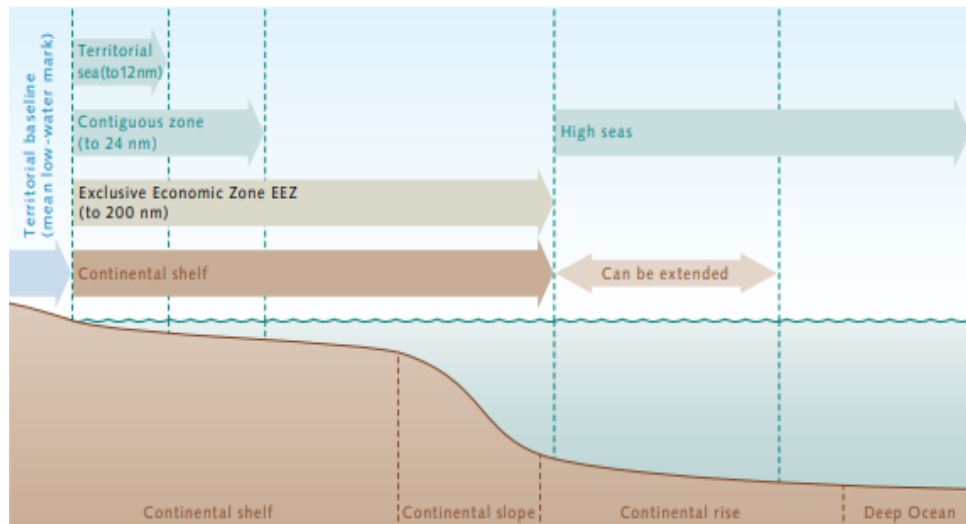
Adjacente ao mar territorial, foi definida a zona contígua, com um limite máximo de 24 milhas, sendo medida a partir das linhas de base. Essa área é considerada necessária para a manutenção da soberania sobre o mar territorial. Dessa forma, nessa zona os Estados podem

---

<sup>85</sup> Para mais informações sobre o processo de negociação da conferência, ver Buzan (1981) e Figuerôa (2014). Atualmente, 168 países já ratificaram essa conferência (UNITED NATIONS, 2020).

adotar uma série de medidas de fiscalização para evitar infrações às leis aduaneiras, fiscais, de imigração ou sanitários, podendo levar a cabo punições decorrentes de infrações ocorridas no território e no mar territorial. Cabe aqui ressaltar que a partir do limite exterior do mar territorial, os Estados não exercem soberania, somente jurisdição sobre as diversas áreas (MORAES, 2014; UNITED NATIONS, 1982; VIDIGAL, et. al., 2006).

Figura 3 - As divisões do espaço oceânico



Fonte: BOLLMANN, et. al. *World Ocean Review 2010: Living with the oceans*. Hamburg: maribus, 2010, p. 200

A zona econômica exclusiva (ZEE) se estende até as 200 milhas náuticas contadas da linha de base, ou seja, 188 milhas para os Estados que estabeleceram 12 milhas de mar territorial. Na ZEE os Estados teriam direitos exclusivos de exploração econômica. Portanto, todos os recursos localizados no leito do mar, no subsolo, nas águas ou acima delas, podem ser explorados apenas pelo Estado que possui jurisdição sobre a ZEE ou em caso de sua autorização. O artigo 56 da convenção aponta que na ZEE os Estados costeiros têm:

(a) Direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito e do subsolo marinho e, no que diz respeito a outras atividades, para exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes marítimas e dos ventos; e (b) jurisdição no que se refere a: colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas; investigação científica marinha; e proteção e preservação do meio marinho (UNITED NATIONS, 1982, p. 43).

Além do mais, na ZEE, os demais Estados, sejam costeiros ou não, gozam das liberdades de navegação e sobrevoo e de instalação de cabos e dutos submarinos. Dessa forma, a constituição da ZEE significou uma repartição econômica de grande parte dos oceanos. Para Moraes (2014), mesmo os Estados não exercendo soberania nessa área nos mesmos moldes nos espaços terrestre e aéreo, ou nos mares territoriais, existe, de certa forma,

uma soberania econômica, onde a exploração dos recursos econômicos não pode ocorrer sem o prévio consentimento do Estado que possui jurisdição sobre a ZEE.

A plataforma continental consiste no leito e no subsolo das mesmas 200 milhas da ZEE. Caso o prolongamento natural do terreno ultrapasse essa medida, os Estados costeiros podem submeter um pedido de ampliação de sua jurisdição à Comissão sobre Limites da Plataforma Continental (CLPC) em um prazo de até dez anos da assinatura da convenção. O documento enviado para a CLPC deve conter a comprovação científica, mostrando que a plataforma se estende de fato até o limite pleiteado<sup>86</sup>. Com isso, é exigido pela comissão um detalhado mapeamento do fundo desse espaço oceânico<sup>87</sup> (DODDS, 2010; UNITED NATIONS, 1982; VIDIGAL, et. al., 2004).

O artigo 76 estabelece alguns limites para o prolongamento da plataforma continental. O primeiro é uma restrição de 350 milhas contando a partir da linha de base, ou seja, se estende a 150 milhas além da ZEE. A segunda é que não pode ultrapassar 2.500 metros de profundidade (UNITED NATIONS, 1982).

Após a submissão do Estado e a análise desta, a CLPC emite recomendações para esse Estado sobre o estabelecimento dos limites externos da plataforma continental. Segundo Dodds (2010, p. 67), “essas recomendações são altamente significativas na medida em que o Estado costeiro pode estabelecer limites para a plataforma continental que são definitivos e obrigatórios”. Ou seja, essas recomendações desempenham um papel crítico na legitimação da jurisdição do Estado sobre esse espaço (DODDS, 2010).

No entanto, existem divergências sobre o grau exato de autoridade da CLPC em relação as recomendações para fixação dos limites das plataformas continentais. Moraes questiona (2014, p. 250) “se, hipoteticamente, um Estado discordar do parecer da CLPC

---

<sup>86</sup> A CLPC foi um dos três órgãos criados pela CNUDM e “distingue-se de todas as outras comissões de caráter técnico criadas para lidar com temas de limites e fronteiras, porque a CLPC é a única comissão técnica e científica do gênero criado por um tratado multilateral, tendo como principal mandato o de analisar os pedidos de extensão da plataforma continental, além das 20 milhas marítimas” (SILVA, 2013, p. 111). A CLPC fornece recomendações e assessoramento sobre as submissões dos Estados costeiros referentes a plataforma continental externa, sendo uma comissão fundamental na formulação dos cálculos territoriais. A comissão começou os seus trabalhos em 1997 e tem a sua sede localizada em Nova York. É composta por 21 delegados (cientistas especializados geralmente em oceanografia e geofísica) que são eleitos para mandatos de 5 anos e não são delegados dos Estados. As sessões da CLPC são realizadas duas vezes por ano, com duração de aproximadamente 5 e 6 semanas. As submissões não dependem somente de interpretações jurídicas complexas acerca da plataforma continental, mas principalmente de avaliações geocientíficas sobre os oceanos (DODDS, 2010; SILVA, 2013).

<sup>87</sup> De acordo com Dodds (2010), a utilização de submarinos, minissubmarinos e navios de pesquisa tem contribuído para criar as condições para novas intervenções soberanas.

quanto à solicitação por ele encaminhada<sup>88</sup>, ele poderia declarar, de maneira unilateral, os limites de extensão de sua plataforma continental?”. Para o próprio autor (2014), esse ato seria possível, pois o Artigo 76 da CNUDM afirma que a CLPC recomenda, porém, uma decisão unilateral careceria de legitimidade internacional. Além disso, dependendo de qual for o Estado a adotar essa medida poderia enfraquecer todo o regime internacional (MORAES, 2014).

A partir do reconhecimento dos novos limites, o Estado passa a exercer jurisdição sobre a plataforma continental (apenas no leito e no subsolo), para efeitos de exploração e aproveitamento dos recursos naturais (organismos vivos pertencentes a espécies sedentárias e recursos não vivos). É válido também ressaltar que todos os demais Estados têm direito de instalar cabos e dutos submarinos na plataforma continental. Todavia, os Estados costeiros têm direito exclusivo de autorizar e regulamentar as perfurações nessa área, quaisquer que sejam os fins (VIDIGAL, et. al., 2004).

Os Estados costeiros signatários da CNUDM III têm adotado uma série de estratégias geográficas distintas a fim de estabelecer o máximo controle territorial sobre a plataforma continental. Estratégias essas que variam desde a apresentação de solicitações abrangentes a parciais. Sendo assim, a busca de diversos Estados costeiros de mapear e pesquisar suas plataformas continentais é uma manifestação do senso competitivo de legitimidade territorial sob os espaços oceânicos (DODDS, 2010).

Por último, o alto-mar segue o princípio de mar livre, onde está aberto para todos os Estados, sejam eles com ou sem litoral. Sendo assim, nenhum Estado pode submeter qualquer área do alto-mar à sua soberania (VIDIGAL, et.al, 2006).

A CNUDM intensificou a complexidade desses espaços oceânicos devido à consolidação do mar territorial de 12 milhas e a criação das ZEE, que possibilitou aos Estados costeiros a reivindicação de direitos de administração dos recursos vivos e não vivos e de policiamento, mas não de autoridade soberana total (STEINBERG, 1999). Além disso, foram estabelecidas normas para solicitar a ampliação das plataformas continentais, possibilitando, assim, um aumento nas áreas de jurisdição dos Estados.

Do ponto de vista geopolítico, a CNUDM contribuiu para a pacificação do uso dos mares, buscando garantir o consenso em várias demandas dos Estados, como por exemplo, as

---

<sup>88</sup> Caso um Estado discorde das recomendações da Comissão, ele também poderia apresentar outra proposta revista ou uma nova proposta. Isso poderia criar uma situação em que o Estado emite uma submissão, depois a comissão faz suas recomendações, seguindo por uma nova submissão e depois uma nova recomendação, tornando uma espécie de “pingue-pongue” (SILVA, 2013).

delimitações de espaços marítimos (BEIRÃO, 2014). Contudo, algumas disputas por territórios marítimos em diversas partes do globo persistem (COSTA, 2012; DODDS, 2010; DODDS e INGIMUNDARSON, 2012; MORAES, 2014).

Certos discursos que buscam legitimar a expansão e ocupação dos Estados nesses espaços oceânicos, principalmente nas ZEE e plataformas continentais, podem acabar intensificando, por vezes, essas disputas. Somado a isso, a militarização dessas áreas por parte de países, com o intuito de defender os “seus” recursos naturais e o “seu” espaço contra o “outro”, pode também contribuir para a escalada desses conflitos. Em suma, o fato de aproximadamente 80% dos Estados terem seus limites internacionais de sua soberania determinados em espaços marítimos, tem gerado preocupações por parte de alguns Estados costeiros em relação a disputas por limites e fronteiras marítimas e pela abertura de novas fronteiras (PIRES DO RIO, 2019).

Como foi argumentado nessa seção, esses espaços não são neutros ou muito menos naturais. Trata-se de geografias construídas por diversos tipos de discursos de agentes sociais, passando pela Igreja Católica, por juristas, pelos Estados Modernos, pelas Nações Unidas assim como pela instrumentalização de discursos científicos. É nesse sentido, portanto, que na próxima sub-seção será investigado os discursos do Estado brasileiro que produzem essas fronteiras.

### 3.2. A Construção dos Limites Marítimos Brasileiros

Na seção anterior foi demonstrado que após o término da Segunda Guerra Mundial ocorreu um processo gradual de expansão da jurisdição estatal sobre os oceanos. Os oceanos têm se tornado um espaço onde diferentes atividades econômicas e sociais ocorrem e onde a norma da soberania tem se estendido, não sendo apenas um espaço onde são realizados a pesca e o trânsito de embarcações (MORAES, 2019).

No caso do Brasil, grande parte de sua história foi dedicada à expansão da largura do mar territorial. Todavia, nos tempos atuais, tem se intensificado a relevância da plataforma continental (SILVA, 2013). Machado (2015, p. 82) afirma que “a evolução da legislação brasileira sobre temas relativos ao direito do mar, anterior à Convenção de 1982, demonstra preocupação em determinar a largura do mar territorial, mas não da plataforma continental”.

A Circular nº 92 de 31 de julho de 1850 emitida pelo ministro da Marinha e direcionada para os presidentes das províncias, firmou os limites em três milhas marítimas. Durante a Conferência de Haia de 1930, a delegação brasileira advogava o alargamento do

mar territorial para seis milhas, porém não foi alcançado um consenso para a largura do mar territorial. Em seguida, em um contexto de Segunda Guerra Mundial, antes do envolvimento direto brasileiro no conflito, foram defendidas iniciativas regionais para a construção de uma zona de segurança de 12 milhas. Contudo, o mar territorial permanecia com a largura de 3 milhas (SILVA, 2013).

Já em um contexto de Guerra Fria, foram realizadas a CNUDM I e II, não chegando a um consenso sobre o mar territorial. O Brasil, por sua vez, não chegou a firmar essas convenções em um primeiro momento. Para Figuerôa (2014, p. 171), “os trabalhos inacabados da Conferência de 1958 – a definição da largura do mar territorial e do regime das zonas de pesca – parecem ter influído em que o país se mantivesse afastado das Convenções, cujos textos em geral favoreceu”.

Entretanto, maio de 1963, em plena “Guerra da Lagosta”<sup>89</sup>, o governo brasileiro criou uma comissão, no âmbito do Itamaraty, mas que envolvia também representantes do ministério da Marinha e da Agricultura e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Essa comissão tinha como objetivo rever a política brasileira em matéria de Direito do Mar, estudar essas convenções e realizar recomendações sobre uma eventual adesão (FIGUERÔA, 2014).

Foi somente em 12 de abril de 1967 que o poder executivo enviou os textos das quatro convenções da CNUDM I ao Congresso Nacional pedindo autorização para adesão. O Congresso Nacional autorizou a adesão por meio do Decreto Legislativo nº 45, de 15 de outubro de 1968. Porém, o acordo nunca foi ratificado. Nesse período, correntes no campo doméstico favoráveis a uma declaração de um mar territorial de 200 milhas já vinham ganhando mais força e, no campo internacional, eram feitas duras críticas a CNUDM I e II, que prenunciavam a superação destas (FIGUERÔA, 2014).

Como se pode notar, o Brasil, seguindo a afirmação do Comitê Jurídico Interamericano de que todo Estado do continente americano teria o direito de fixar o seu mar territorial até o limite de 12 milhas, emitiu o Decreto-lei nº 44 de 18 de novembro de 1966 que ampliou o mar territorial brasileiro para 6 milhas e criou uma faixa adicional até a

---

<sup>89</sup> A “Guerra da Lagosta” (1961-1964) não chegou a ocorrer um conflito armado, sendo uma crise diplomática entre Brasil e França devido a pesca não autorizada de lagostas por embarcações francesas na plataforma continental do nordeste do Brasil. O litígio se iniciou após o apresamento de barcos de pesca franceses por navios de guerra brasileiro nessa região. A França, por sua vez, deslocou navios de guerra, fazendo com que o Brasil acusasse o exercício francês de *gunboat diplomacy* com o intuito de intimidar o Brasil na defesa de seus direitos soberanos sobre os recursos naturais da plataforma continental. Para mais informações sobre a “Guerra da Lagosta”, ver Figuerôa (2014) e Vidigal et. al. (2006).

distância de 12 milhas para a prevenção e repressão e infrações aduaneiras, sanitárias ou de imigração. Esse limite foi substituído logo em seguida pela Decreto-lei nº 553 de 25 de abril de 1969. Nesse último foi estabelecido, portanto, 12 milhas marítimas de mar territorial brasileiro (SILVA, 2013).

Em relação à plataforma continental brasileira, foi fixado um limite para a plataforma (chamada também de plataforma submarina e plataforma continental submarina), por meio do Decreto nº 62.837, de 6 de junho de 1968. Essa plataforma consistia no leito e no subsolo das regiões submarinas adjacentes às costas, mas localizadas fora do mar territorial, possuindo uma profundidade de 200 metros. Além disso, esse Decreto também abordava questões sobre a exploração e pesquisa na plataforma<sup>90</sup> (FIGUERÔA, 2014).

Esse Decreto nº 62.837 manteve-se em vigor por um pouco mais de dois meses, sendo revogado pelo Decreto nº 63.164 de 26 de agosto de 1968. Esse novo decreto retornou à situação de indefinição dos limites externos da plataforma, pois afirmava que essa definição seguiria os tratados ou convenções ratificadas, porém, o país nunca se tornou parte da CNUDM I. Além disso, houve alterações no regime de licenciamento nas atividades de exploração e pesquisa. Outra medida que deve ser destacada foi a Emenda Constitucional nº 1 de outubro de 1969 que declarou a plataforma continental como bem da União. A partir de então, o termo “plataforma submarina” foi substituída de vez pela plataforma continental, se adequando à linguagem utilizada no âmbito da ONU (FIGUERÔA, 2014).

No decorrer da década de 1960, começaram a ser realizados estudos geológicos e mapeamentos sistemáticos da plataforma continental pela Marinha do Brasil, a Petrobrás, algumas Universidades, o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em conjunto com instituições estrangeiras. Essas pesquisas identificaram uma série de minerais e possibilitaram a primeira exploração de petróleo na plataforma continental brasileira no campo de Guaricema no litoral de Sergipe, no ano de 1968, sob lâmina d’água de trinta metros, comprovando, assim, a existência de petróleo na plataforma continental brasileira<sup>91</sup> (MACHADO, 2015).

---

<sup>90</sup> Esse decreto exigia autorização prévia da Marinha ou do Presidente da República, em caso de entidade estrangeira, para qualquer exploração ou pesquisa que venham ser realizadas nas zonas marítimas brasileiras. Cabendo a Marinha de Guerra apreender qualquer embarcação que desenvolvesse explorações ou pesquisas não autorizadas. Em caso de pesquisas autorizadas, era obrigatório o envio de cópias dos resultados para à Diretoria de Hidrografia e Navegação e da presença de observadores da Marinha e de cientistas para acompanhar as próprias atividades científicas no campo (FIGUERÔA, 2014).

<sup>91</sup> Em seguida, no ano de 1973 foi descoberto petróleo na Bacia de Campos no estado do Rio de Janeiro. No mesmo ano foi descoberto mais um campo de Ubarana, no litoral do Rio Grande do Norte. Já no ano de 1974, pela primeira vez a Petrobrás descobriu petróleo economicamente viável na bacia de Campos, no campo de

Dessa forma, além das preocupações econômicas decorrentes da degradação dos estoques pesqueiros decorrentes da pesca por navios estrangeiros industriais, a recente descoberta de petróleo *offshore* na plataforma continental brasileira, dava nova dimensão à necessidade de segurança desse espaço oceânico (FIGUERÔA, 2014).

É nesse contexto que o governo brasileiro toma consciência política de que o Estado deveria assumir o controle da área do mar além das 12 milhas, com o objetivo de proteger os interesses nacionais, seja econômico e de segurança (CASTRO, 1989). Seguindo vários países latino-americanos que já tinham adotado um mar territorial de 200 milhas, o Brasil faz o mesmo e declara de forma unilateral, por meio do Decreto-Lei nº 1.098 de 25 de março de 1970, que seu mar territorial abrangeria 200 milhas náuticas, sendo detentor da soberania nas águas, no leito, no subsolo e no espaço aéreo sobrejacente (MATTOS, 2014).

Essa medida brasileira unilateral causou controvérsias e protestos por parte dos países desenvolvidos (SILVA, 2013), principalmente dos EUA, que promoveu retaliações às importações de produtos brasileiros (PENHA, 2012). Contudo, na visão de Costa (2017), além da medida não ser reconhecida pelas potências, a Marinha do Brasil também não dispunha de meios suficientes para o sensoriamento e patrulha dessa extensa área.

Os anos de negociação da CNUDM III (1973-1982) coincidiram com o aumento de interesse brasileiro por sua margem continental e com a exploração de petróleo *offshore*. A descoberta de petróleo na plataforma continental e o início dessa exploração demonstraram uma maior necessidade de o Brasil desenvolver conhecimento sobre as características e o potencial de recursos da plataforma. Além do mais, os conflitos no Oriente Médio e o choque do petróleo de 1973 reforçaram essa tendência. Com isso, o governo brasileiro passou a buscar a autossuficiência energética para o desenvolvimento do país, aumentando, sobretudo, os investimentos da Petrobras para o descobrimento de novos campos de petróleo *offshore* (FIGUERÔA, 2014).

Foi também nesse contexto que foi estabelecida, pelo Decreto nº 74.557 de 12 de setembro de 1974, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)<sup>92</sup>, tendo

---

Garoupa, a 100 metros de profundidade, cobrindo uma área de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, abrangendo desde o litoral de Vitória no Espírito Santo até Arraial do Cabo no Rio de Janeiro. A extração teve início em 1977, no campo de Enchova, sob lâmina d'água de 120 metros. Em julho de 1999, a Petrobrás descobriu óleo na Bacia de Santos. Dessa forma, as principais reservas de petróleo do Brasil passaram estar localizadas na plataforma continental (FIGUERÔA, 2014; MACHADO, 2015).

<sup>92</sup> “A CIRM, criada pelo Decreto no 74.557, de 12 de setembro de 1974, revogado pelo Decreto nº 3.939, de 26 de setembro de 2001, alterado pelos Decretos nos: 4.815, de 20 de agosto de 2003; 6.107, de 2 de maio de 2007; 6.484, de 17 de junho de 2008; 6.756, de 2 de fevereiro de 2009 e 6.979, de 8 de outubro de 2009 tem a finalidade de coordenar os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar. Em



como finalidade de “conduzir os assuntos relativos à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM)” (VIDIGAL, et. al., 2006, p. 50). A CIRM é coordenada pelo Comandante da Marinha, havendo a participação de um representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e de vários outros ministérios relacionados ao assunto do mar.

Mais adiante, o Decreto nº 84.324 de 19 de dezembro de 1979 criou, no âmbito do então Ministério da Marinha, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). A secretaria foi estabelecida “com o propósito de assessorar o Comandante da Marinha e Coordenador da CIRM e executar as atividades pertinentes aos encargos técnicos e administrativos da referida Comissão” (BRASIL, 2020e).

Uma outra iniciativa brasileira desse período, que perdurou entre os anos de 1971 e 1983, foi a elaboração do Projeto de Reconhecimento Global da Margem Continental Brasileira, que era coordenada pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello da Petrobrás em parceria com a Diretoria de Hidrografia e Navegação, o Departamento Nacional de Produção Mineral, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Esse projeto elaborou nove volumes de estudos de mapas sobre a margem continental brasileira, utilizando os métodos de análise batimétrica, gravimétrica e sísmica da topografia e composição<sup>93</sup> (FIGUERÔA, 2014).

Com o desenrolar da CNUDM III, a prioridade central do governo brasileiro era garantir um mar territorial de 200 milhas ou, pelo menos, que fosse reconhecido uma jurisdição essencialmente econômica sobre os recursos naturais na ZEE e na plataforma continental. Para Figuerôa (2014, p. 185), essa “ênfase no aspecto econômico era vista como lacuna que permitiria às grandes potências estabelecerem instalações e artefatos ‘científicos’ ou ostensivamente militares na plataforma continental”, assim como, transitariam livremente pela ZEE.

Durante a última sessão da CNUDM III no dia 10 de dezembro de 1982, o Brasil assinou a Convenção, sendo o 36º país a ratificá-la em 22 de dezembro de 1988 (BRASIL,

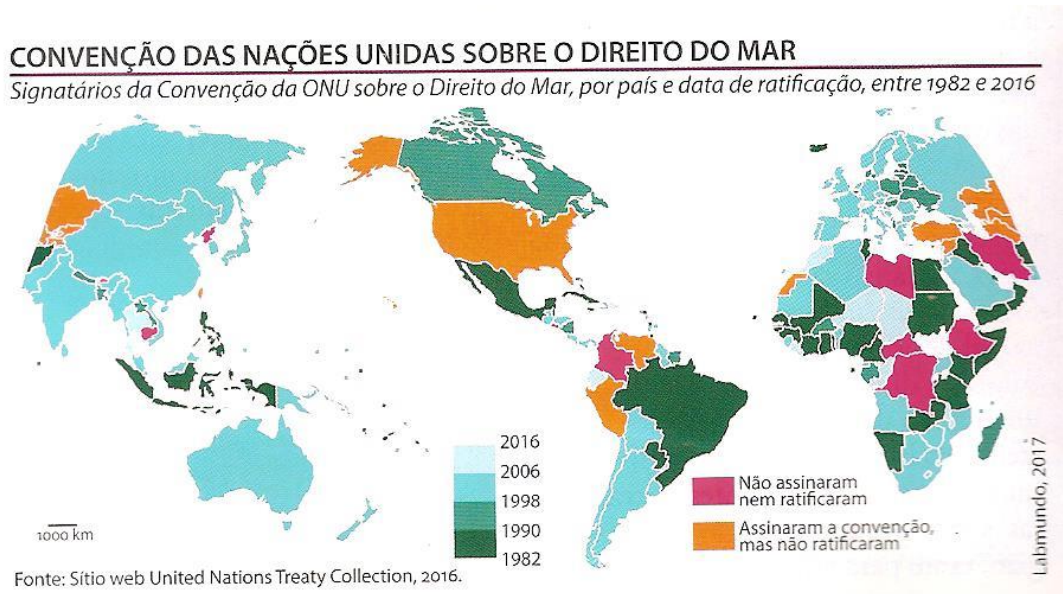
---

consequência do Decreto nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982, a CIRM passou também, a gerenciar o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)” (BRASIL, 2020e). Este último Decreto nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982, foi revogado pelo presidente Jair Bolsonaro pelo Decreto nº 10.346, de 11 de maio de 2020.

<sup>93</sup> Os dados e informações desenvolvidos por este projeto, assim como, esse exercício de coordenação e cooperação interinstitucional, forneceu importantes subsídios para o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (FIGUERÔA, 2014; MACHADO, 2015).

2015)<sup>94</sup>(Figura 4). Um pouco antes da ratificação, a Constituição Federal promulgada em 8 de outubro de 1988, em seu artigo 20 determinou como bens da União: “V- os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; VI – o mar territorial”. Contudo, o texto da Convenção entrou em vigor no Brasil por meio do Decreto nº 99.165 de 1990, sendo confirmado pela Lei nº 8.617 de 1993 – que ainda se encontra em vigor (COSTA, 2017).

Figura 4 - Signatários da CNUDM entre 1982 e 2016



Fonte: LIMA, et. al. *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Rio de Janeiro: CLACSO, 2017, p. 64

A Lei nº 8.617 dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a ZEE e a plataforma continental brasileira, incorporando, assim, os dispositivos da Convenção de 1982 ao direito brasileiro. Ficaram firmados, portanto, os limites do Brasil no espaço oceânico. O mar territorial passou a ser compreendido como “uma faixa de doze milhas marítima de largura, medidas a partir da linha de baixa-mar do litoral continental e insular”. O artigo 2º dessa lei também afirma que “a soberania do Brasil estende-se ao mar territorial, ao espaço aéreo sobrejacente, bem como ao seu leito e subsolo”.

Em relação a ZEE, foi delimitado que essa faixa se estenderia “das doze às duzentas milhas marítimas, contadas a partir das linhas de base que servem para mediar a largura do mar territorial”. Nesse espaço

o Brasil tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não-vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a

<sup>94</sup> Em 30 de abril de 1982, em Montego Bay, Jamaica, a CNUDM foi aprovada por 130 votos a favor e 4 contra (EUA, Israel, Turquia e Venezuela) e 17 abstenções, entre as quais incluem o Reino Unido, República Federal da Alemanha, Itália, União Soviética entre outros.

outras atividades com vistas à exploração e ao aproveitamento da zona para fins econômicos (BRASIL, 202-).

O Brasil passou a ter direito exclusivo de regulamentar a pesquisa científica na ZEE, podendo ser executada por outros Estados apenas com o seu consentimento prévio. Além do mais, a realização de exercícios ou manobras militares por outros países somente podem ocorrer com o consentimento do governo brasileiro (BRASIL, 202-). A área total da ZEE brasileira é de aproximadamente 3,5 milhões de quilômetros quadrado, sendo um pouco superior à do Chile, 3,4 vezes superior à da Argentina e 2,3 vezes maior que a da Índia. É também o equivalente a 54% da ZEE do Reino Unido e 30% da dos EUA (MORAES, 2014).

Mesmo o Brasil sendo um país de maior extensão costeira, possuindo um litoral de 7.491 quilômetros, ele possui poucos territórios localizados a grandes distâncias da costa, acarretando em uma ZEE relativamente pequena comparado à extensão de sua costa. Os únicos territórios no oceano Atlântico Sul pertencentes ao Brasil são o Atol das Rocas, o Arquipélago de Fernando de Noronha, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo e o Arquipélago de Trindade e Martim Vaz. A título de exemplo, apenas os Arquipélagos de São Pedro e São Paulo e o de Trindade<sup>95</sup> e Martim Vaz, apesar de terem uma área terrestre pequena, contribuem com aproximadamente 25% de toda ZEE do Brasil (MACHADO, 2015; MORAES, 2014).

De acordo com a Convenção de 1982, os rochedos que não servem à habitação humana ou à vida econômica não devem possuir ZEE e plataforma continental. No caso do Atol das Rocas e do Arquipélago de Fernando de Noronha, por serem constituídos não apenas por rochedos, não era necessário que houvesse habitação permanente para que o país pudesse usufruir do direito às 200 milhas. Sendo assim, a existência de uma ZEE no entorno destas áreas é garantida pelo direito internacional (MORAES, 2014; VIDIGAL, et. al., 2006).

Entretanto, o caso do Arquipélago de São Pedro e São Paulo era distinto. Esse território consiste de um grupo de quinze rochedos situados cerca de 520 milhas do litoral do estado do Rio Grande do Norte. O fato de serem rochedos e sem habitação não garantiria a existência de uma ZEE, apenas um mar territorial de 12 milhas e mais 12 milhas de Zona Contígua. Dessa forma, com o intuito de ter direito a ZEE, o governo brasileiro tomou as seguintes providências no final da década de 1990: foi mudado o nome que até esse período era chamado de “rochedo” para arquipélago; foi instalado um farol, substituindo aquele que tinha sido destruído por sismos em 1930; e foi inaugurada em 1998 a Estação Científica do

---

<sup>95</sup> Desde 2010, a Ilha de Trindade conta com guarnição da Marinha, estação científica e projetos de pesquisas relacionados a geociência, oceanografia e botânica (COSTA, 2012).

Arquipélago de São Pedro e São Paulo com a permanência de quatro pesquisadores, com o intuito de manter uma habitação permanente no arquipélago. Estas iniciativas tornaram possível a incorporação de uma área de aproximadamente 450 mil quilômetros quadrados de ZEE pelo Estado brasileiro (MORAES, 2014; VIDIGAL, et. al., 2006)

Em relação à plataforma continental, a Lei nº 8.617, em seu artigo 11, define esse espaço como sendo:

O leito e o subsolo das áreas submarinas que se estabelecem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural de seu território terrestre, até o bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de duzentas milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial<sup>96</sup>.

Não obstante, em caso de prolongamento natural para além das 200 milhas, o “limite exterior da plataforma continental será fixado de conformidade com os critérios estabelecidos no art. 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar” (BRASIL, 202-), ou seja, é possível solicitar a extensão dos limites da plataforma à CLPC para um máximo de 350 milhas caso exista um prolongamento natural da plataforma.

Figuerôa (2014, p. 34) afirma que “a definição dos limites exteriores da plataforma continental do Brasil além das 200 milhas marítimas representa o maior procedimento de delimitação do país desde a era do Barão do Rio Branco”. Mesmo que o Estado brasileiro possua suas fronteiras nacionais terrestres devidamente fixadas e reconhecidas, ainda resta ao Brasil, segundo Machado (2015), a tarefa de delimitar seu último limite jurídico, a plataforma continental.

De modo distinto às negociações fronteiriças da época do Barão, nas quais eram utilizadas negociações bilaterais ou arbitragem, a fixação do limite exterior da plataforma continental estendida é realizada por vias multilaterais. No caso do Brasil, ele não defronta com outro Estado com pretensões territoriais concorrentes, mas tem que lidar com a CLPC – um órgão de peritos independentes que examinam as propostas dos Estados a partir de critérios técnicos e científicos (FIGUERÔA, 2014).

Antes mesmo da CNUDM entrar em vigor no nível doméstico e no internacional, o governo brasileiro já desenvolvia um programa para o levantamento dos limites da plataforma continental para solicitar a sua expansão para além das 200 milhas, de acordo com o estabelecido no artigo 76 da Convenção. De 1986 até 2004, o governo brasileiro, por iniciativa da CIRM e da Marinha, desenvolveu um amplo programa de aquisição,

---

<sup>96</sup> Ainda de acordo com a Lei nº 8.617, artigo 12, o “Brasil exerce direito de soberania sobre a plataforma continental, para efeitos de exploração dos recursos naturais”. Esses recursos naturais são minerais e outros não vivos do leito e subsolo do mar, assim como organismos vivos referente a espécies sedentárias.

processamento e interpretação de dados geofísicos e batimétricos, com o objetivo de estabelecer esses limites exteriores da plataforma continental (VIDIGAL, et. al., 2006).

No dia 15 de setembro de 1989, foi instituído pelo Decreto nº 98.145, o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), coordenado pela CIRM. Suas atividades foram desenvolvidas pela DHN, Petrobrás e pela comunidade científica brasileira. Concluída a fase de aquisição de dados em novembro de 1996, no qual contou com a participação de quatro navios da marinha, foram coletados aproximadamente “330.000 km de perfis sísmicos, batimétricos, magnetométricos e gravimétricos ao longo de toda a extensão da margem continental brasileira” (BRASIL, 2020c).

A decisão do governo brasileiro de conduzir o levantamento da plataforma continental com meios exclusivamente nacionais contribuiu para o avanço das ciências marinhas no país. Os dados coletados pelo LEPLAC além de servirem de subsídio para a elaboração do pleito brasileiro na CLPC, possibilitaram também um aprofundamento do conhecimento nas áreas de geologia e geomorfologia da margem continental do Brasil, principalmente em locais propícios a descobertas de recursos de interesse econômico; e no desenvolvimento tecnológico de equipamentos para a pesquisa científica nessa área. O LEPLAC também seria uma oportunidade para a formação e o treinamento de pessoal especializado em diversos setores nacionais (FIGUERÔA, 2014; MACHADO, 2015).

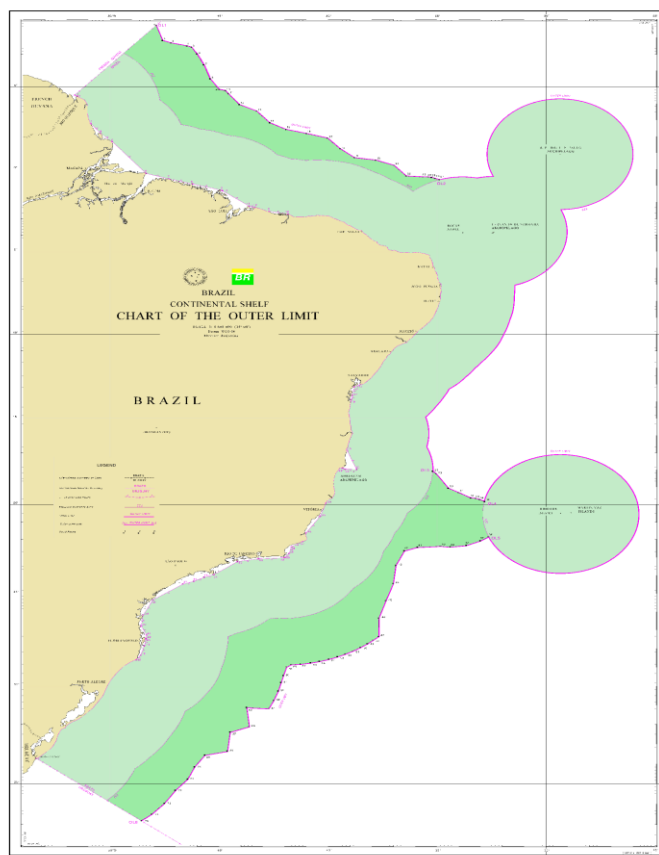
O primeiro país a fazer uma proposta à CLPC foi a Rússia em 2001. A proposta brasileira para o alargamento da plataforma foi a segunda, sendo encaminhada à CLPC em 17 de maio de 2004, por intermédio do MRE, a fim de ser apreciada por esta comissão (Figura 5). É ressaltado nesse documento que o Brasil não está envolvido em disputas territoriais nas áreas marítimas com os seus outros dois Estados vizinhos – Uruguai e França<sup>97</sup> (BRAZIL, 2004).

Em setembro de 2004, essa proposta começou a ser examinada por uma subcomissão de sete peritos internacionais (argentino, australiano, chinês, coreano, croata, nigeriano e mexicano). Durante 3 anos, ocorreram encontros entre a delegação brasileira composta por especialistas da Marinha, da Petrobrás, membros do MRE e da comunidade científica, e a subcomissão de peritos designada para analisar a proposta brasileira (BRASIL, 2020c; VIDIGAL, et. al., 2006).

Figura 5 - Mapa da Proposta Limites Marítimos Brasileiro (2004)

---

<sup>97</sup> Para mais informações ver os Tratados de delimitação de limites marítimos: EXCHANGE (1972) e MARITIME (1981).



Fonte: BRASIL. Continental Shelf and UNCLOS Article 76: Brazilian submission, executive summary. 2004, p. 6.

A área total reivindicada pelo governo brasileiro além das 200 milhas era de 911.847 mil km<sup>2</sup> e em 2006 foi feita um adendo ao pleito, passando a abranger 953.525 km<sup>2</sup> (2014; SILVA, 2013). Essa área era distribuída ao longo de distintas regiões na costa brasileira: Norte (região do Cone do Amazonas e Cadeia Norte Brasileira), Sudeste (Região da Cadeia Vitória-Trindade e Platô de São Paulo) e Sul (região de Platô de Santa Catarina e Cone do Rio Grande). Sendo assim, o espaço oceânico sob jurisdição brasileira totalizaria 4,4 milhões de km<sup>2</sup>, correspondendo aproximadamente, à metade do território terrestre do país (BRASIL, 2020c).

Os EUA, mesmo não possuindo nenhum tipo de fronteira com o Brasil e não sendo signatários da CNUDM, foram o único Estado a apresentar reparos à proposta brasileira de limites exteriores da plataforma continental. Os estadunidenses questionavam a credibilidade científica do pedido brasileiro, de modo específico, os estudos que se referiam à cadeia de Vitória-Trindade. O governo americano argumentava que os dados da proposta do Brasil sobre a espessura sedimentar e a “linha de Gardiner” eram distintos de fontes públicas como o *Deep Sea Drilling Project* e do *National Geophysical Data Center* do próprio governo norte-americano. Dessa forma, era recomendado à CLPC, por parte dos EUA, cautela na análise da

proposta brasileira. Contudo, a própria subcomissão decidiu que as reações de Estados terceiros poderiam ser feitas somente em caso de disputas entre Estados com costas adjacentes ou localizadas frente a frente, sendo vedada para questões de interpretações científicas (FIGUERÔA, 2014).

Em abril de 2007, a CLPC encaminhou as recomendações ao governo brasileiro, não atendendo integralmente o pleito brasileiro. Do total de aproximadamente 955 mil km<sup>2</sup> reivindicadas para além das 200 milhas náuticas, a CLPC não aceitou 190 mil km<sup>2</sup>, correspondendo cerca de 20% da área da plataforma continental submetida. O Brasil, por sua vez, decidiu não aceitar as recomendações. Logo após o recebimento das recomendações, uma nova proposta começou a ser estudada pelo Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Proposta do Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira (GT LEPLAC). Em julho de 2008, na 168<sup>a</sup> sessão da CIRM, decidiu-se que fosse elaborada a Proposta Revista de Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, a ser encaminhada à CLPC (BRASIL, 2020c).

Com isso, iniciou-se a segunda fase do LEPLAC, sendo empregados cinco navios para a coleta de aproximadamente 440.000 km<sup>2</sup> de perfis de dados. Na elaboração dessa proposta revisada, a margem continental brasileira foi dividida em três áreas: Margens Sul, Equatorial, Oriental/Meridional. Em abril de 2015, foi encaminhada a proposta da Margem Sul e parte da Meridional, sendo apresentadas à CLPC em agosto do mesmo ano. Já em março de 2019, a CLPC aceitou com totalidade o Limite Exterior relativo a essa submissão, incorporando uma área de 170.000 km<sup>2</sup> (BRASIL, 2020c).

A segunda proposta foi a da Margem Equatorial, sendo apresentada à comissão em 8 de março de 2018 (Figura 6). Conforme informações da MB (2020b), a análise dessa proposta deveria ter tido início em 2019, entretanto, não foram encontradas novas informações sobre o assunto. E por último, a proposta da margem Oriental/Meridional incluiu a elevação do Rio Grande e foi enviada à ONU no dia 7 de dezembro de 2018. Essa proposta possivelmente começará a ser analisada no ano de 2023. Caso todas as propostas sejam aceitas, o Brasil possuirá jurisdição em uma área de aproximadamente 5,7 milhões de km<sup>2</sup> (BRASIL, 2020b).

Esse espaço oceânico, também chamado de Amazônia Azul<sup>98</sup>, caso seja completamente aceito pela CLPC, aumentará as oportunidades de descobertas de novas reservas de petróleo e gás, possibilitando a exploração de diversos recursos vivos e não vivos da plataforma continental estendida, havendo, assim, ganhos econômicos para o Brasil. Além

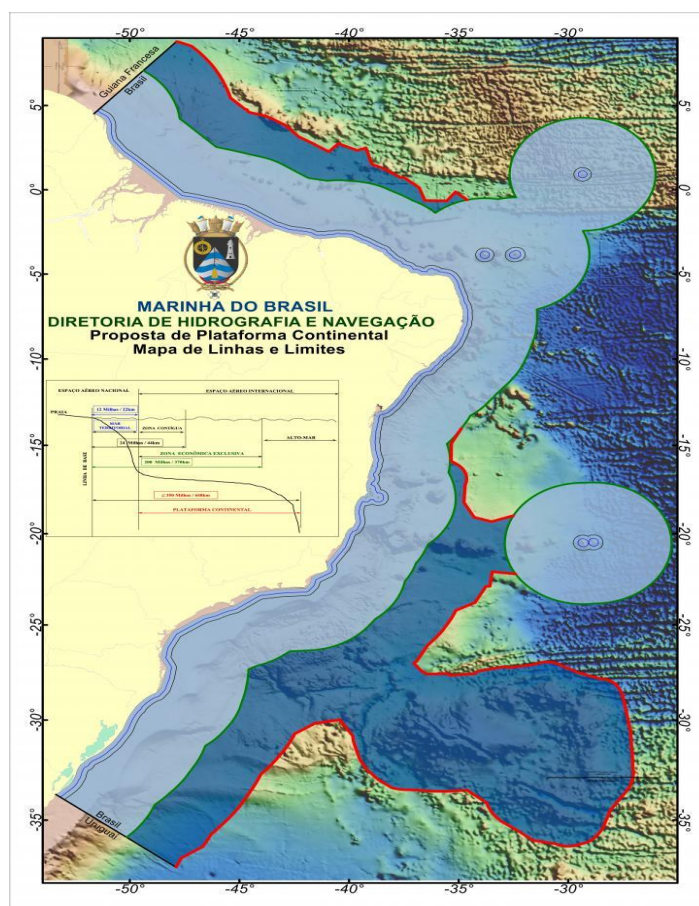
---

<sup>98</sup> O conceito de Amazônia Azul será desenvolvido com maior profundidade no capítulo seguinte.

do mais, a consolidação desses limites marítimos também apresenta certo impacto para a política externa brasileira em relação à posição atlântica brasileira, permitindo um aumento de sua presença na região (SILVA, 2013). Dessa forma, as Forças Armadas brasileiras têm demonstrado preocupação com a vulnerabilidade dos espaços oceânicos do país, principalmente a área do pré-sal (MATTOS, 2014).

É nesse sentido, portanto, que a subseção seguinte busca compreender esses discursos geopolíticos práticos do Brasil para o espaço sul-atlântico, no qual envolvem as políticas externa e de defesa.

Figura 6 - Mapa Proposta dos Limites Marítimos Brasileiro LEPLAC Fase 2



Fonte: BRASIL. Comando da Marinha. Diretoria de Hidrografia e Navegação. *Proposta de Plataforma Continental Mapa de Linhas e Limites*. Niterói: DHN, 2019c.

### 3.3. A Política Externa e de Defesa Brasileira no Atlântico Sul

Antes de serem abordadas as questões sobre política externa e de defesa do Brasil para o Atlântico Sul, é necessário tentarmos compreender quais são as representações desse espaço a partir de um ponto vista histórico, destacando as transformações que tem ocorrido.



Durante a Idade Média, o Oceano Atlântico, diferentemente do Índico e do Mar Mediterrâneo, era considerado um espaço desconhecido pelos europeus, o que determinou a relativa pobreza do imaginário sobre esse oceano<sup>99</sup> (FONSECA, 1992).

Com a ascensão da modernidade, principalmente entre os finais do século XV e inícios do XIX, as experiências da expansão das grandes navegações europeias geraram uma nova percepção sobre o Atlântico. As potências coloniais europeias (Portugal, Espanha e em seguida Holanda, França e Inglaterra) buscaram garantir o controle e o domínio do Atlântico, por meio de representações formuladas em função de suas próprias construções teóricas, científicas, ideológicas, socioeconômicas, práticas e até mesmo geopolíticas<sup>100</sup> (LOIS; GARCIA, 2009).

A subdivisão do Atlântico Sul surge no século XVI em mapas desenvolvidos por cartógrafos lusitanos, com o intuito de resguardar o triângulo entre o Equador, o Trópico de Capricórnio e o Círculo Polar como um condomínio exclusivo da coroa portuguesa. Porém, foi apenas no século XIX, durante o auge do imperialismo europeu, que se consolidou uma ideia de *South Atlantic*, construída, dessa vez, por cartógrafos ligados à coroa britânica, que buscava a supremacia sobre os oceanos<sup>101</sup> (LOIS; GARCIA, 2009).

No final do século XIX e início do século XX, um novo ator na margem americana do Atlântico começa um processo de expansão marítimo na região, os Estados Unidos da América (EUA)<sup>102</sup>. Após a Guerra Hispano-Americana de 1898, os EUA realizaram uma série

---

<sup>99</sup> Anterior a esse período, na Grécia Antiga, existia uma alteridade entre terra e mar. O espaço marítimo era ligado ao medo, enquanto a terra seca era à segurança (SOUZA-NETO, 2013).

<sup>100</sup> Lois e Garcia (2009) argumentam que a construção das cartas sobre a parte sul do Atlântico desse período além de ter uma preocupação com a divulgação das rotas marítimas, tinha também aspectos geopolíticos, apresentando relação direta com os ciclos de exploração econômica: da madeira, do açúcar, da mineração e do tráfico de escravos. Em relação ao tráfico de escravos, o autor (2009) cita um exemplo cartográfico que apresenta relação entre cartografia e poder, e que se chama Carta Reduzida da Parte Meridional do Oceano Atlântico ou Ocidental, de Jozé Fernandes Portugal, editado em Lisboa, em 1802, onde apresentava os portos africanos de saída de escravos e os brasileiros, de entrada. Ou seja, essa carta expressa os interesses políticos de uma elite colonizadora, em que tinha o tráfico de corpos escravizados como uma atividade econômica rentável.

<sup>101</sup> No trabalho desenvolvido por Lois e Garcia (2009), foi observado que a imagem do Atlântico muda de acordo com o interesse de determinada potência colonial, ou seja, o controle da cartografia estava ligado ao controle dos Oceanos.

<sup>102</sup> Na visão de Saraiva (2012), a primeira metade do século XX foi de equidistância entre as margens do Atlântico Sul. Foram os poucos contatos entre as duas costas, em grande parte porque a África se encontrava sob domínio das metrópoles coloniais europeias, enquanto o Brasil dava maior atenção para seus projetos domésticos, para as disputas com a Argentina pela Bacia do Prata e para o surgimento dessa nova potência na América do Norte. A disputa com a Argentina também teve impacto na esfera naval. Na primeira década do século XX, a marinha de guerra do Brasil passou por reformas, adquirindo novos meios navais. Em resposta, a Argentina também iniciou um projeto de aumento de suas forças navais, instaurando, assim, um cenário de corrida armamentista no Cone Sul (BUENO, 2003).

de intervenções diretas na América Central e no Caribe<sup>103</sup>. Mas foi apenas após a Segunda Guerra Mundial<sup>104</sup> em que a visão europeia do Atlântico foi gradualmente substituída pela visão dos EUA (REIS, 2013).

A partir de então, o projeto da construção de uma “Comunidade Atlântica” através da criação do Plano Marshall, da Doutrina Trumann e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>105</sup>, fez com que os EUA privilegiassem as relações com a Europa, enquanto os países costeiros do Atlântico Sul não tiveram a mesma prioridade. Mesmo os EUA tendo privilegiado as relações estratégicas com a costa norte em detrimento a do Sul, surgiram as primeiras iniciativas de cooperação na área de segurança hemisférica por meio da Junta Interamericana de Defesa (JID) (1942) e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) (1947)<sup>106</sup>, sob a hegemonia político-militar dos EUA (AGUILAR, 2013; PETROCCHI, 2013).

O principal legado dessa consolidação hegemônica estadunidense, para as políticas de defesa do Brasil e os demais países latino-americanos, foi, segundo Petrocchi (2013, p. 473), “a mudança de significados das noções de segurança nacional e segurança coletiva, de ameaças externas para ‘internas’”. Dessa forma, as forças armadas dos países latino-americanos passaram a atuar prioritariamente nos movimentos de contra insurgência, nos programas cívico-militar e de construção nacional, enquanto os EUA ficaram responsáveis pela segurança hemisférica contra ameaças externas (PETROCCHI, 2013).

Com o início da Guerra Fria, os Estados do continente americano passaram a ser parte da estratégia de contenção formulada pelos EUA, no qual tinha como objetivo central conter o avanço da União Soviética nos diversos espaços do globo. Por exemplo, a JID, cuja função era desenvolver estudos, emitir recomendações e preparar planos de defesa comum, tinha a ameaça comunista como a principal questão de segurança hemisférica (AGUILAR, 2013).

---

<sup>103</sup> Entre as décadas de 1900 e 1940 os EUA intervíram em Cuba, Porto Rico, Colômbia, República Dominicana, Haiti, México e Nicarágua (PETROCCHI, 2013).

<sup>104</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial, o Oceano Atlântico foi palco da mais longa campanha militar, a Batalha do Atlântico (1939-1945). Nesse cenário, o Atlântico Sul começou a ganhar acepção estratégica devido os ataques realizados pelos alemães, o que levou a criação da Esquadra do Atlântico em 1941 e a 4ª Frota em 1942, dividindo o Atlântico Sul em duas áreas de atuação, reforçando, assim, a presença dos ingleses no lado africano e os estadunidenses no americano (CABRAL, 2013). Além disso, a posição geográfica do Brasil, principalmente a costa do nordeste brasileiro despertaram interesse dos estadunidenses para a instalação de bases, devido a sua proximidade com a costa africana.

<sup>105</sup> Para mais informações, ver Kissinger (2014) e Silva, Leão e Almeida (2013).

<sup>106</sup> O TIAR foi assinado pelas repúblicas americanas na Conferência do Rio de Janeiro em 1947. É um acordo de defesa hemisférica que afirmava que “um ataque armado por qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos” (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2009).

É nesse contexto de preocupação com a ameaça comunista que foi realizada, pela primeira vez em 1959, a primeira grande manobra conjunta das forças navais dos países do continente americano, chamado de exercício naval UNITAS<sup>107</sup>. Além disso, em 1959, a JID desenvolveu o Plano para coordenação interamericana de defesa do tráfego marítimo (*Plan para la Coordinación de la Defensa del Tráfico Marítimo Interamericano*), definindo, assim, cinco zonas marítimas, dentre as quais, uma abrangia o Atlântico Sul. Em seguida, em 1967, foi formada a Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS)<sup>108</sup> com o objetivo de ser um “instrumento de coordenação, treinamento e controle naval do tráfego marítimo” (AGUILAR, 2013, p. 51).

Várias iniciativas foram realizadas por intermédio dos EUA ou dos próprios membros da AMAS. Essas operações consistiam em treinamento de comunicações e adestramento da organização de controle naval do tráfego marítimo. Dentre esses exercícios, destacamos o exercício ATLANTIS, realizado pelas marinhas do Brasil e da Argentina em 1968, que posteriormente passou a contar também com o Uruguai (AGUILAR, 2013).

Como bem observado por Penna Filho (2015), durante as décadas de 1960 e 1970, houve uma tentativa de militarização do espaço sul-atlântico por meio da construção de uma organização militar que envolvesse países de suas duas margens. A ideia inicial de se criar um pacto militar no Atlântico Sul data de 1956, por iniciativa do governo da República Argentina (PENNA FILHO, 2015). Em julho desse mesmo ano, foi enviado um convite argentino para o Brasil, Uruguai e Paraguai, cujo objetivo era iniciar uma conversação para o estudo das bases de uma organização para a defesa do Atlântico Sul. A conferência foi feita em Buenos Aires em maio de 1957, porém, não houve progresso para a formação de um pacto formal ou aliança<sup>109</sup> (HURRELL, 1983).

---

<sup>107</sup> A UNITAS é o exercício naval multilateral mais antigo organizado pelos EUA. Teve início em 1959 e desde 2008 tem ocorrido também no formato anfíbio. Essa operação conjunta tem como objetivo incrementar a interoperabilidade entre as marinhas e estreitar laços de cooperação e amizade. Nos dias 19 a 30 de agosto de 2019, a 60ª UNITAS foi realizada na área marítima adjacente ao Rio de Janeiro e contou com delegações da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, EUA, México, Panamá, Paraguai, Peru e Reino Unido (BRASIL, 2019d).

<sup>108</sup> A AMAS englobava os seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. A coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS) conta com um cargo de coordenação que é exercido por almirantes argentinos, brasileiros e uruguaios em um sistema de rotação bianual, tendo, atualmente, um contra-almirante brasileiro à frente da organização (COAMAS, 2020).

<sup>109</sup> Nessa ocasião ocorreu uma divergência de ideias entre a Marinha do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores, sendo estabelecido, desde esse período, posições contrárias sobre no que tange às iniciativas relacionadas à defesa do Atlântico Sul. Apesar disso, durante a década de 1950, nenhum dos dois órgãos desejavam a criação de uma organização militar para a defesa do Atlântico Sul (PENNA FILHO, 2015). O governo brasileiro a época acreditava que qualquer acordo sobre uma nova aliança deveria ser dentro da égide do TIAR, com a participação dos EUA (HURRELL, 1983).

Em 1966, ano em que as marinhas da África do Sul e Argentina passaram a realizar programas de intercâmbio, o Primeiro-Ministro da África do Sul, Vorster, lançou sua política externa do *outward movement* ou *dialogue*, tentando atrair o Brasil, a Argentina e o Chile para consolidar um tratado militar para a defesa do Atlântico Sul. Em 1969, foi apresentada pela primeira vez a iniciativa para a formulação de um pacto militar para promover a defesa do hemisfério contra a ameaça comunista<sup>110</sup>. Essa iniciativa sul-africana ficou conhecida posteriormente como Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS)<sup>111</sup> (PENNA FILHO, 2015).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, o governo brasileiro intensificou os esforços para usar o espaço oceânico e os seus recursos com maior efetividade (HURRELL, 1983). A partir de 1961, o presidente Jânio Quadros, iniciou o estabelecimento de laços mais fortes com os países africanos recém independentes, dando maior importância para o Atlântico Sul (STUENKEL, 2013). Essa nova política externa brasileira buscava uma maior aproximação com os países africanos. O governo brasileiro passou a se posicionar contra o colonialismo e o racismo, apoiando também o princípio de autodeterminação dos povos africanos (SARAIVA, 2012).

Esse processo de aproximação foi acompanhado por uma reforma administrativa interna no Ministério das Relações Exteriores<sup>112</sup>, pela abertura de embaixadas e consulados nos países africanos, pela visita de políticos e ministros africanos ao Brasil e de uma exposição flutuante no navio-escola Custódio de Mello, organizado pelo MRE e pela Marinha. Essa exposição viajou pela costa ocidental africana por alguns meses apresentando produtos brasileiros para serem comercializados no continente africano (SARAIVA, 2012).

Porém, foi a partir do golpe militar de 1964 no Brasil que a ideia de um pacto sul-atlântico passou a despertar maior interesse por parte da Marinha do Brasil. (PENNA FILHO, 2015). Na visão de Hurrell (1983), a emergência dos militares ao poder parecia aumentar as possibilidades da participação brasileira no Pacto Sul Atlântico. As ideias da política externa brasileira do governo Castelo Branco (1964-1967) para esse espaço foram

---

<sup>110</sup> O projeto sul-africano, uma vez aprovado, englobaria os seguintes países: África do Sul, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Portugal, Nova Zelândia e Austrália (PENNA FILHO, 2015).

<sup>111</sup> Por parte do governo do *apartheid* sul-africano, essa iniciativa era parte dos esforços de sua diplomacia para tentar romper com o isolamento que África do Sul vinha sofrendo por parte da comunidade internacional, principalmente dos países africanos e asiáticos que não aceitavam o regime racista de Pretória (PENNA FILHO, 2015).

<sup>112</sup> Foi criada uma unidade administrativa chamada Divisão da África. O Itamaraty também começou a produzir um capítulo específico sobre o continente no seu *Relatório* e criou um grupo de trabalho para analisar as possibilidades de abertura de novas missões diplomáticas na África e para estudar formas de estabelecer vínculos econômicos e culturais nesse continente (SARAIVA, 2012).

predominantemente marcadas pelo Atlantismo de Golbery do Couto e Silva e sua Teoria dos Círculos Concêntricos (1981), que representava o Atlântico Sul como uma fonte de possível ameaça comunista<sup>113</sup> (SARAIVA, 2012).

A Política Externa foi dominada por pensamento geopolítico, que “implicava em retomar cálculos estratégicos, em redefinições no contexto espacial atlântico” (SARAIVA, 2012, pp. 42-43). Assim, esse primeiro governo militar passou a dar ênfase à defesa interna e externa contra a ameaça comunista, buscando um alinhamento com os Estados Unidos. Com isso, houve um recuo das relações do Brasil com a África comparado com os avanços feitos pela Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, mas isso não significou um abandono (SARAIVA, 2012).

A partir do governo do General Médici (1969-1974) que houve uma reativação com as relações com o continente africano – que foi reforçada nos governos militares seguintes (1975-1985) (SARAIVA, 2012). A construção dessa política africana, que lançou o Brasil em direção à África através de projetos políticos e comerciais, e a ampliação da soberania brasileira sobre um mar territorial de 200 milhas náuticas em 1970, deram início à exploração brasileira deste espaço geopolítico (PENHA, 2012).

Para Penha (2012), é a partir da década de 70 que o Brasil passou a desenvolver uma política sistemática para integrar o Atlântico Sul na política nacional. Nota-se, também, que a marinha mercante brasileira e a capacidade de construção naval cresceram significativamente a partir do final das décadas de 1960 e 1970<sup>114</sup> (HURRELL, 1983).

Anterior a esse momento, o interesse do Brasil de defesa do Atlântico Sul estava envolto em um quadro geral de defesa do Ocidente, onde o país deveria participar e legitimar

---

<sup>113</sup> Era no espaço do Atlântico Sul que Golbery (1981) acreditava que surgiriam as pressões externas ou ameaças ao Estado brasileiro. Dessa forma, era necessário, segundo o autor, que se tomassem maiores cuidados na “contenção” da ameaça comunista nos continentes banhados pelo Atlântico Sul – África, América do Sul e Antártida. Dentre esses três continentes, a África Ocidental era vista como o elo mais vulnerável, sendo representada como um onde um inimigo ativo poderia avançar, dominando os canais vitais de comunicação do Atlântico. Portanto, era necessária maior atenção por parte dos governos brasileiros no que tange aos temas relacionados à defesa. A parte ocidental do continente africano era compreendida como “a fronteira avançada e decisiva da própria segurança nacional” (COUTO E SILVA, 1981, p. 137). Nesse sentido, para impedir que o avanço da ameaça comunista adentre o hemisfério interior, o Brasil deveria desenvolver a capacidade de se projetar nessa área por meio do alinhamento com os Estados Unidos e do estreitamento com as relações com os seus vizinhos africanos e americanos, cooperando na defesa da África Atlântica quando fosse necessário. Essa cooperação não se resumia em uma estratégia de contenção do “expansionismo” soviético, mas também deveria operar para eliminar as células subversivas comunistas nos países recém independentes (COUTO E SILVA, 1981).

<sup>114</sup> Destacam-se o Primeiro Programa Nacional de Construção Naval (1970) e o Segundo Programa (1975-79). Para mais informações, ver Vidigal et.al. (2006).

suas reivindicações no esquema de alianças com os EUA (PENHA, 2012). Nesse contexto da década de 70, o Brasil exerceu certa influência no Atlântico Sul através de relações econômicas e pacíficas com a África, sem a militarização desse espaço e negando o pacto com a OTAS (SARAIVA, 2012).

É apenas a partir da década de 80 que se começa a perceber uma diferenciação entre os Oceanos do Norte e do Sul, especialmente o contraste entre às agendas do desenvolvimento e de segurança (PETROCCHI, 2013). Essas noções começaram a se alterar com a invasão das Ilhas Malvinas pela Argentina em 1982. O conflito por essas Ilhas logo adquiriu uma abordagem Norte-Sul, destruindo os mitos da solidariedade continental e do inimigo comum (JAGUARIBE, 1985).

Na perspectiva de Moniz Bandeira (2012), os compromissos dos EUA com a OTAN eram mais fortes e importantes do que com o TIAR, o que fez com que o governo estadunidense apoiasse politicamente, moralmente e logisticamente a ofensiva britânica. Isto acarretou em uma perda de legitimidade da Organização dos Estados Americanos e do TIAR (JAGUARIBE, 1985). Consequentemente, a Guerra das Malvinas frustrou as aspirações de um Atlântico Sul amigável ao Ocidente (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016).

Apesar de ter sido a Argentina o agressor, os países da região, principalmente o Brasil e a Argentina, passaram a reconhecer as “potências extraregionais” como possíveis ameaças. Ou seja, não se tratava apenas da ameaça soviética, as potências ocidentais do Atlântico Norte (EUA, Grã-Bretanha e França) se tornaram também, no imaginário dos países da região, potenciais agressores (PIMENTEL, 2016).

O impacto da guerra das Malvinas levou a uma reflexão sobre as possíveis repercussões da Guerra Fria no espaço do Atlântico Sul, principalmente da parte dos atores governamentais brasileiros. E, em 27 de outubro de 1986, foi aprovada a iniciativa brasileira de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), por meio da Resolução nº 41/11 na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Essa nova forma de cooperação entre os países do Atlântico Sul teve quase todos Estados costeiros como fundadores, com exceção da África do Sul e, da Namíbia<sup>115</sup> (estava sobre domínio do regime do *apartheid* sul-africano) e países que possuíam territórios ultramarinos na região. A ZOPACAS buscava estabelecer o Atlântico Sul como um espaço desmilitarizado, com a ausência de bases militares estrangeiras, de agressões entre os membros e de armas de

---

<sup>115</sup> A África do Sul e a Namíbia passaram a ser parte da ZOPACAS apenas após a derrocada do regime do *apartheid*.

destruição em massa. Somado a isso, buscava-se também promover a cooperação entre os membros na área econômica, ambiental e social (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016).

A maioria dos Estados aprovaram a criação das ZOPACAS na votação na AGNU, abrangendo um número de 124 países. Houve também um voto contrário por parte dos EUA<sup>116</sup>, e oito abstenções, incluindo o Japão, ex-potências coloniais e membros da OTAN – Bélgica, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Alemanha Ocidental<sup>117</sup> (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016). Penna Filho (2015, p. 159) identifica quatro aspectos que influenciaram a criação das ZOPACAS:

i) tentar evitar a possibilidade de militarização do Atlântico Sul, seja por iniciativa da África do Sul, seja por iniciativa de qualquer outro país de fora da área; ii) surgiu em um contexto em que o Brasil começava a colher os frutos de uma aproximação comercial e política com os países da África, sendo que tal iniciativa foi muito bem recebida pelos países africanos que, àquela altura, tinham a África do Sul como inimiga e a percepção de que uma zona desmilitarizada era interessante para todos, ao mesmo tempo em que reforçava os laços políticos e cooperativos entre o Brasil e os países membros da Zona; iii) pela consciência de que o mar se constituiu como uma área estratégica para o desenvolvimento e para a segurança do Brasil, pensamento este refletido em todo o esforço realizado pela diplomacia brasileira para ter o reconhecimento dos direitos do país em torno da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental; e iv) foi influenciada pelo menos parcialmente, pela presença naval britânica no Atlântico Sul e por sua demonstração de força quando da Guerra das Malvinas, além do próprio contexto da Guerra Fria, que ainda persistia.

A ZOPACAS representou uma mudança nas tentativas anteriores de estruturação de relações no espaço do Atlântico Sul, sendo parte de um grande esforço para manter esse espaço afastado do conflito Leste-Oeste. Buscava-se alterar, portanto, de forma autônoma, a estrutura de poder dentro desse espaço, em vez de se adequar a ordem bipolar desse período (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016; PENHA, 2012).

Todavia, com o fim da Guerra Fria e o início da globalização econômica neoliberal da década de 90, os governos brasileiros optaram por privilegiar e reforçar os laços com os países do Norte, havendo um declínio nas relações entre os dois lados do Atlântico Sul, (SARAIVA, 2012)<sup>118</sup>.

<sup>116</sup> Miyamoto (1987, p. 20) afirma que os EUA criticaram “a imprecisão da proposta brasileira, argumentando, entre outras coisas, que a zona de paz não tinha seus contornos geográficos perfeitamente delimitados.

<sup>117</sup> Para Pereira (2013), a proposta brasileira de desmilitarização e desnuclearização não agradou os países desenvolvidos, pois havia interesse por parte desses países nos recursos naturais da região.

<sup>118</sup> Esse declínio não significou o fim das relações. O Brasil manteve algum contato com os africanos na esfera econômica (SARAIVA, 2012). A Marinha do Brasil, por sua vez, tentou estabelecer algum engajamento com os países costeiros do Atlântico Sul, mesmo que com resultados limitados (PIMENTEL, 2016). Por exemplo, o Brasil passou a ser parte em 1995 do exercício militar ATLASUR, tendo a participação de militares da Argentina, África do Sul desde 1993 e Brasil, Uruguai e Paraguai (como observador) em 1995 (AGUILAR, 2013). Além da criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1996, também foi instituído o Exercício Felino, composto pelos seus membros. Devemos destacar também o Acordo de Windhoek (1994) de cooperação entre a marinha brasileira e a Namíbia; e o acordo no Domínio dos Transportes Marítimos

Além disso, as mudanças no cenário internacional dos anos 90, caracterizado pelo discurso geopolítico voltado para um otimismo em relação ao Fim da História e uma paz liberal (FUKUYAMA, 1992), levou à uma perda de relevância estratégica do Atlântico Sul. Alguma das principais motivações da ZOPACAS, como o tratamento de questões de segurança, passaram a ter menor interesse nas agendas políticas dos países membros, gerando, assim, uma perda de relevância estratégica do Atlântico Sul, causando, por fim, um adormecimento na organização após a reunião de Buenos Aires (1998), que permaneceu por quase uma década<sup>119</sup> (PENHA, 2012; PENNA FILHO, 2015).

Durante a gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o Brasil passou a aspirar uma posição de potência emergente no sistema internacional. Nesse sentido, o governo brasileiro alterou a orientação da Política Externa e de Defesa, retomando uma orientação voltada para as relações Sul-Sul. Com isso, o Atlântico Sul tornou-se uma das áreas preferenciais do interesse político brasileiro (PENHA, 2012).

A partir de então, o Brasil buscou intensificar a cooperação, inclusive no campo da defesa, com os países do Atlântico Sul. Dessa forma, o governo brasileiro se empenhou em se aproximar não apenas dos parceiros tradicionais na costa africana (Angola, Nigéria e África do Sul), mas também com os demais países africanos. Na costa da América do Sul, foram reforçados os acordos de cooperação de defesa com Argentina e Uruguai. É de se notar, que apesar de muito desses vínculos já terem sido estabelecidos anteriormente, os esforços desse governo expressaram uma maior intensidade e articulação crescente entre as políticas externas e de defesa (ABDENUR; SOUZA-NETO, 2014).

De acordo com Silva (2014), em um nível global, o Atlântico Sul desempenha um papel secundário como via de comunicação marítima, sendo também periférico em termos estratégicos<sup>120</sup>. Contudo, em um nível regional e local, ele tem importância econômica e geopolítica. Para o Brasil, esse espaço representa: “via de transporte essencial para o seu comércio exterior; fonte de riquezas, especialmente na exploração de petróleo; elemento

---

com Angola (1989); o Acordo de Cooperação Militar com Cabo Verde (1994); o Acordo de Cooperação Militar com o Mali (1996); e a participação de tropas brasileiras na UNAVEM I, em Angola (1996) (PIMENTEL, 2016).

<sup>119</sup> Ocorreram reuniões de alto-nível da ZOPACAS no Rio de Janeiro (1988), Abuja (1990), Brasília (1994), Somerset (1996) e Buenos Aires (1998), Luanda (2007) e Montevideu (2013). Segundo Abdenur, Mattheis e Seabra (2016), a heterogeneidade entre os seus membros, bem como o desinteresse sobre temas de segurança e economia marítima, mantiveram a ZOPACAS com um baixo nível de interação.

<sup>120</sup> Grande parte da comunicação e do transporte marítimo na dimensão global não ocorrem no Atlântico Sul, mas sim entre a Ásia, os Estados Unidos e a Europa, nos quais utilizam rotas mais curtas por meio do Canal de Suez e do Panamá (SILVA, 2014).



fundamental para a sua defesa; e via para a sua projeção marítima internacional” (SILVA, 2014, p. 202).

O Atlântico Sul passa a ser representado pelo governo brasileiro como parte de seu Entorno Estratégico, ou seja, é um espaço onde o Brasil busca irradiar “influência e sua liderança diplomática, econômica e militar” (FIORI, 2013, p. 32). Trata-se, portanto, de um discurso geopolítico prático que determina a área de projeção de poder do Estado.

Esse discurso geopolítico sobre o entorno estratégico implica em um grau de controle do Estado (ou de sua marinha) sobre o espaço que está além de sua costa. Cada área do entorno estratégico implica um certo tipo de controle, desde exclusivo nas águas costeiras até limitado, reativo e compartilhado à medida que se afasta progressivamente da costa. Na visão de Germond (2015), esse tipo de conceito tem permitido que Estados reivindiquem “direitos” estratégicos sobre determinadas áreas do oceano que são consideradas e construídas como a “primeira linha” de defesa, ou uma zona que deve ser controlada pois é vital para a defesa, segurança e para a economia. Essa área está situada fora da política do Estado e ao mesmo tempo, funcionalmente dentro de uma zona geopolítica de interesse. Além disso, trata-se de um conceito que é um fator ideacional das políticas do geopoder do Estado, onde a dimensão espacial exerce um fator crucial (GERMOND, 2015).

Em sua versão de 2012, a Política Nacional de Defesa (PND) aponta que o entorno estratégico brasileiro “extrapola a região sul-americana e inclui o Atlântico Sul e os países lindeiros da África, assim como a Antártica”. Esse documento também faz referência ao Mar do Caribe como uma região no qual o Brasil deve dar mais atenção (BRASIL, 2012a, p. 21). Isto posto, o Atlântico Sul, em conjunto com a Amazônia, passou a serem espaços prioritários para a formulação das políticas de defesa brasileira (BRASIL, 2012a)

O Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM) descreve essa delimitação geografia de forma mais precisa sobre área do Atlântico Sul:

Política Naval atribui prioridade ao Atlântico Sul, compreendido pelos seguintes limites geoestratégicos: ao Norte, o paralelo 16° N; ao Sul, o Continente Antártico; a Leste, pelo litoral da África Ocidental; e ao Oeste, pela América do Sul. O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte (Figura 7) (BRASIL, 2020).

Figura 7 - O Entorno Geopolítico Brasileiro



BRASIL. Comando da Marinha. *Plano Estratégico da Marinha PEM 2040*. Brasília, DF: MB, Estado-Maior da Armada, 2020.

Atualmente, cerca de 95% do comércio internacional do Brasil transitam pelo mar (BRASIL, 2019a). Ademais, a descoberta de reservas de petróleo *offshore* na plataforma continental brasileira em 2007 – que hoje representa 96,9% e 80,8% do petróleo e gás natural produzidos pelo Brasil (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2020) – elevaram a preocupação com a segurança dos recursos e das rotas marítimas (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

O Atlântico Sul é representado pelo governo brasileiro no Livro Branco de Defesa Nacional como um espaço que, além de possuir rotas de navegação “vitais para a economia nacional” e de reservas do pré-sal “de alto significado econômico, político e estratégico” (BRASIL, 2012, p. 17), também é onde Brasil tem forte vinculação, “com aspectos tanto políticos quanto econômicos, o que leva a exercer uma natural influência”. Sendo um espaço onde o Brasil afirma ter “direitos territoriais e outras prerrogativas de exploração e controle corresponde às águas jurisdicionais” (BRASIL, 2012, p. 21).

Nesse sentido, observa-se um discurso geopolítico prático brasileiro que busca salientar os aspectos econômicos, políticos e estratégicos desse espaço, buscando reafirmar a soberania brasileira sobre os recursos naturais. Somado a isso, “a abundância em recursos naturais, em especial o petróleo, com considerável influência no imaginário nacional, aumenta a percepção de possíveis ameaças no Atlântico Sul” (PIMENTEL, 2016, p. 131). Dessa forma, existe uma tentativa de naturalizar a projeção e influência brasileira nesse espaço, sob a justificativa de defesa desse espaço contra o interesse das ameaças sobre esses recursos naturais.

Apesar da própria Estratégia Nacional de Defesa (END) ressaltar que “os ambientes apontados [...] não permitem vislumbrar ameaças militares concretas e definidas, representadas por forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não estatais” (BRASIL, 2012a, p. 121), as elites dominantes brasileiras<sup>121</sup>, principalmente as ligadas ao Ministério da Defesa, enquadraram o Atlântico Sul como uma área com características específicas que estão sob ameaça e que podem despertar o interesse de outros países. Assim, as percepções de ameaças, por parte desses atores, surgem em decorrência da presença de potências externas na região (HERZ; DAWOOD; LAGE, 2017).

Essa tentativa de naturalização da presença brasileira, parece ocorrer, em grande medida, devido a maior relevância estratégica que diversos países têm conferido ao Atlântico Sul – não somente por parte de Estados costeiros da África e da América do Sul, mas também pelas grandes potências (VAZ, 2011). De acordo com Alcides Vaz (2011), o Atlântico Sul tem se transformado em um local no qual os interesses estratégicos e econômicos dos Estados se projetam. Isso ocorre devido à intensificação desses fluxos comerciais e da descoberta de novos recursos naturais nas plataformas continentais.

Nesse espaço existem também disputas entre Reino Unido e Argentina pela soberania das Ilhas Malvinas, Geórgia e Sanduíche do Sul, onde ambos países buscam, por meio da CLPC da ONU, expandir suas plataformas continentais, o que intensifica o conflito entre as partes devido ao descobrimento de petróleo nessas áreas (VAZ, 2011). Nota-se um crescente interesse no âmbito da segurança e defesa de atores lindeiros e extrarregionais, como, por exemplo, os EUA, países da OTAN, como França, Reino Unido, Espanha e Portugal, e a China (VAZ, 2011; ABDENUR; SOUZA NETO, 2014; SILVA, 2014).

Os EUA, por sua vez, adotaram um discurso com base na ideia de uma bacia atlântica, não distinguindo o Atlântico entre norte e sul, incluindo essas duas porções dentro de um mesmo contínuo estratégico, onde Washington desempenharia um papel decisivo (PIMENTEL, 2016). Houve, portanto, a reativação da 4ª Frota Naval em 2008 – desativada desde 1950 –, cujo objetivo é manter o controle marítimo nos mares que cercam a América Latina e o *Africa Command* ou AFRICOM, que atuaria no continente africano, principalmente por meio de cooperação militar (VAZ, 2011).

O Reino Unido se faz presente na região por meio das Ilhas de Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, Malvinas e Geórgia do Sul/ Sandwich do Sul. A França também

---

<sup>121</sup> Essas elites dominantes são os atores que controlam os processos estratégicos de tomada de decisão na sociedade (HERZ; DAWOOD; LAGE, 2017).

se encontra na região por meio de seu território ultramarino da Guiana, a presença de tropas no Gabão e na Costa do Marfim em 2013, realizou intervenção militar para garantir a estabilidade do governo de Mali. Esses territórios ultramarinos europeus, segundo Silva (2014), são bases de apoio que visam as necessidades de segurança que envolve os interesses da OTAN.

O novo conceito estratégico da OTAN de maio de 2010 despertou preocupações por parte de agentes do governo brasileiro. Esse documento afirma que a OTAN poderia “implantar e sustentar capacidades expedicionárias para operações militares além da área do tratado, quando necessário para prevenir um ataque à área do tratado ou para proteger os direitos legais e outros interesses vitais dos membros da Aliança” (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 2010, p. 39). Nesse mesmo documento, era proposto uma aproximação da OTAN com países que não faziam parte das fronteiras geográficas da organização, por meio de diversas formas de cooperação (HERZ; DAWOOD; LAGE, 2017). Dessa forma, membros da OTAN como Portugal<sup>122</sup> e Espanha<sup>123</sup>, demonstraram interesse de colocar o Atlântico Sul no radar estratégico dessa organização (SILVA, 2014).

A primeira reação brasileira ao documento da OTAN veio do então Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim<sup>124</sup>, em sua palestra na conferência internacional “O Futuro da Comunidade Transatlântica”, realizada em 10 de setembro de 2010 no Instituto de Defesa Nacional de Portugal. Jobim, ainda que falando em caráter pessoal, criticou esse novo conceito estratégico que abria possibilidades de a OTAN intervir em qualquer lugar do mundo. Nesse mesmo discurso, Jobim (2010, p. 4) afirmou que via:

Com reservas iniciativas que procurem, de alguma forma, associar o "Norte do Atlântico" ao "Sul do Atlântico" – esta, o "Sul", área geoestratégica de interesse vital para o Brasil. As questões de segurança relacionadas às duas metades desse oceano são notoriamente distintas. O mesmo se diga sobre hipotético "Atlântico Central". Tais questões devem merecer respostas diferenciadas – tão mais eficientes e legítimas quanto menos envolverem organizações ou Estados estranhos à região.

---

<sup>122</sup> No dia 23 de maio de 2018, o governo português autorizou a criação do Centro para a Defesa do Atlântico (CEDA). Nesse documento (resolução do Conselho de Ministros nº 66/2018 – Diário da República nº 99/2018 série I) é ressaltado os aspectos geopolíticos e geoestratégicos do Atlântico. Esse espaço foi representado como um conector entre os três continentes (Europa, América e África), sendo uma bacia que produz aproximadamente 30% das reservas de petróleo e 35% das reservas de gás do mundo e que possui o maior número de cabos submarinos de comunicação. É discutido também as ameaças marítimas presentes nesse espaço e enfatiza a esse novo impulso da OTAN e sua adaptação à uma perspectiva geográfica de 360 graus (PORTUGAL, 2018). Além disso, o Ministro da Defesa português, João Gomes Cravinho, em palestra no Instituto de Defesa Nacional, em Lisboa, afirmou que o CEDA deverá ser “intrinsecamente multinacional”, englobando também países de todo o Atlântico (PORTUGAL, 2019).

<sup>123</sup> A Espanha tem se esforçado em garantir que a OTAN tenha capacidades de responder a desafios e ameaças tanto no flanco oriental como ao sul (ESPAÑA, 2020).

<sup>124</sup> Nelson Jobim foi Ministro da Defesa entre junho de 2007 e agosto de 2011.

Em relação à distinção entre o Atlântico Norte e o Sul, o ex-Ministro da Defesa e das Relações Exteriores, Celso Amorim<sup>125</sup>, em uma palestra na Escola Superior de Guerra, no dia 27 de julho de 2015, afirma ser fundamental separar os dois ambientes. Para ele:

O Atlântico Sul, uma zona tradicionalmente de paz (e pode ser mantida assim); e o Atlântico Norte, uma área complexa que, em várias ocasiões, foi uma área de confrontos diretos de guerra convencional, tornando-se um elemento de uma aliança de Defesa contra outras ameaças. São duas realidades diferentes (AMORIM, 2015, p. 14).

Nesse sentido, Celso Amorim (2015) argumenta pela manutenção dessa diferença, pois, de acordo com ele, os problemas do Atlântico Norte apresentam atores, problemas e soluções distintas do Sul. Já o então Ministro da Defesa, Raul Jungmann (2017, p. 6)<sup>126</sup>, em discurso proferido no XIV Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana, reafirmou a preocupação com a “perspectiva de extensão das competências da OTAN para o Atlântico Sul, bem como hipóteses de exercícios militares ou construção de bases extrarregionais nos Estados africanos ribeirinhos”. Dessa forma, as autoridades brasileiras têm se posicionado de maneira contrária à possibilidade de uma Bacia do Atlântico (PENNA FILHO, 2015).

Além dos países da OTAN, a China se faz cada vez mais presente no Atlântico Sul. Esse país passou a intensificar os seus investimentos e o comércio, principalmente com alguns países africanos, sendo parte de sua grande estratégia global. O foco central chinês nesse continente está vinculado ao interesse pelos recursos minerais e energéticos, de modo especial, o petróleo. A China também tem assinado acordos de assistência militar com esses países (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014; PENNA FILHO, 2015). Outras potências extrarregionais, especialmente da Eurásia tem se projetado em direção ao Atlântico Sul, como é o caso da Rússia e da Índia (GONZALEZ-LEVAGGI, 2020).

Diante desses cenários, é importante considerar a percepção brasileira, em especial da Marinha do Brasil, a respeito das ameaças no espaço do Atlântico Sul. No PEM, as possibilidades de ameaça à soberania nacional não se restringem a possibilidade de ataques vindo do mar em direção ao território nacional, mas também podem ocorrer decorrentes de pressões por parte da presença de potências navais, prejudicando o tráfego marítimo e dificultando o abastecimento e o comércio brasileiro (BRASIL, 2020). Além do mais, o governo brasileiro tem expressado preocupação em relação a algumas ameaças de natureza

---

<sup>125</sup> Celso Amorim assumiu o cargo de Ministro das Relações Exteriores (1993-1995) e (2003-2011); e Ministro da Defesa entre agosto de 2011 e janeiro de 2015.

<sup>126</sup> Jungmann atuou como Ministro da Defesa entre maio de 2016 e fevereiro de 2018.

distintas<sup>127</sup> que tem se intensificado no Atlântico Sul, como é o caso do narcotráfico, do tráfico de armas e da pirataria (BRASIL, 2012). A pirataria, por exemplo, que até recentemente se limitava à África Oriental, passou também a ocorrer na porção ocidental, no Golfo da Guiné. Esse alargamento do raio de ação da pirataria marítima tem se aproximado de rotas de trânsito de navios petroleiros, causando receio não apenas por parte do Brasil, mas também de outros países que tem interesses na região (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Esses discursos geopolíticos produzidos pelos atores governamentais brasileiros não constroem somente essas ameaças a soberania do Estado, mas também a própria ideia do espaço Atlântico Sul. Nesse caso, um espaço ao sul, que se distingue de um oceano ao norte. Isso não quer dizer que esse espaço é de fato consolidado por esse discurso. Existem também, como vistos anteriormente, discursos geopolíticos que se contrapõem ao brasileiro. Como bem observado por Pimentel (2016), o Atlântico Sul se tornou um palco de disputa simbólica entre Estados que buscam projetar seus interesses e exercer um papel de liderança nesse espaço. Ou seja, não se trata de um espaço neutro e muito menos natural, mas sim de um espaço político, construído no tempo-espaço e que envolvem disputas discursivas.

Esses discursos geopolíticos também são utilizados pela Marinha do Brasil para justificar os seus esforços para consolidar a construção de uma marinha de águas profundas, com recursos suficientes para garantir a mobilidade estratégica a longas distâncias da costa brasileira (VAZ, 2011). Duarte e Kenkel (2019) apontam que o Atlântico Sul é em grande parte desprovido de forças e instituições para fornecer segurança marítima, carecendo de normas para gerar governança e cooperação marítima. Nesse sentido, a posição do Brasil tem sido a de adoção de uma abordagem para o espaço oceânico pautada na extensão da política do Estado soberano, dando ênfase no lado militar. Portanto, o Brasil tem aumentado sua presença em termos materiais através da compra de novos navios de guerra e sistemas de armas, e em termos ideacionais, através do conceito de “Amazônia Azul” (DUARTE; KENKEL, 2019).

Essa abordagem para as fronteiras marítimas baseado em uma perspectiva “negar-dissuadir”<sup>128</sup> através do patrulhamento militar, tem sido apoiado por uma série de planos para a aquisição e desenvolvimento dessas capacidades operacionais da Marinha. Dentre os

---

<sup>127</sup> A PEM 2040 destaca 9 principais ameaças aos interesses brasileiros no mar e em águas interiores, os quais envolvem: conflitos tradicionais entre Estados; a Pirataria; a Pesca Ilegal, não declarada e não regulamentada; acessos ilegais a conhecimentos (fauna, flora e biopirataria); crime organizado e conflitos urbanos; terrorismo; ameaças cibernéticas; questões ambientais, desastres naturais e pandemias; e disputa por recursos naturais.

<sup>128</sup> Duarte e Kenkel (2019) afirmam que essa perspectiva marítima foi inspirada na abordagem geopolítica tradicional do Brasil em relação as suas fronteiras terrestres – baseada na presença militar.

projetos evidenciam-se: o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), cujo objetivo é desenvolver submarinos convencionais e de propulsão nuclear, assim como um estaleiro de base naval; os projetos para construção de um navio-aeródromo, um navio-anfíbio, navios de meio de superfície, navios patrulha e corvetas classes Barroso; e por fim, o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), que é um novo sistema de satélites e monitoramento com radares para sensoriamento submarino destinados à vigilância das águas jurisdicionais, com foco especialmente para a área do pré-sal (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014; LIMA, et. al., 2017).

Entretanto, a estratégia brasileira no Atlântico Sul não se limita exclusivamente a uma abordagem da dissuasão de potências estrangeiras, adotando também uma abordagem de presença e cooperação, ainda que, comparativamente, menor do que as outras potências globais e emergentes (PIMENTEL, 2016). Os esforços brasileiros para construir um “cinturão de boa vontade”<sup>129</sup> no Atlântico Sul permitiriam, como afirmam Abdenur e Souza Neto (2014), a criação de uma identidade regional sul-atlântica. Para isso, o Brasil busca utilizar uma estratégia de promoção de interesses comuns entre os atores lindeiros e, ao mesmo tempo, tentam minimizar o envolvimento de atores externos nesse projeto (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

A presença brasileira nesse espaço tem se dado em ambos os lados do Atlântico Sul por meio de cooperação sul-sul em diversas áreas<sup>130</sup>. Do ponto de vista da defesa, o Brasil não somente reforçou os acordos de cooperação com a Argentina e Uruguai<sup>131</sup>, mas também aprofundou relações com todos os países africanos no litoral atlântico (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014). A partir de 2003, foram assinados alguns acordos de cooperação em defesa com parceiros africanos: África do Sul (2003), Angola (2010), Argélia (2018), Botsuana (2018), Cabo Verde (2016), Guiné Equatorial (2010), Guiné Bissau (2010), Marrocos (2018),

---

<sup>129</sup> Em palestra proferida na Escola Superior de Guerra no ano de 2012, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim afirmou que “devemos construir com essas regiões [América do Sul e Atlântico Sul] um verdadeiro ‘cinturão de boa vontade’, que garanta a nossa segurança e nos permita prosseguir sem embaraços no caminho do desenvolvimento” (AMORIM, 2018, p. 727).

<sup>130</sup> Uma das formas de cooperação utilizado pelo Brasil é a chamada “cooperação técnica”, que busca o auxílio técnico, com o envio de pessoal especializado em determinados setores para capacitar segmentos da população do outro país que apresenta carência de recursos técnicos, em vez de enviar apenas apoio financeiro (AGUILAR, 2013).

<sup>131</sup> Foi criado também o exercício Araex durante a década de 1990, envolvendo as marinhas da Argentina e Brasil e a partir de 2002, o Uruguai também passou a ser parte. Outro exercício criado na década de 1990, foi o Atlasur, envolvendo as marinhas da África do Sul e da Argentina. A partir de 1995, o Brasil e o Uruguai foram integrados ao exercício, tendo continuidade até os dias atuais (AGUILAR, 2013; SOUTH AFRICA, 2019).

Moçambique (2009), Namíbia (2009), Nigéria (2010), São Tomé e Príncipe (2010), Senegal (2010)<sup>132</sup>.

Além desses acordos, visitas de alto-nível de lideranças civis ou militares foram realizadas entre os países, bem como contatos entre instituições de ensino militar, desenvolvimento de programas conjuntos de tecnologia de defesa, intercâmbio de pessoal para motivos de treinamento, fornecimento de equipamentos, exercícios bilaterais ou multilaterais e colaboração em pesquisa, sobretudo no auxílio do levantamento de plataformas continentais (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014; SEABRA, 2014). No âmbito bilateral, o caso de cooperação com a Namíbia é expressivo e data do início da década de noventa<sup>133</sup>. O Brasil, desde então, tem sido o principal responsável pela construção da marinha da Namíbia, desde a formação de oficiais até o fornecimento de equipamentos. Somado a isso, o Brasil também tem participado nos trabalhos de mapeamento da plataforma continental desse país (PENHA, 2012; VIDIGAL, et.al., 2006).

Já em uma esfera multilateral, podemos destacar a importância das iniciativas formuladas pela Cúpula América do Sul-África; pela ZOPACAS, que tem passado por um processo de revitalização<sup>134</sup>; pela CPLP, que busca fortalecer sua atuação no campo da segurança e defesa, realizando, entre outras iniciativas, a Operação Felino entre todos os seus membros; e pelo Fórum Trilateral IBAS, que envolve a Índia, o Brasil e a África do Sul. Essa última conta com um grupo de trabalho em defesa com o intuito de realizar programas de intercâmbio de pessoal e de cooperação em armamento. Como parte da iniciativa, é válido ressaltar também, os exercícios militares IBSAMAR, com a participação das três marinhas<sup>135</sup> (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014; COSTA, 2012).

---

<sup>132</sup> Essas informações foram coletadas por meio da plataforma Concórdia do Ministério das Relações Exteriores.

<sup>133</sup> O Brasil estabeleceu uma embaixada residente em Windhoek em 1990. Em 1991 ocorreu a visita do Presidente Fernando Collor de Mello à Namíbia. A assinatura do acordo de cooperação naval ocorreu em 1994.

<sup>134</sup> Apesar do Plano de Ação de Luanda (2007) e a Declaração de Montevidéu (2013) terem sido marcos importantes para a revitalização das ZOPACAS, a organização apresenta alguns desafios. A falta de institucionalização e a baixa capacidade de muitos membros para lidar com os desafios urgentes de segurança marítima não são suficientes para evitar a presença de atores extraregionais. Sendo assim, como bem apontado por Abdenur, Mattheis e Seabra (2016, p. 15), a “falta de meios materiais do Brasil para alterar sozinho o contexto de segurança da região, coloca obstáculos à sua autoridade regional pretendida”, podendo prejudicar qualquer aparência de unidade por trás das aspirações brasileiras. Além disso, a maior parte dos custos associados a uma agenda tão ampla precisa ser assumida pelo seu principal proponente, ou seja, o Brasil. Por fim, a ZOPACAS tem passado por um período sem Reuniões Ministeriais. A última foi a VII, a mesma que firmou a Declaração de Montevidéu em 15 de janeiro de 2013, não sendo realizada outra desde então. Havia expectativa de realização de reunião ministerial em Cabo Verde em 2015, mas a reunião não aconteceu até hoje.

<sup>135</sup> O IBSAMAR é um exercício bianual que teve início em 2008, ocorrendo também nos anos de 2010, 2012, 2014, 2016 e, 2018.



A geopolítica prática brasileira tem tido como objetivo central a proteção do Atlântico Sul, especialmente, contra as projeções de poder vindas de potências extrarregionais. Logo, além das iniciativas de negação do espaço por meio da militarização, o Brasil tem buscado fomentar a cooperação regional sul-atlântica com o intuito de excluir essas potências “extraterritoriais” (DUARTE; KENKEL, 2019).

A partir de 2019, a política externa do presidente Jair Bolsonaro propôs um rompimento com as políticas externas do Partido dos Trabalhadores, principalmente no que tange as relações com a Venezuela de Maduro, e uma maior aproximação com as administrações Trump nos EUA, Netanyahu em Israel e de Orban na Hungria. Dessa forma, uma das principais preocupações desse governo foi a busca por uma priorização nas relações bilaterais com os EUA, destacando aqui a designação do Brasil, por parte do governo americano, como um aliado extra-OTAN (SARAIVA; SILVA, 2019). Ainda é prematuro identificar os efeitos diretos da priorização da política externa do governo Bolsonaro em relação aos EUA sobre as iniciativas brasileiras de cooperação voltadas para o Atlântico Sul<sup>136</sup>. Contudo, podemos afirmar que abordagem pautada na militarização persiste, havendo uma certa continuidade nos projetos de modernização da Marinha (BRASIL, 2021).

O derramamento de petróleo na costa brasileira no final de agosto de 2019 chamou a atenção da população nacionalmente para o Atlântico Sul e o papel da Marinha neste. Diversas notícias foram estampadas nas páginas de diferentes jornais nacionais (BARBIÉRI, 2019; PASSARINHO; GRAGNANI, 2019), produzindo, assim, discursos geopolíticos populares. Em um primeiro instante, o Atlântico Sul, foi representado pelo presidente Bolsonaro como um espaço que estava sob ameaça. O discurso geopolítico presidencial foi no sentido de insinuar de que se tratava de uma ação criminosa e que o petróleo tinha origem “venezuelana”. Assim como o presidente, o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, reforçou o discurso de que o petróleo vazado era provavelmente da Venezuela, aumentando, assim, o tom nas críticas do governo brasileiro ao de Nicholas Maduro (STOCHERO; SANTIAGO, 2019; PRAZERES, 2019). O então comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Júnior, comparou o episódio a um “bombardeio”<sup>137</sup> e a “um ataque militar ao Brasil”<sup>138</sup>.

---

<sup>136</sup> Em março de 2020, o Presidente Bolsonaro visitou o Comando Sul dos EUA, sendo o primeiro chefe de Estado brasileiro a realizar tal visita (UNITED STATES, 2020).

<sup>137</sup> Para a afirmação do Comandante da Marinha, ver: (COMANDANTE, 2019).

<sup>138</sup> As declarações do Comandante da Marinha ver: (MONTEIRO, 2019).

Em resposta ao episódio, a Marinha do Brasil criou um projeto chamado “Combate ao Óleo no país: protegendo a Amazônia Azul”, que visava, em conjunto com instituições nacionais, mitigar os efeitos do óleo<sup>139</sup>. A participação da Marinha também foi empregada nas investigações desse caso. Todavia, a investigação ainda está em curso, não havendo a definição do possível responsável pelo derramamento (BRASIL, 2020a). Assim, a Marinha tem sido um ator relevante sobre as representações dos espaços oceânicos, no campo internacional, mas também em nível doméstico, através de ações junto à sociedade civil<sup>140</sup>.

Além da MB, o Congresso Nacional também acompanhou esse vazamento por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Após o término dessa CPI, foi instalada, no dia 09 de junho de 2021, a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Litoral Brasileiro, com o objetivo de debater sobre a “Amazônia Azul”, seus potenciais e suas necessidades de prevenção. O lançamento dessa comissão contou com a presença de parlamentares, representantes da sociedade civil, pesquisadores e entidades do setor de turismo (FRENTE, 2021).

Por fim, devemos compreender que os discursos geopolíticos dos formuladores de política externa e de defesa, produzem representações sobre o Atlântico Sul. Esses discursos formulados pelo Brasil, sejam os de construção das fronteiras marítimas que criam espaços onde o Brasil exerceria sua soberania sobre os recursos, ou os relacionados à defesa desse espaço, envolve, sobretudo, a construção de meios militares para dissuasão de atores extrarregionais e da cooperação entre os países de suas bordas. Esses discursos também estão relacionados a interesses de determinados grupos, sendo, muitas vezes, apontados como algo natural ou como objetivos permanentes do Estado e não como algo fruto de disputas políticas.

Esse projeto de construção de uma identidade regional sul-atlântica (ABDENUR, SOUZA NETO, 2014), no qual o Brasil busca assumir um protagonismo através de um discurso de horizontalidade e de iniciativas multilaterais, não significa que logrará êxito. O fato de o Brasil emitir um discurso não significa que os outros atores da região irão incorporá-lo. Por exemplo, a proposta da ZOPACAS, apesar de aprovada pela ONU em 1986 e tendo logrado diferentes reuniões ministeriais, é vista como uma iniciativa que interessa principalmente ao Brasil, com pouco interesse de Estados africanos, como África do Sul,

---

<sup>139</sup> Destaca-se a Operação “Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida”, contando com o emprego de 16.000 pessoas e meios terrestres, navais e aéreos (BRASIL, 2020a).

<sup>140</sup> Além de representar esse espaço, a MB é o principal órgão brasileiro que se faz presente nesse espaço, sendo competente para a proteção desse espaço geográfico e seus recursos. A MB acumula funções de marinha de guerra, guarda costeira, autoridade portuária e de desenvolvimento científico e tecnológico (CARVALHO, 2020).

Costa do Marfim e Camarões. Dessa forma, a construção do espaço sul-atlântico não depende apenas do próprio Brasil, mas também das percepções dos demais países da região sobre esse projeto. Com isso, a construção desse espaço pode envolver também movimentos de resistência e contestação por diversos atores, seja regional ou extrarregional, ou até mesmo o abandono desse projeto pelo Brasil.

Além do mais, essas dificuldades não se concentram apenas no campo internacional, mas também no nível doméstico. A construção de espaços também está relacionada a discursos geopolíticos populares, nos quais não se restringe somente a discursos da política externa e de defesa, abrangendo, igualmente, discursos que circulam na sociedade através dos diversos tipos de mídia e cultura popular. É nesse sentido, portanto, que o próximo capítulo buscará analisar o projeto Amazônia Azul, desenvolvido a partir de 2004, como iniciativa capitaneada principalmente pela Marinha do Brasil para incorporar uma consciência marítima no imaginário social dos brasileiros.

## 4 A GEOPOLÍTICA POPULAR NO BRASIL: AS REPRESENTAÇÕES DO ATLÂNTICO SUL

Esse último capítulo busca analisar os discursos geopolíticos populares que representam o Atlântico Sul. Os textos utilizados nesse capítulo foram escolhidos por apresentarem algum tipo de vínculo com atores oficiais brasileiros, em modo especial à Marinha do Brasil (MB). Dessa forma, focaremos em analisar os textos das revistas em quadrinhos selecionadas: *Cartilha Amazônia Azul*, publicação *Protegendo Nossas Riquezas na Amazônia Azul* e o Almanaque da Turma da Mônica, edição especial comissionada pelo Ministério da Defesa, cujo título é *A Indústria de Defesa Brasileira*. Contudo, antes de analisarmos esse material, iremos discutir, em uma primeira seção, sobre o papel específico da Marinha do Brasil na promoção da mentalidade marítima e do conceito de “Amazônia azul”. E por fim, seguiremos para a segunda seção, a qual se dedicará a análise desses textos, que será feita através dos seguintes tópicos analíticos desenvolvidos por Fairclough (2016): pressuposição, predicação e metáforas.

### 4.1. Construindo uma Mentalidade Marítima: O projeto da Amazônia Azul

O conceito de mentalidade marítima não é um conceito novo no cenário nacional. A mentalidade marítima está inserida nos debates geopolíticos brasileiros e nos ciclos militares, principalmente da Marinha do Brasil, pelo menos desde a década de 1970. Como bem demonstrado por Flores<sup>141</sup> (1972), a mentalidade marítima é um entre os vários elementos geopolíticos, geoeconômicos e humanos apontado por Alfred Mahan no livro *The Influence of Sea Power Upon History* (1890), que condicionam os povos para o desenvolvimento de atividades marítimas (FLORES, 1972).

Na abordagem de Flores, os indivíduos são relevantes para a constituição do poder marítimo<sup>142</sup> de uma nação. Eles são sujeitos e objetos das ações que tornam possível a

---

<sup>141</sup> O Almirante Mario César Flores (1931-2019) exerceu funções de comando da Força de Transporte da Marinha, da Escola de Guerra Naval, a Direção-Geral do Material da Marinha, o Comando-em-Chefe da Esquadra e a Chefia do Estado-Maior da Armada. Ele também foi Ministro da Marinha entre 1990 e 1992. Flores era considerado por seus companheiros da MB como um liberal e um dos maiores estrategistas da força naval. Além disso, uma de suas preocupações era o reequipamento da frota naval, sendo um entusiasta da utilização da energia nuclear em submarinos. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2021). Essa obra acima referida é destacada por Child (1979) como sendo um importante trabalho vinculado à tradição da escola geopolítica brasileira. Destacaria que os Estados incrementaram os seus interesses em relação aos espaços oceânicos, tanto domesticamente, quanto internacionalmente, durante a década de publicação desse livro (ver capítulo 2).

<sup>142</sup> A definição de Poder Marítimo de Flores é influenciada pela abordagem da geopolítica clássica de Alfred Mahan. Para Flores (1972, p. 91) que o Poder Marítimo é compreendido como “a integração dos meios

estruturação dos demais elementos do Poder Marítimo. Dentro do conceito de Poder Marítimo, existem dois aspectos nos quais os indivíduos se inserem: a) a formação técnico-profissional relacionada a atividades do mar), e b) a mentalidade marítima. A mentalidade marítima, por sua vez, perpassa o nível técnico do trabalho do mar, atingindo a comunidade nacional como um todo (FLORES, 1972).

Esse autor advoga pela necessidade de o Brasil criar uma consciência nacional sobre os mares, ou de uma mentalidade marítima, pois, segundo ele, “o povo deve estar convicto do valor do uso do mar para o desenvolvimento e a segurança do seu país” (FLORES, 1972, p. 390). Além do mais, Flores compreende que é a mentalidade marítima que permite o surgimento das necessárias vocações náuticas no seio da sociedade. Vocações essas que envolve não apenas os quadros técnicos, mas também o “espírito de iniciativa para usar o mar, dando aos empreendimentos concernentes o devido vulto e as adequadas prioridades” (FLORES, 1972, p. 390). Em pensamento similar a Flores, Vidigal et. al. (2006, p. 22) chama de mentalidade marítima de um povo “a compreensão da essencial dependência do mar para a sua sobrevivência histórica”.

A mentalidade marítima, de acordo com a Marinha do Brasil (MB), “é a convicção ou crença, individual e coletiva, da importância do mar para a Nação Brasileira e o desenvolvimento de hábitos, atitudes, comportamentos e engajamento no sentido de utilizar, de forma sustentável, as potencialidades do mar” (BRASIL, 2020d)<sup>143</sup>

A Política Marítima Nacional atualmente em vigor<sup>144</sup>, aprovada pelo Decreto Presidencial n° 1.265, de 11 de outubro de 1994, já apresentava como um dos objetivos o “desenvolvimento de uma mentalidade marítima nacional” (BRASIL, 1990).

---

relacionados com o mar, ou seja, a integração das manifestações do Poder Nacional que permitem a utilização do mar – e de outras vias navegáveis – para a consecução dos objetivos acima mencionados (progresso e segurança). Ele abrange todos os recursos – humanos, materiais, organizacionais e jurídicos – usados nas relações entre a nação e o mar”. O Poder Marítimo é composto por quatro campos do Poder Nacional (Político, Econômico, Psicossocial, Militar), envolvendo diversos elementos, dentre os quais destacam-se: o Poder Naval ou o Poder Militar que atua no mar; a marinha mercante desde as empresas, navios e institutos jurídicos que a constitui; indústria naval, seja de construção ou de reparos; os portos; indústria pesqueira; grupos e institutos de pesquisa; exploração e preservação das riquezas e do leito do mar; e os indivíduos que têm seu trabalho vinculado ao mar (FLORES, 1972).

<sup>143</sup> Essa é a definição atualizada exibida no sítio eletrônico da instituição, não sendo disponibilizado as definições dos anos anteriores (caso haja outra).

<sup>144</sup> Esse Decreto revogou a Política Marítima Nacional aprovada pelo Decreto n° 89.331, de 20 de janeiro de 1984 (nesse documento também já havia uma menção ao desenvolvimento de uma mentalidade marítima nacional. A Política Marítima Nacional, atualmente, passa por um processo de reformulação. O Decreto n° 10.607, de 22 de janeiro de 2021 institui o Grupo de Trabalho Interministerial para reformular a Política Marítima Nacional (BRASIL, 2021c).

O mais recente PEM 2040 (2020) compreende que é necessário a incorporação de elementos imateriais e de natureza psicológica ao Poder Marítimo<sup>145</sup>, como por exemplo, o caráter do povo e do governo. Essa concepção está relacionada à mentalidade da sociedade. Assim,

A mentalidade marítima – elemento intangível que deve ser fomentado na sociedade brasileira e fortalecido nos atores marítimos – consiste no grau de conscientização da sociedade e dos decisores governamentais sobre o Poder Marítimo e de seus elementos constituintes para a vida da Nação, bem como o sentimento de pertencimento dos homens e mulheres à comunidade marítima brasileira, cuja interação sinérgica favorece a ampliação desse Poder em prol dos interesses nacionais (BRASIL, 2020, p. 15)

Na concepção de Carvalho (2019, p. 86), a mentalidade marítima nacional é algo que vai além das preocupações dos profissionais marítimos, pois ela passa a “incorporar uma identidade nacional por si só”.

No caso brasileiro, deve ser destacado que o processo de colonização do território que veio a ser denominado Brasil aconteceu ao longo da costa atlântica. Foi pelo mar que os portugueses desembarcaram nas terras da América do Sul e era através dele que eles circulavam por seus territórios coloniais. Os portugueses estabeleceram portos de acesso na costa, permitindo, um tráfego marítimo local ativo e o surgimento de uma mentalidade marítima nessa região (CARVALHO, 2019; VIDIGAL et. al., 2006). O próprio Frei Vicente do Salvador em um escrito de 1627 afirmava que os portugueses não tinham andado nos sertões da terra do Brasil, “mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos”. (SALVADOR, 1627, p. 5).

Mesmo após a concretização da independência e durante o período do Império<sup>146</sup>, a população nascida no Brasil ainda possuía uma mentalidade marítima devido à essa tradição portuguesa. Entretanto, essa mentalidade foi se perdendo face a vários fatores sócio-econômicos e de política doméstica e externa (FLORES, 1972; VIDIGAL et. al., 2006). Assim, essa geografia imaginativa do Império que priorizava a costa e o mar foi gradativamente reescrita, buscando enfatizar os aspectos terrestres do território nacional.

---

<sup>145</sup> Em documentos anteriores da Marinha, como a Política Marítima Nacional (1994), o Poder Marítimo é definido como “o componente do poder nacional que a nação dispõe para atingir seus propósitos ligados ao mar ou dele dependentes. Esses meios são de natureza política, econômica, militar e social e incluem, entre vários outros, a consciência marítima do povo e da classe política, a Marinha Mercante e a Marinha de Guerra, a indústria de construção naval, os portos e a estrutura do comércio marítimo”.

<sup>146</sup> Nesse período, o Brasil possuía uma frota mercante, portos, indústria de construção naval relevantes. Além do mais, foi através do mar que as tropas brasileiras, no processo de independência, receberam suprimentos e apoio. Após a independência, o governo imperial manteve a esquadra brasileira em intensa atividade, sendo utilizada contra as revoltas do período regencial, na intervenção no Uruguai e na Guerra do Paraguai (FLORES, 1972; VIDIGAL et.al., 2006).

É de se notar que no início do século XX, o governo brasileiro ainda priorizava o Poder Marítimo. Em 1904, o Comandante da Marinha, Júlio de Noronha, apresentou um programa de reequipamento naval, sendo aprovado em 14 de dezembro do mesmo ano. Contudo, com a mudança de Comando, o Congresso Brasileiro aprovou em 1906 um programa naval concorrente, chamado de programa Alexandrino (nome do Ministro da Marinha da época). Esse programa realizou um reequipamento da Marinha de Guerra brasileira, prevendo a construção de dois encouraçados que estariam entre os mais poderosos de sua época. A reorganização de Alexandrino, denominada “Rumo ao Mar”, argumentava que o Brasil não poderia atualizar permanentemente a sua esquadra e por isso, era necessário a aquisição dos meios mais modernos da época para prolongar sua validade militar (ALSINA-JÚNIOR, 2014).

Segundo Alsina Júnior (2014), no campo internacional, essa iniciativa brasileira despertava a desconfiança argentina, tendo um impacto negativo nas relações entre os dois países<sup>147</sup>. Já no campo doméstico, em 1908, esse projeto começou a sofrer oposição do Ministério da Fazenda para a redução dos custos do programa, devido a uma redução no Produto Interno Bruto. Apesar dessa oposição interna<sup>148</sup>, o programa teve continuidade, sendo entregues os dois encouraçados, *Minas Gerais* e *Rio de Janeiro*. A gestão Alexandrino não conseguiu obter recursos necessários para a criação de uma estrutura de manutenção local dos navios. Em 1915, as obras do arsenal naval foram paralisadas por falta de verbas (ALSINA-JÚNIOR, 2014).

Ao longo do século XX, diversos governos brasileiros optaram por priorizar os projetos de consolidação dos territórios interiores e da demarcação de suas fronteiras terrestres, passando a destinar maiores quantidades de recursos nesse sentido. No campo doméstico, deu-se início à marcha para o interior com a colonização de áreas à oeste. Houve também a construção de Brasília e foi colocado em prática o plano-político industrial brasileiro que priorizava a indústria automobilística e definia o transporte rodoviário como

---

<sup>147</sup> De acordo com Alsina Júnior (2014), essa questão também despertou o interesse do Chile, pois uma corrida armamentista entre Brasil e Argentina não era algo positivo, obrigando o Chile a acompanhar o movimento de seus vizinhos em um período de dificuldades econômicas.

<sup>148</sup> Houve também oposição por parte de setores do Exército brasileiro. Segundo essa narrativa de oposição, existia uma aliança entre a elite civil e o almirantado para fortalecer a Marinha em detrimento do Exército. Um exemplo disso foi a acusação do político Pandiá Calógeras, posteriormente Ministro da Guerra (1919-1922), de que Alexandrino tentava transformar a Marinha em “bate-pau” das elites civis contra o Exército (ALSINA-JÚNIOR, 2014).

modal central em todo o território nacional, substituindo aos poucos a navegação costeira<sup>149</sup> (VIDIGAL et. al., 2006).

Apesar da existência dos direcionamentos políticos apresentados acima, é importante destacar que, no período atual, as importâncias do papel do mar na sociedade brasileira ainda se mantem. Aproximadamente 80% da população brasileira mora a menos de 200 km do litoral e é no Atlântico Sul que existem diversos recursos naturais, como pesca, petróleo, biotecnologia e é por onde cerca de 95% do comércio exterior do Brasil é transportado (BRASIL, 2020d).

Apesar disso, por distintas razões históricas, políticas, culturais e psicológicas, o mar ainda não faz parte do “modo de ser” do cidadão comum brasileiro – ao mesmo tempo que estes reconhecem a importância do litoral, diversos aspectos econômicos, científicos, ambientais e de soberania do oceano são “esquecidos” e até mesmo ignorados<sup>150</sup> (SILVA; LEÃO; ALMEIDA, 2013; SOUZA 2019). Isto é, mesmo que esse espaço oceânico possua esses recursos e esse tráfego comercial, o imaginário popular dos brasileiros ainda não absorveu essa identidade marítima em sua concepção nacional. Ou em outras palavras, os brasileiros ainda não adquiriram uma mentalidade marítima nacional (CARVALHO, 2019).

A título de exemplificação, em pesquisas de opinião sobre o mar no Brasil realizadas em 1997 e 2011<sup>151</sup>, 66% e 73% dos entrevistados respectivamente, davam muita importância ao mar, sendo que o principal motivo para se dar importância ao mar foi identificado como sendo o fato dele ser associado a fonte de alimentos. O segundo motivo foi a associação a fonte de lazer<sup>152</sup>. Ao mesmo tempo, essas pesquisas concluíram que ainda há um desconhecimento em relação a temas como: transporte marítimo, zonas de soberania, percentual de petróleo e extração *offshore*, e quanto à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Programa de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (FERNANDES, 2012).

---

<sup>149</sup> Vidigal et. al. (2006) argumenta que o país não ficou parado nesse período, promovendo diversas atividades relacionadas ao oceano. Porém, para Castro et. al. (2017), a perda de mentalidade marítima foi intensificada pela pouca ênfase dada ao mar brasileiro no sistema de educação nacional.

<sup>150</sup> Apesar desses autores afirmarem que o Oceano não faz parte do modo de ser do brasileiro por diversos fatores, eles não aprofundam nessa questão, havendo a necessidade de pesquisas futuras nesse sentido.

<sup>151</sup> Em 1997, os participantes da Comissão Nacional Independente sobre os Oceanos patrocinaram uma pesquisa de opinião sobre o mar no Brasil, sendo desenvolvida pelo Instituto Gallup de Opinião. Uma outra pesquisa foi aplicada de modo semelhante em 2011 pelo Virtu Análise e Estratégia Ltda., ou Instituto Análise, tendo como financiadores a Marinha do Brasil e a Fundação de Estudos do Mar.

<sup>152</sup> Em 1997, 32% davam maior importância ao mar pelo fato de ser fonte de alimento, havendo um aumento em 2011 para 67%. Já o mar como fonte de lazer era de 17% das pessoas em 1997 e passou para 39%.



Além disso, em uma outra pesquisa de opinião realizada pela Fundação Getúlio Vargas cujo objetivo era verificar o grau de conhecimento dos brasileiros sobre a Marinha do Brasil<sup>153</sup>. Foi observado que 90% dos entrevistados consideram a Marinha do Brasil muito importante e importante, e 60% acreditam que ela contribui muito para o Brasil. Porém, apenas 10% souberam exemplificar as ações dessa instituição (SOUZA, 2019). Além disso, nessa mesma pesquisa, apenas 6% conhecem o conceito de “Amazônia Azul”<sup>154</sup>, 18% já ouviram falar sobre e 76% desconhecem (BRASIL, 2016).

De acordo com Andrade, Rocha e Franco (2019), essa mentalidade marítima ainda incipiente faz com que a grande parte da população brasileira não tenha total consciência da importância dos recursos e potencialidades do mar e muito menos da necessidade de vigilância e proteção desse espaço.

Como bem observado anteriormente, pelo menos desde a década de 1970 já havia produções intelectuais realizadas por setores da marinha sobre a necessidade ampliação da mentalidade marítima brasileira, buscando atingir a população como um todo e não apenas as pessoas que trabalham em profissões relacionadas com o mar<sup>155</sup>. Flores (1972, p. 95) defendia que era necessário “completar o legado geográfico que herdamos de nossos antepassados e o que a natureza nos oferece com uma mentalidade marítima bem estruturada no povo e com uma perfeita compreensão do valor do mar por parte da liderança nacional”. Isso permitiria, segundo ele, tornar o mar uma fonte, se não a maior delas, de riqueza e progresso, conduzindo “o Brasil ao lugar que lhe cabe no Mundo”.

Devemos notar que abordagem teórica de Flores está ligada a discursos geopolíticos formais, que por sua vez, são relacionados a uma geopolítica clássica mahaniana. Flores tenta se utilizar de um “legado geográfico” e de uma “mentalidade marítima oferecida pela natureza” com o intuito de afirmar que esse é o caminho natural, o destino, que o Brasil deve seguir: seria natural que os brasileiros se identifiquem como uma nação marítima devido a essa geografia herdada, ao mesmo tempo que essa geografia que determinaria o futuro da nação.

---

<sup>153</sup> Essa pesquisa de opinião foi realizada pela Fundação Getúlio Vargas sob encomenda do Centro de Comunicação Social da Marinha e teve início em 04 de dezembro de 2014. Foram entrevistados 2 mil homens e mulheres, nas cinco regiões do Brasil, com idade maior ou igual a dezesseis anos, residentes em domicílios particulares permanentes no território nacional.

<sup>154</sup> Esse conceito será apresentado mais abaixo.

<sup>155</sup> No livro de Flores (1972) já se fazia um diagnóstico sobre a falta de mentalidade marítima no cenário nacional. Além disso, a Política Marítima Nacional da década de 1980 já colocava a promoção da mentalidade marítima como um de seus objetivos.

Todavia, com base no arcabouço teórico-conceitual mobilizado nessa dissertação, podemos entender como essas concepções geográficas não são dadas e muito menos naturais, mas são construtos discursivos que envolvem questões políticas e de ideologia. Ao apontar para esse caminho, o autor toma as suas premissas como neutras e defende uma construção de realidade política em detrimento de outras<sup>156</sup>. Nesse sentido, busca-se que uma incorporação da mentalidade marítima nas concepções nacionais, de modo que a retire do campo histórico e a transporte para o campo da natureza<sup>157</sup>.

Essa necessidade de intensificar a mentalidade marítima encontrada nesse discurso geopolítico apresenta intertextualidade com outros discursos geopolíticos no século XXI, sendo utilizados principalmente pela Marinha. Carvalho (2019), por sua vez, afirma que aumentar a consciência marítima nacional significa incentivar o Brasil a entender-se como uma nação marítima, sendo, dessa forma, responsável por resguardar e defender os recursos em seu mar jurisdicional.

Esse pensamento vai de encontro com a de Costa (2012), que afirma que a partir dos anos 70, houve um início de uma mudança geopolítica do Brasil, se voltando em direção ao mar. Mas é apenas no início do século XXI, com um novo cenário regional, que o país começa a defender uma projeção marítima no espaço sul-atlântico, intensificando essa tentativa de absorção do espaço marítimo em sua identidade nacional (COSTA, 2012).

Contemporaneamente, os documentos da própria Marinha do Brasil apontam para uma tentativa de “ampliar a mentalidade marítima e melhorar a imagem da MB” (BRASIL, 2020, p. 60). De acordo com o ex-comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Júnior, um dos grandes desafios da MB “é o fortalecimento da mentalidade marítima do país” (CORREIA, 2019, p. 7). Para ele, essa mentalidade deve “começar pela base da sociedade, nas escolas e universidades, passando por todas as forças produtivas, que dependem, direta ou indiretamente, das atividades marítimas” (CORREIA, 2019, p. 7).

Além do mais, o decreto presidencial nº 10.544, de 16 de novembro de 2020 aprova o X Plano Setorial para os recursos do Mar, onde confirma:

O firme compromisso de fomentar a capacitação e os meios para que os profissionais da educação do ensino fundamental e médio, líderes comunitários e outros formadores de opinião desenvolvam programas de educação sobre o papel

---

<sup>156</sup> A posição de Flores é compreensível considerando que seu livro de 1972 foi publicado enquanto o autor era parte do serviço ativo da Marinha do Brasil, tendo sido promovido ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra em 1971. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2021).

<sup>157</sup> Podemos pensar esse processo também como a tentativa de construção de um mito no sentido de Roland Barthes (2001), pois a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade.

dos oceanos para a economia, a qualidade de vida e a saúde de todos, de forma a aprimorar a mentalidade marítima das futuras gerações e ampliar a sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento da economia azul (BRASIL, 2020f).

Esse decreto cria o X plano setorial para os recursos do mar (PSRM)<sup>158</sup>, que tem como um dos objetivos “estimular e fortalecer a consolidação de mentalidade marítima junto à sociedade brasileira e contribuir para o desenvolvimento no País de uma cultura oceânica”. Esse documento também reforça o compromisso com o “fortalecimento da mentalidade marítima e da cultura oceânica na população brasileira” (BRASIL, 2020f).

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, como iremos observar, também tem desempenhado projetos no sentido de difundir uma mentalidade marítima. A CIRM é um colegiado permanente multidisciplinar<sup>159</sup> voltado para a coordenação dos assuntos relacionados à consecução da Política Nacional para os Recursos do Mar e o Programa Antártico Brasileiro. A CIRM é coordenada pelo Comandante da Marinha e apresenta um vasto leque de projetos e programas para serem executados de forma descentralizada dos projetos desenvolvidos pelos ministérios, pela Marinha, pelos órgãos do governo, pelas universidades e institutos de pesquisa e ambientais (BRASIL, 2020b; SOUZA, 2019).

No âmbito da CIRM, podemos citar os seguintes planos e programas: o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), o Plano Setorial para os recursos do Mar (PSRM), o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), Programa de Agricultura e Pesca (Aquipesca), Programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha (Revimar),

---

<sup>158</sup> O I PSRM foi esteve em vigor entre 1982 e 1985. Já o II PSRM foi aprovado pelo Decreto nº 92.522, de 7 de abril de 1986, se mantendo em vigor até 1989. Na década de 1990 houve o III PSRM (1990-1993) e o IV (1994-1998). Na virada do século XX, foi aprovado o V PSRM (Decreto nº 2.956, de 03 de fevereiro de 1999), sendo substituído pelo VI PSRM em 2005 (Decreto nº 5.382). Em 8 de dezembro de 2008, foi publicado o Decreto nº 6.678, que aprovava o VII PSRM. A partir desse plano, a ideia de promoção da mentalidade marítima começou a aparecer com maior constância. Nesse documento foi expresso como um dos objetivos “o resgate da cultura das populações tradicionais e a disseminação da mentalidade marítima na sociedade brasileira”. Para isso, seriam feitas ações de presença, projetos culturais e exposições; mapeamento das comunidades, seus costumes e mentalidades; e monitoramento de veiculadas em mídia sobre a exploração dos recursos do mar. Já o VIII e IX Plano (2012-2015) (2016-2020) também destacavam a necessidade de resgate e fortalecimento da mentalidade marítima. Ambos continham esse mesmo objetivo: “estimular e fortalecer a consolidação de uma mentalidade marítima junto à sociedade brasileira”. Nesses dois documentos começaram a aparecer propostas para a inclusão de tema ligados ao mar nas grades curriculares dos ensinamentos fundamental e médio; para a realização de exposições itinerárias e palestras sobre assuntos do mar; para distribuição de material de divulgação das atividades da CIRM; para a dinamização dos museus oceanográficos; e para a ampliação do número de pessoas alcançadas por ações relacionadas ao desenvolvimento de mentalidade marítima. Dessa forma, notamos que o X Plano não foi o primeiro a abordar a necessidade de uma mentalidade marítima, contudo, se trata do mais atual Plano nesse sentido.

<sup>159</sup> A CIRM conta com representantes de diversos ministérios: Casa Civil; da Defesa; das Relações Exteriores; da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; das Minas e Energia; da Educação; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; do Transporte; da Saúde; do Esporte; e do Turismo (SOUZA, 2019).

Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Remplac), Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (Proarea), o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (*Goos/Brasil*), Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-Mar), Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago), Programa Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (Protrindade), e Programa Biotecnologia Marinha (Biomar) (BRASIL, 2020e; SOUZA, 2019).

Além desses programas, a CIRM também coordenada o Programa de Promoção da Mentalidade Marítima (Promar)<sup>160</sup>. O Promar foi criado pela resolução nº 002/1997 da CIRM, tendo como objetivo coordenar atividades para o desenvolvimento da mentalidade marítima a nível nacional, buscando conscientizar a sociedade sobre a importância do mar e de seus recursos para o desenvolvimento nacional (SOUZA, 2019). O programa ressalta que:

o objetivo de promover a Mentalidade Marítima é ampliar na sociedade brasileira a convicção da importância do oceano e seus recursos para prosperidade do país, é mostrar que a maritimidade do Brasil é mais que vocação, é o nosso destino, a garantia de desenvolvimento e riqueza para as futuras gerações (BRASIL, 2020d)

Desse modo, a busca pela ampliação da consciência marítima nacional está relacionada à tentativa política de construir uma identidade marítima, incentivando que o país se compreenda como uma nação marítima e responsável por cuidar e proteger os recursos disponíveis dentro dos limites de seu espaço oceânico.

Nesse mesmo intuito de alertar a sociedade sobre a importância estratégica e econômica do espaço oceânico em que o Brasil demanda alguma forma de jurisdição (ver capítulo 2) – área essa que abrange aproximadamente 4,5 milhões de km<sup>2</sup> –, a Marinha do Brasil desenvolveu o conceito de Amazônia Azul<sup>161</sup> (AZ), sendo utilizado pela primeira vez pelo então Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho,

---

<sup>160</sup> Os programas do Promar são coordenados e supervisionados por um comitê executivo, coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e conta com representantes do Ministério da Defesa, Marinha do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, Ministério das Minas e Energia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Meio Ambiente, Ministério dos Transportes, Ministério do Esporte, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Diretoria de Portos e Costas e Centro de Comunicação Social da Marinha (BRASIL, 2007).

<sup>161</sup> A Amazônia Azul é definida pelo Livro Branco de Defesa Nacional (2020i, p. 30) (encaminhado para apreciação do Congresso Nacional em 22 de julho de 2020) como a “região do Atlântico Sul sobre a qual o Brasil exerce soberania e jurisdição nos assuntos afetos à exploração e ao controle das águas jurisdicionais e plataforma continental”. Ela envolve “a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira” (BRASIL, 2020i, p. 188).

em um artigo publicado em jornal de grande circulação nacional, a Folha de São Paulo, no dia 25 de fevereiro de 2004<sup>162</sup>, chamado “A outra Amazônia”.

Nesse artigo, Carvalho busca chamar atenção dos leitores para a existência de uma Amazônia Azul, apresentada como sendo maior do que a “verde” e inimaginavelmente rica. Ao longo do texto, a AZ é caracterizada como um espaço que possui significativa relevância estratégica e econômica, decorrentes do transporte marítimo, do petróleo, da pesca e das jazidas de nódulos polimetálicos. Para o autor, se trata de um espaço que não existe fronteiras fisicamente demarcadas, sendo apenas linhas sobre o mar. Logo, a definição desses limites se dá por meio da existência de navios patrulhando ou realizando ações de presença. Nesse sentido, Carvalho afirma que devemos cuidar desse espaço antes que percebamos as ameaças, e para isso, seria necessária uma maior alocação de recursos para a Marinha, para que os interesses do Brasil no mar sejam mais protegidos e vigiados<sup>163</sup> (CARVALHO, 2004).

Atualmente, o próprio PEM 2040 (2020) afirma que a Amazônia Azul envolve quatro vertentes: soberania, científica, ambiental e econômica. Esse conceito foi criado para provocar reflexão e despertar consciência desses valores estratégicos do espaço oceânico, “onde o País exerce soberania, o oceano do Brasil, o mar que nos pertence” (BRASIL, 2020d). Ou seja, se trata de “conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela MB, com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional” (BRASIL, 2020, p. 19). Portanto, o conceito de Amazônia Azul se refere ao espaço oceânico onde o Brasil busca manter o controle.

Em suma, o conceito de Amazônia Azul foi criado visando chamar atenção da sociedade brasileira para o espaço sul-atlântico e a necessidade de preservar e proteger a vida marinha e os recursos existentes, e para resguardar a propriedade e a soberania do Brasil sobre esses recursos. A campanha desenvolvida em torno do conceito serve para destacar a importância política, estratégica e econômica do Atlântico Sul e para mobilizar o apoio popular para as tentativas brasileiras de ampliar suas águas nacionais. Busca também criar uma mentalidade acerca da ideia de que o Brasil possui recursos relevantes e novas

---

<sup>162</sup> Foi também em 2004 que o Brasil apresentou à ONU o pedido de extensão de sua jurisdição sobre o espaço oceânico. Assim, a campanha da Amazônia Azul tem buscado também divulgar e justificar para a sociedade brasileira a proposta do governo brasileiro submetida à Convenção da ONU sobre o Direito do Mar. Para mais informações sobre a proposta, ver capítulo 2.

<sup>163</sup> Além desse primeiro artigo, o Almirante Roberto de Guimarães Carvalho publicou vários outros no jornal Folha de São Paulo sobre a temática da Amazônia Azul (CARVALHO, 2005; CARVALHO, 2005a), tendo como objetivo despertar na sociedade brasileira uma maior preocupação, cuidado e interesse por esse espaço.

responsabilidade de segurança no Atlântico Sul (ABDENUR; SOUZA-NETO, 2013; MATTOS; MATOS, KENKEL, 2017).

Carvalho (2020) argumenta que a criação do conceito de AZ é uma ferramenta de comunicação estratégica – uso de palavras, ações, imagens ou símbolos para influenciar atitudes e opiniões em determinadas audiências – para consolidar essa compreensão do Brasil como uma nação marítima. Um dos exemplos citados por Carvalho (2020), foi sobre o crime ambiental relacionado ao derramamento de óleo na costa brasileira no segundo semestre de 2019. Nesse caso, a MB nomeou toda a operação de limpeza das praias de “Amazônia Azul”, valendo-se desse crime dramático para sensibilizar diversos atores nacionais sobre a necessidade de se reforçar a imanente identidade marítima brasileira (CARVALHO, 2020).

Isto é, a ideia de uma Amazônia Azul se tornou uma ferramenta relevante da Marinha para influenciar as atitudes e opiniões de determinados setores da sociedade e do governo, buscando, assim, moldar os comportamentos para promover seus interesses e políticas. Além do mais, se trata de um conceito que contribui para redefinir a identidade nacional, reincorporando uma consciência marítima e o espaço oceânico do Atlântico Sul na identidade nacional do Brasil. Isto possibilitaria, sobretudo, a promoção de uma estratégia marítima (CARVALHO, 2019).

A Amazônia Azul é uma metáfora, pois existe uma apropriação semântica de um outro conceito profundamente enraizado no imaginário da sociedade brasileira e na identidade nacional, a Amazônia. A Amazônia ou Amazônia Verde<sup>164</sup> é reconhecida nacionalmente por ser rica em recursos naturais e faz parte de um imaginário patriótico que resgata a ideia constitutiva da nação brasileira, no qual projeta o Brasil como país do futuro<sup>165</sup>. Existe também uma conscientização nacional expressiva no que tange a garantia da soberania nacional sobre este território.

A pesquisa de opinião intitulada Percepções sobre Amazônia, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) em agosto de 2019 nos demonstra como

---

<sup>164</sup> A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo e possui o maior reservatório de água doce do mundo. Possui o maior banco de diversidade biológica do mundo e vasto depósito mineral. Apresenta baixa densidade populacional e é um importante laboratório natural para pesquisas. Além disso, é uma região que atrai uma série de atividades extrativistas destrutivas ao meio ambiente. A Amazônia está dividida entre nove países da América do Sul (Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname), mas a maior parte se encontra no Brasil. A Amazônia brasileira cobre uma área total de 4.196.943 km<sup>2</sup>, aproximadamente 49% de seu território. Ainda, a Amazônia absorve e armazena grande quantidade de carbono, sendo importante para o equilíbrio climático do mundo (CARVALHO, 2019).

<sup>165</sup> A ideia do Brasil como um país do futuro foi desenvolvida pelo autor austríaco Stefan Zweig em seu livro “Brasil, País do Futuro”. O sucesso da obra foi expressivo, transformando o seu título em uma espécie de expressão que qualificava o país (DINES, 2004).

esse território faz parte da identidade nacional. Nessa pesquisa é apontado que 88% dos entrevistados têm a Amazônia como motivo de orgulho nacional e 95% afirmam que a preservação da mesma é essencial para a manutenção desse orgulho. Além disso, 94% dos entrevistados acreditam que preservar a Amazônia é fundamental para a identidade do Brasil, 97% concordam que preservar a Amazônia é essencial para a saúde do meio ambiente no Brasil, 87% concordam que preservar a Amazônia é essencial para a economia brasileira e 93% estão preocupados com o desmatamento ilegal (CARVALHO, 2019).

Como já observado por Bueno (2002, p. 6), “a palavra Amazônia tem correspondente imediato na mente da maioria das pessoas. Quase todos os brasileiros, ao menos ouviram falar dela e, dentre esses, poucos não saberiam dizer que imagem lhes vem à cabeça quando o nome “Amazônia” é pronunciado”.

Dessa forma, essa transferência semântica da Amazônia para o espaço oceânico busca transportar também o peso que a Amazônia exerce no ideário nacional e militar, sendo o símbolo maior do mito da grandeza (PIMENTEL, 2015). Esse empréstimo semântico visa promover a conscientização da população brasileira do espaço oceânico a partir da consciência já adquirida sobre a Amazônia, para em seguida, fazer com que o Brasil se identifique como uma nação marítima.

Portanto, podemos afirmar que o conceito de Amazônia Azul faz parte da construção simbólica do espaço e que nesse caso, enfatiza a importância estratégica dos recursos marinhos para o Brasil e a necessidade de sua defesa. Para Pimentel (2018, p. 45), “os recursos naturais, romantizados por narrativas que sempre enfatizam a grandeza e a exuberância natural do país como um dos pilares da nacionalidade brasileira, tornaram-se os referentes essenciais da missão militar”. Assim, o conceito de Amazônia Azul projeta essa ideia de que o Brasil tem o destino de ser grande, tendo o espaço oceânico como motor do desenvolvimento. E, conseqüentemente, seria identificado como “país do futuro” (MATTOS; MATOS; KENKEL, 2017).

Esse debate sobre a noção de que o Brasil tem a responsabilidade de resguardar a paz e a segurança o Atlântico Sul<sup>166</sup> e de proteger os recursos tem ganhado fôlego principalmente após as descobertas de petróleo e gás no *offshore* brasileiro em 2006 (ADOGAMHE, 2019). A notícia da descoberta e a possibilidade do país se tornar autossuficiente em petróleo passou

---

<sup>166</sup> O Brasil busca ampliar seu raio de atuação a leste, tendo seus interesses projetados para além da Amazônia Azul, abrangendo o Atlântico Sul como um todo (ABDENUR; SOUZA-NETO, 2014; ADOGAMHE, 2019). Ver capítulo 2.

rapidamente a ser estampada em diversos jornais nacionais, contribuindo, assim, para a intensificação desse debate internamente (LADISLAU, 2017).

A importância do petróleo pode ser observada através da pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Gallup de Opinião em 1997 e pelo Instituto Análise em 2011. Na pesquisa de 2011, dentre os recursos do mar, praticamente quatro em cada dez entrevistados afirmaram que os recursos vivos como peixes e algas são os mais importantes. No segundo lugar, ficou a extração de recursos minerais, bem como petróleo e gás. No que tange a situação do setor marítimo, a extração de petróleo é a que melhor se encontra avaliada pela população e na pior situação está o controle da poluição das praias, como pode ser observado na tabela abaixo (Tabela 1) (FERNANDES, 2012).

De acordo com Silva, Leão e Almeida (2013), essa descoberta do pré-sal permitiu o surgimento de uma consciência nacional da necessidade de defesa do patrimônio oceânico brasileiro. Nas palavras de Pimentel (2015, p. 131) “a abundância de recursos naturais, em especial do petróleo, com considerável influência no imaginário nacional, aumenta a percepção de possíveis ameaças no Atlântico Sul”. Portanto, a existência de recursos pode ser compreendida não apenas como uma fonte de riqueza, mas também de ameaças percebidas, a partir de uma lógica hobbesiana de anarquia<sup>167</sup> (PIMENTEL, 2015).

Tabela 1 - Situações em que se encontram o setor marítimo (em melhor situação)

	<b>1997</b>	<b>2011</b>
Extração de petróleo	58%	66%
Turismo marítimo	34%	38%
Pesquisa do mar	23%	37%
Construção de navios brasileiros	18%	27%
Indústria da pesca em alto-mar	23%	19%
Marinha de Guerra	24%	17%
Controle de poluição das praias	20%	16%
Marinha Mercante	21%	15%
Funcionamento dos portos	19%	14%
Controle da poluição do mar	19%	10%

Fonte: FERNANDES, Luiz Philipe da Costa; CEMBRA. *O Brasil e o Mar no Século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do país*. Niterói: Cembra, p. 449, 2012.

Abdenur e Souza Neto (2013) afirmam que a campanha da Amazônia Azul se pauta na ideia de que esses recursos trazem novas responsabilidades de segurança no Atlântico Sul

<sup>167</sup> Para mais informações sobre as lógicas da anarquia, ver Wendt (2012).



para o Brasil. Dessa forma, a campanha foca na concepção de que novos recursos marítimos atraem atenção de outras potências e de ameaças não tradicionais, por isso é defendido a necessidade de uma maior presença e atuação do Brasil nesse espaço.

Contudo, esse discurso geopolítico popular sobre a existência de uma Amazônia Azul que possibilita a criação de um imaginário nacional acerca desse espaço não é neutro, mas representa a vontade política da Marinha do Brasil de destacar a importância do Atlântico Sul, para justificar a demanda por novos investimentos no seu reaparelhamento e manutenção das suas capacidades (ABDENUR; SOUZA NETO, 2013; PIMENTEL, 2015). Nas palavras de Pimentel (2018, p. 47):

O conceito de “Amazônia Azul” seria balizador do debate contemporâneo sobre a estratégia militar no entorno marítimo brasileiro; na prática, representa um recurso discursivo para reposicionar a Marinha no jogo interburocrático das hierarquias políticas, sobretudo em questões orçamentárias, refuncionalizando a instituição no projeto de país.

Esse discurso do projeto da Amazônia Azul parte de uma premissa lógica de que a existência de um espaço com recursos é a causa da necessidade de presença militar. Na visão de Costa (2017, p. 40), esse discurso se utiliza da pressuposição: “a ação militar como instrumento de conquista e manutenção de riqueza”. Dessa forma, esse tipo de discurso acaba por naturalizar a existência das Forças Armadas e oculta a ideologia e a ação política que envolve um projeto de busca de centralidade e de disputa por recursos materiais e simbólicos (COSTA, 2017).

Ainda que o objetivo dessa dissertação não seja abordar com detalhe a relação entre Forças Armadas, Estado e sociedade no contexto brasileiro, devemos ressaltar que as Forças Armadas são relevantes atores políticos e, portanto, seus discursos de construção de mundo partem de algum viés ou visões de mundo. Assim, não existem necessidades e objetivos nacionais que são naturais, mas são categorias que envolvem disputas políticas, incluindo disputas que podem ser colocadas entre as três Forças. O caso do projeto da Amazônia Azul trata-se de uma estratégia de médio, longo prazo da Marinha do Brasil com o objetivo de recolocar no debate público nacional questões relacionadas à defesa e à segurança do Atlântico Sul, para então, mobilizar a atenção dos atores nacionais de forma a angariar recursos (COSTA, 2017).

A criação de uma “segunda missão amazônica” justificaria uma maior presença por meio de projeto de modernização e aumento das forças navais<sup>168</sup>, assim como, colaboraria no processo de estabelecimento de uma mentalidade nacional de defesa que visa a proteção dos recursos naturais sob jurisdição do Brasil (ABDENUR, SOUZA NETO, 2013; PIMENTEL, 2015).

Esse projeto possibilita criar convergências de convicções e de atuação favoráveis aos objetivos da Marinha, entretanto, é um discurso geopolítico ambivalente. Ao mesmo tempo que tenta naturalizar convicções sobre o oceano, ele também leva ao debate público discussões anteriormente restritas ao ambiente militar e diplomático. Uma vez que esses discursos passam a circular na cultura popular por meio das mídias, os produtores dos textos, em especial aqueles associados à Marinha do Brasil, renunciam ao processo de controle semântico desse discurso (COSTA, 2017). Como já argumentado no capítulo 1, é no campo do consumo que os textos são interpretados. Caberá à audiência ou ao público reforçar, ressignificar ou questionar esses discursos geopolíticos<sup>169</sup>.

O conceito de AZ aqui discutido já faz parte da cultura da Marinha do Brasil, sendo frequentemente utilizado em discursos, notas, anúncios e documentos oficiais. De modo mais amplo, ele é utilizado seja em comunicações internas ou externas à Marinha (CARVALHO, 2019). Nesse sentido, a Marinha do Brasil registrou a marca “Amazônia Azul”<sup>170</sup>, buscando garantir uma segurança jurídica sobre o termo (SOUZA, 2014).

Apesar de reconhecermos a importância do papel da Marinha do Brasil, deve ser lembrado também que a iniciativa de popularizar o termo AZ e construir um imaginário geopolítico em torno do mesmo não fica restrita apenas no âmbito interno da Marinha, havendo atividades mais amplas, como por exemplo, a criação do Dia da Amazônia Azul<sup>171</sup>, pela Lei nº 13.187 de 11 de novembro de 2015, ficando estabelecido no Artigo 1º que a comemoração desse dia em todo território nacional será no 16 de novembro. Esse dia faz uma alusão à entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar que

<sup>168</sup> Esse projeto tem demandado por novos investimentos em capacidades navais voltado para o desenvolvimento de uma força de dissuasão e de uma força tática ágil, atuante em locais para além da costa brasileira – essencialmente uma marinha de águas azuis (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

<sup>169</sup> Apesar de reconhecermos que a interpretação do texto é feita no campo da audiência, essa dissertação não se dedicará ao estudo desta.

<sup>170</sup> De acordo com Souza (2014, p. 25), “a marca “Amazônia Azul” foi registrada pela Diretoria de Marcas (DIRMA) do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) como evento cultural e político oficial da Marinha do Brasil, de acordo com a Nota Técnica no 032/2008, de 14 de agosto de 2008, da INPI/DIRMA”.

<sup>171</sup> Segundo o Plano de Comunicação Social da Marinha do Brasil (2016), no Dia da AZ, o Centro de Comunicação Social da Marinha deve produzir e enviar até o dia 9 de novembro, um Press-Release sobre o evento para a imprensa (jornais e rádios). Esse mesmo órgão deve produzir uma matéria sobre a data comemorativa para ser veiculada na página da MB da internet/intranet.

ocorreu em 1994. A criação do Dia Nacional da Amazônia Azul serve também para lembrar os cidadãos brasileiros da importância desse espaço, o incluindo na identidade nacional.

Como podemos observar, o conceito de Amazônia Azul e o Promar fazem parte de um projeto consciente capitaneado pela Marinha do Brasil que tenta influenciar na atitude da sociedade brasileira em relação ao mar e na tomada de decisão estratégica. Se trata de um projeto capaz de “criar uma consciência marítima nacional necessária para afirmar o Brasil como uma potência marítima” (CARVALHO, 2019, p. 98).

O Promar, por sua vez, atua na conscientização da sociedade em três níveis de inserção. O primeiro busca desenvolver ações de comunicação estratégica que estimule a consciência coletiva nacional para o fato de que o Brasil teve seu início pelo mar e com ele deve buscar sua realização plena. Em sequência, busca-se uma maior atuação no nível dos atores governamentais, tendo como intuito principal a promoção de um pensamento estratégico marítimo nacional que fomente políticas públicas que envolva o mar. O terceiro e último nível enfatiza os homens e mulheres do mar. Esse nível busca estimular “o sentimento de pertencimento desses atores à comunidade marítima brasileira e sua interação sinérgica em prol dos interesses nacionais” (BRASIL, 2020, p. 84).

No sítio eletrônico desse programa, podemos encontrar a descrição de suas metas e de seu público-alvo. As cinco metas do Promar são:

Propor a inclusão de temas ligados ao mar nas grades curriculares de ensino; incrementar a realização de exposições itinerantes, entrevistas, filmes e palestras sobre o assunto do mar; ampliar a distribuição de material de divulgação das atividades da CIRM; aumentar para 2,5 milhões o número de pessoas alcançadas anualmente por ações relacionadas à promoção da mentalidade marítima; e capacitar multiplicadores em Cultura Oceânica e divulgar as melhores práticas (BRASIL, 2020d)

Assim, essas metas são destinadas para o seguinte público-alvo:

Membros dos poderes federal, estadual e municipal; formuladores de políticas e tomadores de decisão; comunidade científica e servidores públicos; professores e estudantes do País; comunicadores e formadores de opinião; e a população em geral, em particular os jovens (BRASIL, 2020d)

Observa-se nesse programa, além da atuação junto aos tomadores de decisão em diferentes esferas, um interesse expresso nas atividades educacionais e culturais voltadas para o público jovem. Essa linha de ação demonstra um interesse não apenas de médio prazo, mas também de longo prazo, pois essas iniciativas visam atingir todo um processo de formação cognitiva do indivíduo em sua juventude – trata-se de discursos geopolítico que atingem uma audiência geralmente em idade escolar e em formação cognitiva.

Diversas iniciativas educacionais têm sido realizadas em nível interministerial através da CIRM. Por exemplo, dentro dessas iniciativas destaca-se o projeto capitaneado pela

Marinha do Brasil e o Ministério da Educação, que envolveu a publicação de livros didáticos cujo foco central era o espaço oceânico brasileiro. Os livros didáticos possibilitam atingir uma audiência em idade de formação e em âmbito nacional, dependendo de sua tiragem e distribuição. Essa coletânea teve como títulos “O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro” e “A Importância do Mar na História do Brasil”. O primeiro desses foi lançado em 2005 com tiragem inicial de 177 mil exemplares, já o segundo é de 2006 com uma tiragem inicial de apenas 1 mil exemplares (BRASIL, 2005a; BRASIL, 2006).

As duas publicações mencionadas acima fazem parte da coleção *Explorando o Ensino* e foram distribuídas para professores das disciplinas de geografia e história que atuam no nível do ensino fundamental e médio (MATTOS; MATOS; KENKEL, 2017). No livro de geografia (2005a) são introduzidas discussões sobre a Amazônia Azul; o pleito do reconhecimento das águas jurisdicionais do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; a Mentalidade Marítima da sociedade brasileira; as ilhas oceânicas do Brasil; o ecossistema costeiro; as riquezas relacionadas aos recursos desse espaço; e outros temas relacionados aos fenômenos oceanográficos e climatológicos (BRASIL, 2005a).

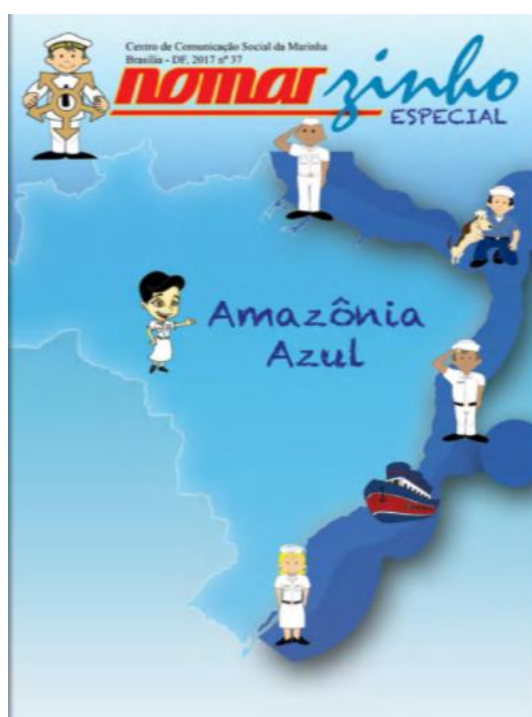
Já o livro de história (2006) tenta apresentar uma história que ressalte os aspectos que envolvem o oceano na construção da nação. Dessa forma, são discutidos temas como a história das navegações e a expansão marítima europeia, passando pelo período de colonização do Brasil. Além disso, buscam demonstrar os conflitos internos e externos em que o mar teve papel preponderante. Assim como no livro de geografia, este livro também introduz os limites do mar brasileiro (BRASIL, 2006). Esses dois livros buscam ressaltar a importância histórica, econômica e estratégica desse espaço. Esse material apresenta uma série de representações do espaço sul-atlântico, podendo, assim, reforçar a conscientização sobre o mar e contribuir no processo de formação de uma identidade marítima nacional.

Além do lançamento de publicações, a Marinha do Brasil, em conjunto com a CIRM, tem promovido exposições itinerantes sobre a Amazônia Azul e a presença brasileira na Antártica. Essas exposições contam com “maquetes, roupas especiais, equipamentos, banners, moto de neve, réplica de pinguins em fibra. Conta ainda, com equipamentos multimídia para exibição de filmes e reportagens sobre o Continente Antártico, e as ilhas oceânicas” (BRASIL, 2020b). Essas exposições buscam possibilitar aos visitantes a experiência de conhecer o lugar onde os militares e pesquisadores realizam seus trabalhos nas ilhas oceânicas e na Antártica. Somado a isso, são realizadas também palestras em colégios e universidades e seminários científicos, buscando criar essa mentalidade. É estimado que o Promar realize anualmente, 40 exposições e 30 palestras (SOUZA, 2019).

Além das iniciativas indicadas acima, também são disponibilizadas atividades educacionais para o público infantil, como peças de teatro, espetáculos, exibição de filmes e materiais de divulgação que destacam a relevância da Amazônia Azul e da Antártica (CARVALHO, 2019). Um dos exemplos de publicação produzidas pelo Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM) é o folheto denominado *Nomarzinho*. Esta publicação envolve jogos educativos para as crianças sobre o tema do mar, como jogo dos sete erros, caça-palavras, descubra-palavras, e formação de palavras, também relacionadas às temáticas marítimas<sup>172</sup>. Trata-se de uma publicação que procure introduzir temáticas ligadas ao mar de maneira lúdica e acessível ao público-alvo.

A edição 37 do *Nomarzinho* (Figura 8) lançada em 2017 aborda em sua parte informativa o conceito de Amazônia Azul e a sua importância ambiental, econômica, estratégica e científica para o Brasil. É ressaltada ainda a necessidade de proteção das riquezas da Amazônia Azul e é afirmado que cabe a Marinha do Brasil o papel de defesa desse espaço.

Figura 8 - *Nomarzinho* Especial Edição 37: Amazônia Azul



Fonte: BRASIL. Comando da Marinha. Centro de Comunicação Social da Marinha. Amazônia Azul. *Nomarzinho*, Brasília, DF, n. 37, 2017.

Como já discutido no primeiro capítulo, os mapas são discursos sobre o espaço capazes de representá-lo. Eles são produtores e reprodutores da iconografia da fronteira que

<sup>172</sup> Temáticas sobre a Amazônia Azul, a Antártica, o Dia do Marinheiro, do Peacemaker, do Fuzileiro Naval, a Batalha Naval do Riachuelo, Navios e submarinos são frequentemente publicados no *Nomarzinho*.

possuem a capacidade de delimitar o campo interno e o externo. Como afirmado por Dodds (1994), a cartografia envolve contribuições da geografia e da geopolítica para a reivindicação de território e recursos e para a legitimação da soberania territorial. Dessa forma, a capa desse folheto apresenta um mapa que também representa o espaço de uma forma específica, nesse caso, retratando o mapa do Brasil incluindo as áreas marítimas reivindicadas na CNUDM. Assim, essa iniciativa contribui para a construção simbólica desse espaço na sociedade brasileira.

Além dos livros didáticos e da cartografia, outras formas de objetivação do conhecimento geográfico, como atlas geográficos são formas de representar o espaço (Ó'TUATHAIL, 1994). Visto isso, destacaremos a publicação do “Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil” pelo IBGE e pela MB. Dentre o vasto conteúdo desse material (história do Brasil nos mares e mapas das características geológicas, oceanográficas, dos ecossistemas, humanas e estratégicas), enfatizaremos a seção 2 que explica o “Mapa Geopolítico Brasileiro”. Esse mapa foi enfatizado pois ele é utilizado de base, sendo reproduzido em todo o restante do Atlas (IBGE, 2011).

De acordo com esse Atlas, o mapa geopolítico do Brasil abrange a América do Sul e parte do oceano Atlântico adjacente a costa e um pequeno pedaço do oceano Pacífico. Esse mapa apresenta dados de hidrografia, da divisão política do Brasil e demais países da América do Sul, capitais nacionais e os limites marinhos do Estado brasileiro (Figura 9).

Além disso, esse mapa permite perceber o “processo de assimilação da costa brasileira e de sua plataforma continental enquanto extensão natural e histórica do Território Nacional, fato que legitima a projeção política do País na América do Sul e no mundo como potência não só continental como marítima” (IBGE, 2011, p. 29). Esse tipo de discurso geopolítico, de forma recorrente, procura desenvolver uma mentalidade marítima nacional “natural” através do resgate de características históricas e da geografia física que constituem a identidade nacional e o território nacional, para então, justificar essa projeção do Brasil como uma potência marítima<sup>173</sup>.

---

<sup>173</sup> Essa perspectiva histórica é adotada no sentido de se utilizar de um discurso que ressalte o fato da colonização portuguesa nas américas terem sido feita pelo mar e das diversas guerras lutadas, que permitiu a manutenção do território nacional. Além disso, é frequentemente afirmado que a história do Brasil e seu destino se subordinam “à manutenção da mentalidade marítima portuguesa original” (VIDIGAL, et. al., 2006, p. 24). Desse modo, faz-se uso de uma narrativa que tenta naturalizar a mentalidade marítima brasileira, fazendo ligações com a sua geografia física e a sua herança recebida de Portugal. Vemos isso na frase de Vidigal et. al. (2006, p. 31) “a nossa histórica mentalidade marítima, pois é, desde sempre, parte integrante da natureza de nossa gente”. Contudo, notamos que esse processo de construção de uma identidade marítima nacional se baseia em um pensamento geopolítico clássico, onde são utilizados da construção de mitos nacionais a partir de um

Figura 9 - Mapa Geopolítico do Brasil



Fonte: IBGE. *Atlas geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, p. 30.

Além de publicações voltadas para o público infantil ou em idade escolar, esse discurso geopolítico também é difundido para a sociedade por meio das diversas das visitas aos museus e espaços culturais, das visitações pública à navios atracados nos portos, das cerimônias navais abertas, das palestras, exposições e concursos, como é o caso dos concursos

---

reforçamento de uma história nacional e de um determinismo geográfico, onde os aspectos físicos do território irão guiar os comportamentos do Estado.



de redação Amazônia Azul<sup>174</sup>. Durante esses eventos, são muitas vezes realizadas atividades como a exibição de vídeos institucionais e distribuição de folders de divulgação (BRASIL, 2016). Além disso, são produzidas publicações voltadas para o público em geral, tais como os periódicos *Nomar*, o *Infocirm*<sup>175</sup> e o *Marinha em Revista*. Assim como, diversos outros canais de comunicação oficial, como as páginas e canais da Marinha do Brasil na internet.

A Marinha do Brasil também tem se empenhado em interagir nas redes sociais<sup>176</sup>, possuindo uma página do Facebook com aproximadamente 1.761.240 milhões de seguidores; um canal no Youtube com 207.000 mil seguidores, um perfil no Instagram com 890 mil seguidores; uma conta no Twitter com 582.700 mil seguidores; e uma página no Flickr com 1,1 mil seguidores<sup>177</sup>. Além disso, foi criado um aplicativo “Rádio Marinha” para smartphones e tablets para facilitar o acesso às notícias e informações da MB. Neste aplicativo estão se tem acesso a Rádio Marinha<sup>178</sup> e os links da página do Facebook e Twitter (BRASIL, 2014).

Essas redes sociais mantem a emissão de postagens frequentes sobre notícias, fotografias e vídeos<sup>179</sup> sobre as atividades da Marinha e temas relacionados ao Oceano Atlântico Sul e a Antártica, direcionadas a uma audiência específica. No entanto, deve ser lembrado que devido às especificidades do contexto socioeconômico e cultural brasileiro,

---

<sup>174</sup> Até o presente momento foram realizados dois concursos organizados pela Sociedade Amigos da Marinha (SOAMAR) do Rio de Janeiro em conjunto com a Fundação CESGRANRIO. A cerimônia de premiação do primeiro ocorreu dia 15 de março de 2019 e o segundo no dia 19 de outubro de 2020 (BRASIL, 2019; SANTOS, 2020). As inscrições do 3º concurso foram lançadas no dia 17 de março de 2021, com divulgação no canal de televisão Rede Globo do Rio de Janeiro.

<sup>175</sup> Infocirm é um jornal de divulgação das atividades na Amazônia Azul e na Antártica com uma tiragem de 3.000 mil exemplares impressos, sendo enviado para 10.000 mil endereços eletrônicos (SOUZA, 2019).

<sup>176</sup> Em pesquisa encomendada pelo Centro de Comunicação Social da Marinha para a Fundação Getúlio Vargas, foi observado que o Whatsapp e o Facebook são as redes sociais mais acessadas pelos entrevistados diariamente. O Whatsapp é acessado diariamente por 65% dos entrevistados, seguido pelo Facebook com 64%, o Youtube com 36%, Instagram 21%, Twitter 13% e Flickr, 3% (BRASIL, 2016).

<sup>177</sup> Esses números foram extraídos no dia 03 de março de 2021.

<sup>178</sup> A Rádio Marinha, além de ter um aplicativo, está disponível online no site da MB e em diversas frequências FM em cidades como São Pedro da Aldeia (RJ), Corumbá (MS), Natal (RN), Manaus (AM), Rio Grande (RS) e Belém (PA). É uma ferramenta de divulgação do CCSM que funciona desde 22 de fevereiro de 2011 e serve para aprimorar o conhecimento da sociedade brasileira acerca das atividades da MB. “Ela é uma rádio educativa que busca difundir a mentalidade marítima em assuntos de defesa, o conceito de soberania nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, conhecidas como “Amazônia Azul”, além de conquistar voluntários para a carreira naval” (BRASIL, 2021a).

<sup>179</sup> São postados vídeos sobre diversos conteúdos, como de notícias; de cerimônias de comemorações oficiais como posses, Dia da Independência, formaturas, aniversário das forças e de dias como Marítimo Internacional, do Marinheiro, dos Veteranos e da Amazônia Azul entre outros; vídeos de diversas operações; de mensagem do Comandante da Marinha; de visitas de autoridades; de workshops; de diversos simpósios que debatem temáticas como ZOPACAS, Amazônia Azul, Economia do Mar, etc; de entrega de premiações, como o prêmio Almirante Álvaro Alberto para Ciência e Tecnologia e o prêmio do concurso de redação Amazônia Azul; e de um documentário sobre a Amazônia Azul com 46 mil visualizações.



essas mídias não atingem a população como um todo, impossibilitando a formação de uma consciência marítima nacional apenas por meio dessas<sup>180</sup>.

Com o intuito de ampliar essa audiência, a Marinha também tem dialogado com canais televisivos – visto que esse tipo de plataforma de comunicação aparece como primeira opção entre os outros meios mais utilizados pelos entrevistados (71% assistem diariamente)<sup>181</sup> – sendo produzidas reportagens para divulgar não apenas o conceito de Amazônia Azul, mas sobre a sua atuação como um todo. Em período recente, podemos citar alguns programas de televisão que fizeram matérias de reportagem em conjunto com a Marinha do Brasil. Dentre estes, destaca-se a atuação da equipe do programa *Domingo Espetacular* da TV Record, que acompanhou um exercício conjunto entre a Marinha do Brasil e a da França de dentro Navio Aeródromo Multipropósito *Atlântico*<sup>182</sup>. Nessa reportagem foi apresentado o conceito de Amazônia Azul e a importância da atuação da Marinha do Brasil na proteção desse espaço (CONHEÇA, 2019).

Esse mesmo programa também fez uma reportagem retratando uma viagem à Ilha da Trindade, incluindo a presença de militares da Marinha e pesquisadores civis. Durante a reportagem foram apresentadas ações militares a bordo do navio patrulha oceânico *Amazonas*, pesquisas desenvolvidas na ilha, as riquezas, assim como uma breve explicação do conceito de Amazônia Azul. A reportagem mencionada é encerrada com imagens de uma cerimônia de hasteamento da bandeira nacional brasileira pelos militares ao som do hino nacional, com o narrador afirmando: “enquanto houver brasileiros em Trindade, a despeito de toda e qualquer distância, aquele lugar atenderá pelo nome de Brasil” (ILHA, 2017).

Esse tipo de ritual onde uma bandeira nacional é hasteada e o hino nacional tocado é transmitido no cotidiano dos cidadãos e acaba por reforçar e reproduzir a ideia de um “eu nacional” comum. Esse é um tipo de ritual que sinaliza a ideia de nação para os seus indivíduos, servindo para que estes comecem a demarcar o que é entendido como “nosso” e o

---

<sup>180</sup> Dentre as especificidades, destaca-se que segundo dados de 2019 do IBGE, apenas 82,7% dos domicílios no Brasil possuem acesso à internet, estando estes concentrados principalmente nas áreas urbanas das grandes regiões do país (IBGE, 2019).

<sup>181</sup> De acordo com a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas que teve início em dezembro de 2014, já citada nesse trabalho, o primeiro canal de comunicação de acesso diário pelos entrevistados é a televisão, seguindo por internet (50%), rádio FM (37%), jornais (16%), rádio AM (15%) e revistas (10%). Nas conclusões dessa pesquisa, é afirmado que a televisão, a internet e o rádio FM são excelentes veículos de comunicação, pois parcela significativa dos entrevistados os acessam diariamente. Além disso, é sugerido que as redes sociais sejam melhor exploradas, pois elas são excelentes para a propagação de informações (BRASIL, 2016).

<sup>182</sup> Inicialmente batizado como Porta-Helicópteros Multipropósito (PHM) *Atlântico*, foi reclassificado como “Navio Aeródromo Multipropósito” em novembro de 2020.

que é entendido como “deles”. Nesse caso, o “nosso” seria parte da Amazônia Azul e a Ilha de Trindade.

O Documento Band, programa vinculado à Rede Bandeirantes de Televisão, também gravou uma reportagem onde a sua equipe viajou a bordo do navio hidrográfico *Sirius* da MB em direção as Ilhas da Trindade. Esse programa buscou enfatizar os trabalhos realizados nas ilhas pela Marinha e pelos pesquisadores das Universidades. Assim como a reportagem da TV Record, foram apresentados o conceito de Amazônia Azul, o mapa do espaço no Atlântico Sul reivindicado pelo Brasil e as riquezas existentes nesse espaço (DOCUMENTO, 2020). Como bem apontado por Billing (1995), essa reprodução constante de um mapa do território nacional na televisão e em outras mídias, reforça, de certa forma, a identidade nacional dos cidadãos. Assim, os indivíduos passam a compreender aquele espaço como “nosso”.

Outros exemplos encontrados de programas que divulgavam o valor do mar para o Brasil foram no canal TV Globo. O primeiro deles foi o programa Globo Mar, sendo um “programa jornalístico totalmente gravado no mar, para mostrar a riqueza e a vida no extenso litoral brasileiro”<sup>183</sup>. O programa contava com episódios de 25 minutos veiculados às quintas feiras antes do Jornal da Globo. Foram apresentadas quatro temporadas entre os dias 08/04/2010 e 10/06/2010; 07/04/2011 e 30/06/2011; 05/04/2012 e 15/06/2012; 04/04/2013 e 27/06/2013 (GLOBO, 2021).

O programa foi apresentado pelos jornalistas Ernesto Paglia, Mariana Ferrão, Glenda Kozlowski e Poliana Abritta, e foram abordados temas relacionados a vida no mar, esportes marítimos, meio ambiente, litoral nordestino, águas do norte, diversidade no sul, litoral fluminense, pesca, gigantes dos mares, peixes nobres, viagens internacionais e o mundo naval (GLOBO, 2021).

Durante a segunda temporada, na temática do mundo naval, destacamos o acompanhamento das pesquisas científicas em abrolhos, havendo também um mergulho com a participação da apresentadora Glenda e do ator convidado Thiago Lacerda; o acompanhamento da rotina no submarino Tamoio e de um exercício dos mergulhadores da Marinha; uma viagem na costa brasileira com o navio-veleiro da Marinha, Cisne Branco; e a viagem no Atlântico Sul do Rio de Janeiro até as Ilhas Trindade, na fronteira leste do Brasil no Atlântico Sul, a bordo na fragata Greenhalgh (GLOBO, 2021).

---

<sup>183</sup> Apesar do foco central ser nas águas jurisdicionais brasileiras, o programa também foi gravado em Portugal, no Mar do Caribe, Cabo da Boa Esperança e no Mar da Noruega.

Um outro programa da Rede Globo de grande audiência nacional, transmitido nos domingos à tarde, é o Programa do Caldeirão do Huck. Em um programa no dia 28 de novembro de 2018, o apresentador Luciano Huck afirma possuir uma parceria com a Marinha do Brasil, envolvendo a realização de matérias jornalísticas em conjunto<sup>184</sup>. Nesse mesmo programa, o apresentador comemora o Dia da Amazônia Azul, que ocorreu no dia 16 de novembro. Além do mais, foi apresentado para o público o conceito de Amazônia Azul, as suas riquezas de modo geral e a sua dimensão (LUCIANO 2018).

No mesmo programa, foi ressaltado ainda que a preservação e defesa da AZ pela MB é uma questão importante de soberania nacional. Com base nesse entendimento, foi transmitida a ideia de que a sociedade brasileira necessita conhecer esse patrimônio, e de acordo com o Huck: “só assim a gente vai conseguir garantir a posse de um tesouro incalculável que pertence ao Brasil, a todos os brasileiros e que a gente tem que preservar” (LUCIANO, 2018). Essas reportagens colaboram na representação do espaço, o desenhando como uma área rica em recursos, cabendo o Brasil defendê-lo e preservá-lo. Além das reportagens específicas, é importante destacar que oficiais da MB participam de entrevistas para diversos meios de comunicação e tem também publicado artigos de opinião sobre o tema em jornais e revistas (CARVALHO, 2004; CARVALHO, 2005; CARVALHO, 2005a; CALDAS-JÚNIOR, 2021). A imprensa, em suas matérias, muitas vezes, utiliza o Press-Release emitidos pela MB ou entram em contato direto com a instituição.

Na estruturar organizacional da MB, o órgão responsável pela comunicação social é o CCSM, criado em 1961<sup>185</sup>. Trata-se do órgão que administra e produz esses conteúdos nas redes sociais e outros materiais publicitários. Além de manter contato com outros órgãos da imprensa.

Esse órgão segue os seguintes “objetivos permanentes”, de acordo com o Manual de Comunicação Social da Marinha:

Zelar pela imagem e pela reputação da Marinha do Brasil; fortalecer a convicção e coesão do público interno; aproximar a Marinha do Brasil da sociedade brasileira; aumentar a percepção da sociedade sobre a importância do mar e das águas interiores para o país; aumentar a percepção da sociedade sobre a importância das atividades desenvolvidas pela Marinha do Brasil; contribuir para a capacitação de recursos humanos; contribuir para a captação de recursos orçamentários; contribuir

---

<sup>184</sup> Antes desse programa, o apresentador Luciano Huck já havia exibido uma reportagem sobre o retorno ao continente de militares brasileiros que estavam em missão na Ilha da Trindade, no dia 15 de setembro de 2018 (LUCIANO, 2018a). Merece destaque também que na comemoração dos 20 anos do Programa do Caldeirão do Huck em 2020, foram reexibidas as matérias de 2017 e 2019, onde o apresentador acompanhou o trabalho de militares da Marinha do Brasil na missão de paz no Líbano e na Amazônia, respectivamente (CALDEIRÃO, 2020; CALDEIRÃO, 2020a).

<sup>185</sup> Maiores informações sobre o CCSM, ver: (BRASIL, 2021b).

para o fortalecimento da capacidade da Marinha do Brasil na gestão de crises (BRASIL, 2018a, p. 3-5).

Já o Plano de Comunicação Social da Marinha para 2016 aponta como um dos objetivos gerais da comunicação social da MB, desenvolver as convicções do público externo (consumidores, concorrentes, imprensa, governo, comunidade e público em geral) sobre a MB através de algumas ações:

Tornar a Marinha mais conhecida da sociedade; incrementar a política de transparência com a sociedade e no trato com a imprensa; estimular o interesse da população pelos temas relativos à atuação da Marinha, bem como buscar o desenvolvimento de uma consciência marítima do País; e buscar, de modo proativo, a divulgação das atividades da Marinha nos meios de comunicação de massa, por mídia espontânea (BRASIL, 2016, p. 1).

Nesse mesmo Plano, ficou estipulado que a Comunicação Social da Marinha deve se empenhar na divulgação do conceito de “Amazônia Azul”, por meio da criação e publicação de artes sobre o tema. Fica estipulado, ainda, que essas ações de comunicação devem apresentar em seus materiais, o mapa do Brasil contendo, em tons diferentes de azul, a ZEE e a área pleiteada junto à CLPC da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Essas peças devem apresentar o símbolo da marca registrada “R” ao lado da expressão Amazônia Azul (BRASIL, 2016).

Além desses exemplos supracitados de discursos geopolíticos populares, ressaltaremos que diversos discursos formais relacionados aos estudos sobre a geopolítica dos espaços oceânicos, também chamado de Oceanopolítica, passaram a ser desenvolvidos, e correlacionados com a ideia de Amazônia Azul (BARBOSA-JÚNIOR, 2012; CARVALHO, 2019). Em livro publicado pelo Almirante Ilques Barbosa Júnior<sup>186</sup> (2012) sobre a Amazônia Azul, é defendida a necessidade de aprofundamento no Brasil do estudo de Oceanopolítica, com objetivo de aperfeiçoar as políticas nacionais voltadas para os oceanos.

Concomitantemente, Barbosa Júnior (2012) traça paralelos entre o conceito de Amazônia Azul e os estudos de Oceanopolítica. Para ele, o conceito político-estratégico da Amazônia Azul em suas vertentes (Econômica, Ambiental, Científica, Soberania Nacional, Diplomática) é respaldado por uma concepção oceanopolítica, ao qual desenvolve ideias que ressaltam a necessidade de maior projeção do Brasil no Atlântico Sul. De acordo com o próprio sítio eletrônico da MB, “os estudos geopolíticos voltados para o mar, a ‘Oceanopolítica’, tem por objetivo conscientizar os brasileiros sobre a importância do nosso território marítimo” (BRASIL, 2019b).

---

<sup>186</sup> O Almirante Ilques desempenhou a função de Chefe do Estado-Maior da Armada e, posteriormente, de Comandante da Marinha do Brasil de 9 de janeiro de 2019 até 30 de março de 2021.

Essa área tem despertado cada vez mais o interesse de pesquisadores dentro dos programas de pós-graduação da área de Ciência Política e Relações Internacionais no âmbito nacional. Um marco importante nesse sentido, foi a criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da Escola de Guerra Naval (EGN) em 2014, tendo a participação de civis e militares.

Além da ascensão de novas pesquisas nessas temáticas, a atuação de organizações na área do conhecimento e pesquisa, também tem contribuído para consolidar uma consciência marítima na sociedade brasileira. Vide, por exemplo, a Fundação de Estudos do Mar (FEMAR)<sup>187</sup>, que desde a sua criação busca:

Promover estudos, pesquisas, cursos, seminários e outras atividades congêneres para a formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoas que exercem atividades pertinentes ao mar. Desde então a FEMAR, proporciona, financia ou canaliza recursos, através de convênios, contratos ou iniciativas próprias para a realização de pesquisas, edição de publicações, desenvolvimento de projetos, planos, programas, cursos, estudos e assistência técnica relacionados com a difusão de conhecimentos afins, todos inerentes ao meio marítimo (FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR, 2020a).

Ou seja, a FEMAR tem desenvolvido e apoiado serviços nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão que tenham como foco central a produção e a difusão do conhecimento marítimo. Essas diversas iniciativas da FEMAR relacionadas a formação também corroboram com a formação de identidade marítima no nível individual e coletivo.

Por fim, as Forças Armadas no Brasil apresentam características peculiares, sendo vista, por setores no meio militar, como uma instituição política que “tem feito a história do país, têm sido o poder moderador, têm sido o amálgama que consolida a nacionalidade e a identidade nacional. Mas, têm, também, um compromisso histórico e inalienável com o desenvolvimento nacional”<sup>188</sup> (SANTOS, 1999, p. 2). Segundo Becker (2012), as Forças Armadas tiveram sim um papel importante na constituição do Estado brasileiro, desde a construção do espaço físico do Estado e do território nacional. Contudo, esta instituição desenvolveu uma “autopercepção de fundador da Nação, do Estado moderno e da ordem

---

<sup>187</sup> A FEMAR é pessoa jurídica de direito privado dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira com fins não-lucrativos. Foi criada em 31 de maio de 1966 pelo Clube Naval, sob iniciativa do então presidente do Clube, Almirante José Santos de Saldanha da Gama. Foi instituída com o propósito de estudar temas relacionados aos portos, navegação, construção naval, pesca e legislações relevantes, com objetivo de contribuir para a formação da Doutrina Naval e para criar uma mentalidade marítima nacional (FEMAR, 2020a). Por meio da Portaria Conjunta MEC/MCTI, 09 de 26/04/2011, a FEMAR foi reconhecida como Fundação de Apoio ao Centro de Inovação Tecnológica da Marinha, permitindo a atuação em Projetos de Ciência e Tecnologia e Inovação em parceria com as Instituições de Ciência e Tecnológica da Marinha nos termos da Lei nº 8.958/94 (FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR, 2020).

<sup>188</sup> Jorge Calvário dos Santos é Coronel Aviador da reserva da Força Aérea Brasileira e professor da Escola Superior de Guerra.

nacional que justifica e autolegitima a sua intervenção política relativamente autônoma em relação a qualquer governo ou circunstância institucional” (BECKER, 2012, p. 131).

Existe, portanto, um pensamento dentro de alguns setores das Forças Armadas de que eles têm o dever de afirmar o que faz parte da identidade nacional e o que não faz. É nessa lógica que a Marinha se coloca a frente de um projeto *top-down* que tenta construir a identidade nacional, partindo de suas próprias concepções políticas e ideológicas.

Devemos ter em mente que a MB tem sido um ator relevante na produção de discursos geopolíticos que representam o Atlântico Sul. Esses discursos ressaltam a necessidade de defesa da soberania nacional do Brasil sobre os territórios oceânicos reivindicados, a fim de dissuadir ameaças externas. Além do mais, esses discursos buscam uma mudança de percepção estratégica sobre esse espaço marítimo e da relação do Brasil com este. Desse modo, este projeto visa emitir esse discurso para a sociedade como um todo, não se limitando apenas aos tomadores de decisão.

Carvalho (2019) argumenta que a construção dessa mentalidade marítima faz parte de um projeto da MB de enquadrar o Brasil como uma potência marítima, pelo menos dentro da vertente marítima do seu entorno estratégico. Essa tentativa de inserir uma consciência marítima na sociedade envolvendo a necessidade de compreensão do espaço oceânico como “nosso”, como estratégico, rico em recursos naturais e que exige maior atenção e força de defesa. Tal esforço permite que a MB consiga a aquisição de novos meios navais capazes de responder as questões relativas à defesa e segurança da região.

Desse modo, esse tipo de discurso geopolítico é emitido como sendo neutro e imparcial, mas eles não o é. Trata-se de uma série de recursos políticos que podem ser utilizados para justificar arranjos políticos particulares (DALBY, 1990). Esse discurso formal e prático das elites também se torna popular e passa, então, a ser distribuído e circulado com maior força na sociedade, sendo consumido por diversos grupos sociais.

Portanto, é a geopolítica popular que torna a geopolítica formal e a prática “inteligível” para os indivíduos (DODDS, 2014; Ó’TUATHAIL, 1999). Esses discursos são distribuídos para a sociedade através de diversos tipos de mídias, ajudando a formar a mentalidade da sociedade sobre a “realidade”, e então, possibilita a realização e a legitimação de determinadas tomadas de decisão política. Os discursos populares nem sempre se apresentam como uma declaração política, o que torna a sua interpretação menos “suspeita”. As codificações políticas dos textos populares são mais sutis e por isso, mais facilmente reproduzidas (SHARP, 1993).

Dentre os meios utilizados, nota-se que as revistas em quadrinho também desempenham um papel relevante nesse projeto de mentalidade marítima, pois atingem uma audiência jovem através de uma linguagem acessível, por meio da apresentação de um conteúdo que é raramente conectado a expressões políticas. É a partir dessas reflexões que, na próxima subseção, iremos analisar os textos de três revistas em quadrinhos, cuja produção foi elaborada pelo Ministério da Defesa ou encomendada por este Ministério. Os quadrinhos selecionados foram escolhidos porque apresentam temáticas relacionadas ao espaço sul-atlântico, desse modo, representam esse espaço.

#### 4.2. O Espaço Sul-Atlântico Representado em Revistas em Quadrinhos

As três revistas escolhidas para serem analisadas, como já dito anteriormente, foram a *Cartilha Amazônia Azul*, o Gibi *Operação Atlântico: Protegendo Nossas Riquezas na Amazônia Azul* e o Almanaque da Turma da Mônica cujo título é *A Indústria de Defesa Brasileira*. Devemos sublinhar que existem outras revistas em quadrinhos de produção da Marinha do Brasil que também poderiam ser analisadas, tal como, “O Brasil na Antártica”, “O Atobaldo e seus amigos em: o Arquipélago de São Pedro e São Paulo”, “Mariana e a batalha contra os SuperMacabros” (essa possuindo ainda uma versão em inglês), “Ilha da Trindade e o Arquipélago de Martin Vaz”, e “Tamandaré em Quadrinhos”. Além dessas, o Exército Brasileiro e a Força Área Brasileira também realizam publicações constantes de quadrinhos, como a Revista *Recrutinha* e a *Turma do Fabinho*, respectivamente, abordando vários temas de interesses das forças.

Entretanto, como a metodologia adotada nessa dissertação é recomendada para análises de um pequeno número de dados, a análise de todos esses materiais não foi possível dentro das limitações de espaço e tempo envolvidas na elaboração de uma pesquisa de mestrado. Apesar do método de análise de discurso de Fairclough (2016) considerar as imagens como parte do discurso, o autor não apresenta um método da análise destes, focando principalmente em textos. Assim, acreditamos que a principal limitação metodológica da análise dessa dissertação seria a ausência de um método de análise visual ou iconográfica das imagens.

##### 4.2.1. A *Cartilha Amazônia Azul*

A *Cartilha Amazônia Azul* não possui todas as características de uma revista em quadrinho, mas é um material ilustrativo que mantém o diálogo entre os personagens por

balões e segue um padrão narrativo similar. A grande diferença é que em uma revista em quadrinhos convencional, a diagramação de uma página contém uma sequência de vários quadrinhos ou de imagens que moldam uma cena e, nesse caso, há apenas um quadrinho por cada página, tornando essa história publicada em um maior número de páginas.

A cartilha é um material publicado pela SECIRM e com apoio da Marinha do Brasil, sendo criada e realizada pela empresa Daniel Azulay Produções. Essa produtora foi fundada em 1989 pelo desenhista, escritor e educador Daniel Azulay<sup>189</sup>, porém, apesar de levar o nome do famoso ilustrador, ele não fez parte do desenvolvimento desta cartilha diretamente e não foram utilizados os seus personagens já consagrados da Turma do Lambe-Lambe<sup>190</sup>.

A cartilha apresenta uma linguagem simples e acessível para crianças em idade escolar. O próprio sítio eletrônico da CIRM enquadra essa publicação dentro da seção de publicações “material de apoio ao Ensino Fundamental e Ensino Médio”, o que demonstra um propósito não apenas de entretenimento, mas também educativo. A distribuição dessa publicação é feita por meio de ações educativas da Marinha do Brasil em conjunto com as escolas, seja durante a visita de militares nas escolas ou das turmas de alunos as instalações e projetos da marinha (CARVALHO, 2019). A cartilha também se encontra disponível para acesso gratuito no sítio eletrônico da SECIRM, como forma de facilitar a difusão da publicação.

Como aponta Foucault (2014), é através do sistema de educação que os indivíduos têm acesso a diversos tipos de discursos que podem ser apropriados ou modificados. Assim, podemos dizer que é um lugar onde os indivíduos têm acesso a diversas representações espaciais. Portanto, é nesse sentido que a cartilha desenvolve uma narrativa que foque no espaço oceânico em que o Brasil busca atuar, produzindo, assim, representações desse espaço.

Essa narrativa cria um enredo sugestivo no que tange a apresentação de um espaço. A história começa com crianças da rede escolar e sua professora indo visitar um navio da Marinha do Brasil. Chegando lá, os alunos encontram com um oficial e então a jornada dentro

---

<sup>189</sup> Daniel Azulay (1947-2020) foi um ilustrador, músico e educador. Dedicou aproximadamente quarenta anos de sua vida “a desenvolver a arte e educação para crianças e jovens”. Azulay criou personagens como o Capitão Sol para o jornal O Sol, o Capitão Cipó para o Jornal Correio da Manhã, entre outros. Mas a sua principal criação foi a Turma do Lambe-Lambe, criada em 1975, sendo transmitido na TV Educativa, atual TV Brasil no ano seguinte. Em sequência, o programa foi para a Rede Bandeirantes permanecendo no ar até 1986. A Turma obteve grande sucesso no período, gerando a produção de tirinhas em jornais, em revistas, de diversas revistas em quadrinhos e até mesmo o lançamento de um disco de vinil. Em 1996 Azulay retornou para à Band apresentando o programa Oficina de Desenho Daniel Azulay por quatro anos. Apresentou também os programas Turma do Lambe-Lambe na TV Rá-Tim-Bum da TV Cultura e Azuela do Azulay no Canal Futura (DANIEL AZULAY, 2021).

<sup>190</sup> A produção dessa cartilha esteve sob responsabilidade de: Sidney da Silva, Vanilla Silva e Victor Silva na Arte-Final; Andréia Carlini na Diagramação; e José Eduardo B. de Souza na produção dos textos.



do navio tem seu início. Nessa aventura, as crianças vão passando por várias partes do navio e sendo ensinados sobre o que é o “mar brasileiro”. Dessa forma, o militar se torna o apresentador do espaço e assume a posição de emissor de um discurso legítimo sobre este.

O primeiro quadrinho o narrador já começa apresentando o espaço, o caracterizando como brasileiro: “meus amiguinhos, hoje vamos dar um passeio de navio, e conhecer tudo o que diz respeito ao mar brasileiro” (BRASIL, 202-)<sup>191</sup>. Esse adjetivo afirma uma propriedade sobre esse espaço, sendo uma forma de predicação. Ao mesmo tempo, notamos que a narrativa de toda a história parte da ideia de “mar brasileiro”, tornando-a também uma pressuposição. Portanto, esse espaço é tomado como dado e inquestionável. Essa pressuposição parte de uma divisão binária do espaço, onde um se torna “nosso” “brasileiro” e o outro se torna “deles” “estrangeiro”.

Ao começar a sua apresentação, o militar afirma que as crianças vão conhecer a importância do mar e em seguida, ele apresenta uma abordagem histórica desse espaço. Ele afirma que foi pelo mar que o Brasil foi “descoberto” e “também foi pelo mar que sofremos invasões. Os estrangeiros vinham em busca das riquezas que existiam na terra recém-descoberta”. Ao mesmo tempo em que o mar é representado pelo militar como um espaço que permitiu invasões, possibilitou também o transporte de soldados portugueses contra esses invasores: “os soldados portugueses chegavam ao local da luta vindo do mar, que era o meio de transporte mais rápido”.

Além disso, a professora explica para um aluno que durante as guerras de independência do Brasil, “as maiores lutas ocorreram no mar. Os navios brasileiros expulsaram os revoltosos para a Europa e, nas províncias, as lutas ocorreram quando os navios chegaram”.

Nesse sentido, o militar procura demonstrar a relevância histórica do mar, como sendo um espaço em que “nós” sofremos ameaças desde o período da colonização portuguesa, passando também pelo período das guerras do império e das guerras mundiais. Esse tipo de resgate histórico reforça a necessidade de proteção do espaço.

A partir do 13º quadrinho, o marinheiro apresenta outras características do mar: “Mas o mar não é só lugar de guerras. Ele é muito mais do que isso e é muito rico”. No balão seguinte, a professora faz uma intervenção: “nossas praias são lindas e o litoral, com extensão de 8.500 km, tem centenas de praias”. A partir desse quadrinho, os próximos continuam a dar

---

<sup>191</sup> As citações diretas sem terem as devidas referências no corpo do texto subseção “3.2.1. A Cartilha Amazônia Azul” foram todas retiradas da publicação (BRASIL, [202-]).

informações que ressaltem a importância econômica, ambiental, científica e da soberania nacional. Os temas apresentados, mesmo não fazendo referência direta a Amazônia Azul (com exceção ao título), seguem as mesmas vertentes desta<sup>192</sup>.

Na apresentação da vertente econômica, o personagem do marinheiro afirma que “é pelo mar que o Brasil transporta 95% de tudo que ele compra e vende para outros países”. Ainda com o intuito de ressaltar as riquezas do mar, o militar mostra barcos de pescadores, ensinando que é uma atividade que garante emprego para parcela significativa da população e uma plataforma de extração de petróleo, onde é dito pelo mesmo militar que “do mar o Brasil tira 90% do petróleo que produz. É uma riqueza imensa”. Nota-se que a publicação tenta demonstrar a preocupação com o meio ambiente no processo de extração do petróleo, para evitar vazamentos.

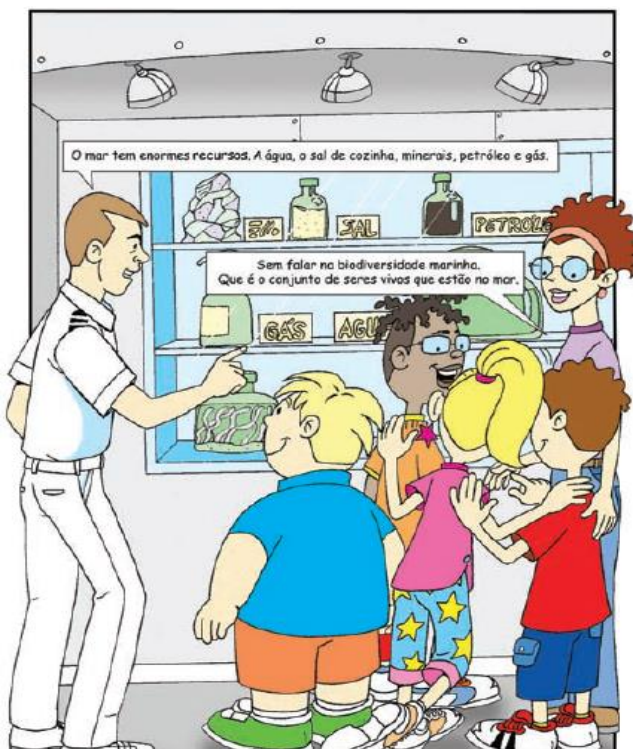
Ao ser indagado por uma estudante se o petróleo é a grande riqueza do mar, o marinheiro leva a turma para um local onde encontram-se os recursos do mar e responde: “o mar tem enormes recursos. A água, o sal de cozinha, minerais, petróleo e gás”, sendo completado pela professora: “sem falar na biodiversidade marinha, que é o conjunto de seres vivos que estão no mar” (Figura 10). O oceano é, portanto, descrito como um espaço rico em recursos, e por isso, é necessário que seja protegido.

Na próxima parte da história, a turma entra em uma sala de controle e se depara com alguns militares da marinha recebendo o pedido de socorro de um barco que estava afundando. O oficial que estava guiando a visita logo se posiciona: “a Marinha do Brasil tem a obrigação de socorrer qualquer acidente no mar nas águas de nossa responsabilidade”. A partir de então, são feitas diversas intervenções para declarar a importância da marinha em relação a diversos temas sobre o espaço oceânico.

---

<sup>192</sup> De acordo com o Decreto nº 10.544 de 2020 e o Plano Estratégico da Marinha 2040, as vertentes da Amazônia Azul abrangem a ambiental, a científica, a econômica e a soberania.

Figura 10 - Quadrinho (O Mar e suas Riquezas)

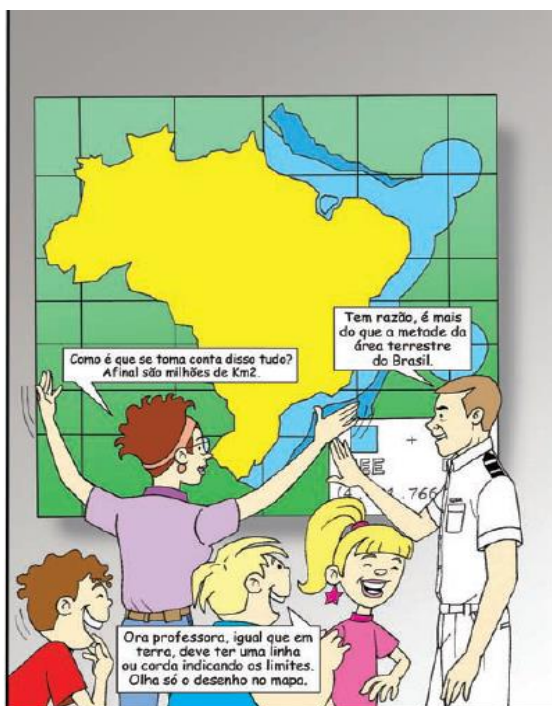


Fonte: BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Cartilha Amazônia Azul*. Brasília, DF: SECIRM, [202-]

São destacadas as pesquisas sobre o levantamento do fundo do mar pelos navios da Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil, assim como, as pesquisas científicas e tecnológicas nas ilhas oceânicas. Ao ser questionado por um aluno se “qualquer um pode fazer essas pesquisas”, o marinheiro trata logo de explicar para o aluno, utilizando um mapa que demarca os limites brasileiros no mar, que “não, apenas os brasileiros. Nós temos uma área de 12 milhas contadas a partir da costa que é nosso Mar Territorial e temos ainda...”. Ao observar as demarcações do mapa, um aluno o interrompe e pergunta: “mas estamos muito mais distantes da costa do que 12 milhas. Essa área também é nossa?”. Então, é explicado que além do Mar Territorial, também existe uma área de 188 milhas que apenas o Brasil pode explorar os recursos.

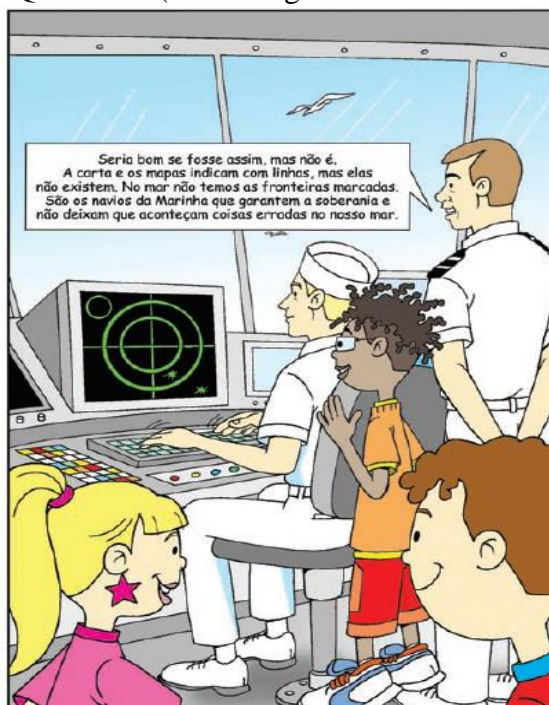
A professora fica impressionada com a dimensão dessa área e fica curiosa para saber como que se toma conta deste espaço. Os alunos acharam a pergunta da professora engraçada e um deles responde: “ora professora, igual em terra, deve ter uma linha ou corda indicando os limites (BRASIL, 202-). Olha só o desenho do mapa” (Figura 11). Devemos observar que nesse quadrinho também é mostrado o mapa do Brasil que traça as fronteiras nacionais dos espaços marítimos – a repetição frequente desse mapa faz parte da construção dessa geografia imaginativa, de um espaço “brasileiro” que é “nosso”.

Figura 11 - Quadrinho (Mapa dos Limites Brasileiros)



Fonte: BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Cartilha Amazônia Azul*. Brasília, DF: SECIRM, [202-].

Figura 12 - Quadrinho (Marinha garantidora da soberania no mar)



Fonte: BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Cartilha Amazônia Azul*. Brasília, DF: SECIRM, [202-].

Já no quadrinho posterior (Figura 12), o militar responde à professora e os alunos: “seria bom se fosse assim, mas não é. A carta e os mapas indicaram com linhas, mas elas não

existem. No mar não temos fronteiras marcadas. São os navios da marinha que garantem a soberania e não deixam que aconteçam coisas erradas no nosso mar”.

Essa última fala do militar parte da ideia de que não existem elementos físicos para delimitar as fronteiras e nessa ausência, a presença da Marinha é o que garante a soberania do Brasil nesse espaço. Essa fala é uma pressuposição, pois pressupõe que a presença da Marinha seja o que garante a soberania e a segurança do Brasil e de seus recursos nesse espaço. Isto é, essa ideia é tida pelo produtor do texto como algo já estabelecido ou dado. É pressuposto, portanto, que a utilização de meios militares é o que garante a soberania do Brasil e seus recursos.

O diálogo da figura 13 reforça a ideia de que é cada vez mais necessário a presença de navios da MB nesse espaço, pois existem possíveis ameaças que querem tomar o que é “nosso”. A conversa começa com o militar sendo perguntado por uma criança se existe a possibilidade de cobiça internacional em relação aos recursos no mar brasileiro, é afirmado que é possível e que é “por isso que a Marinha do Brasil usa navios como aquele que ficam no mar tomando conta de tudo”.

Figura 13 - Quadrinho (O Mar e possibilidade de cobiça internacional)



Fonte: BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Cartilha Amazônia Azul*. Brasília, DF: SECIRM, [202-].

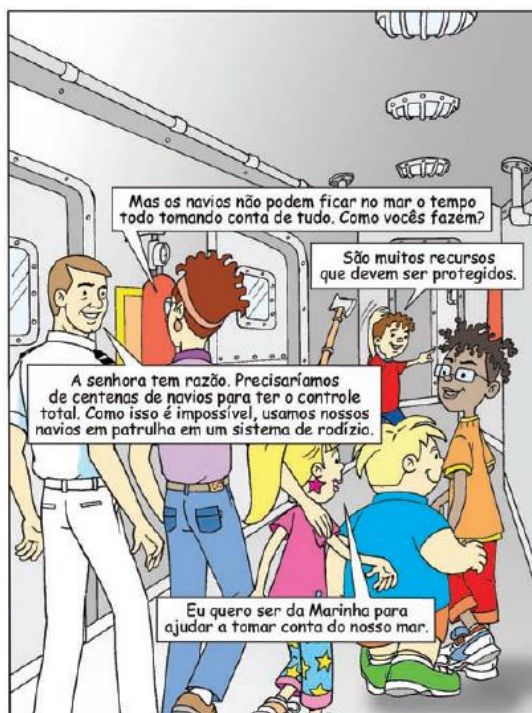
Portanto, essa publicação adota um tipo de discurso geopolítico que prioriza a militarização desse espaço por uma série de motivos. Esse tipo de discurso se encaixa dentro



de uma abordagem clássica e que foi reproduzida, de modo similar, por diversas vezes na história do Brasil para legitimar a ocupação e a militarização das fronteiras terrestres<sup>193</sup>, onde o poder militar é entendido como aquele ator que deve garantir a existência e o controle das fronteiras nacionais.

Na figura abaixo (Figura 14), já caminhando para o fim do passeio, a professora ainda curiosa e impressionada com a dimensão desse mar brasileiro, questiona o militar como é feito o procedimento de tomar conta de toda essa área, visto que os navios não podem ficar no mar o tempo todo. Ele logo a responde dando razão para a professora. Segundo ele “precisaríamos de centenas de navios para ter o controle total. Como isso é impossível, usamos nossos navios em patrulha em um sistema de rodízio”. Essa oração dá a entender que a capacidade atual da marinha não é suficiente para garantir o total controle desse espaço, mas ao mesmo tempo, reconhece que é impossível ter centenas de navios empregados nessa missão. Entretanto, ele transmite uma mensagem que pode ser interpretada no sentido de quanto maior o número de navios para patrulha, melhor seria desempenhado o papel da marinha de defesa do espaço.

Figura 14 - Quadrinho (A Patrulha as águas)



Fonte: BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Cartilha Amazônia Azul*. Brasília, DF: SECIRM, [202-].

<sup>193</sup> Para mais informações sobre o debate geopolítico sobre a ocupação da fronteira oeste do Brasil, ver Silva e Dal-Moro (2017).

Ao final da aventura, as crianças saem do navio com uma maior consciência sobre o espaço marítimo, inclusive tendo uma percepção de que se trata de um espaço rico em recursos e que eles devem ser protegidos. Elas próprias declaram terem aprendido muito com a visita e algumas delas acabaram por desenvolver o interesse por algumas profissões ligadas ao mar, como operador de farol, pesquisador da vida marinha, dono de barco de pesca e até mesmo militar da marinha. Essa conscientização acaba reforçando a ideia de que além da importância dos meios que são empregados, é necessário o envolvimento de civis em outros setores que possam apoiar as atividades de proteção do mar, como nas atividades de pesquisa e nas atividades econômicas vinculadas ao mar.

#### 4.2.2. *Operação Atlântico: protegendo nossas riquezas na Amazônia Azul*

O gibi *Operação Atlântico: Protegendo Nossas Riquezas na Amazônia Azul*, diferente do quadrinho anterior, apresenta uma diagramação com um maior número de quadrinhos em uma página. Foi publicada pelo Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) em 2008, com desenhos de Luiz Fernando Vieira. Essa publicação parte das edições da *Revista Recrutinha*<sup>194</sup> que tem como público-alvo crianças do ensino fundamental e são distribuídas de forma impressa nas semanas do Exército e do Soldado, em datas cívicas e em operações militares de vulto, e existe de forma digital no portal eletrônico do Exército, na página do Recrutinha (BRASIL, 2020g; JORDÃO; OLIVEIRA-FILHA, 2015). De acordo com Scholtz (2016), a tiragem de cada edição física é de 500 mil exemplares.

O personagem Recrutinha foi criado para divulgar os valores do Exército Brasileiro (EB) para os brasileiros<sup>195</sup> e para isso, são apresentados no gibi não apenas historinhas, mas também joguinhos e passatempo (jogo dos 5 erros, desenhos para colorir, cruzadinhas entre outros) nos finais das revistas. Esse personagem é representado por um soldado do exército que tem com o objetivo ensinar de forma divertida temas relacionados a noção de valores como moral, camaradagem, honestidade e patriotismo; história do Exército Brasileiro e datas festivas como o Dia das Crianças, do Soldado, do Exército, o Natal, da Independência, da Bandeira, entre outros (BRASIL, 2020g).

<sup>194</sup> O primeiro material para crianças produzido pelo CCOMSEx foi um jornal de quatro páginas lançado em outubro de 2000. Em entrevista à Luiz Fernando Vieira, um dos principais desenhistas da revista, a primeira edição foi lançada em abril de 2006, tendo como público-alvo crianças de 4 a 10 anos e que estudassem, preferencialmente, em escolas públicas no interior e na fronteira do País (SCHOLTZ, 2016). Deduzimos que Vieira seja um civil, pois quando a revista é desenhada por militares, o nome vem acompanhado com a patente militar, por exemplo: Coronel Ajax, Sargento Salvino e Soldado Macedo.

<sup>195</sup> Antes da adoção do Recrutinha como personagem, era utilizada uma onça (SCHOLTZ, 2016).

Contudo, apesar de ser uma publicação do Exército Brasileiro, essa edição escolhida conta com o apoio do Ministério da Defesa como um todo e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Desse modo, o protagonismo é dividido entre os personagens das três forças: o Recrutinha do Exército, o Marujinho da Marinha, e o Fabiano da Aeronáutica. A história se trata de uma conversa entre esses três personagens, onde eles apresentam vários temas dos interesses das forças aos leitores.

A narrativa dessa história busca enfatizar, de modo lúdico, o papel das Forças Armadas na defesa do mar e de seus recursos, principalmente através da Operação Conjunta Atlântico. O próprio título do gibi, “Operação Atlântico: Protegendo Nossas Riquezas na Amazônia Azul”, destaca isso. Na primeira página da publicação, o Recrutinha e o Marujinho começam falando sobre a Operação Atlântico que será realizada na “nossa Amazônia Azul” em setembro de 2008.

Em sequência, o personagem Recrutinha não entende o que seria essa Amazônia Azul e pergunta o seu significado para Marujinho, que afirma “É por ser uma área de muitas riquezas naturais e de grandes dimensões [...] representa uma outra Amazônia em pleno mar” (BRASIL, 2008, p. 4). Marujinho se utiliza de uma metáfora, a Amazônia Azul, para fazer uma alusão ao oceano. Ele transfere o significado de Amazônia para ao espaço oceânico, pois, segundo Marujinho, o mar é uma “área de muitas riquezas naturais e de grandes dimensões”, assim como a Amazônia (Figura 15).

Figura 15 - Quadrinho (Amazônia Azul)





Fonte: BRASIL. Exército. Centro de Comunicação Social do Exército. *Operação Atlântico: Protegendo nossas riquezas na Amazônia Azul*. Brasília, DF: CCOMSEx, 2008, p. 4.

Assim como o gibi da subseção anterior, o mapa do Brasil com seus limites marítimos é utilizado, visando criar uma consciência nas crianças desse espaço.

Marujinho continua explicando sobre a Operação, afirmando que envolverá nove mil militares, equipamentos das três forças, assim como, representantes da Defesa Civil e de alunos e professores da PUC-Rio<sup>196</sup>. Ainda para ele (2008, p. 5) “essa operação visa ao treinamento conjunto das Forças Armadas [...] na defesa das bacias petrolíferas do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo”. Na página posterior dessa mesma revista (2008, p. 6), Fabiano exclama: “vejam que as nossas Forças Armadas sabem do valor das regiões envolvidas na Operação” e completa “essas áreas são de grande importância econômica para o BRASIL” (Figura 16).

Figura 16 - Quadrinho (Área de importância econômica para o Brasil)



Fonte: BRASIL. Exército. Centro de Comunicação Social do Exército. *Operação Atlântico: Protegendo nossas riquezas na Amazônia Azul*. Brasília, DF: CCOMSEx, 2008, p. 6

<sup>196</sup> O Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio apoiou as atividades cívico-sociais (atendimentos em hospitais de campanha, recuperação de escolas, concursos de redação, aulas de primeiros socorros, palestras e atendimento médico em áreas carentes por meio de um hospital móvel) realizadas no período da Operação Atlântico. Equipes de estudantes coordenadas pelos professores José Eudes, de jornalismo, e Carlos Negreiros, de publicidade, ficaram responsáveis pela elaboração de planos de divulgação e no serviço de assessoria de imprensa (ROMEU; COSTA, 2008).

Nessa parte, o produtor do texto tenta enfatizar para as crianças que essas áreas são importantes. Em um primeiro momento, Fabiano aponta para o céu, onde sobrevoam dois aviões-caça, e afirma que as Forças Armadas sabem desse valor, dando a entender que eles têm atuado em sua defesa, tendo a Operação Atlântico como um exemplo disso. Na sequência de sua fala, Fabiano se utiliza de um adverbio de intensidade, grande, e coloca em caixa-alta a palavra BRASIL, dando ênfase a relevância desse espaço para o Brasil.

Para enfatizar esse espaço, a publicação ainda traz diversas informações com esse intuito, como por exemplo: “pelo nosso mar passa cerca de 90% do comércio exterior de nosso País!”; “a nossa fauna marinha é muito rica e maravilhosa [...] e a pesca é de grande importância para o nosso país”; e “nossas praias, também servem como ponto de turismo de todo o litoral brasileiro” (BRASIL, 2008, p. 7) (Figura 17). Além de apresentar um tom informativo, essas orações se utilizam de advérbio de posse, nossa(o). Portanto, trata-se de uma predicação, onde o mar, a fauna, praias são “nossas, do “nosso país”, do Brasil.

Figura 17 - Quadrinho (Riquezas do mar)



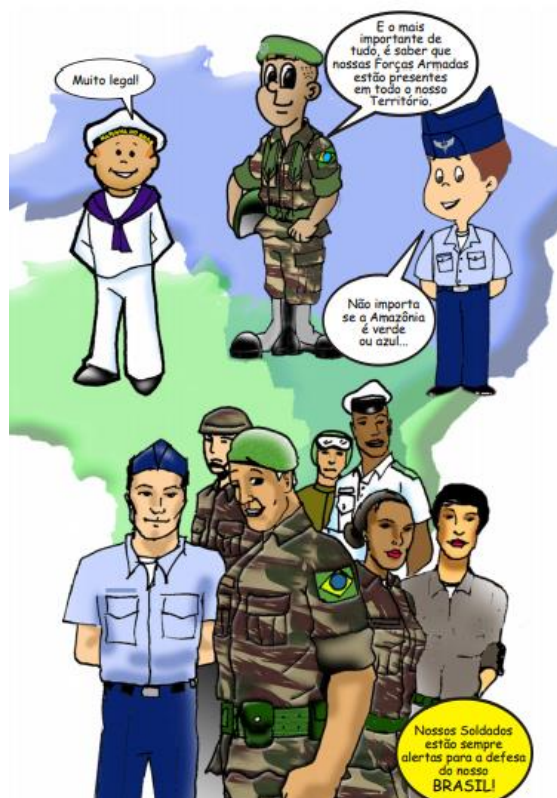
Fonte: BRASIL. Exército. Centro de Comunicação Social do Exército. *Operação Atlântico: Protegendo nossas riquezas na Amazônia Azul*. Brasília, DF: CCOMSEx, 2008, p. 7.

No desenvolver da historinha, os personagens explicam para as crianças (leitores) sobre as atividades que serão realizadas pelas tropas nessas áreas, tendo atuações em terra, água e ar. Não obstante, são apresentadas as atividades que serão feitas com defesa civil e

com os alunos e professores da PUC-Rio assim como as ações comunitárias junto a sociedade, como atendimentos médicos, odontológico, psicológico, aulas de primeiros socorros, apoio na manutenção de escolas, entre outras atividades sociais.

No fim da parte da história em quadrinho (Figura 18), os três personagens aparecem reunidos com diversos outros militares das três forças singulares. Esse quadrinho procura mostrar ao leitor que as Forças Armadas estão sempre presentes quando o assunto é a defesa do “nosso BRASIL”, atuando em todo o território nacional, seja na Amazônia ou na Amazônia Azul. A publicação como um todo e essas declarações finais funcionam como uma forma de apresentar ao público as ações das Forças Armadas e como eles tem atuado na defesa da soberania nacional.

Figura 18 -- Quadrinho (Presença das Forças Armadas no Território Nacional)



Fonte: BRASIL. Exército. Centro de Comunicação Social do Exército. *Operação Atlântico: Protegendo nossas riquezas na Amazônia Azul*. Brasília, DF: CCOMSEx, 2008, p. 17.

Após o término da história em quadrinho existem ainda jogos, brincadeiras e textos informativos sobre a Amazônia Azul e o Ministério da Defesa, sendo exibido, por último, a letra do hino nacional brasileiro. O texto sobre a Amazônia Azul comenta sobre a delimitação dos limites marítimos do Brasil, sublinhando a sua extensa área e os seus recursos, bem como diversos tipos de minerais e o petróleo. Ainda, é afirmado que “a história nos ensina que toda riqueza desperta cobiça. A proteção da Amazônia Azul é uma tarefa complexa” (BRASIL,

2008, p. 21). As “novas ameaças” como pirataria, contrabando, tráfico de armas e drogas, o terrorismo, despejo ilegal de material poluente, exploração da fauna, a pesca ilegal acabam sendo ameaças que podem se propagar. Dessa forma, esse discurso reitera que a defesa do país e desse espaço cabe as Forças Armadas.

A quarta capa da publicação traz uma mensagem similar. É alegado que “defender é preciso, uma riqueza maior”. Ao fundo da frase foram colocadas imagens das Forças Armadas atuando em diversos cenários (inclusive um navio protegendo uma plataforma de petróleo) e de animais da fauna oceânica. Logo abaixo, em letras menores, o petróleo é apontado como “um tesouro oculto por um profundo mar azul”, sendo uma nova onda de riquezas nacionais, o comparando com os ciclos da madeira, do ouro e do café. Portanto, as Forças Armadas têm se utilizado de um discurso que sublinha a defesa dos recursos nacionais contra possíveis ameaças. O espaço sul-atlântico é representado pela predicação “nosso” mar, como um espaço dado. Além disso, é pressuposto que a proteção dessa área e de seus recursos apenas é realizada por meio da militarização.

#### 4.2.3. *Almanaque Turma da Mônica: A indústria de defesa brasileira*

O gibi da Turma da Mônica foi criado na década de 70 pelo cartunista Mauricio de Sousa, incluindo uma reunião de seus vários personagens que já eram publicados em tirinhas de jornais<sup>197</sup>. A primeira revista da Mônica foi lançada em 1970 pela Mauricio de Sousa Produções, com uma tiragem de 200 mil exemplares, e publicada pela editora Abril. Mauricio manteve a publicação da revista pela editora Abril até 1986, quando mudou para a Editora Globo. Desde 2006, a Turma da Mônica está sendo publicada pela editora Panini, uma multinacional italiana, que tem buscado internacionalizar os personagens da turma<sup>198</sup> (ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, 2021).

A Turma da Mônica tem sido lido pelas crianças brasileiras há décadas, sendo considerada uma das maiores e mais conhecidas séries de quadrinhos nacionais – é possível

---

<sup>197</sup> Durante a década de 60, Mauricio de Sousa começou a publicar tirinhas em jornais com os personagens Bidu e Franjinha. Logo em seguida, foi criado o Cebolinha e depois a Mônica. Na década de 70 esses personagens foram reunidos em forma de revistinha e a produção destes passaram a ser feito por Mauricio e uma pequena equipe de desenhistas e roteiristas.

<sup>198</sup> Atualmente, Mauricio de Sousa, já com 85 anos de idade e com um enorme número de demandas, tem delegado as suas funções, possuindo uma equipe de roteiristas, desenhistas e arte-finalistas para a produção dos materiais (DAEHN, 2019). Apesar disso, o criador da turma ainda reúne com sua equipe por meio de reuniões de pautas para discutir o tema das próximas histórias e atualização na linguagem das crianças. Além do mais, sua filha, Marina, tem o ajudado na supervisão dos roteiros (SOUSA, 2013).

encontrar as revistinhas na maioria das bancas de jornal no Brasil. As revistas de Mauricio de Sousa são as mais vendidas do país, correspondendo a 86% das vendas do mercado nacional de gibis. O sucesso dos personagens é tanto que eles não estão apenas em revistinhas, mas se tornaram brinquedos, parques de diversão temáticos, livros, animações, álbuns de figurinha, jogos, discos, aplicativos e filmes. Além do mais, essa criação chegou a mais de 30 países, sendo traduzido para diversas línguas (ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS, 2021).

Desde o início da Turma da Mônica, Mauricio de Sousa tem desenvolvido gibis especiais que abordem questões sociais de forma divertida e lúdica. Então, várias escolas começaram a utilizar essas historinhas dentro da sala de aula para abordar temas como respeito, justiça, solidariedade e conscientização sobre direitos e deveres. Com isso, em 1997, foi criado o Instituto Mauricio de Sousa, com o objetivo de atuar na educação de crianças de forma sistemática e dirigida. O instituto tem realizado “projetos, campanhas e ações sociais que estimulam o desenvolvimento humano, a inclusão social, o respeito entre as diferenças e a formação de cidadãos conscientes e conhecedores de seus deveres e direitos” (INSTITUTO, 202-). Portanto, os materiais desenvolvidos pelo Instituto não têm apenas um caráter comercial, mas social e educativo.

As publicações da Turma da Mônica, como colocado pelo Instituto, tem um papel educador e não apenas de entretenimento. E durante o processo de leitura, as publicações emitem discursos de diversas naturezas para as crianças e os demais leitores. Discursos esses, que pela forma divertida dos quadrinhos, são absorvidos pelos leitores muitas vezes de forma acrítica. Mauricio de Sousa ao ser questionado se é possível educar e alfabetizar por meio das histórias em quadrinhos, respondeu:

Não só acredito como já é uma constatação. Em meus lançamentos nas livrarias, onde tenho contato direto com meus leitores, é comum algum pai dizer que seu filho aprendeu a ler com a Turma da Mônica. O lúdico sempre foi fonte de interesse da criança e a linguagem dos quadrinhos é especial nesse caso, pois trabalha a memória visual juntamente com a de leitura. O resultado é alguém interessado em ler, apesar dos programas de TV, dos videogames e outras diversões modernas que tiram o tempo de leitura. Além disso, existem diversas outras aplicações em sala de aula (SOUSA, 20--).

Em outra entrevista, o autor é perguntado se as histórias em quadrinhos servem para divertir ou ensinar, tendo a seguinte resposta de Mauricio de Sousa:

Uma coisa não elimina a outra. Nosso lema é, em primeiro lugar, divertir o leitor. Conseguindo isso, podemos passar para a segunda etapa, que é transmitir valores de solidariedade, educação, etc. Uma história em quadrinhos didática demais não funciona para a memorização, pois se torna chata. Tem que ter uma ação e humor acontecendo em doses certas (SOUSA, 2013).

Nesse sentido, encontramos publicações de diversos quadrinhos que tem um cunho pedagógico, abordando desde temas da história do Brasil como o descobrimento e a independência; e as aventuras de Rondon (sobre as incursões exploratórias de Marechal Rondon no interior do Brasil), até assuntos sobre o uso transparente dos recursos públicos, democracia, participação social, responsabilidade cidadã, respeito à diversidade, os objetivos globais da ONU para o desenvolvimento sustentável e a amizade entre os povos do Mercado Comum do Sul. Todavia, optaremos aqui por analisar os discursos geopolíticos sobre o espaço oceânico em uma publicação específica, *a Turma da Mônica: a Indústria de Defesa Brasileira*.<sup>199</sup>

Esse quadrinho é uma publicação de 2018 do Instituto Cultural Maurício de Sousa com parceria do Ministério da Defesa por meio do Instituto Brasileiro de Estudos em Defesa Pandiá Calógeras, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). A produção do almanaque teve um custo de R\$300 mil reais para 200 mil revistinhas de 98 páginas cada uma. Esse almanaque conta com uma história e alguns passatempo, ambos ressaltando o papel das Forças Armadas na defesa da sociedade e de suas riquezas, seja atuando em terra, água ou ar, e da indústria de defesa nacional (PEDUZZI, 2018).

O lançamento da publicação foi realizado no dia 16 de maio de 2018, em Brasília, contando com a presença do Ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna; do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima; do Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, Ademir Sobrinho; do Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Guto Ferreira; do Diretor do Instituto Pandiá Calógeras e o próprio Mauricio de Sousa. Durante o evento, Mauricio de Sousa afirmou que:

Conseguimos, com esse projeto, passar de forma leve e tranquila informações sobre a defesa via linguagem dos quadrinhos. Passamos noções de cidadania, ética e também sobre o trabalho das Forças Armadas. Segundo pesquisas que fizemos, cada revistinha nossa cai nas mãos de 4 ou 5 pessoas. Com isso, esse almanaque terá um alcance de 400 mil pessoas, para começar (PEDUZZI, 2018).

Esse almanaque, através de uma linguagem simples, objetiva, coloquial e de personagens já consagrados e conhecidos pelo público brasileiro, tem a capacidade de abordar temas complexos relacionados as forças armadas e a defesa para um público formado por crianças e adolescentes. Diferente das publicações analisadas anteriormente, a Turma da

---

<sup>199</sup> Outros órgãos públicos além do MD também fizeram parceria com o Instituto Mauricio de Sousa para a publicação de gibis da Turma da Mônica. Alguns exemplos são: o Ministério Público do Rio de Janeiro através da revista “Turma da Mônica e o Ministério Público”, publicada em 2012; e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por meio do gibi “Faça (a sua) Parte: Cuidando do que é Nosso”, publicado em 2016.

Mônica conta com personagens licenciados, com credibilidade e alcance para um público nacional, possibilitando atingir uma audiência mais ampla, contudo, apenas por meio de uma análise sobre essas audiências seria possível afirmar se isso de fato aconteceu.

A distribuição do produto não é feita por meio da comercialização, tendo a sua venda proibida. Sua distribuição tem sido realizada de modo gratuito para as escolas militares e para as crianças do Programa Forças no Esporte<sup>200</sup> (BRASIL, 2018; BRASIL, 2018c). Nesse mesmo evento de lançamento, já foram distribuídas algumas publicações para as crianças do Colégio Militar de Brasília e do programa supracitado (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2018).

Notamos que esse gibi tem como um dos propósitos criar uma conscientização no público-alvo sobre a importância da defesa nacional, da indústria de defesa e da manutenção da soberania nacional, pontos que ficam claramente expressos pela fala do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços: “Tivemos a preocupação de explicar desde cedo às crianças, de forma lúdica, para induzi-las a ter uma visão mais criativa do papel da indústria da defesa e da própria defesa nacional do Brasil” (PEDUZZI, 2018).

Além dessa conscientização, a publicação também tem como objetivo ensinar os valores das Forças Armadas para as crianças e isso foi reconhecido pelo então Ministro da Defesa, Silva e Luna, no evento de inauguração: “Está é mais uma oportunidade para que os valores cultuados no ceio de nossas Forças Armadas possam ser transmitidos a gerações que nos sucederão, na missão de construir uma Brasil cada vez melhor e digno de todos nós” (BRASIL, 2018b).

O gibi aborda uma série de temas, desde as funções e atuações do Exército Brasileiro, da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira nos mais variados espaços e de equipamentos tecnológicos que são utilizados pelas forças. Ao passo que esses equipamentos (satélite, submarino nuclear, fragata, blindados entre outros) são introduzidos na história, são apresentados em um quadrinho com a ficha técnica dos produtos, deixando em evidência o caráter informativo do gibi. Devido a esse diverso leque de informações contidas nas 98 páginas sobre os equipamentos, a indústria de defesa, as forças armadas e os espaços onde

---

<sup>200</sup> O Programa Forças no Esporte é realizado em parceria entre a Secretaria Especial do Esporte e o MD, que tem como objetivo “reduzir riscos sociais e fortalecer a cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados. Crianças e adolescentes de regiões de vulnerabilidade social têm acesso à prática de atividades esportivas no contraturno escolar, dentro de organizações militares”. O programa está presente em 108 municípios do Brasil, inclusive no Arquipélago de Fernando de Noronha e em comunidades indígenas no interior da Amazônia. Atualmente, são atendidas aproximadamente 30 mil crianças em 300 núcleos (BRASIL, 2020h).



essas forças atuam, optaremos por enfatizar as partes sobre o espaço oceânico e a atuação da Marinha do Brasil.

A narrativa tem início com os personagens Cascão e Cebolinha estranhando a atitude de Titi<sup>201</sup>, o qual parecia estar um pouco distraído. Os dois meninos logo encontram as personagens Magali e Mônica e contam para elas sobre o comportamento de Titi. Então, a turminha, ao encontrar Titi, pergunta se ele estava bem e se precisava de ajuda. Ele afirma que estava pensando em entrar para as Forças Armadas brasileiras. Nessa hora, Magali disse que poderia ajudá-lo, o apresentando o seu vizinho no bairro do Limoeiro, que por acaso é oficial das Forças Armadas (INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA, 2018).

A turma segue para a casa do vizinho de Magali, o senhor Nestor – este personagem foi criado especificamente para esse almanaque, não sendo parte dos quadrinhos anteriores da saga. A partir daí, Nestor começa a suas explicações sobre os três ramos das Forças Armadas e suas atribuições para as crianças. No começo dessa apresentação, Nestor afirma que o Brasil, apesar de ser um país pacifista, “é necessário estarmos sempre atentos”. Em seguida, ele afirma que “nós vivemos em um país com muitas riquezas naturais [...] em abundância, e cabe às Forças Armadas também protegê-las!” (INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA, 2018, p. 9). Essa narrativa se assemelha com a dos quadrinhos anteriormente analisados, onde pressupõem-se que a existência de recursos naturais gera ameaças, e por isso, é necessário a existência de forças armadas fortes para combater essas ameaças.

Posteriormente, Nestor inicia sua argumentação no que tange a Marinha do Brasil e o espaço oceânico. Em sua fala ele atribui o patrulhamento de toda costa brasileira pela Marinha, mas ela não se limita à costa, se estendendo à Amazônia Azul (Figura 19).

O oficial, ao declarar que “a Marinha também faz a defesa da Amazônia Azul”, gerou um certo estranhamento aos personagens Cebolinha e o Cascão, que logo o corrigiram. Cascão o retrata: “o senhor se enganou! A Amazônia é verde”. E então, o senhor explica a metáfora da Amazônia Azul, como sendo o “território marítimo brasileiro, mar adentro, que é tão importante quanto a floresta amazônica [...] essa região possui muitas riquezas por isso é preciso patrulhar constantemente!” (INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA, 2018, p. 11). Dessa forma, verifica-se uma semelhança textual com os outros quadrinhos, representando o espaço oceânico por meio da metáfora da Amazônia Azul e o representando como parte do

---

<sup>201</sup> Timóteo ou Titi faz parte da Turma do Bermudão (grupo de adolescentes composta por Jerê, Mané, Titi e Franjinha). Titi é um personagem com características de ser popular, galanteador e descolado. Esse personagem está sempre em crise, pois é muito jovem para algumas coisas ou velho demais para brincadeiras “infantis” do Clubinho dos Meninos (TITI, 2021).



território brasileiro – a utilização do mapa demonstra isso – possuidor de muitas riquezas e consequentemente, a sua defesa precisa ser feita.

Figura 19 - Senhor Nestor e o Território Marítimo Brasileiro



Fonte: INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA. *Turma da Mônica: A Indústria de Defesa Brasileira*. São Paulo: Mauricio de Sousa Editora, 2018, p. 11

Nos quadrinhos seguintes, o senhor Nestor começa a falar sobre as ameaças que a Marinha do Brasil combate nos mares e, ao mesmo tempo, Titi imagina as várias situações colocadas. Dentre as ameaças indicadas estão a pesca ilegal, pirataria, contrabando e crimes ambientais de despejo de materiais poluentes (Figura 20).

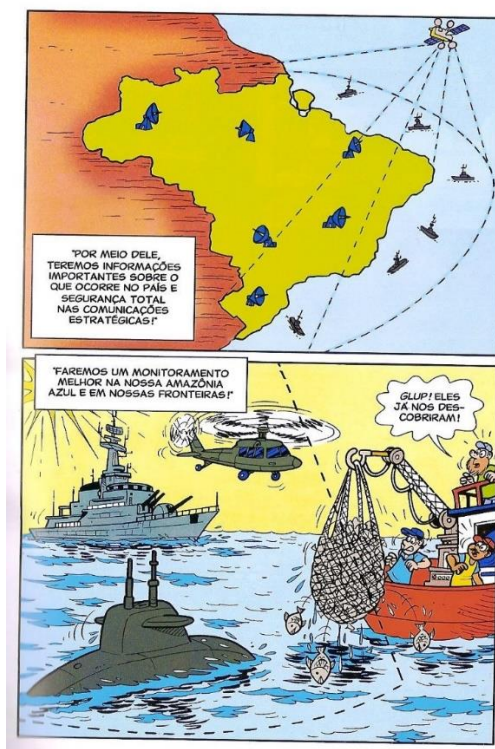
Os personagens ficam animados com as explicações do senhor Nestor e pedem para que ele os leve para conhecer as tecnologias desenvolvidas pela indústria de defesa brasileira. Desse modo, o militar concorda em levá-los em um passeio. Assim, ele coloca o seu uniforme de militar, o que passa deixa claro, pelo tipo de uniforme, que ele é um militar do Exército Brasileiro, e entra em uma área destinada ao satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas. Esse satélite é mostrado como uma importante ferramenta para o monitoramento da Amazônia Azul e para as fronteiras brasileiras, com objetivo de defender o país contra as ameaças já apresentadas (Figura 21).

Figura 20 - Ameaças (Pesca Ilegal e Pirataria)



Fonte: INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA. *Turma da Mônica: A Indústria de Defesa Brasileira*. São Paulo: Mauricio de Sousa Editora, 2018, p. 12

Figura 21 - Monitoramento das Fronteiras



Fonte: INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA. *Turma da Mônica: A Indústria de Defesa Brasileira*. São Paulo: Mauricio de Sousa Editora, 2018, p. 17.

Após terem conhecido os satélites, o oficial os leva para visitar os submarinos brasileiros, onde também são apresentadas suas características. A turma, então, embarca em um submarino e segue a sua aventura debaixo d'água. Esta parte é acompanhada de momentos com humor, devido a ansiedade de Cascão (personagem conhecido por não gostar de banho e de água) ao saber que estava debaixo das águas. Ao submergirem com o submarino, eles auxiliam uma fragata da Marinha na prisão de piratas.

Os personagens se retiram do submarino e sobem para a fragata classe Niterói<sup>202</sup>. Esse navio é caracterizado pelo oficial como um item que é usado na defesa da Amazônia Azul e das riquezas desse espaço, principalmente o petróleo e o gás natural (Figura 22).

Figura 22 - A Proteção das Riquezas



Fonte: INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA. *Turma da Mônica: A Indústria de Defesa Brasileira*. São Paulo: Mauricio de Sousa Editora, 2018, p. 29.

A jornada da turma com o senhor Nestor prossegue visitando instalações e aprendendo sobre os equipamentos do exército e da força aérea. A narrativa, portanto, mescla esse caráter

<sup>202</sup> As Fragatas Classe Niterói foram construídas na década de 1970 pela Vosper Thornycroft. São fragatas de 129 metros de comprimento e apresentam a capacidade para aproximadamente 210 tripulantes.

educacional com diversão e senso de humor, onde os personagens passam por aventuras, como por exemplo, quando eles ajudam a prender os piratas com o submarino; quando eles se perdem do senhor Nestor em uma floresta, cotando com a ajuda do pelotão de selva para ajudá-los a encontrar o Nestor e a sair da floresta; e quando eles entram em um helicóptero sem a autorização de Nestor; entre outras.

Por fim, o oficial explica para as crianças como faz para ingressar nas forças armadas e as opções de atuação dentro delas. Logo, Titi percebe que é muito novo para adentrar nas Forças Armadas e enquanto isso não é possível, ele afirma que nesse tempo ele poderá brincar com a coleção de miniaturas das Forças Armadas e pensará melhor sobre qual ramo e força ele decidirá entrar.

#### 4.3. Considerações Finais

Verificamos que os quadrinhos analisados apresentam intertextualidade em relação aos discursos geopolíticos emitidos pelas Forças Armadas, principalmente a Marinha do Brasil, no qual se pauta na militarização do espaço com objetivo de defender os “nossos” recursos. A Marinha tem se empenhado em utilizar as mídias, como quadrinhos, livros didáticos, atlas, entre outros, para atingir a sociedade brasileira, buscando, sobretudo, a construção de uma identidade marítima nacional.

Assim, esses quadrinhos contribuem com a construção de uma determinada imaginação geopolítica no Brasil sobre o espaço oceânico. Essa imaginação permite também criar fronteiras desse espaço, determinando o que está “dentro” e o que está “fora”. A construção dessa geografia imaginativa não ocorre apenas no campo simbólico, mas pode apresentar reflexos na tomada de decisão do Estado, e, entre outras coisas, na maneira pelo qual ocorre a atuação do Estado nesse espaço.

No campo simbólico, o espaço é representado por metáforas, pressuposições e predicções. O modo que esses aspectos textuais são empregados dá preferência à construção de uma determinada realidade não de outra, nesse caso, uma realidade que se pauta nos valores das Forças Armadas. Desse modo, observamos certa similaridade nos textos entre os quadrinhos analisados. Dois deles utilizaram a metáfora da Amazônia Azul, sendo que uma (*Cartilha da Amazônia Azul*) foi feita apenas a referência no título, não sendo utilizada de forma explícita no decorrer da narrativa.

No que tange o tópico analítico predicação, constatamos o compartilhamento de algumas características que enfatizam um componente “nacionalista” nos textos sobre o

espaço oceânico. Todos eles representam esse espaço como “o mar brasileiro”, o “nosso mar”, sendo um espaço de grandes dimensões e ricos em recursos (que também são “nossos”) (Quadro 1). O oceano é também representado como um espaço de riquezas, uma superfície de transporte de mercadorias e de grande importância para o Brasil. Ao mesmo tempo, é um espaço de vulnerabilidades, pois é um espaço de grandes dimensões e com fronteiras marítimas de difícil delimitação, havendo a possibilidade da existência de ameaças não-tradicionais, como pirataria, contrabando, narcotráfico, pesca ilegal etc. Desse modo, é representado também como um espaço de perigos. A tentativa histórica de mostrar que esse espaço foi onde o Brasil sofreu ataques e possibilitou o deslocamento de tropas para atacar, é utilizado para reforçar a sua importância militar e estratégica.

Quadro 1 - Predicações do Espaço Oceânico nas Revistas em Quadrinhos

<b>Predicação</b>
É um espaço de perigos (ameaças não tradicionais)
É onde se encontra o "nosso mar", o "mar brasileiro", a "nossa Amazônia Azul"
Esse mar brasileiro possui grandes dimensões ou metade da área terrestre do Brasil
É um espaço rico em recursos
Foi por onde o Brasil foi "descoberto"
Foi por onde o Brasil sofreu invasões, sendo uma arena que possibilitou a luta de guerras pelo Brasil
É onde há várias e lindas praias
É por onde é feito o transporte de grande parte do comércio brasileiro
Espaço de realização de pesquisas científicas e tecnológicas
Não possui aspectos geográficos físicos que delimitam as fronteiras marítimas nacionais

Fonte: Quadro elaborado pelo autor

A partir disso, os autores partem de duas pressuposições. A primeira delas é que a existência de importantes recursos gera ameaças. Então, a segunda parte da ideia de que para conquistar e manter esses recursos é necessário o uso dos meios militares. Esse discurso se utiliza da ideia do espaço marítimo ser rico e ao mesmo tempo vulnerável, para então, criar uma consciência nas crianças de que é necessário a proteção desse espaço, e a principal forma de fazer isso é através da aquisição de tecnologias militares.



Essa construção narrativa parte de premissas das teorias geopolíticas clássicas e das realistas das Relações Internacionais. Na perspectiva geopolítica clássica, os Estados estão sempre em busca de espaço-vital e maximização de recursos para sobreviverem. Já as teorias realistas, partem da ideia de que a ausência de uma autoridade superior aos Estados faz com que eles se encontrem em um sistema caracterizado pela competição e pela guerra. A partir disso, os Estados, utilizando de uma visão de autoajuda, buscam maximizar suas capacidades econômicas e militares para sobreviverem nesse sistema (MEARSHEIMER, 2001).

Esse tipo de pensamento naturaliza certos padrões de comportamento dos Estados, como a maximização de capacidades e as atividades militares. Além do mais, a realidade social é tida como dada, desconsiderando a concepção de que a realidade é socialmente construída. Assim como as teorias realistas, as pressuposições encontradas nos textos buscam naturalizar uma determinada concepção de realidade, a tomando como dada.

Cabe o reconhecimento que o alcance do projeto desenvolvido pela Marinha do Brasil, é de difícil mensuração, uma vez que o consumo dos discursos emitidos pela mídia nem sempre são óbvios ou do modo como os produtores ou patrocinadores desejam. Uma vez que o texto é publicado, ocorre a morte do autor e o nascimento do leitor (BARTHES, 1967). Isto é, quem dá significado ao texto são os leitores e não o produtor. Nesse caso, cabe ao público a interpretação do discurso. Ou seja, são os indivíduos que tem a capacidade de subverter ou reforçar as visões geopolíticas específicas. Como bem apontado por Coelho (2012), a palavra Amazônia é altamente polissêmica, havendo diversos sentidos. Assim, o que um indivíduo pensa sobre a Amazônia pode ser diferente da concepção de outro indivíduo. Portanto, essas diversas possíveis interpretações também podem ser transferidas para o espaço oceânico<sup>203</sup>.

A construção do espaço nem sempre é uma iniciativa *top-down*, podendo envolver outras representações de diversos agentes sociais, podendo haver também discursos de resistência aos das elites, como por exemplo, os de ambientalistas. Entretanto, não nos cabe aqui analisar esses outros discursos ou como os discursos contidos nas revistas em quadrinhos serão interpretados pelo público, pois essa análise se restringe aos aspectos textuais e não abrange a distribuição e o consumo. Além do mais, a tentativa de utilização da palavra Amazônia pode levar a diversas interpretações sobre o espaço oceânico, podendo não seguir os interesses e objetivos apresentados pela Marinha.

Não obstante, devemos questionar se a distribuição desses textos, seja os quadrinhos ou os apresentados na subseção anterior, atingirão uma parcela expressiva da população

---

<sup>203</sup> Ver Bueno (2002)

brasileira. Temos a impressão de que as iniciativas não apresentam uma tiragem de materiais para atingir o grande público. No entanto, essa pesquisa não consegue responder essas questões, havendo a necessidade também de explorar quais são os grupos em que a distribuição desses textos atinge e se ele extrapola o meio militar e de grupos correlacionados.

Por fim, devemos ter em mente que o Brasil não é o único país que busca desenvolver suas imaginações sobre o espaço oceânico, principalmente sobre o Atlântico. Outros países que margeiam o Atlântico, como os EUA, Portugal, Argentina, África do Sul, entre outros, apresentam as suas próprias concepções geopolíticas desse espaço. Apesar de não ter sido o foco dessa dissertação, a análise das representações do Atlântico por outros atores sociais, seja estatal ou não, seria de grande relevância para o estudo desse espaço, contribuindo para ampliar os temas dentro da agenda da geopolítica crítica.

## 5 CONCLUSÃO

Essa dissertação buscou demonstrar que espaços não são estáticos e dados, mas são construídos por diversos tipos de discursos. O caso dos espaços oceânicos não é diferente, sendo também constituídos por meio de construções sociais. Nesse sentido, a geopolítica crítica, em especial às perspectivas associadas à geopolítica popular, nos forneceu uma ferramenta importante para se pensar a construção social dos espaços a partir de discursos geopolíticos. Além disso, ela nos auxiliou a iluminar as estruturas de poder que constroem o espaço sul-atlântico e sobre os diferentes meios utilizados para mobilizar o interesse.

No decorrer do primeiro capítulo nos propusemos a pensar a construção dos espaços não como algo neutro e imparcial, mas como parte da política, onde esses diversos discursos produzem as próprias “realidades”. Assim, os discursos geopolíticos têm a capacidade de representar os espaços, sendo uma forma de poder/saber em si mesmo, que envolve questões políticas e ideológicas. Esses discursos não apenas descrevem o espaço político, mas também o produzem, o que chama atenção para a necessidade de constante reafirmação desses discursos para que eles cumpram o papel desejado pelas autoridades.

Essas representações espaciais têm relações com o campo do poder, pois fazem afirmações a respeito de “como o mundo é”. Esse ato de representar um espaço desse constitui como uma apropriação, um controle, ainda que nos limites do saber. As representações circulam por diversos tipos de textos e imagens, como obras de ficção literárias, livros didáticos, pinturas, atlas, fotografias, jornais, revistas, internet, músicas, programas de televisão, revistas em quadrinhos, documentos oficiais dos governos, entre outras. Esses textos e imagens constituem o que os indivíduos compreendem como a “realidade”, ou imaginação dessa “realidade”, tendo a capacidade de moldar os pensamentos e as ações do cotidiano.

Essas geografias imaginativas criam categorias espaciais, políticas e culturais. Esses espaços são tidos como dados e se pautam em divisões binárias simplistas entre o interno e o externo, o nós e eles. Dessa forma, essa construção de fronteiras busca naturalizar determinadas práticas e reivindicações políticas nesse espaço. Ainda, nesses espaços são produzidas certas hierarquias para justificar certas políticas. Em síntese, podemos afirmar que a reivindicação das entidades políticas para administrar e disciplinar determinado espaço é realizado através do discurso geopolítico.

Ainda nesse capítulo, ressaltamos os tipos de discursos geopolíticos, sendo enfatizado os populares. Esse tipo de discurso geopolítico emite representações espaciais, tendo



capacidade de circular no cotidiano dos indivíduos através de diversas mídias. Esse tipo de discurso geopolítico não é uma transposição apenas dos textos das elites para os populares – eles não retratam apenas as visões das elites políticas. Eles também não clamam por um entendimento de massa de “baixo para cima”. Devem ser compreendidos como algo que explica, legitima e as vezes desafia o entendimento dominante. Isto é, as mídias podem reforçar ou contestar as imaginações geopolíticas.

Argumentamos que esse tipo de discurso não deve ser ignorado, pois ele se constitui como uma forma de fornecer conhecimento sobre o mundo. É através das representações produzidas pelas mídias que a população passa a ter consciência de um determinado espaço. É por meio destas que os imaginários são construídos.

No segundo capítulo, buscamos identificar as representações do espaço sul-atlântico contidas nos discursos da política externa e de defesa brasileira. Em uma primeira parte, apresentamos os diversos discursos que tem construído os espaços oceânicos. No princípio da Era Moderna, o mar Atlântico foi dividido entre áreas de influência de Espanha e Portugal através da Bula Papal *Inter Coetera* e o Tratado de Tordesilhas. Em seguida, esses espaços também foram representados pela concepção de Mar Aberto de Hugo Grotius, onde era defendido uma liberdade de navegação; e Mar Fechado de John Selden, havendo a possibilidade de Estados costeiros expandir as suas soberanias para os mares.

Com as transformações geopolíticas após o término da Segunda Guerra Mundial, os Estados passaram a apresentar reivindicações sobre grandes áreas marítimas, levando mudanças nas questões dos limites marítimos. Buscando explorar recursos naturais nos oceanos e garantir a sua própria segurança nacional, diversos Estados passaram a reivindicar águas jurisdicionais para além das 3 milhas náuticas. Mas foi com a assinatura da CNUDM em 1982 que foram delimitado alguns conceitos centrais para os limites dos espaços oceânicos, como o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva, a plataforma continental e o alto-mar.

O Estado brasileiro não se ausentou na produção de representações sobre os espaços oceânicos, sobretudo o Atlântico Sul. Historicamente, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil tem emitido discursos no sentido de ampliar os seus limites marítimos, seja o mar territorial ou a ZEE. O Brasil, após a CNUDM, incorporou as concepções dessa convenção sobre o mar territorial, a zona contígua, a ZEE e a plataforma continental. Além disso, a partir de 2004, o Brasil tem se empenhado em ampliar a sua jurisdição sobre a plataforma continental no Atlântico Sul para além de 200 milhas, por meio do encaminhamento de propostas à CLPC da ONU.

Além desses discursos que constroem a delimitação dessa fronteira marítima, as Forças Armadas do Brasil, em especial a Marinha do Brasil, tem emitido discursos geopolíticos que enfatizam a importância do espaço sul-atlântico, principalmente após a tentativa de ampliar os limites marítimos brasileiros e a descoberta de novas jazidas de petróleo nesse espaço<sup>204</sup>. O Atlântico Sul é representado pelos discursos geopolíticos práticos como um espaço de importância geopolítica e geoeconômica, sendo via de transporte para o seu comércio exterior; fonte de riquezas (recursos naturais); elemento fundamental para a sua defesa; e via para a sua projeção marítima internacional.

Esse espaço é definido nos documentos de defesa brasileiro como parte do seu entorno estratégico, sendo um espaço no qual o Brasil busca projetar poder por meio de suas políticas externa e de defesa. Além do mais, se trata de um espaço que desperta preocupação em relação a sua vulnerabilidade, passando a ser espaço prioritário para a formulação das políticas de defesa brasileiras em conjunto com a Amazônia.

Esses documentos representam esse espaço como sendo de natural influência do Brasil, onde o país possui direitos territoriais e outras prerrogativas de exploração e controle das águas jurisdicionais. Nesse sentido, o discurso geopolítico prático do Brasil busca reafirmar a soberania brasileira nesse espaço, visando o seu controle desta área, incluindo o controle de seus recursos naturais. Notamos ainda que existe uma tentativa de naturalizar a projeção e presença brasileira nesse espaço, sob a justificativa de defesa dos recursos e de possíveis ameaças.

O Brasil tem adotado uma abordagem para o espaço oceânico pautada na expansão da política do Estado soberano, enfatizando o caráter militar. Essa perspectiva militar para as fronteiras marítimas adere uma ideia de negar-dissuadir, através do patrulhamento militar das águas. Assim, tem-se aumentado a presença brasileira em termos materiais nesse espaço, através da aquisição de novos meios navais, e em termos ideacionais, por meio do conceito de “Amazônia Azul”. Esse discurso geopolítico de defesa do espaço marítimo é também utilizado pela Marinha do Brasil para justificar os seus esforços para consolidar a construção de uma marinha de águas profundas, com recursos suficientes para garantir a mobilidade estratégica a longas distâncias da costa brasileira.

Contudo, a estratégia do Brasil no Atlântico Sul não se limita a essa abordagem de militarização do espaço, sendo utilizado também uma abordagem com foco na presença e

---

<sup>204</sup> Como demonstrado nesse trabalho, um interesse do governo brasileiro sobre o Atlântico Sul tem início na década de 70, porém, a partir de 2004, com a tentativa de ampliação da plataforma continental e as descobertas de reservas energéticas nesse espaço, intensificaram esse interesse.

cooperação. Essa estratégia tenta promover interesses comuns entre os atores lindeiros e, ao mesmo tempo, buscam minimizar a presença e a projeção de poder de atores externos na região.

No decorrer do terceiro capítulo focamos nos discursos geopolíticos populares para o Atlântico Sul. São esses discursos que circulam no cotidiano dos indivíduos, possibilitando o acesso destes aos discursos geopolíticos práticos. Dessa forma, investigamos a participação da MB na produção desses discursos. Em diversos documentos, observamos uma posição da MB que visa incorporar elementos ideacionais do Poder Marítimo no Brasil. Esses elementos estão relacionados a mentalidade da sociedade, a forma como os indivíduos compreendem o mundo. Assim, é buscado a incorporação de uma mentalidade marítima na identidade nacional.

Pudemos notar que existia uma mentalidade marítima nos períodos de colonização portuguesa e no período imperial brasileiro (1808-1889), contudo essa mentalidade foi sendo substituída gradativamente por um projeto terrestre do território nacional. Ao longo do século XX, a elite política optou por priorizar os projetos terrestres, de consolidação dos territórios interiores e da demarcação de suas fronteiras terrestres, passando a destinar maiores quantidades de recursos nesse sentido.

No início da década de 1970, o governo brasileiro passou a ter maior interesse no espaço oceânico, ampliando o seu mar territorial unilateralmente para 200 milhas náuticas, intensificando, assim, os seus esforços para utilizar esse espaço e seus recursos. Nesse contexto, o Brasil passou a desenvolver uma política sistemática para integrar o Atlântico Sul na política nacional. Foram realizados o Programa Nacional de Construção Naval (1970) e o Segundo Programa (1975-1979), e com isso, houve um aumento significativo em sua marinha mercante brasileira e em sua capacidade de construção.

Identificamos ainda nesse período, um discurso geopolítico formal, desenvolvido por um oficial da marinha, que defendia a ampliação da mentalidade marítima brasileira para atingir a população como um todo. Esse tipo de discurso geopolítico está ligado à perspectiva do poder marítimo da geopolítica clássica mahaniana. Esse tipo de discurso se utiliza de um “legado geográfico” e de uma “mentalidade marítima oferecida pela natureza” com o intuito de afirmar que esse é o caminho natural, o destino, que o Brasil deve seguir.

Todavia, essas concepções geográficas não são dadas e muito menos naturais, mas são construtos discursivos que envolvem questões políticas e de ideologia. Ao apontar para um determinado caminho, o autor (que geralmente toma as suas premissas como neutras) defende uma construção de realidade política em detrimento de outras.

Apesar de ter ocorrido um movimento em direção ao mar na década de 70, o mar, contemporaneamente, não passou a ser parte do “modo de ser” do cidadão brasileiro. Foi apenas no final da década de 1990 que a MB e a CIRM desenvolveram o Promar, com objetivo de coordenar atividades para o desenvolvimento da mentalidade marítima a nível nacional. Além disso, o programa buscava conscientizar a sociedade sobre a importância do mar e de seus recursos para o desenvolvimento nacional.

Essa tentativa de aumentar a consciência marítima nacional significa incentivar o Brasil a entender-se como uma nação marítima, sendo, dessa forma, responsável por resguardar e defender os recursos em seu mar jurisdicional. Se trata, portanto, de um processo político de construção de uma identidade marítima nacional, incentivando o país a se compreender como uma nação marítima, responsável por cuidar e proteger os recursos dentro dos limites de seu espaço oceânico.

Todavia, é no início do século XXI, no contexto de descoberta do pré-sal, de tentativa de expandir os limites marítimos e de maior projeção internacional do Brasil, que se torna possível a ampliação de uma consciência do espaço oceânico na sociedade brasileira. A principal iniciativa desenvolvida pela MB foi a utilização da metáfora “Amazônia Azul” para alertar a sociedade sobre os aspectos estratégicos e econômicos do espaço oceânico em que o Brasil demanda alguma forma de jurisdição.

Esse aspecto textual visa chamar atenção da sociedade brasileira a respeito do espaço sul-atlântico e da necessidade de preservar e proteger a vida marinha e os recursos existentes, e para resguardar a propriedade e a soberania do Brasil sobre o espaço e seus recursos. Essa metáfora se tornou uma ferramenta relevante da Marinha para influenciar as atitudes e opiniões de determinados setores da sociedade e do governo, buscando, assim, moldar os comportamentos para promover seus interesses e políticas. Um dos interesses da MB era ter apoio popular para a criação de uma estratégia marítima, para as tentativas brasileiras de ampliar os limites marítimos nacionais e para a aquisição de novos meios navais para a defesa do espaço e dos recursos.

Nesse sentido, a MB e a CIRM, tem desenvolvido uma campanha nacional em torno desse conceito. Dentre as diversas iniciativas, encontramos a publicação de artigos de opinião em jornais de grande circulação nacional; a exibição de programas de televisão sobre a temática; a criação de concurso de redação sobre a Amazônia Azul; a divulgação do Atlântico Sul através das redes sociais da MB; a criação do dia nacional da Amazônia Azul.

Além disso, essas duas instituições desenvolveram uma série de atividades educacionais e culturais voltadas para um público jovem, como por exemplo, a publicação de

livros didáticos cujo foco central é o espaço oceânico brasileiro; atlas geográfico sobre esse mesmo espaço; exposições itinerantes sobre a Amazônia Azul; peças de teatro; espetáculos; exibição de filmes; e materiais de divulgação que destaquem a relevância da Amazônia Azul, como é o caso do folheto educativo *Nomarzinho*.

Desse modo, notamos que a MB tem se empenhado cada vez mais no projeto de construção de uma mentalidade marítima nacional, por meio do incentivo da produção de discursos geopolíticos populares. A MB parte de uma ideia de projeto *top-down*, visando a reformulação da identidade nacional, englobando os espaços oceânicos. Esse tipo de discurso emitidos como neutros, não o são. Esses discursos são políticos, sendo utilizados para justificar determinados arranjos políticos.

Nesse sentido, buscamos analisar os textos que emitiam representações desse espaço por meio de gibis. A abordagem da geopolítica popular nos permite pensar sobre esse tipo de representação. Os discursos geopolíticos populares são relevantes pois é por meio destes que os discursos formais e práticos não transmitidos para a população, é por onde os imaginários são difundidos. As mídias têm papel importante não somente em como os indivíduos veem o mundo, mas como eles dão sentido a esse mundo. Portanto, esse tipo de discurso deve ser compreendido como algo que explica, legitima e, às vezes, desafia o entendimento dominante. Isto, é, as mídias podem reforçar ou contestar as imaginações geopolíticas tradicionais.

No caso dos gibis, eles muitas vezes não se apresentam como declarações políticas, tornando a sua interpretação menos suspeita do que o texto de um político. Nessa lógica, as codificações políticas dos textos populares são mais sutis e por isso, mais facilmente reproduzidas. Essas revistinhas estão relacionadas ao entretenimento de crianças e jovens, sendo textos e imagens importantes que tem um impacto na construção das imaginações geopolíticas, atingindo um público jovem em processo de formação. Os quadrinhos têm a capacidade de produzir relatos de fácil leitura sobre o espaço, como a utilização de mapas.

Esse material, devido à sua fácil compreensão, é utilizado por determinadas elites para difundir certos imaginários a partir de seus ideais. Esse tipo de texto não é apenas um produto apenas de entretenimento, sendo utilizado também como um instrumento de educação. Assim, são os quadrinhos, através de suas representações, que conseguem criar expectativas, consequentemente, influenciando no modo em que os leitores compreendem os espaços. As revistas em quadrinho, portanto, desempenham um papel relevante nesse projeto de mentalidade marítima, pois atingem uma audiência jovem através de uma linguagem acessível e seu conteúdo raramente é conectado a expressões políticas.

A partir de nossa análise dos quadrinhos, verificamos que as representações emitidas pelos discursos geopolíticos populares analisados buscam reforçar e legitimar os discursos geopolíticos práticos da Marinha do Brasil. As forças armadas buscam emitir representações espaciais através de discursos geopolíticos populares para produzir na sociedade uma concepção de espaços oceânicos militarizados e estratégicos. Esses discursos se pautam na utilização de meios militares para o controle e defesa desse “nosso” espaço e dos “nossos” recursos.

No campo simbólico, esse espaço é representado tanto por metáforas, quanto por pressuposições e predicções. Esses aspectos textuais são empregados dá preferência a construção de uma determinada realidade – uma realidade que se pauta nos valores das Forças Armadas. A metáfora da Amazônia Azul é uma ferramenta utilizada nos quadrinhos para destacar a importância desse espaço e de seus recursos. É uma tentativa de utilizar de uma apropriação semântica de um outro conceito profundamente enraizado no imaginário da sociedade brasileira e na identidade nacional, a Amazônia, para a construção de uma geografia imaginativa. Como argumentado aqui, as metáforas é um tipo de texto utilizado por um grupo, ou a pela sociedade para dar sentido ao mundo, possibilitando determinadas ações e raciocínios humanos.

As predicções observadas representam o espaço como “o mar brasileiro”, o “nosso mar”, sendo um espaço de grandes dimensões e ricos em recursos (que também são “nossos”). Ou seja, um espaço de grande importância para a nação. Esse discurso geopolítico popular parte da pressuposição de que existência de importantes recursos no “nosso” espaço gera ameaças. E por isso, para o Brasil conquistar e manter esses recursos é necessário o uso dos meios militares.

Essas representações espaciais fazem parte de um projeto de construção de uma mentalidade marítima na sociedade brasileira, ou de uma identidade nacional vinculada ao espaço oceânico, com objetivo de ressaltar a importância de defesa desse espaço, para assim, a MB angariar novos investimentos no setor naval e para projetar poder nesse espaço por meio dos aparatos militares. Assim, a criação de um imaginário nacional acerca desse espaço não é neutra, mas representa a vontade política da Marinha do Brasil.

Contudo, devemos ter em mente que esse projeto de militarização do espaço pelas forças armadas não é o único possível. Não necessariamente esse espaço deve ser imaginado como uma área estratégica e militarizada, mas pode haver movimentos que resistam à essas representações, como por exemplo, discursos ambientalistas, discursos com uma lógica de cooperação ou compartilhamento, ou até mesmo discursos anticapitalistas. Assim, também é

possível que uma população possua uma mentalidade marítima pautada em outras visões e valores sobre o espaço oceânico.

Já me direcionando para as considerações finais, gostaria de resgatar a citação de Edward Said feita na epígrafe desse trabalho: a luta pela geografia “é complexa e interessante porque não se restringe a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações” (SAID, 2011, p. 39). Essas disputas geopolíticas são demasiadamente complexas, não envolvendo somente uma abordagem materialista dos conflitos, mas principalmente ideacional – são disputas que estão inseridas em discursos que circulam no cotidiano dos indivíduos, construindo realidades e modos de agir nela.

Dessa forma, essa dissertação buscou contribuir com a inclusão de um olhar crítico e do Sul Global sobre as representações do espaço sul-atlântico na sociedade brasileira no projeto da geopolítica crítica, em particular, da geopolítica popular. Contudo, devido a uma limitação de páginas e de tempo para a realização da pesquisa, não foi possível desenvolver uma análise que contemple um estudo sobre as audiências desses discursos geopolíticos populares. Esse tipo de estudo possibilitaria compreendermos como determinados grupos sociais interpretam esses textos.

Outros tipos de discursos geopolíticos sobre esse espaço também deveriam ser pesquisados, como o geopolítico formal e o prático. Um estudo relevante pode ter como foco os discursos produzidos por atores vinculados ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em especial aqueles discursos relacionados ao espaço do Atlântico Sul e ao processo de criação e manutenção da iniciativa da ZOPACAS. Para tanto, podem ser analisados discursos dos chanceleres, secretários-gerais e demais autoridades, assim como teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (IRBr) e dissertações de mestrado defendidas no mestrado em diplomacia que funcionou junto ao mesmo instituto.

Ainda dentro do campo da geopolítica formal, pode ser desenvolvido estudo sobre as representações sobre Atlântico Sul presentes em artigos da Revista Marítima Brasileira e da Revista da Escola de Guerra Naval, entre outras. Outra possibilidade de pesquisa seria sobre a interação entre esse discurso geopolítico e os discursos ambientalistas sobre esse espaço. A abordagem dessa dissertação pode ainda ser ampliada em estudos futuros para analisar estratégias similares empregadas por outros países do Sul Global, como é o caso do projeto Pampa Azul da Argentina; a abordagem da África do Sul sobre esse espaço; e por países do Norte, como os projetos desenvolvidos pelo Ministério do Mar de Portugal.

## REFERÊNCIAS

- AALTO, Pami; DALBY, Simon; HARLE, Vilho. The Critical Geopolitics of Northern Europe: Identity Politics Unlimited. *Geopolitics*, v. 8, n. 1, p. 1-19, 2003.
- ABDENUR, Adriana; MATTHEIS, Frank; SEABRA, Pedro. An ocean for the Global South: Brazil and the zone of peace and cooperation in the South Atlantic. *Cambridge Review of International Affairs*, p. 1-16, 2016.
- ABDENUR, Adriana; SOUZA-NETO, Danilo Marcondes de. Brazil's Maritime Strategy in the South Atlantic: The Nexus Between Security and Resources. *SAIIA Occasional Paper*, n. 161, p. 1-14, 2013.
- ABDENUR, Adriana; SOUZA-NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a Cooperação em Defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014.
- ABDENUR, Adriana; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a Cooperação em Defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014.
- ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *Cadeira número 24*: Mauricio de Sousa. 2021. Disponível em: [www.academiapaulistadeletras.org.br/academicos.asp?materia=28](http://www.academiapaulistadeletras.org.br/academicos.asp?materia=28). Acesso em: 19 mar. 2021.
- ADOGAMHE, Paul. Maritime Security and Governance of the South Atlantic: the nigerian perspective. In: DUARTE, Érico; BARROS, Manuel Correia de. *Navies and Maritime Policies in the South Atlantic*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Boletim da Produção de Petróleo e Gás. n. 113, jan. 2020. Disponível em: [www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/bmp/2020/2020-01-boletim.pdf](http://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins-anp/bmp/2020/2020-01-boletim.pdf). Acesso em: 26 out. 2020.
- AGNEW, John. *Geopolitics: Re-visioning world politics*. New York: Routledge, 2003.
- AGNEW, John. The Territorial Trap: The geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy*, v. 1, n. 1, p. 53-80, 1994
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Atlântico Sul: as relações do Brasil com os países africanos no campo da segurança e defesa. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 2, n. 4, p. 49-71, 2013.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALLEN, John. Power. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerard. *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 95-109.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *A Esfinge e o Tridente: Rio-Branco, grande estratégia e o programa de reaparelhamento naval (1904-1910) na Primeira República*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014.
- ALVES, Raquel. Nova Edição do Almanaque da Turma da Mônica destaca a indústria de defesa. Força Aérea Brasileira, 16 maio 2018. Disponível em [www.fab.mil.br/noticias/mostra/32122/LANÇAMENTO%20](http://www.fab.mil.br/noticias/mostra/32122/LANÇAMENTO%20)



%20Nova%20edição%20do%20Almanaque%20da%20Turma%20da%20Mônica%20destaca%20a%20indústria%20de%20defesa. Acesso em: 21 de mar. 2021.

AMORIM, Celso. A Política de Defesa de um país pacífico. *In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; FARIAS, Rogério de Souza. A Palavra dos Chanceleres na Escola Superior de Guerra (1952-2012)*. Brasília: FUNAG, 2018, p. 725-738.

AMORIM, Celso. *Palestra do Embaixador Celso Amorim*. *In: A SITUAÇÃO DA SEGURANÇA NO ATLÂNTICO SUL E NA ÁFRICA LUSÓFONA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEFESA NACIONAL*. Rio de Janeiro. Apresentação [...] Rio de Janeiro: ESG, 2015. Disponível em: <https://www.esg.br/publi/asituodasegurananoatlanticosulenafrica.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

ANDRADE, Israel de Oliveira; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; FRANCO, Luiz Gustavo Aversa. Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul: soberania, vigilância e defesa das águas jurisdicionais brasileiras. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Texto Para Discussão 2452*, p. 7-34, 2019.

ARMITAGE, David. The Cromwellian Protectorate and the languages of empire. *Historical Journal*, v. 35, n. 3, 1992.

ASHLEY, Richard. The Geopolitics of Geopolitical Space: Toward a Critical Social Theory of International Politics. *Alternatives*, v. 12, p. 403-434, 1987.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA. *Histórico*. [S.l.]: ABED, 2021. Disponível em: [www.abedef.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=182](http://www.abedef.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=182). Acesso em: 19 maio 2021.

BACKHEUSER, Everardo. Aspectos Geopolíticos do Mar. *A Defesa Nacional*, v. 46, n. 539, p. 83-86, 1959.

BARBIÉRI, Luiz Felipe. Óleo no Litoral: Marinha diz que 4,7 mil toneladas já foram recolhidas. *G1*, 29 nov. 2019. Disponível em: [g1.globo.com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/11/29/oleo-no-litoral-marinha-diz-que-mais-de-5-mil-toneladas-ja-foram-recolhidas.ghtml](http://g1.globo.com/natureza/desastre-ambiental-petroleo-praias/noticia/2019/11/29/oleo-no-litoral-marinha-diz-que-mais-de-5-mil-toneladas-ja-foram-recolhidas.ghtml). Acesso em: 7 nov. 2020.

BARBOSA-JÚNIOR, Ilques. Oceanopolítica: conceitos fundamentais Amazônia Azul. *In: BARBOSA-JÚNIOR, Ilques. Amazônia Azul: política, estratégia e direito para o oceano do Brasil*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012, p. 205-231.

BARROSO, Manoel Luiz Pavao. Aniversario de Creación del Coordinador del Área Marítima del Atlántico Sur. Rio de Janeiro: COLCO, 2020. Disponível em: <http://www.coamas.org/>. Acesso em: 22 out. 2020.

BARTHES, Roland. A morte do autor. [S.l.: s.n.], [1967]. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/barthes-a-morte-do-autor-2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2019.

BECKER, Bertha. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. *In: CASTRO, Iná Elias de, et. al. (org.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018, p. 271-307.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BEIRÃO, André Panno. “Segurança no Mar”: que segurança? *In*: BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antônio Celso Alves. *Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar*. Brasília, DF: FUNAG, 2014, p. 127-166.

BELSEY, Catharine. *Poststructuralism: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BENWELL, Matthew. Going Underground: Banal Nationalism and Subterranean Elements in Argentina’s Falklands/ Malvinas Claim. *Geopolitics*, p. 1-21, 2017

BENWELL, Matthew; DODDS, Klaus. Argentine territorial nationalism revisited: The Malvinas/Falklands dispute and geographies of everyday nationalism. *Political Geography*, v. 30, p. 441-449, 2011.

BILLING, Michael. *Banal Nationalism*. London: SAGE Publications, 1995.

BOLLMANN, Moritz, *et. al.* *World Ocean Review 2010: living with the oceans*. Hamburg: Maribus, 2010.

BOOTH, Ken. *Law, Force and Diplomacy at Sea*. New York: Routledge, 2014.

BRASIL. Comando da Marinha. *1º Concurso da “Amazônia Azul” tem seus vencedores premiados me cerimônia no Rio de Janeiro*. Brasília, DF: MB, 2019. Disponível em: [www.marinha.mil.br/noticias/1o-concurso-da-amazonia-azul-tem-seus-vencedores-premiados-em-cerimonia-no-rio-de-janeiro](http://www.marinha.mil.br/noticias/1o-concurso-da-amazonia-azul-tem-seus-vencedores-premiados-em-cerimonia-no-rio-de-janeiro). Acesso em: 3 mar 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. Acompanhe as notícias da Marinha do Brasil e fique por dentro das novidades nas redes sociais. *Marinha em Revista: Edição Especial*, n. 10, p. 50, 2014. Disponível em: [www.mar.mil.br/hotsites/marinhaemrevista/junho\\_2014/index.html#p=1](http://www.mar.mil.br/hotsites/marinhaemrevista/junho_2014/index.html#p=1). Acesso em: 15 de jun. 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. *Alunos do Programa Forças no Esporte recebem almanaque da Turma da Mônica sobre Forças Armadas*. Brasília, DF: MB, 2018. Disponível em: [www.marinha.mil.br/noticias/alunos-do-programa-forcas-no-esporte-recebem-almanaque-da-turma-da-monica-sobre-forcas](http://www.marinha.mil.br/noticias/alunos-do-programa-forcas-no-esporte-recebem-almanaque-da-turma-da-monica-sobre-forcas). Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. *A vertente econômica*. Brasília, DF: MB, 2019a. Disponível em: [https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia\\_azul/vertente-economica.html](https://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/vertente-economica.html). Acesso em: 26 out. 2020

BRASIL. Comando da Marinha. Plano de Comunicação Social da Marinha para 2016. Brasília, DF; EMA, 2016.

BRASIL. Comando da Marinha. Plano Estratégico da Marinha PEM 2040. Brasília, DF; EMA, 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. PROSUB. Brasília, DF: MB, 2021. Disponível em: [www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub](http://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub). Acesso em: 28 maio 2021

BRASIL. Comando da Marinha. Rádio Marinha. Brasília, DF: MB, 2021a. Disponível em: [www.marinha.mil.br/radio-marinha](http://www.marinha.mil.br/radio-marinha). Acesso em: 16 jun. 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. Centro de Comunicação Social da Marinha. *Amazônia Azul*. Brasília, DF: CCSM, 2019b. Disponível em: [www.mar.mil.br/hotsites/amazonia\\_azul/amazonia-azul.html](http://www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/amazonia-azul.html). Acesso em: 1 mar. 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. Centro de Comunicação Social da Marinha. Amazônia Azul. *Nomarzinho*, Brasília, DF, n. 37, 2017.

BRASIL. Comando da Marinha. Centro de Comunicação Social da Marinha comemora os 60 anos da Comunicação Social da Marinha com o lançamento da nova logomarca. São Paulo; SOPESP, 2021b. Disponível em: [www.marinha.mil.br/noticias/ccsm-comemora-os-60-anos-da-comunicacao-social-na-marinha-com-o-lancamento-da-nova](http://www.marinha.mil.br/noticias/ccsm-comemora-os-60-anos-da-comunicacao-social-na-marinha-com-o-lancamento-da-nova). Acesso em: 5 jun. 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. Centro de Comunicação Social da Marinha. *Nota de Esclarecimento*. Brasília, DF: CCSM, 2020a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/sites/default/files/nota-esclarecimento-oglobo1908.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Brasília, DF: CIRM, 2020b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/>. Acesso em: 6 out. 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Cadernos de Estudos Estratégicos – Centro de Estudos Estratégicos da ESG*, n. 6, p. 93-125, 2007.

BRASIL. Comando da Marinha. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Plano de Levantamento da Plataforma Continental*. Brasília, DF: CIRM, 2020c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/leplac>. Acesso em: 9 out. 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Promoção da Mentalidade Marítima*. Brasília, DF, 2020d. Disponível em: [www.marinha.mil.br/secirm/promar](http://www.marinha.mil.br/secirm/promar). Acesso em: 9 fev. 2021.

BRASIL. Comando da Marinha. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Brasília, DF: CIRM, 2020e. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/seccirm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. Diretoria de Hidrografia e Navegação. Continental Shelf and UNCLOS Article 76: brazilian partial revised submission to the Commission on the limits of the Continental Shelf. Niteroi; DHN, 2015. Disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/bra02\\_rev15/Executive\\_Summary\\_Brazilian\\_Partial\\_Revised\\_Submission\\_SR.pdf](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/bra02_rev15/Executive_Summary_Brazilian_Partial_Revised_Submission_SR.pdf). Acesso em: 7 out. 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. Diretoria de Hidrografia e Navegação. *Proposta de Plataforma Continental Mapa de Linhas e Limites*. Niteroi: DHN, 2019c. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/pictures/linhamar2019.jpg>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Comando da Marinha. Estado-Maior da Armada. Manual de Comunicação Social da Marinha. Brasília, DF; EMA, 2018a.

BRASIL. Comando da Marinha. Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Cartilha Amazônia Azul*. Brasília, DF: SECIRM, [202-];

BRASIL. *Decreto nº 1.265, de 11 de outubro de 1994*. Aprova a Política Marítima Nacional (PMN). Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [www.planalto.gov.br/CcIVIL\\_03/decreto/1990-1994/D1265.htm](http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/decreto/1990-1994/D1265.htm). Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. *Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005*. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm). Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. *Decreto n° 10.544, de 16 de novembro de 2020*. Aprova o X Plano Setorial para os Recursos do Mar. Brasília, DF: Presidência da República, [2020f]. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/diarios/1101330136/dou-secao-1-17-11-2020-pg-1](http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1101330136/dou-secao-1-17-11-2020-pg-1). Acesso em: 9 mar. 2021.

BRASIL. *Decreto n° 10.607, de 22 de janeiro de 2021*. Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para reformular a Política Marítima Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2021c]. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/decreto/D10607.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10607.htm). Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. Exército. *Revista Recrutinha*, 2020g. Disponível em: [cgea.eb.mil.br/pt/noticias-da-om/60-publicacoes-do-eb/103-ola-amiguinho-a](http://cgea.eb.mil.br/pt/noticias-da-om/60-publicacoes-do-eb/103-ola-amiguinho-a). Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Exército. Centro de Comunicação Social do Exército. *Operação Atlântico: Protegendo nossas riquezas na Amazônia Azul*. Brasília, DF: CCOMSEx, 2008. Disponível em: [pt.calameo.com/exercito-brasileiro/read/0012382068dc4a351ce35](http://pt.calameo.com/exercito-brasileiro/read/0012382068dc4a351ce35). Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. Força Aérea Brasileira. Força Aérea Brasileira participa do exercício UNITAS LX/2019. 2019d. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/34545/INTEROPERABILIDADE%20-%20For%C3%A7a%20A%C3%A9rea%20Brasileira%20participa%20do%20exerc%C3%ADcio%20UNITAS%20LX/2019>. Acesso em: 22 de out. 2020.

BRASIL. *Lei n° 8.617, de 4 de janeiro de 1993*. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [202-]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8617.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8617.htm). Acesso em: 8 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Forças no Esporte. Brasília, DF Ministério da Cidadania, 2020h. Disponível em: [www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/forcas-no-esporte](http://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/forcas-no-esporte). Acesso em: 27 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Lançamento Almanaque Turma da Mônica sobre Indústria de Defesa*. Brasília, DF: MD, 2018b. Youtube. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=2pEfEojr90k](https://www.youtube.com/watch?v=2pEfEojr90k). Acesso em: 21 mar. 2021

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF: MD, 2012. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em: 1 de maio 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro Branco da Defesa Nacional*. Brasília, DF: MD, 2020i. Disponível em: [www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/livro\\_branco\\_congresso\\_nacional.pdf](http://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf). Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF: MD, 2012a. Disponível em: [https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PND\\_Optimized.pdf](https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf). Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Pró Defesa*. Brasília, DF: MD, 2019e. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/ensino-e-pesquisa/defesa-e-academia/pro-defesa>. Acesso em: 1 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Turma da Mônica conta história da Indústria de Defesa. 16 de maio de 2018c. Disponível em: [www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-](http://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-)

br/assuntos/noticias/mdic/turma-da-monica-conta-historia-da-industria-da-defesa. Acesso em: 21 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2005a. Disponível em: [www.marinha.mil.br/dgn/sites/www.marinha.mil.br.dgn/files/O\\_Mar\\_no\\_Espaco\\_Geografico\\_Brasileiro.pdf](http://www.marinha.mil.br/dgn/sites/www.marinha.mil.br.dgn/files/O_Mar_no_Espaco_Geografico_Brasileiro.pdf). Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *A importância do mar na história do Brasil*. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: [www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/historia.pdf](http://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/historia.pdf). Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, DF: PR, 1996. Disponível em: [www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf). Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Museu. *Min. Golbery do Couto e Silva (1967-1968)*. Brasília, DF: TCU, [2021d]. Disponível em: [portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-golbery-do-couto-e-silva-1967-1968.htm](http://portal.tcu.gov.br/centro-cultural-tcu/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-golbery-do-couto-e-silva-1967-1968.htm). Acesso em: 18 mai. 2021.

BRAZIL. Commission on the Limits of the Continental Shelf. *Continental Shelf*. [S.l.]: CLCS, 2004. Disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/clcs\\_new/submissions\\_files/submission\\_bra.htm](https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_bra.htm). Acesso em: 10 out. 2020.

BUCK, Susan. *The Global Commons: an introduction*. Washington D.C.: Island Press, 1998.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 187, 2002.

BUZAN, Barry. Negotiating by Consensus: Developments in Technique at the United Nations Conference on the Law of the Sea. *The American Journal of International Law*, v. 75, n. 2, p. 324-348, 1981.

CABRAL, Ricardo Pereira. O Atlântico, a Defesa Hemisférica e a Segunda Guerra Mundial. In: SILVA, Francisco Carlos Texeira da; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Atlântico: A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 393-432.

CAIRO, Heriberto. A América Latina no Século XXI: geopolítica crítica dos Estados e os movimentos sociais, do conhecimento e da representação. *Caderno CRH*, v. 21, n. 53, p. 201-206, 2008.

CAIRO, Heriberto. Espacio y Política: Por una Teoría Política Situada. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 56, n. 4, p. 769-802, 2013.

CALDAS-JÚNIOR, Humberto. Entrevista “Patrulhar nossa Amazônia Azul é um desafio enorme”. Correio 24 horas, Salvador, BA, 26. jun. 2021. Disponível em: [www.correio24horas.com.br/noticia/nid/entrevista-patrolhar-nossa-amazonia-azul-e-um-desafio-enorme/](http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/entrevista-patrolhar-nossa-amazonia-azul-e-um-desafio-enorme/). Acesso em: 06 dez. 2021.

- CALDEIRÃO 20 anos. Huck acompanha o trabalho da Marinha do Brasil na Amazônia. [Rio de Janeiro]: Globoplay, 2020. 1 vídeo (43 min). Disponível em: [globoplay.globo.com/v/8491212/](http://globoplay.globo.com/v/8491212/). Acesso em: 5 mar. 2021.
- CALDEIRÃO 20 anos. Luciano Huck acompanha marinheiros me missão de paz no Líbano. [Rio de Janeiro]: Globoplay, 2020. 1 vídeo (27 min). 2020. Disponível em: [globoplay.globo.com/v/8708047/](http://globoplay.globo.com/v/8708047/). Acesso em: 5 mar. 2021.
- CAMPBELL, David. Geopolitics and visibility: Sighting the Darfur conflict. *Political Geography*, v. 26, p. 357-382, 2007.
- CAMPBELL, David. Global Inscription: How Foreign Policy Constitutes the United States. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 15, n. 3, p. 263-286, 1990.
- CAMPBELL, David. *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1992.
- CARR, Edward. *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. London: MacMillan, 1995.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. A “Amazônia Azul”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 maio 2005. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1105200509.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1105200509.htm). Acesso em: 14 fev. 2021
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. A outra Amazônia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 fev. 2004. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2502200409.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2502200409.htm). Acesso em: 14 fev. 2021.
- CARVALHO, Roberto de Guimarães. No mar a nossa última fronteira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2005a. Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1404200509.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1404200509.htm). Acesso em: 14 fev. 2021
- CARVALHO, Vinicius Mariano de. Blue Amazon: Brazil's Maritime Vocation. *Defence Strategic Communications*, v. 7, p. 85-112, 2019.
- CARVALHO, Vinicius Mariano de. Nós também somos uma nação marítima: O conceito “Amazônia Azul” na construção da identidade marítima brasileira. *Marinha em Revista*, v. 10, n. 14, p. 46-48, 2020.
- CASTRO, Belmiro; *et. al.* A Amazônia Azul: Recursos e Preservação. *Revista USP*, n. 113, p. 7-26, 2017.
- CASTRO, Luiz Augusto de Araújo. *O Brasil e o novo direito do mar: mar territorial e zona econômica exclusiva*. Brasília: FUNAG, 1989.
- CHILD, John. Geopolitical Thinking in Latin America. *Latin American Research Review*, v.14, n.2, p.89-111, 1979.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *GEOgraphia*, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.
- COELHO, Davi de Barros. *Amazônia Animada: A representação da região Amazônica no cinema de animação brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.228, 2012.
- COMANDANTE da Marinha compara vazamento de óleo no litoral a ataque militar ao Brasil. *Estadão*, São Paulo, 22 out. 2019. Disponível em: [tv.estadao.com.br/politica/comandante-da-marinha-compara-vazamento-de-oleo-no-litoral-a-ataque-militar-ao-brasil,1047398](http://tv.estadao.com.br/politica/comandante-da-marinha-compara-vazamento-de-oleo-no-litoral-a-ataque-militar-ao-brasil,1047398). Acesso em: 05 de jun. 2021.

- CONHEÇA detalhes do maior navio de guerra do Brasil. *Domingo espetacular*, 2019. 1 vídeo (12 min). Youtube. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=MyJPnPiA6Jk](http://www.youtube.com/watch?v=MyJPnPiA6Jk). Acesso em: 4 mar. 2021.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. *et. al.* (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018, p. 15-48.
- CORREIA, Joana Martins Ferreira. Pessoal: o nosso maior patrimônio (entrevista). *Marinha em Revista*, v. 9, n. 13, p. 4-7, 2019.
- COSTA, José Augusto Fontoura. A Amazônia Azul e o Domínio Marítimo Brasileiro. *Revista da USP*, n. 113, p. 27-44, 2017.
- COSTA, José Augusto Fontoura. A Amazônia Azul e o domínio marítimo brasileiro. *Revista USP*, n. 113, p. 27-44, 2017.
- COSTA, Wanderley Messias da. A geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional. *L'espacepolitique*, v. 31, n. 1, 2017.
- COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. São Paulo: Edusp, 2016.
- COSTA Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia. *Revista USP*, n. 95, p. 9-22, 2012.
- COSTA, Wanderley Messias da; THÉRY, Hervé. Oitenta anos de geopolítica no Brasil: da geografia militar a um pensamento estratégico nacional. *Rev. Tamoios*, v. 12, n. 2, p. 4-21, 2016.
- COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- DAEHN, Ricardo. Em entrevista, Mauricio de Sousa associa a obra à amizade e à ingenuidade. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 08 jul. 2019. Disponível em: [www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/07/08/interna\\_diversao\\_arte,768732/amizade-foi-tema-que-guiou-daniel-rezende-em-filme-sobre-turma-da-moni.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/07/08/interna_diversao_arte,768732/amizade-foi-tema-que-guiou-daniel-rezende-em-filme-sobre-turma-da-moni.shtml). Acesso em: 20 de mar. 2021.
- DALBY, Simon. American security discourse: the persistence of geopolitics. *Political Geography Quarterly*, v. 9, n. 2, p. 171-188, 1990.
- DALBY, Simon. Critical Geopolitics and Security. In: BURGESS, Peter. *The Routledge Handbook of New Security Studies*. London: Routledge, 2010, p. 50-58.
- DALBY, Simon. Critical Geopolitics: discourse, difference, and dissent. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, p. 261-283, 1991.
- DALBY, Simon. Geopolitical Discourse: The Soviet Union as other. *Alternatives*, v. 13, p. 415-442, 1988.
- DALBY, Simon. Imperialism, Domination, Culture: The continued relevance of Critical Geopolitics. *Geopolitics*, v. 13, p. 413-436, 2008.
- DALBY, Simon. The “Kiwi disease”: geopolitical discourse in Aotearoa/New Zealand and the South Pacific. *Political Geography*, v. 12, n. 5, p. 437-456, 1993.

- DALBY, Simon. Writing critical geopolitics: Campbell, Ó Tuathail, Reynolds and dissident skepticism. *Political Geography*, v. 15, n. 6/7, p. 655-660, 1996.
- DANIEL AZULAY. Projeto Social. *Oficina de Desenho*, [2021]. Disponível em: [www.danielazulay.com.br/projetos\\_sociais.html](http://www.danielazulay.com.br/projetos_sociais.html). Acesso em: 10 de mar. 2021.
- DINES, Alberto. *A morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.
- DITTMER, Jason. Captain America's Empire: Reflections on identity, popular culture and post 9/11 geopolitics. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 95, n. 3, p. 626-643, 2005.
- DITTMER, Jason. Comic Books. In: ADAMS, Paul; CRAINE, Jim; DITTMER, Jason. *The Ashgate Research Companion to Media Geography*, Burlington: Ashgate Publishing, 2014, p. 59-83.
- DITTMER, Jason. Textual and Discourse Analysis. In: DELYSER, Dydia. *et. al. The SAGE Handbook of Qualitative Geography*. London: SAGE Publications, 2010, p. 274-286.
- DITTMER, Jason; BOS, Daniel. *Popular Culture, Geopolitics, and Identity*. London: Rowman & Littlefield, 2019.
- DITTMER, Jason; GRAY, Nicholas. Popular Geopolitics 2.0: Towards New Methodologies of the Everyday. *Geography Compass*, v. 4, n. 11, p. 1664-1677, 2010.
- DOCUMENTO Band: Ilha da Trindade, um tesouro da natureza. [São Paulo]: BAND, 2020. 1 vídeo (19 min). Publicado pelo canal Band jornalismo. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=LDcwWCBxzw4](http://www.youtube.com/watch?v=LDcwWCBxzw4). Acesso em: 4 mar. 2021.
- DODDS, Klaus. *Critical Geopolitics and the writing of foreign policy*. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Bristol, Bristol, p. 354, 1993.
- DODDS, Klaus. Flag planting and finger pointing: The law of the sea, the arctic and the political geographies of the outer continental shelf. *Political Geography*, v. 29, p. 63-73, 2010.
- DODDS, Klaus. *Geopolitics: A very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- DODDS, Klaus. Geopolitics, Cartography and the state in South America. *Political Geography*, v. 12, n. 4, p. 361-381, 1993a.
- DODDS, Klaus. Geopolitics, experts and the making of foreign policy. *Area*, v. 25, n. 1, p. 70-73, 1993b.
- DODDS, Klaus. Geopolitics in the Foreign Office: British representations of Argentina 1945-1961. *Tran Inst Br Geogr*, v. 19, p. 273-290, 1994.
- DOODS, Klaus. *Global Geopolitics: A Critical Introduction*. Harlow: Pearson Education Limited, 2005.
- DODDS, Klaus; INGIMUNDARSON, Valur. Territorial nationalism and Arctic geopolitics: Iceland as an Arctic costal state. *The Polar Journal*, v. 2, n. 1, p. 21-37, 2012.
- DODDS, Klaus; KUUS, Merje; SHARP, Joanne. *The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics*. New York: Routledge, 2016.



DODDS, Klaus; MANÓVIL, Lara. A Common Space? The Falklands/ Malvinas and the new geopolitics of the South Atlantic. *Geopolitics*, v. 6, n. 2, p. 99-126, 2001.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign Policy as Social Construction: a post-positivist analysis of U.S. counterinsurgency policy in the Philippines. *International Studies Quarterly*, v. 37, n. 3, p. 297-320, 1993.

DUARTE, Érico Esteves; KENKEL, Kai Michael. Contesting perspectives on South Atlantic maritime security governance: Brazil and South Africa. *South African Journal of International Affairs*, p. 1-18, 2019.

ESPAÑA. Gobierno. Ministerio de Asuntos Exteriores, Unión Europea y Cooperación. Spain and NATO: since joining NATO in 1982, Spanish foreign policy actively promotes the strengthening of the transatlantic link, which is fundamental to Spanish security. [Madrid]: Gobierno de España, 2020. Disponível em: <http://www.exteriores.gob.es/Portal/en/PoliticaExteriorCooperacion/ProyeccionAtlantica/Paginas/EspLaOTAN.aspx>. Acesso em: 7 nov. 2020.

EXCHANGE of Notes Constituting an Agreement between the Government of Brazil and the Government of Uruguay on the Definitive Demarcation of the Sea Outlet of the Arroyo Chui and the Lateral Maritime Border. [S.l.; s.n.], 1972. Disponível em: <https://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/BRA-URY1972MB.PDF>. Acesso em: 10 out. 2020.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FERNANDES, Luiz Philipe da Costa; CEMBRA. *O Brasil e o Mar no Século XXI*: Relatório aos tomadores de decisão do país. Niterói: Cembra, 2012.

FERREIRA, Luciano Vaz. Os preceitos da doutrina de segurança nacional e a sua implementação no Brasil. *FADERGS*, v. 4, n. 2, p. 21-33, 2012.

FIGUERÔA, Christiano Sávio Barros. *Limites Exteriores da Plataforma Continental do Brasil conforme o Direito do Mar*. Brasília, DF: FUNAG, 2014.

FIORI, José Luís. O Brasil e seu “Entorno Estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, Edir. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 31-52.

FLORES, Mario Cesar. *Panorama do Poder Marítimo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1972.

FONSECA, Luís Adão. O imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16. *Estudos Avançados*, v. 6, n. 16, p. 35-51, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*: aula inaugural do Collège de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. *Estudos Avançados*, v.27, n.79, p.113-122, 2013.

FOUCAULT, Michel. Sobre a Geografia. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019, p. 264-261.

FRENTE Parlamentar em Defesa do Litoral Brasileiro será instalada nesta quarta. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 09 jun. 2021. Disponível em:

[www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4930012-frente-parlamentar-em-defesa-do-litoral-brasileiro-sera-instalada-nesta-quarta.html](http://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/06/4930012-frente-parlamentar-em-defesa-do-litoral-brasileiro-sera-instalada-nesta-quarta.html). Acesso em: 21 jun. 2021.

FRIEDHEIM, Robert. *Negotiating the New Ocean Regime*. Columbia: University of South Caroline Press, 1993.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: The Free Press: A division of Macmillan, 1992.

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR. *About Us*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2020. Disponível em: [fundacaofemar.org.br/portalwordpress/about-us/](http://fundacaofemar.org.br/portalwordpress/about-us/). Acesso em: 24 fev. 2021.

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR. *História*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2020a. Disponível em: [fundacaofemar.org.br/portalwordpress/a-fundacao/historia/](http://fundacaofemar.org.br/portalwordpress/a-fundacao/historia/). Acesso em: 24 fev. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *FLORES, Mario Cesar*. Rio de Janeiro: FGV, 2021. Disponível em: [www.gv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flores-mario-cesar](http://www.gv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/flores-mario-cesar). Acesso em: 25 maio 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar>. Acesso em: 22 de out. 2020.

GARCIA, Eugênio Vargas. O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989). *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 40, n. 1, p. 18-40, 1997.

GARCIA-AMADOR, Francisco. The Latin American Contribution to the Development of the Law of the Sea. *The American Journal of International Law*, v. 68, n. 1, p.33-50, 1974.

GERMOND, Basil. *The Maritime Dimension of European Security: seapower and the European Union*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

GLOBO Mar. 2021. *Memória Globo*, Rio de Janeiro, 08 abr. 2010. Disponível em: [memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/globo-mar/](http://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/globo-mar/). Acesso em: 4 mar. 2021.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica Mundial e America's Grand National Strategy: diálogos epistemológicos indissociáveis. *R. Esc. Nav.*, v.24, n.3, p.500-541, 2018.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. *Estudos Históricos*, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GONZALEZ-LEVAGGI, Ariel. Eurasia en el Atlántico Sur: evaluando la proyección marítima de China, Rusia e India. *Revista Defensa Nacional*, n. 5, p.79-115, 2020.

GROTIUS, Hugo. *The Free Sea*. Indianapolis: Liberty Fund, Inc., 2004.

GUIMARÃES, Elione Silva. Escravos e libertos da Zona da Mata mineira: da luta pela liberdade aos primeiros anos do pós-emancipação (1870-1900). *Revista Científica da Faminas*, v. 1, n. 2, p. 63-85, 2005.

GUNEY, Aylin; GOKCAN, Fulya. The 'greater middle east' as a 'modern' geopolitical imagination in american foreign policy. *Geopolitics*, v. 15, p. 15-22, 2010.

GUZZINI, Stefano. *The return of geopolitics in Europe? Social mechanism and foreign policy identity crises*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

- HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- HALL, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: SAGE Publications, 1997.
- HALL, Stuart. The West and the Rest. In: HALL, Stuart; GIEBEN, Bram. *Formations of Modernity*. Cambridge: Policy Press/The Open University, 1992, p. 275-331.
- HARVEY, David. Between space and time: reflections on the Geographical Imagination. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 80, n. 2, p. 418-434, 1990.
- HEPPLE, Leslie. Metaphor, Geopolitical Discourse and the Military in South America. In: BARNES, Trevor; DUNCAN, James. *Writing Worlds: Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*. London and New York: Routledge, 2006, p. 136-154.
- HEPPLE, Leslie. South American Heartland: The Charcas, Latin American Geopolitics and Global Strategies. *The Geographical Journal*, v. 170, n. 4, p. 359-367, 2004.
- HEPPLE, Leslie. The revival of geopolitics. *Political Geography Quarterly*, v. 5, n. 4, p. S21-S36, 1986.
- HERZ, Monica; DAWOOD, Layla; LAGE, Victor Hugo Coutinho. A Nuclear Submarine in the South Atlantic: The framing of Threats and Deterrence. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, p. 329-350, 2017.
- HOFFMANN, Andrea Ribeiro; MARCONDES, Danilo. Maritime Regions and the South Atlantic. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, p. 229-236, 2017.
- HUGHES, Rachel. Through the looking blast: geopolitics and visual culture. *Geography Compass*, v. 1, n. 5, p. 976-994, 2007.
- HURRELL, Andrew. The Politics of South Atlantic Security: A Survey of Proposals for a South Atlantic Treaty. *International Affairs*, v. 59, n. 2, p. 179-193, 1983.
- ILHA brasileira esconde paisagens exóticas e riquezas submarinas. *Domingo Espetacular*, 2017. 1 vídeo (18 min.). Youtube. Disponível em: [www.youtube.com/watch?v=-cmpjIsMlcU](http://www.youtube.com/watch?v=-cmpjIsMlcU). Acesso em: 5 mar. 2021.
- IBGE. *Atlas geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- IBGE. O Uso de Internet, Televisão e Celular no Brasil. 2019. Disponível em: [duca.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html](http://duca.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html). Acesso em: 26 de mai. 2021.
- INSTITUTO Mauricio de Sousa. São Paulo: IMS, [202-]. Disponível em: [www.institutomauriciodesousa.org.br/sobre-o-instituto-mauricio-de-sousa/](http://www.institutomauriciodesousa.org.br/sobre-o-instituto-mauricio-de-sousa/). Acesso em: 18 mar. 2021.
- INSTITUTO MAURICIO DE SOUSA *Turma da Mônica: a indústria de defesa brasileira*. São Paulo: IMS Editora, 2018.
- JAGUARIBE, Helio. *Reflexões sobre o Atlântico Sul: América Latina e Brasil ante a desarticulação do sistema interamericano*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- JEFFREY, Alex. Geopolitical continuity and change. In: KOOPMAN, Sara, et. al. *Critical Geopolitics/critical geopolitics 25 years on*. *Political Geography*, p. 9, 2021.

JOBIM, Nelson. Palestra do ministro da Defesa do Brasil, Nelson A. Jobim no Encerramento da Conferência Internacional - “O Futuro da Comunidade Transatlântica”. (Lisboa, Instituto de Defesa Nacional - 10.09.2010).

JONES, Laura; SAGE, Daniel. New directions in critical geopolitics: an introduction. *Geojournal*, v. 75, p. 315-325, 2010.

JORDÃO, Camila Cassins; OLIVEIRA-FILHA, Elza Aparecida de. A Comunicação para transmitir a cultura e os valores organizacionais: o caso da revista recrutinha. *Dito e Feito*, v. 6, n. 9, p. 1-15, 2015.

JUNGMANN, Raul. Arquitetura de Segurança: uma troca entre a América do Sul e a Europa. Discurso inaugural do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, na XIV Conferência de Segurança Internacional do Forte de Copacabana. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 2017.

KACOWICZ, Arie. Geopolitics and Territorial Issues: Relevance for South America. *Geopolitics*, v.5, n.1, p.81-100, 2000.

KEOHANE, Robert. International Institutions: Two Approaches. *International Studies Quarterly*, v.32, n.4, p.379-396, 1988.

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semianálise*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KUUS, Merje. Critical Geopolitics. In: DENEMARK, R. *The International Studies Encyclopedia*. Oxford: Blackwell, 2010.

KUUS, Merje. *Geopolitics Reframed: Security and Identity in Europe’s Eastern Enlargement*. London: Palgrave Macmillan, 2007.

LACOSTE, Yves. *A Geografia: Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2012.

LADISLAU, Pedro. Petrobras descobre pré-sal, em 2006, e inicia nova era do “ouro negro” no Brasil. Rio de Janeiro, O Globo 2017. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/petrobras-descobre-pre-sal-em-2006-inicia-nova-era-do-ouro-negro-no-brasil-22014518#>. Acesso em: 23 de fev. 2021.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LIMA, Ivaldo. A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. *Espaço Aberto*, v. 3, n. 2, p. 149-168, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de, et. al. *Atlas da Política Brasileira de Defesa*. Rio de Janeiro: CLACSO, 2017.

LOIS, Carla; GARCIA, João Carlos. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico Sul. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, p. 15-37, 2009.

LUCIANO Huck comenta parceria do Caldeirão com a Marinha do Brasil. *Globoplay*, 2018. 1 vídeo (1 min.). Disponível em: [globoplay.globo.com/v/7194208/programa/](http://globoplay.globo.com/v/7194208/programa/). Acesso em: 5 mar. 2021.

LUCIANO Huck vai para a Ilha da Trindade. [Rio de Janeiro]: Globoplay, 2018a. 1 filme (6 min.). Disponível em: [globoplay.globo.com/v/7019970/?s=0s](http://globoplay.globo.com/v/7019970/?s=0s). Acesso em: 5 mar. 2021.

MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. *A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma ação política*. Brasília: FUNAG, 2015.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARITIME Delimitation Treaty between the Federative Republic of Brazil and the French Republic. [S.l.; s.n.], 1981. Disponível em: <https://www.un.org/Depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/TREATIES/BRA-FRA1981MD.PDF>. Acesso em: 10 out. 2020.

MATTOS, Adherbal Meira. Os novos limites dos espaços marítimos nos trinta anos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. In: BEIRÃO, André Panno; PEREIRA, Antônio Celso Alves. *Reflexões sobre a Convenção do Direito do Mar*. Brasília: FUNAG, 2014, p. 21-66.

MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa; MATOS, Francisco Eduardo Lemos de; KENKEL, Kai Michael. Brazilian Policy and the Creation of a Regional Security Complex in the South Atlantic: Pax Brasiliana? *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, p. 263-279, 2017.

MEARSHEIMER, John. *The Tragedy of Great Powers Politic*. New York and London: WW Norton & Company, 2001.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da geopolítica?* São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

MILLIKEN, Jennifer. The study of discourse in International Relations: A critique of Research and Methods. *European Journal of International Relations*, v. 5, n. 2, p. 225-254, 1999.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Atlântico Sul: zona de paz e de cooperação? *Lua Nova*, v. 3, n. 3, p. 20-23, 1987.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *O Pensamento geopolítico brasileiro: 1920-1980*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 287. 1981

MIYAMOTO, Shiguenoli. Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*, v. 4, p. 75-92, 1981.

MOISIO, Sami. Geopolitics/Critical Geopolitics. In: AGNEW, John; MAMADOUH, Virginie; SECOR, Anna Jean; SHARP, Joanne. *Political Geography*. Chichester: John Wiley & Sons, 2015, p. 220-234.

MONIZ-BANDEIRA, Luiz Alberto. Guerra das Malvinas: petróleo e geopolítica. *Revista Espaço Acadêmico*, n.132, p.157-165, 2012.

MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. *Segurança na América do Sul: a construção regional e a experiência colombiana*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

MONTEIRO, Tânia. Almirante compara óleo em praias a ‘bombardeio’ e diz que investigação mira navio irregular. *Estadão*, São Paulo, 22 out. 2019a. Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,almirante-compara-oleo-no-nordeste-a-bombardeio-e-diz-que-investigacao-mira-navio-irregular,70003059831>. Acesso em: 5 jun. 2021.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. Do Mare Liberum ao Mare Clausum: Soberania Marítima e exploração econômica das águas jurisdicionais e da área. In: NASSER, Reginaldo Mattar;

- MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea, 2014, p. 239-284.
- MORAES, Rodrigo Fracalossi de. The parting of the seas: norms, material power and state control over the ocean. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 62, n. 2, p. 1-18, 2019.
- MÜLLER, Martin. Doing discourse analysis in Critical Geopolitics. *L'Espace Politique*, v. 12, n. 3, p. 1-21, 2010.
- MÜLLER, Martin. Reconsidering the concept of discourse for the field of critical geopolitics: Towards discourse as language and practice. *Political Geography*, v. 27, p. 322-338, 2008.
- MÜLLER, Martin. Text, Discourse, Affect and Things. In: DODDS, Klaus; KUUS, Merje; SHARP, Joanne. *The Ashgate Research Companion to Critical Geopolitics*. New York: Routledge, 2016, p. 49-68.
- MURPHY, Alexander. *et. al.* Is there a politics to geopolitics? *Process in Human Geography*, v. 28, n. 5, p. 619-640, 2004.
- NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea, 2014.
- NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. Geopolitics in Latin America, Old and New. In: MARES, David; KACOWICZ, Arie. *Routledge Handbook of Latin American Security*. New York: Routledge, 2015, p. 33-43.
- NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. *NATO 2020: Assured security; dynamic engagement*. Publicado em 17 de maio de 2010. Disponível em: [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/pdf\\_2010\\_05/20100517\\_100517\\_expertsreport.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2010_05/20100517_100517_expertsreport.pdf). Acesso em: 27 out. 2020.
- NOVAES, André Reyes. A geopolítica pelas imagens: linguagem cartográfica e circulação de ideias geopolíticas no Brasil. *Terra Brasilis: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, v. 6, p. 1-19, 2015.
- NOVAES, André Reyes. *Fronteiras Mapeadas: Geografia Imaginativa das Fronteiras Sul-Americanas na Cartografia da Imprensa Brasileira*. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 370. 2010.
- NEUMANN, Iver. Discourse Analysis. In: KLOTZ, Audie; PRAKASH, Deepa. *Qualitative Methods in International Relations: A pluralist guide*. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 61-77.
- Ó'TUATHAIL, Gearóid. A quarter century of critical geopolitics. In: KOOPMAN, Sara, *et. al.* *Critical Geopolitics/critical geopolitics 25 years on*. *Political Geography*, p. 9, 2021.
- Ó'TUATHAIL, Gearóid. *Critical Geopolitics: The politics of writing global space*. London: Routledge, 1996.
- Ó'TUATHAIL, Gearóid. Displacing Geopolitics: writing on the maps of global geopolitics. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 12, p. 525-546, 1994.
- Ó'TUATHAIL, Gearóid. Problematizing geopolitics: survey, statesmanship and strategy. *Trans Inst Br Geogr*, v. 19, n. 3, p. 259-272, 1994a.
- Ó'TUATHAIL, Gearóid. Understanding Critical Geopolitics: Geopolitics and Risk Society. *Journal of Strategic Studies*, v. 22, n. 2-3, p. 107-124, 1999.

Ó'TUATHAIL, Gearóid; AGNEW, John. Geopolitics and discourse: Practical geopolitical reasoning in American foreign policy. *Political Geography*, v.11, n.2, p.190-204, 1992.

Ó'TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. London and New York: Routledge, 1998.

PAASI, Anssi. Boundaries as Social Processes: Territoriality in the World of Flows. *Geopolitics*, v.3, n.1, p.69-88, 1998.

PASSARINHO, Nathalia; GRAGNANI, Juliana. Quem pode ser responsabilizado pelo vazamento de petróleo nas praias do Nordeste? *BBC News Brasil*, 09 de outubro de 2019. Disponível em: [www.bbc.com/portuguese/brasil-49993207](http://www.bbc.com/portuguese/brasil-49993207). Acesso em: 7 nov. 2020.

PEDUZZI, Pedro. Governo lança almanaque da Turma da Mônica sobre Forças Armadas. Agência Brasil, Brasília, DF, 16 mar. 2018. Disponível em: [agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-05/governo-lanca-almanaque-da-turma-da-monica-sobre-forcas-armadas](http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-05/governo-lanca-almanaque-da-turma-da-monica-sobre-forcas-armadas). Acesso em: 21 mar. 2021.

PENHA, Eli Alves. A Fronteira Oriental Brasileira e os Desafios da Segurança Regional no Atlântico Sul. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 113-134, 2012.

PENHA, Eli Alves. Geografia política e Geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. In: IBGE. *Geografia Política e Geopolítica: A contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro* (p.118-134). Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 117-134.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: edufba, 2011.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios do atlântico sul no início do século XXI. In: GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. Brasília: IPEA, 2015, p. 149-184.

PEREIRA, Analúcia Davilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 2, n. 4, p. 33-47, 2013.

PEREIRA, Cláudia Victor; SOUZA, Kaiser Gonçalves. Minerais do fundo do mar: avanços e retrocessos das negociações internacionais da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar. *Parcerias Estratégicas*, n. 24, p. 11-40, 2007.

PETROCCHI, Renato. Imagens e Histórias nas perspectivas transatlânticas sobre o século XX. In: SILVA, Francisco Carlos Texeira da; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Atlântico: A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 463-492.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. Heartland Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, n. 29, p. 131-144, 2011.

PICKERING, Steve. *Understanding Geography and War: Misperceptions, Foundations, and Prospects*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

PIMENTEL, Cauê Rodrigues. *Avaliando a Performance Regional do Brasil no Atlântico Sul: Diplomacia, Defesa, Cooperação e Comércio em perspectiva comparada*. 2018. Tese

- (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.
- PIMENTEL, Cauê Rodrigues. O ressurgimento da ZOPACAS e a agenda de segurança no Atlântico Sul. *Tensões Mundiais*, v. 12, n. 22, p. 113-143, 2016.
- PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Espaços Marítimos e sua geografia. *Ambiente & Sociedade*, v. 22, p. 1-16, 2019.
- PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros nº 66/2018. Autoriza a criação do Conselho para a Defesa do Atlântico (CeDA). *Diário da República*: série 1, n. 99, 23 maio 2018. Disponível em: <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/115348906/201808020216/diploma?rp=indice>. Acesso em: 6 out. 2020.
- PORTUGAL. Presidência da República. *Centro de Defesa para o Atlântico deverá ser “multilateral”*. Lisboa: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=centro-de-defesa-para-o-atlantico-devera-ser-multinacional>. Acesso em: 6 out. 2020.
- POWER, Marcus; CAMPBELL, David. The State of critical geopolitics. *Political Geography*, v. 29, p. 243-246, 2010.
- PRAZERES, Leandro. Bolsonaro recorre a OEA para cobrar explicações à Venezuela sobre petróleo no Nordeste. *O Globo*, 25 out. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-recorre-oea-para-cobrar-explicacoes-venezuela-sobre-petroleo-no-nordeste-24038083>. Acesso em: 7 nov. 2020.
- PROCLAMATION 2667 of September 28, 1945: policy of the United States with respect to the natural resources of the subsoil and sea bed of the continental shelf. [*S.l.: s.n.*], 1945. Disponível em: [https://www.gc.noaa.gov/documents/gcil\\_proc\\_2667.pdf](https://www.gc.noaa.gov/documents/gcil_proc_2667.pdf). Acesso em: 29 set. 2020.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- REALPOLITIK. Encyclopaedia Britannica, Chicago; Britannica, 2021. Disponível em: [www.britannica.com/topic/realpolitik](http://www.britannica.com/topic/realpolitik). Acesso em: 4 jun. 2021.
- REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. A defesa hemisférica em crise: uma geopolítica do Atlântico. In: SILVA, Francisco Carlos Texeira da; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Atlântico: A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 493-522.
- RESENDE, Erica Simone Almeida. *A Crítica Pós-Moderna/Pós-Estruturalista nas Relações Internacionais*. Boa Vista: Editora UFRR, 2011.
- ROMEU, Artur; COSTA, Guilherme. Portal Puc-Rio Digital. Em defesa da Amazônia Azul. Publicado em 12 de setembro de 2008. Disponível em: [puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=2090&sid=41#.YK\\_WY42SnIU](http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=2090&sid=41#.YK_WY42SnIU). Acesso em: 27 maio 2021.
- ROSE, Gillian. *Visual Methodologies: An Introduction to Research with Visual Materials*. London: SAGE Publications, 2016.
- ROUTLEDGE, Paul. Anti-Geopolitics. In: AGNEW, John et. al. *A Companion to Political Geography*. London: Blackwell, 2003, p. 236-248.
- SACK, Robert. *Human Territoriality: Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.



- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Domínio Público, 1967. Disponível em: [www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000138.pdf](http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000138.pdf). Acesso em: 9 fev. 2021.
- SANTOS, Ana Luísa. Estudante brasileiro vence o 2º Concurso de Redação Amazônia Azul. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, 21 fev. 2020. Disponível em: [www.correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino\\_educacaobasica/2020/02/21/interna-educacaobasica-2019,829631/estudante-brasiliense-vence-o-2-concurso-de-redacao-amazonia-azul.shtml](http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_educacaobasica/2020/02/21/interna-educacaobasica-2019,829631/estudante-brasiliense-vence-o-2-concurso-de-redacao-amazonia-azul.shtml). Acesso em: 3 mar. 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento, 1995.
- SANTOS, Jorge Calvario dos. O Relacionamento Civil – Militar. *Revista da Escola Superior de Guerra*, n. 38, p. 1-17, 1999.
- SARAIVA, José Flávio Somba. *África parceira do Brasil atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*, n. 64, p. 117-137, 2019.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- SCHOLTZ, Alexandre. *Comunicação Institucional formando opiniões: o estudo de caso sobre o Gibi Recrutinha*. 2016. Monografia (Pós-Graduação em Gestão da Comunicação nas Organizações) – Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2016.
- SEABRA, Pedro. A harder edge: reframing Brazil's power relation with Africa. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 57, n. 1, p. 77-97, 2014.
- SELDEN, John. *Mare Clausum: of the dominion, or, ownership of the sea*. London: [S.n.], 1652. Disponível em: <https://archive.org/stream/ofdominionorowne00seld#page/n63/mode/2up>. Acesso em: 28 set. 2020.
- SHARP, Joanne. Publishing American Identity: popular geopolitics, myth and The Reader's Digest. *Political Geography*, v. 12, n. 6, p. 491-503, 1993.
- SHIRLOW, Peter. Representation. In: GALLAHER, Carolyn et. al. *Key Concepts in Political Geography*. London: SAGE Publications, 2009.
- SILVA, Alexandre Pereira. O novo pleito brasileiro no mar: a plataforma continental estendida e o Projeto Amazônia Azul. *Rev. Bras. Polít. Int.*, v. 56, n. 1, p. 104-121, 2013.
- SILVA, Antonio Ruy de Almeida. O Atlântico Sul na perspectiva da segurança e da defesa. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. *O Brasil e a Segurança no seu Entorno Estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea, 2014, p. 199-214.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Atlântico: A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SILVA, Jussaramar da; DAL-MORO, Nataniél. Geopolítica e Fronteira Oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva. *Revista Geográfica de América Central*, v. 1, n. 58, p. 1-16, 2017.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUSA, Mauricio de. Entrevista – Mauricio de Sousa [Entrevista cedida a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo]. São Paulo: Escola de Formação dos Profissionais da Educação Paulo Renato Costa Souza, [20--]. Disponível em: [escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/entrevista\\_mauricio\\_de\\_sousa.pdf](http://escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/entrevista_mauricio_de_sousa.pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.

SOUSA, Mauricio de. Entrevista com Maurício de Sousa [Entrevista cedida a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo]. São Paulo: Rede do Saber, 2013. Disponível em: [rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/entrevista\\_mauricio\\_sousa.pdf](http://rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/84/docs/entrevista_mauricio_sousa.pdf). Acesso em: 20 mar. 2021.

SOUTH AFRICA. Department of Defense. *Department of Defence Annual Report (2018/2019): Together we move South Africa forward*. 2019. Disponível em: [https://www.gov.za/sites/default/files/gcis\\_document/202002/dod-annual-report-fy2018-19-final-web-layout.pdf](https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/202002/dod-annual-report-fy2018-19-final-web-layout.pdf). Acesso em: 28 out. 2020.

SOUZA, Camilo de Lellis de. Mentalidade Marítima: A Importância do Mar para o Brasil. In: CEMBRA. *O Brasil e o mar no século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do país*. Niterói: Cembra, 2019.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. *et. al.* (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Ribeiro de. *Pirataria na Amazônia Azul: Reflexões para a Marinha do Brasil*. 2014. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA-NETO, José Maria Gomes de. Para além das colunas de Hércules: o Atlântico na Antiguidade. In: SILVA, Francisco Carlos Texeira da; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Atlântico: A história de um oceano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 23-46.

STEINBERG, Philip. Lines of Division, Lines of Connection: Stewardship in the World Ocean. *The Geographical Review*, v. 89, n. 2, p. 254-264, 1999.

STEINBERG, Philip. Oceans. In: KITCHIN, Rob; THRIFT, Nigel. *International Encyclopedia of Human Geography*. Elsevier, 2009, p. 21-26

STEINBERG, Philip. *The Social Construction of the Ocean*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC, 2005.

STOCHERO, Tahiane; SANTIAGO, Tatiana. Bolsonaro diz ter ‘quase certeza’ de que vazamento de óleo que atinge o Nordeste é criminoso. *G1*, 10 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/10/bolsonaro-diz-ter-quase-certeza-de-que-vazamento-de-oleo-que-atinge-o-nordeste-e-criminoso.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2020.

STUENKEL, Oliver. Brazil, South American Regionalism and Re-defining the “Atlantic Space”. In: KORNEGAY, Francis; BOHLER-MULLER, Narnia. *Laying the BRICS of a New Global Order: From Yekaterinburg 2009 to eThekweni 2013*. Pretoria: Africa Institute of South Africa, 2013.

TITI. *Turma da Mônica Wiki*, 2021. Disponível em: [monica.fandom.com/pt-br/wiki/Titi](https://monica.fandom.com/pt-br/wiki/Titi). Acesso em: 27 maio 2021.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção Continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

UNITED NATIONS. *347 (IV) Recommendation to the International Law Commission to include the régime of territorial Waters in its list of topics to be given priority*. [New York]: UN, 1949. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/051/93/IMG/NR005193.pdf?OpenElement>. Acesso em: 29 set. 2020.

UNITED NATIONS. *Chronological lists of ratifications of, accessions and successions to the Convention and the related Agreements*. [New York]: UN, 2020. Disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/reference\\_files/chronological\\_lists\\_of\\_ratifications.htm](https://www.un.org/Depts/los/reference_files/chronological_lists_of_ratifications.htm). Acesso em: 1 out. 2020.

UNITED NATIONS. *The United Nations Convention on the Law of the Sea (A historical perspective)*. [New York]: UN, 1998. Disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/convention\\_agreements/convention\\_historical\\_perspective.htm#Historical%20Perspective](https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/convention_historical_perspective.htm#Historical%20Perspective). Acesso em: 29 set. 2020.

UNITED NATIONS. *United Nations Convention on the Law of the Sea*. [New York]: UN, 1982. Disponível em: [https://www.un.org/Depts/los/convention\\_agreements/texts/unclos/unclos\\_e.pdf](https://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/texts/unclos/unclos_e.pdf). Acesso em: 1 out. 2020.

UNITED STATES. Southern Command. Brazilian presidente visits SOUTHCOM. Doral, Fla.: SOUTHCOM, 2020. Disponível em: [www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2105124/brazilian-president-visits-southcom/](http://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2105124/brazilian-president-visits-southcom/). Acesso em: 04 de jun. 2021.

VAN DIJK, Teun. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VAZ, Alcides Costa. O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. *Boletim de Economia e Política Internacional*, n.6, p.63-68, 2011.

VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VESENTINI, José William. *Novas Geopolíticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, et. al. *Amazônia Azul: o mar que nos pertence*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A Relação Brasil-África: prestígio, cooperação ou negócios?* Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

WALKER, Robert. *Inside / Outside: Relações Internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

WARNER, Geoffrey. Geopolitics and the Cold War. In: IMMERMANN, Richard; GOEDDE, Petra. *The Oxford Handbook of the Cold War*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 67-91.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

WODAK, Ruth. Do que Trata a ACD – Um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. esp., p. 223-242, 2004.

XAVIER, Paulo Sérgio. *O Currículo da Academia Militar das Agulhas Negras e a Formação Profissional: das origens ao início do século XXI*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.